

Ser arquitecto, urbanista: urbanista arquitecto

a essência de o Ser

Henrique Gama

TÍTULO

Ser arquitecto, urbanista: urbanista arquitecto

a essência de o Ser

GRUPO DE TRABALHO

Camila Mairos Lutas , João Fonseca, Jorge da Silva, Henrique Gama, Márcio Boer Bonifácio

ORIENTADOR

Paulo Tormenta Pinto

CO-ORIENTADOR

Ana Vaz Milheiro

As imagens que compõem a parte I, são da autoria do grupo de trabalho. As restantes são de autoria individual, exceto indicação contrária.

Departamento de Arquitetura e Urbanismo

ISCTE IUL
Instituto Universitário de Lisboa

Lisboa, Outubro 2013

AGRADECIMENTOS

a todas as pessoas que fazem parte da minha vida...

a todas as pessoas que me ajudaram a caminhar...

a todas as pessoas que comigo partilharam o seu saber...

ÍNDICE

PREÂMBULO	13
PARTE I	
TRABALHO DE GRUPO	19
PARTE II	
TRABALHO INDIVIDUAL	136
PARTE III	
TRABALHO TEÓRICO	242
RESUMO/ABSTRAT	244
INTRODUÇÃO	249
INÍCIO DO PROCESSO	253
TEMA	254
PROCESSO	255
CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	257
GABINETE DE URBANIZAÇÃO COLONIAL (GUC)	258
ANGOLA LUANDA SECULO XX	261
PLANOS URBANOS PARA LUANDA	265
SIMÕES DE CARVALHO	269
GABINETE DE URBANIZAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA	271
PLANO DIRECTOR PARA LUANDA	272
UNIDADES DE VIZINHANÇA	286
PLANOS DE PORMENOR	288
1 CENTRO CÍVICO	290
2 UNIDADE DE VIZINHANÇA N.º 1 MUSSEQUE PRENDA	296
3 UNIDADE DE VIZINHANÇA N.º 3 MUSSEQUE PRENDA	302
4 ARRANJO URBANÍSTICO	306
5 ARRANJO URBANÍSTICO	310
6 ARRANJO URBANÍSTICO MUSSEQUE BURITY	316
7 UNIDADE DE VIZINHANÇA SÃO PAULO	320

8 UNIDADE DE VIZINHANÇA N.º 26 AO SUL DO BAIRRO BERMAN	324
9 UNIDADE DE VIZINHANÇA SÃO MARÇAL (RANGEL)	326
10 ARRANJO URBANÍSTICO BAIRRO AO SUL DA C.U.C.A.	330
11 UNIDADE DE VIZINHANÇA N.º 9 À RUA FRANCISCO NEWTON	332
12 ARRANJO URBANÍSTICO ZONA DA BOAVISTA PLANO VIÁRIO	334
13 ARRANJO URBANÍSTICO EXTENSÃO DO BAIRRO DA CAZENGA	338
14 UNIDADE DE REALOJAMENTO N.º 1	340
CONCLUSÃO	343
BIBLIOGRAFIA	349
ANEXOS	
ENTREVISTA	352

PARTE IV

CUBO	367
BAFATÁ - GUINÉ BISSAU	396
ENUNCIADOS	
FICHA DA UNIDADE CURRICULAR	426
EXERCÍCIO DE ABERTURA	430
TEMA I	432
TEMA II	434
TEMA III	436
TEMA IV	438
LABORATÓRIO	440
WORKSHOP DE BAFATÁ	442

PREÂMBULO

Cinco anos...

Período de tempo suficiente, capaz de transformar a vida de uma pessoa e consolidar a sua personalidade. Em cinco anos de aprendizagem, partilha, debates, visitas ao território, muito foi acrescentado ao meu desenvolvimento pessoal, o que me permite hoje dizer, com consciência...

... a arquitetura, redefiniu o meu caminho.

Aos vinte e sete anos, caminhar com um novo objetivo - a arquitetura - assumiu-se um dos objetivos a alcançar, desconhecendo por completo, a realidade que iria encontrar. Esta 'nova' realidade, permitiu-me desenvolver novas competências técnicas, dinâmicas de trabalho em grupo, espírito crítico e principalmente, possibilitou a minha evolução enquanto indivíduo, consciente, que muito ainda à para aprender, para evoluir. Recordo com amizade, a frase de um professor, que durante este percurso, muito me ensinou.

Eu não sei nada, sei um pouco mais agora que sabia antes, tenho muito ainda para aprender...

Neste contexto, encarei os objetivos que me foram propostos no decorrer desta caminhada, com seriedade, dedicação e responsabilidade. Todos os exercícios que desenvolvi, quer individualmente quer em grupo, tiveram sempre presente, o querer desenvolver o melhor trabalho possível.

O ano letivo (2012/2013) foi pautado pela realização de vários trabalhos, inseridos dentro da temática de, 'O Mundo Novo' - título inspirado no livro, Admirável Mundo Novo de Aldous Huxley, 1932.

O Mundo Novo ficou associado, a um pensamento de futuro, vinte anos à frente dos dias de hoje. Várias perguntas foram surgindo com naturalidade, perante este tema.

Como vão ser as sociedades daqui a vinte anos?

Quais serão as suas necessidades fundamentais, para uma adequada utilização do 'espaço'?

Qual será o papel do arquiteto/urbanista, numa sociedade que se prevê cada vez mais exigente a todos os níveis?

Todas estas perguntas são geradoras de várias respostas, que compete a 'nós' decifrar.

Sinto, que as sociedades caminham no sentido da individualidade em detrimento do coletivo.

Sinto, que o ‘indivíduo’ procura o seu reconhecimento perante o próximo, em detrimento da partilha.

Sinto, que o caminho a seguir está na união do pensamento, em detrimento da ideia individualizada.

No meu entender, ‘O Mundo Novo’ está na rotura de determinados ‘padrões’ instalados, que já não servem a sociedade, e na consciencialização de argumentos, que o arquiteto/urbanista deve ter presente no seu discurso - o coletivo e a partilha.

O exercício inicial do ano propôs fazer uma abordagem sucinta, dos conhecimentos adquiridos ao longo dos quatro anos de curso. Este trabalho consistiu no desenvolvimento de um projeto abstrato, em grupo, através da seleção de um objeto simples, usado cotidianamente. A sua reprodução em papel, através de decalque com tinta da China, originou ‘a marca’, base para este exercício.

A desconstrução da ‘marca’, aliada à escolha de um excerto literário, gerou um novo objeto, que veio a ser o molde para a construção de um cubo, em betão cinzento. O molde passou a significar o espaço no interior do cubo, sendo posteriormente destruído e assim se contemplar espacialmente – a memória de algo que deixou de existir.

Durante este exercício, a ‘discussão’ entre os elementos do grupo, verificou ser de extrema importância, como geradora de futuras ‘conversas’ desenvolvidas ao longo do percurso.

No seguimento dos trabalhos, surgiu o tema central do ano – a relação entre a macro escala (análise estratégica do território) e a micro escala (intervenção arquitetónica detalhada), incidindo na área de intervenção, a zona das Amoreiras. Esta relação pressupunha, analisar a morfologia deste território, enquadrando o seu perfil social, hoje, com o previsível a médio prazo (vinte anos).

A questão do perfil social, foi pouco abordada pelo grupo, porque todos defendemos, que este tende sempre para se adaptar aos modos de vida das pessoas, conforme o evoluir dos tempos.

O desejo de todos, enquadrado na temática de ‘O Mundo Novo’ é:

Queremos uma sociedade que dê mais importância à rua e menos à casa; a casa deverá ser o prolongamento da rua e a rua o prolongamento da casa; sonhamos com um futuro em que o público e o privado se misturam e se confundem.

Após análise ao território em grupo, o objetivo seguinte, foi elaborar individualmente quatro habitações, onde a sua implantação foi escolhida, entre um conjunto de parcelas, propostas previamente pelos docentes da unidade curricular. Todo este processo de discussão, dos vários temas em questão, verificou-se importante, no desenvolvimento de uma estratégia de harmonização das várias intervenções individuais, mantendo o desejo sempre presente – a rua como prolongamento da habitação.

Com uma melhor contextualização ao território das Amoreiras, o grupo de trabalho, volta a ter papel preponderante, na projeção de uma estratégia coletiva, assumindo o início de uma intervenção de maior escala. Tratando-se de um local da cidade, onde confluem várias redes – aqueduto, vias de trânsito, linha do elétrico, possível extensão da linha do metro, comboio (túnel do Rossio) - através da sua sobreposição, permitiu-nos aumentar o foco de intervenção a toda a cidade, e interpreta-la como um todo, relacionando-a diretamente por estas infraestruturas.

Tendo definido o sistema de redes como base da estratégia a desenvolver, a vertente do espaço público é agora abordada com maior incidência. Primeiramente através da nomeação de alguns pontos críticos a intervir, seguidamente com o desenho de chão, propondo a continuidade da cidade existente. Os locais selecionados que careciam de intervenção, demonstraram ser, locais de confluência das várias redes, o que realçou, a acertada estratégia delineada.

Mediante este trabalho coletivo, a forma como cada projeto individual se desenvolveu, teve como premissas, todo o discurso até aqui abordado.

Durante este ano, o trabalho coletivo assumiu um grau de aprofundamento elevado, que entendo, ser o caminho a adotar dentro das instituições académicas. A união, entre várias formas de pensar, consegue proporcionar melhores resultados, dada a reflexão conjunta se verificar mais assertiva, quer na interpretação dos problemas quer nas estratégias a desenvolver. Assim como o desenvolvimento do trabalho individual, acaba por refletir sempre, influências de um pensamento conjunto.

PART I

... e nisto se estava quando, meio-dia exacto era, de todas as casas da cidade saíram mulheres armadas de vassouras , baldes e pás, e, sem uma palavra, começaram a varrer as testadas dos prédios em que viviam, desde a porta até ao meio da rua, onde se encontravam com outras mulheres que, do outro lado, para o mesmo fim e com as mesmas armas, haviam descido. Afirmam os dicionários que a testada é a parte de uma rua ou estrada que fica à frente de um prédio, e nada há de mais certo, mas também dizem, dizem-no pelo menos alguns, que varrer a sua testada significa afastar de si alguma responsabilidade ou culpa. Grande engano o vosso, senhores filólogos e lexicólogos distraídos, varrer a sua testada começou por ser precisamente o que estão a fazer agora estas mulheres da capital, como no passado também o haviam feito, nas aldeias, as suas mães e avós, e não o faziam elas, como não o fazem estas, para afastar de si uma responsabilidade, mas para assumi-la. Possivelmente foi pela mesma razão que ao terceiro dia saíram à rua os trabalhadores da limpeza. Não traziam uniformes, vestiam à civil. Disseram que os uniformes é que estavam de greve, não eles.

SARAMAGO, José (2004), Ensaio Sobre a Lucidez

“Ainda que não possamos adivinhar o futuro, sim, temos ao menos o direito de imaginar como queremos que seja. Em 1948 e em 1976, as Nações Unidas proclamaram extensas listas de direitos humanos; mas a imensa maioria da humanidade não tem mais do que o direito de ver, ouvir e calar.

Que tal se começarmos a exercer o jamais proclamado direito de sonhar? Que tal se delirarmos, um pouquinho? Que acham se fixarmos nossos olhos mais além da infâmia, para imaginar outro mundo possível?

- O ar estará limpo de todo o veneno que não venha dos medos humanos e das humanas paixões;

- Nas ruas, os carros serão esmagados pelos cães;

- As pessoas não mais dirigidas pelos carros, nem serão programadas pelo computador, nem compradas pelos supermercados, nem também assistidas pela TV;

- A TV deixará de ser o membro mais importante da família e será tratada como um ferro de passar ou máquina de lavar roupa;

- Será incorporado aos códigos penais, o crime de estupidez para aqueles que o cometem, por viver para ter ou para ganhar, ao invés de viver para viver simplesmente, assim como canta o pássaro sem saber que canta e como brinca a criança sem saber que brinca;

- Em nenhum país irão prender os rapazes que se recusem a cumprir o serviço militar, senão aqueles que queriam servi-lo.

- Ninguém viverá para trabalhar, mas todos nós trabalharemos para viver;

- Os economistas não chamarão mais o nível de vida ao nível de consumo, e nem chamarão de qualidade de vida a quantidade de coisas;

- Os cozinheiros não mais acreditarão que as lagostas amam ser fervidas vivas;

- Os historiadores não acreditarão que os países adoram ser invadidos;

- Os políticos não acreditarão que os pobres adoram comer promessas;

- A solenidade deixará de acreditar que é uma virtude, e ninguém, ninguém levará a sério alguém que não seja capaz de gozar consigo mesmo;

- A morte e o dinheiro perderão seus poderes mágicos e nem por falecimento, nem por fortuna

se tornará o canalha em um virtuoso cavalheiro;

- A comida não será uma mercadoria, nem a comunicação um negócio, porque a comida e a comunicação são direitos humanos;

- Ninguém morrerá de fome, porque ninguém morrerá de indigestão;

- As crianças de rua não serão mais tratadas como lixo, porque não haverá mais crianças de rua, as crianças ricas não serão tratadas como se fossem dinheiro, porque não haverá mais crianças ricas;

- A educação não será privilégio daqueles que podem pagá-la;

- A polícia não será a maldição de quem não possa comprá-la;

- A justiça e a liberdade, irmãs siamesas condenadas a viver separadas, serão novamente juntas de volta, bem juntinhas, costas com costas;

- Na Argentina, as loucas da “ Plaza de Mayo” serão um exemplo de saúde mental porque elas se negaram a esquecer nos tempos de amnésia obrigatória;

- A Santa Madre Igreja corrigirá algumas erratas das tábuas de Moisés, e o sexto mandamento mandará festejar o corpo, a igreja também ditará outro mandamento que Deus havia esquecido:

“Amaras a natureza da qual fazes parte”;

- Serão reflorestados os desertos do mundo e os desertos da alma;

- Os desesperados serão esperados e os perdidos serão encontrados, porque eles são os que desesperaram de tanto esperar e se perderam de tanto procurar;

- Seremos compatriotas e contemporâneos de todos os tenham vontade de beleza e vontade de justiça, tenham nascido quando tenham nascido e tenham vivido onde tenham vivido, sem se importarem nem um pouquinho com as fronteiras do mapa ou do tempo,

- Seremos imperfeitos porque a perfeição continuará sendo um chato privilégio dos Deuses;

- Neste mundo trapalhão e fudido, seremos capazes de viver cada dia como se fosse o primeiro e cada noite como se fosse a última.”









Fala-se muitas vezes em utopia...

O tom pejorativo que se aplica aos desejos de viver melhor fica aqui sem efeito. Viver melhor não é uma fantasia, e tão pouco o resultado de um pensamento delirante de um qualquer 'esquerdista'. Os desejos de futuro requerem a tomada de responsabilidade por parte de todos. Desejar não chega.

O exercício prevê uma proposta urbana e um projeto individual – quatro casas – para daqui a 20 anos. Uma proposta urbana deverá ser a materialização do nosso desejo futuro, a base física que poderia possibilitar determinada forma de viver. Concluimos: a cidade é mais importante que o exercício solitário da arquitetura! E se assim é, as habitações – assim como todos os outros edifícios de programa variado – devem ser pensadas de modo a contribuir para a cidade.

Aquilo que propomos é a recuperação de determinadas características ancestrais que se coadunam com a forma moderna de viver - ou de habitar – tais como a recuperação de pedonalidade (em ruas onde os carros nunca couberam), da linha do elétrico, da Rua das Amoreiras. É, no entanto, relevante notar a importância da circulação automóvel. A cidade não pode ser toda pedonal e isso não significa que não seja toda para as pessoas, no final de contas são pessoas que conduzem, e é para servir as pessoas que existem carros, camiões, autocarros, elétricos, comboios. E é porque existem todos estes meios mecanizados de transporte que podemos experienciar a cidade cinematograficamente. Não se pode descurar o facto de a cidade ser o resultado da infinita acumulação:

“A densidade nunca é excessiva! Eu acho que a cidade é feita de acumulação! De acontecimentos: dos caixotes do lixo, do lixo, dos candeeiros, dos carros, das marquises, dos toldos, dos acrescentos, das emendas, dos andares sobrepostos, dos cestos para deitar papéis, sei lá de quê, de todas as patéticas, das cabinas dos telefones, de tudo o que se queira!” (Vicente, 2000, p. 63).

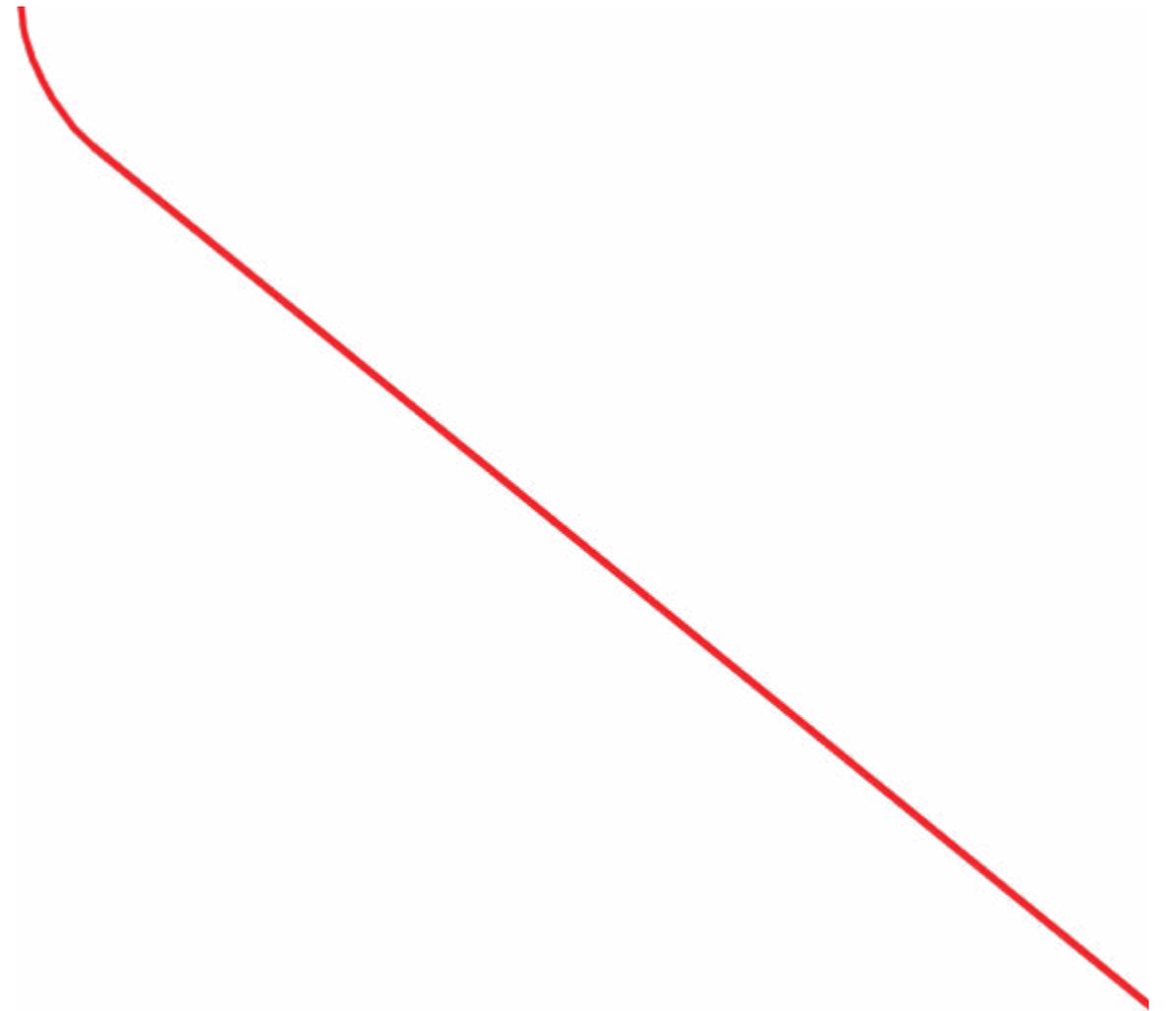
Esta proposta refere-se a uma leitura transversal a todos os tempos que dizem respeito a Lisboa (sejam estes o passado ou o futuro que imaginamos). Compreender a origem das coisas e a lógica da evolução (acumulação) da cidade torna-se essencial para fazer uma proposta mais densa e mais assertiva do que bonita - não deixando nunca de o ser. A Rua das Amoreiras surge, neste contexto, com grande importância não só pela sua condição urbana, mas também pela sua leitura territorial. A posição secular que ocupa e a heterogeneidade de seus alçados, conferem-lhe a capacidade de resumir a transformação daquele território ao longo do tempo. A sua morfologia mantém-se desde um período em que estes terrenos apresentavam uma vocação rural/ agrícola, acumulando agora novas vontades que já foram, e outras que ainda são: o conjunto da praça das Amoreiras e as Vilas Operárias que remetem para uma determinada vontade de urbanizar e industrializar, os palacetes, os prédios de rendimento, e finalmente o Amoreiras Shopping Center que faz do alto das Amoreiras uma nova centralidade. A Rua das Amoreiras resume a evolução da cidade.

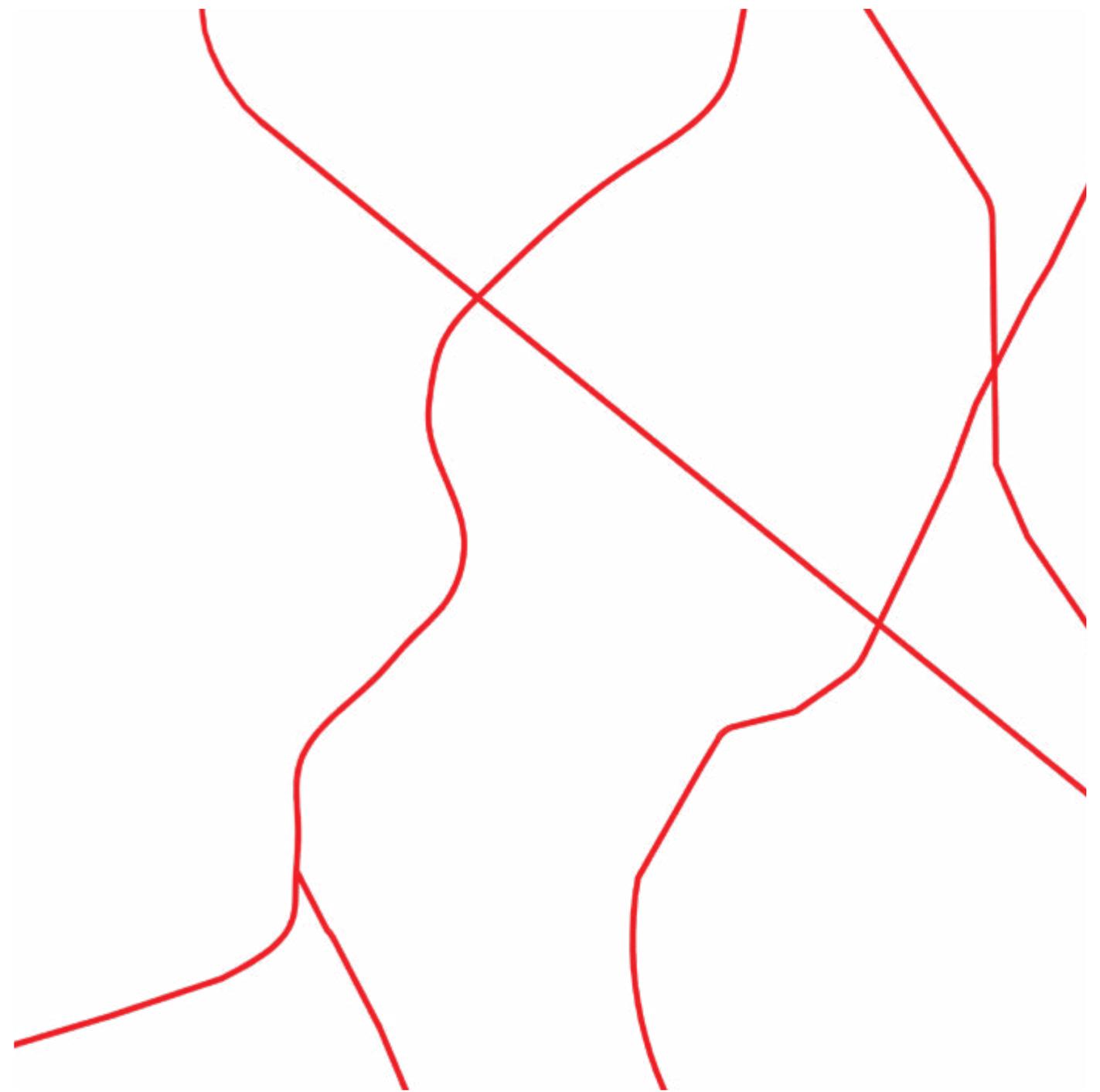
No entanto, a compreensão da cidade como um continuum urbano não nos permite nunca isolar determinadas áreas, ainda que estas demonstrem ter grande relevância num contexto localizado.

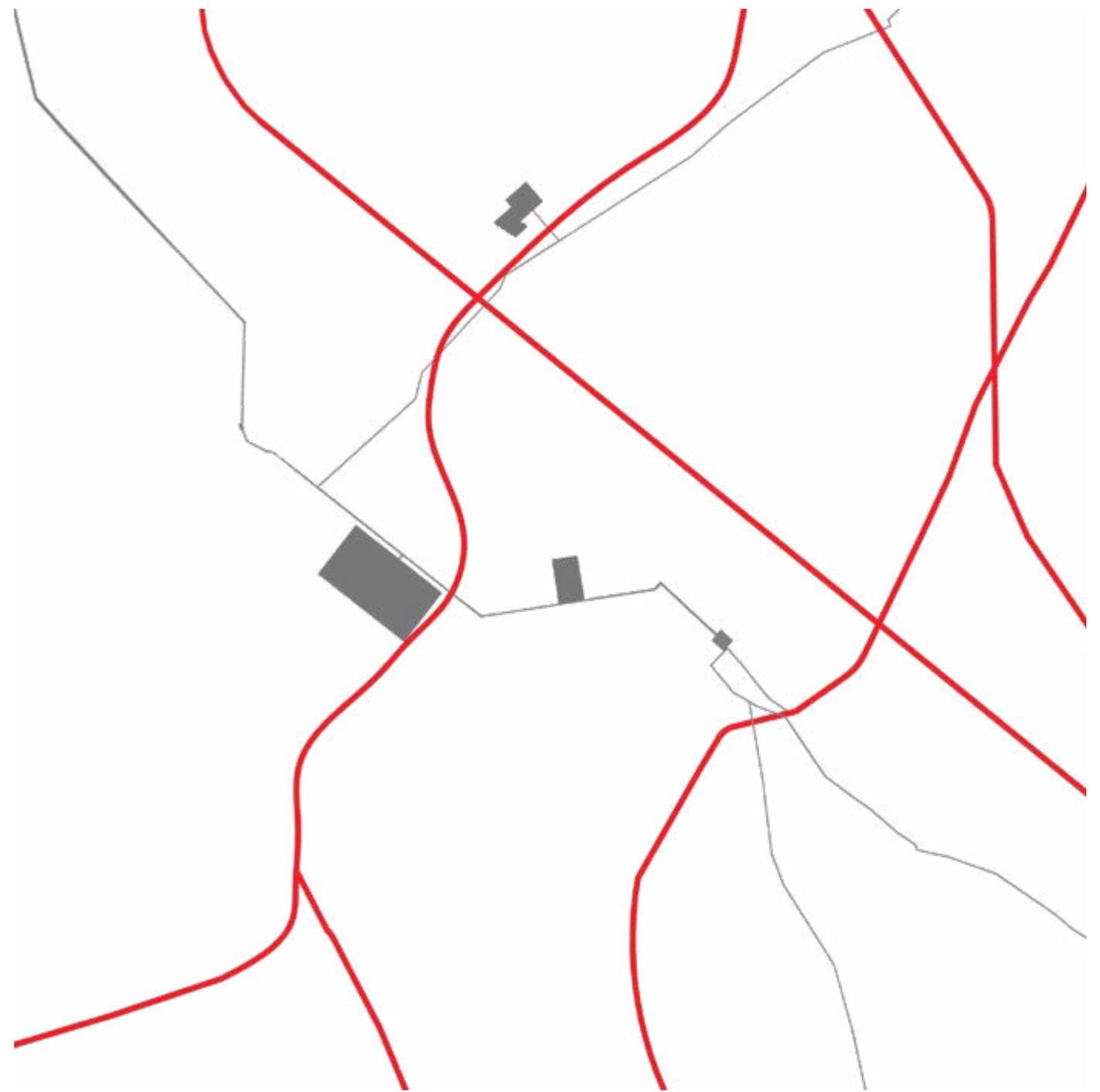
A análise da zona das Amoreiras revelou-nos uma densa sobreposição de redes que moldaram e moldam o território, tais como: o Aqueduto das Águas Livres, a rede de metro, a rede de comboios, a rede de estradas e a rede de elétrico. A utilização destas redes como fundamento base do trabalho permitiu-nos ter uma visão territorial em relação à proposta urbana. Quer-se com isto dizer que uma intervenção no cruzamento de duas ou mais redes estará inevitavelmente inserida num panorama territorial. Assim, no que diz respeito à materialidade e ao desenho de chão, optámos por um pensamento de continuidade em relação à cidade existente, apresentando pequenas variações que possam contribuir para uma marcação mais acentuada das propostas que fazemos. A utilização de calçada e lancil, num molde tradicional, permite adaptar com alguma facilidade o desenho à realidade, seja de um ponto de vista topográfico ou de continuidade. No entanto, um maior destaque é dado a intervenções que se relacionem diretamente com as ditas redes, dando-lhes mais legibilidade. Neste sentido tentámos sempre resolver situações que - embora específicas da área de estudo - mostrassem um pensamento mais abrangente em relação à cidade.

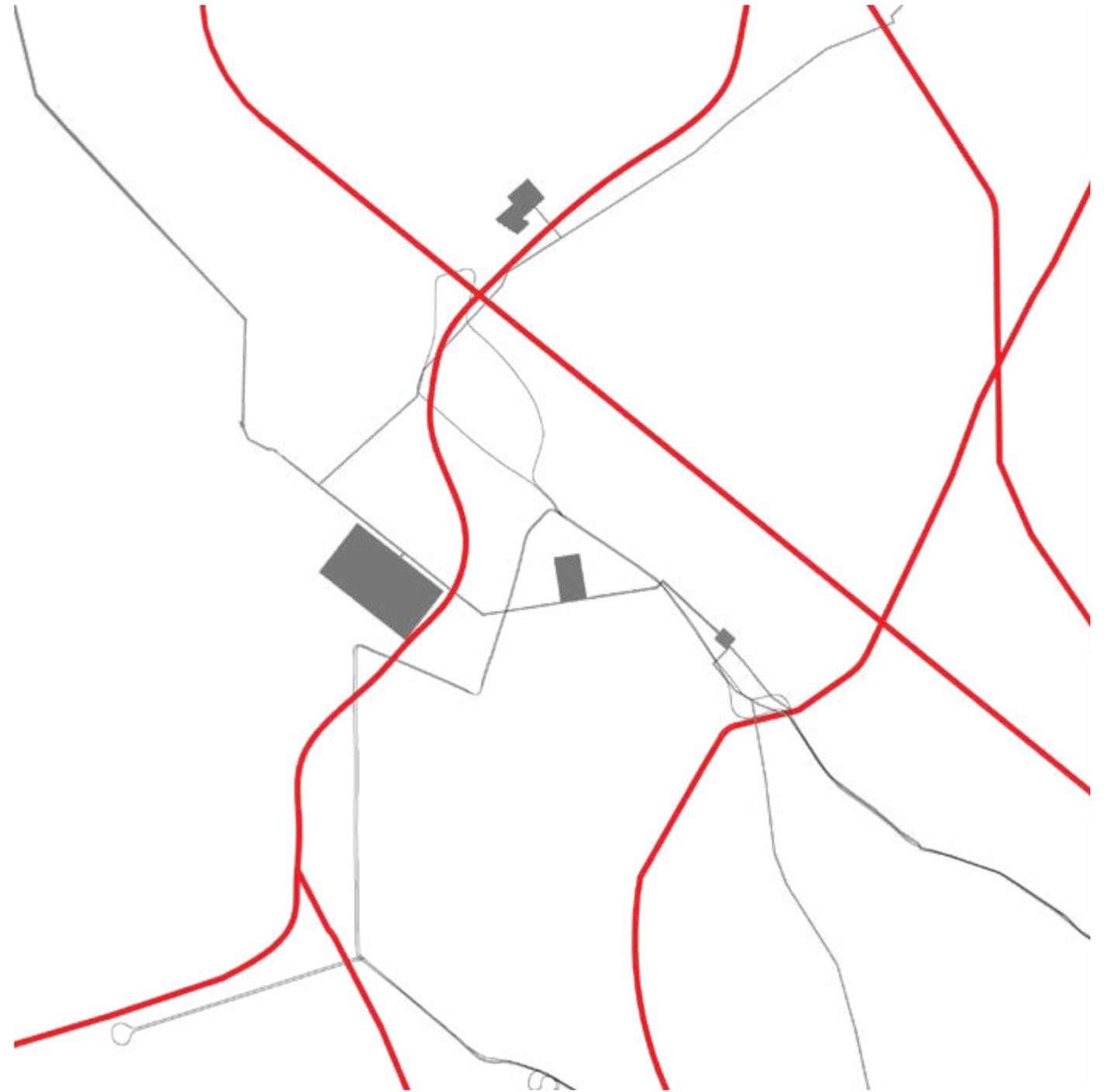


A mentalidade das gerações de hoje, encontra-se um passo à frente do estilo de vida atual. Os serviços funcionam ao mesmo tempo que a maioria da população trabalha; os pais vêm-se sem tempo para colocar os filhos na escola, ficando essa tarefa a cargo de outros; as grandes superfícies comerciais enchem-se de gente durante o fim de semana, porque os dias úteis destinam-se apenas ao ato laboral.









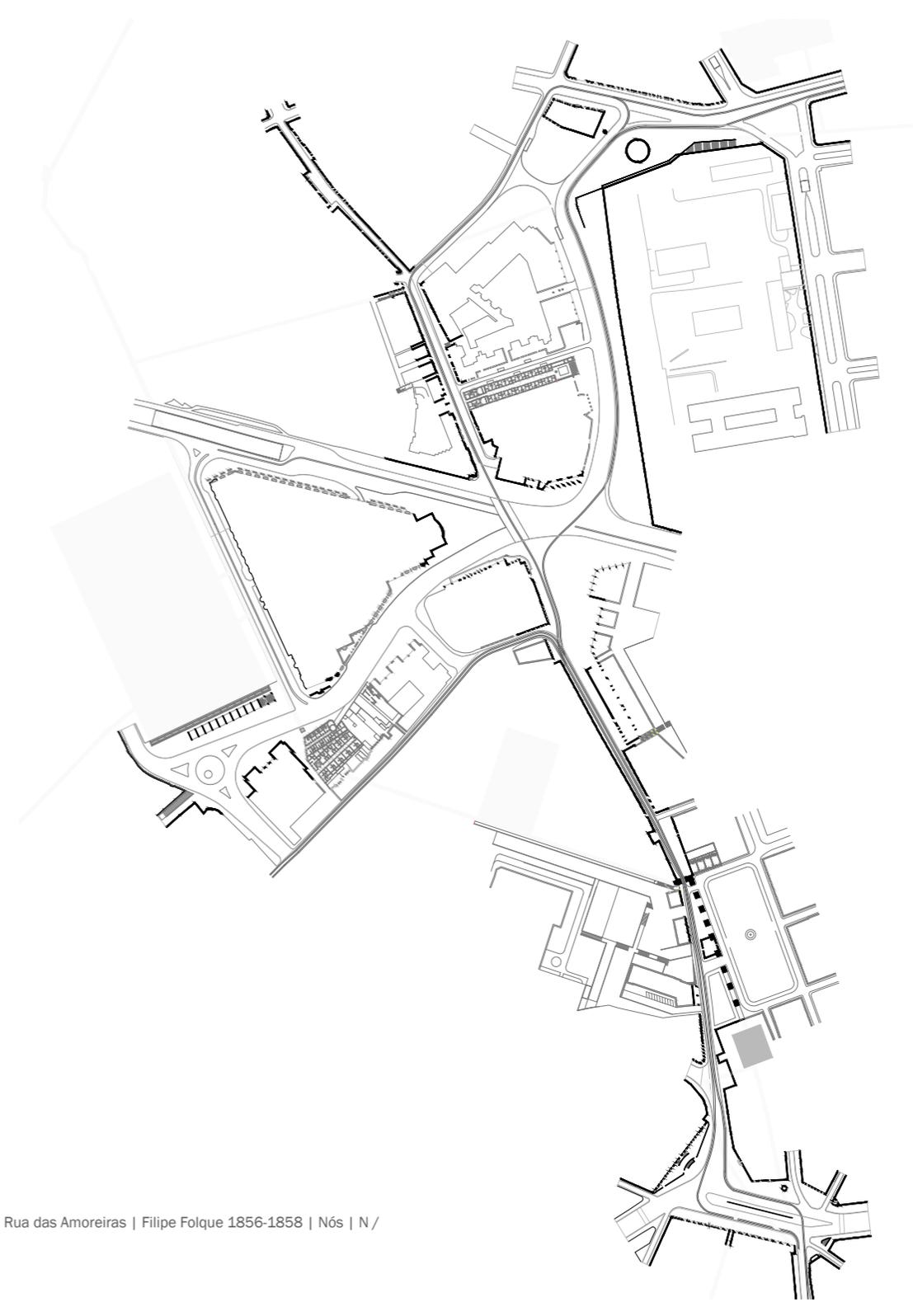




Aparecem cada vez mais grandes superfícies, enquanto desaparecem as pequenas. Não existe um respeito por parte dos indivíduos de “tipo A” pelos indivíduos de “tipo B”, não existe portanto uma aceitação por parte da sociedade de que existem vários horários possíveis nas 24 horas de um dia, numa época em que esta geração é governada por hábitos e horários que deixam pouco espaço para a espontaneidade; os hábitos deixam-se cronometrar pelo tempo do horário que não tem tempo, tempo este que fica folgado nas horas do dia e que assim se torna no “tema central” da nossa época.



Rua das Amoreiras | Filipe Folque 1856-1858 | Nós | N /





ow bus
CDU
Comhanga

LUSOMUNDO

Alameda da Amadora
Alameda da Amadora
Alameda da Amadora
Alameda da Amadora
Alameda da Amadora

GUERRA

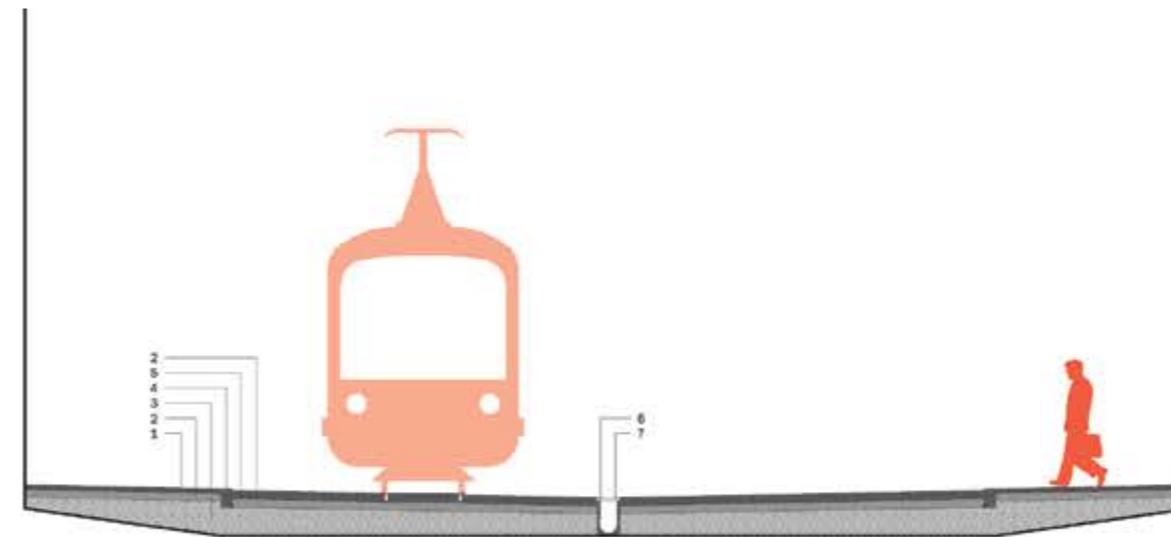
O cruzamento entre a Avenida Engenheiro Duarte Pacheco e a Rua das Amoreiras surge como uma das primeiras situações de relevância a resolver. Trata-se de uma área ainda por consolidar que possui algumas características de praça. É na sequência da análise da Rua das Amoreiras que compreendemos que esta 'praça', assim como algumas das intervenções contemporâneas adjacentes, retiram a leitura no espaço da referida Rua, tão legível nas cartas históricas e até nas plantas atuais. É importante referir, no entanto, que a dificuldade de consolidar o espaço não se deve tanto à formalização do edificado, mas à falta de definição do espaço público. A saída do parque de estacionamento do Amoreiras Shopping Center, os respiradouros da via subterrânea que liga o viaduto Duarte Pacheco (A5) ao Marquês do Pombal, o posicionamento das linhas de elétrico (ainda que hoje não estejam em uso), a dificuldade de passar pedonalmente para a outra banda, mas principalmente o confronto entre diferentes lógicas urbanas.

A saída de estacionamento, sendo uma de muitas, torna-se supérflua numa lógica que pretende alcançar maior equilíbrio entre as diferentes formas de circular na cidade. Os respiradouros da via subterrânea são tapados - deixando em aberto a possibilidade de ventilar o túnel por outros meios, que não são aqui contemplados. A linha do elétrico - que propomos que volte a funcionar - é reposicionada de forma a que a leitura da Rua das Amoreiras seja reposta do melhor modo possível.

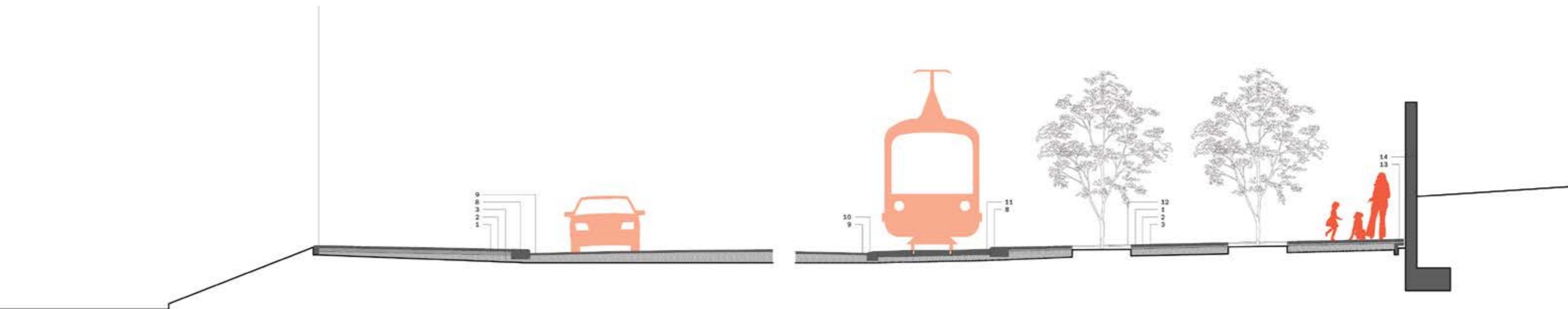
A 'simplicidade' da nossa intervenção permite compreender a complexidade da cidade.



- 1 Passeio para peões em calçada portuguesa
- 2 Camada de assentamento
- 3 Enrocamento em brita de várias granulometrias
- 4 Lancel guia em pedra calcária de Ataija creme
- 5 Via para peões e automóveis em calçada de granito cinza
- 6 Sumidouro contínuo de águas pluviais em pré-fabricado de betão
- 7 Tampo de sumidouro em pedra calcária de Ataija azul
- 8 Lancel boleado em pedra calcária de Ataija creme
- 9 Via exclusiva a veículos em betuminoso
- 10 Lancel rampeado em pedra calcária de Ataija azul
- 11 Faixa exclusiva a transportes públicos em betuminoso
- 12 Caldeira para árvore com grelha em aço ao nível do passeio
- 13 Elemento em pré-fabricado de betão e remate em chapa de aço
- 14 Muro existente em alvenaria de pedra



Rua Professor Sousa da Câmara | Esc.: 1_100



Av. Conselheiro Fernando de Sousa | Esc.: 1_100



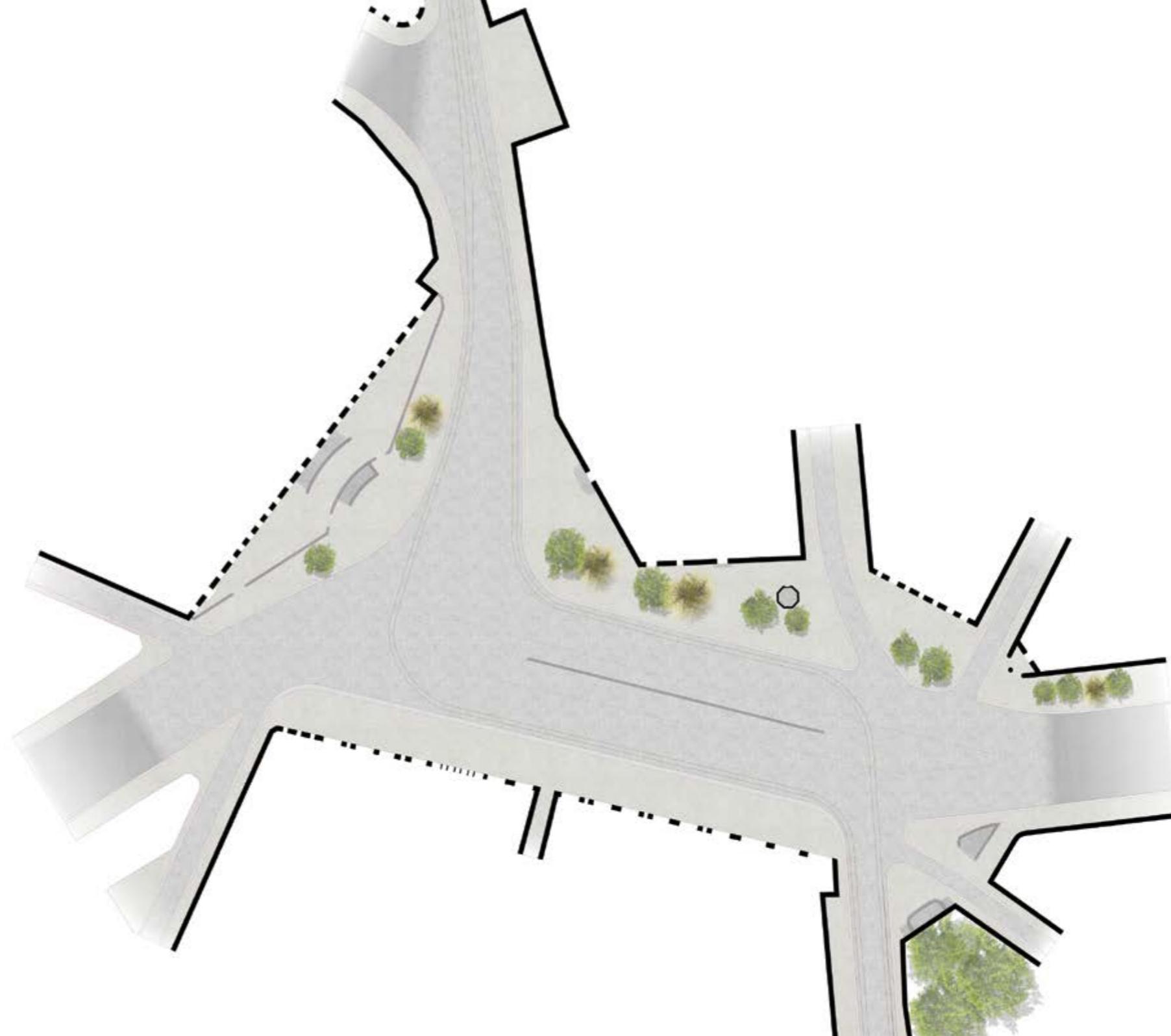
O Largo do Rato é sempre lembrado pela sua caótica organização viária. Trata-se de um nó que apresenta uma elevada capacidade distributiva para as principais vias de circulação automóvel de Lisboa, sacrificando o espaço público. Verificando-se a sua extrema complexidade, e tendo em consideração a estratégia de intervenção delineada, tornava-se agora necessário compreender a evolução do Largo do Rato.

Foi no último século que se deram as mais transformadoras alterações no Largo. A sua forma, ainda que alterada, estava consolidada. A solução não poderia passar por mais construção, mas sim por um pensamento urbano que abarcasse todos os assuntos referentes ao Rato, incluindo a recente circulação automóvel. Os vários planos e intervenções resultaram num espaço que, ainda que optimize a circulação automóvel, dificulta a leitura do espaço público e é hostil para as pessoas que optam pelos transportes coletivos e pela pedonalidade.

O nosso desejo de futuro pretende utilizar a ancestralidade do Largo do Rato em conjunto com as necessidades do Homem de hoje. Quer isto dizer que não será nunca descurada a necessidade da locomoção rápida, como foi ultimamente descurada a pedonal. Não ignoramos a importância das vias de circulação automóvel, mas privilegiamos os outros tipos de circulação.

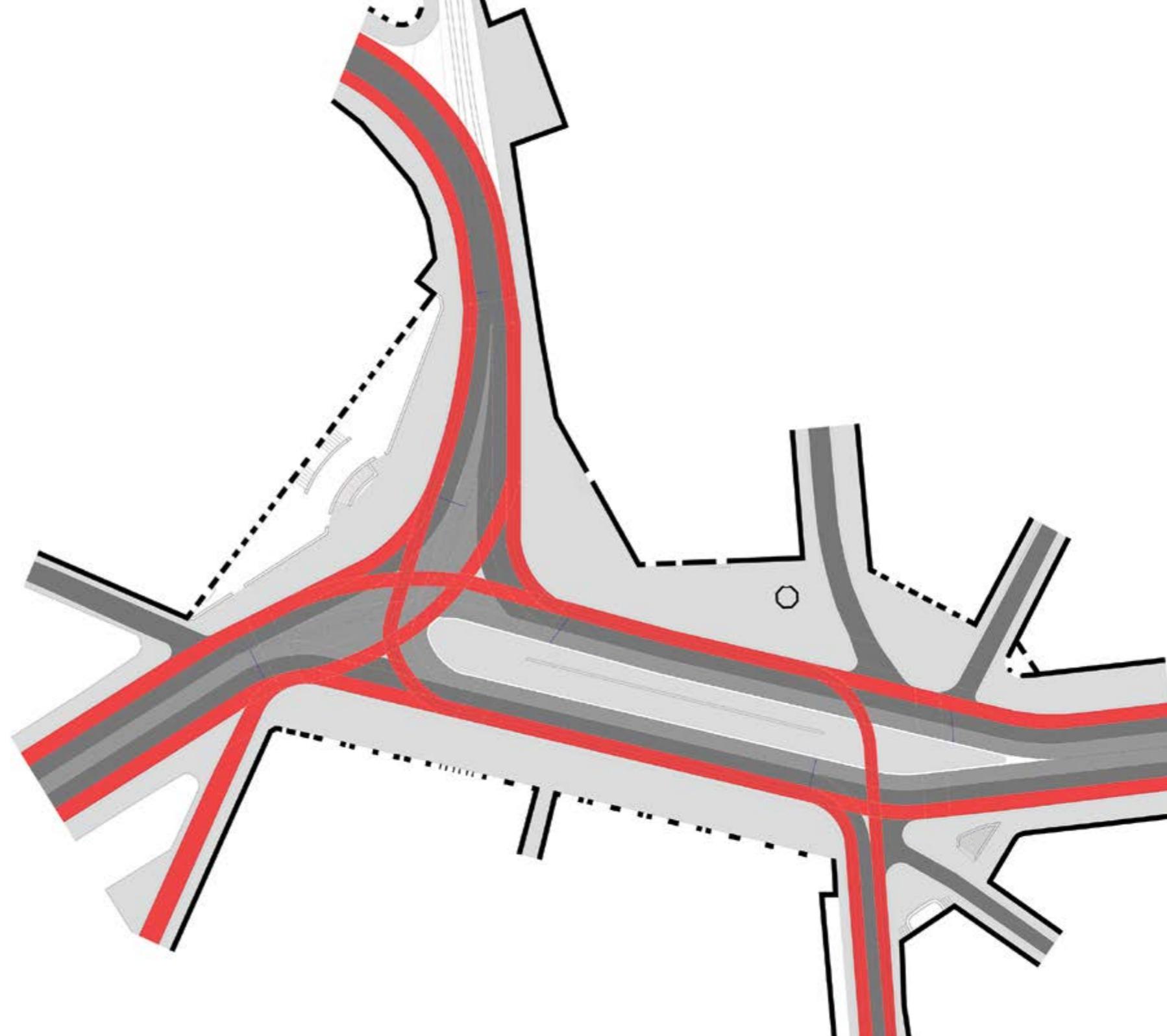
A tentativa de articular, através do desenho, o passeio e a estrada foi essencial para o resultado da proposta apresentada. Privilegiando sempre o percurso feito a pé, o aumento significativo dos passeios ajuda a desenhar o limite das vias de circulação automóvel.

É ainda relevante considerar o significativo desnível que se faz sentir no Largo do Rato (no sentido Norte-Sul). De alguma forma, a concretização atual do Largo do Rato dá algumas pistas sobre o meio mais eficaz de vencer o desnível. A utilização do 'muro' no centro do Largo permite não só vencer a diferença de cotas, mas também criar uma zona pedonal legível ao seu largo.



As vias de trânsito assumem uma hierarquia menos evidente em relação ao espaço reservado aos peões no pensamento para o Largo do Rato. Com três faixas para cada sentido, a da direita é de acesso exclusivo aos transportes públicos coletivos, a faixa central privilegia a viragem à direita, e a da esquerda é utilizada para mudar de direção (à esquerda). Num sistema como este, onde a prioridade é sempre dos transportes coletivos, continua-se a utilizar o sistema de controlo de trânsito através dos semáforos. Estes são agora recolocados estrategicamente, com um limite de débito na ordem dos 30 segundos para cada mudança de direção.

A pedonalidade no Largo do Rato é clarificada através da materialidade proposta, que segue uma lógica de continuidade entre a Rua das Amoreiras e o seu prolongamento (proposto) para a Rua da Escola Politécnica. Possibilita-se assim a distribuição pedonal desde as Amoreiras até à marginal, mantendo o nosso desejo sempre presente: a rua como prolongamento da habitação.





O nó situado junto ao Amoreiras Shopping Center e ao reservatório da EPAL, é uma das zonas a intervir. Trata-se de um local onde confluem três vias de circulação automóvel - a Rua José Gomes Ferreira (acesso à A5 e Campo de Ourique), a Rua Carlos Alberto da Mota Pinto (de acesso ao Amoreiras Shopping Center e a Campolide) e Rua Joshua Benoliel (prolongamento da Rua D. João V de acesso ao Largo do Rato). Os problemas deste nó estão diretamente relacionados com o tráfego automóvel, acentuado nas 'horas de ponta' quando o movimento pendular acresce à circulação local. Para uma melhor intervenção, a organização do trânsito não pode ser descuidada, tornando-se aliás, assunto prioritário.

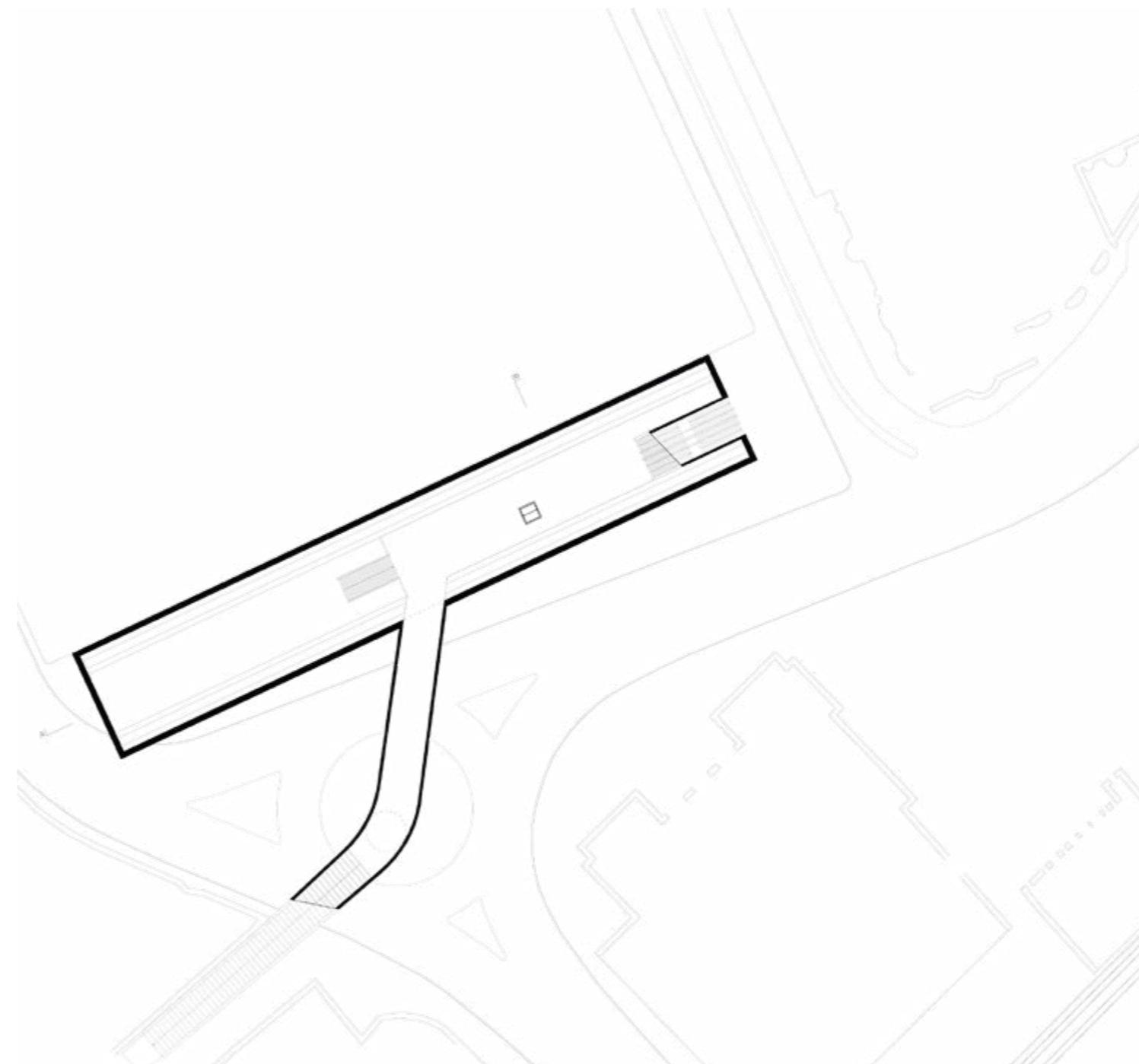
No sistema atual todas as vias podem seguir para todas as direções, como aliás, tem que acontecer. Ao contrário do Largo do Rato, esta zona é pensada desde fundação para aceitar e até privilegiar a circulação motorizada, que como já dissemos não deverá ser desconsiderada. No entanto a sua organização é pouco eficiente, e não é só para os peões. O controlo por semáforos faz com que todos percam tempo sem que seja necessário.

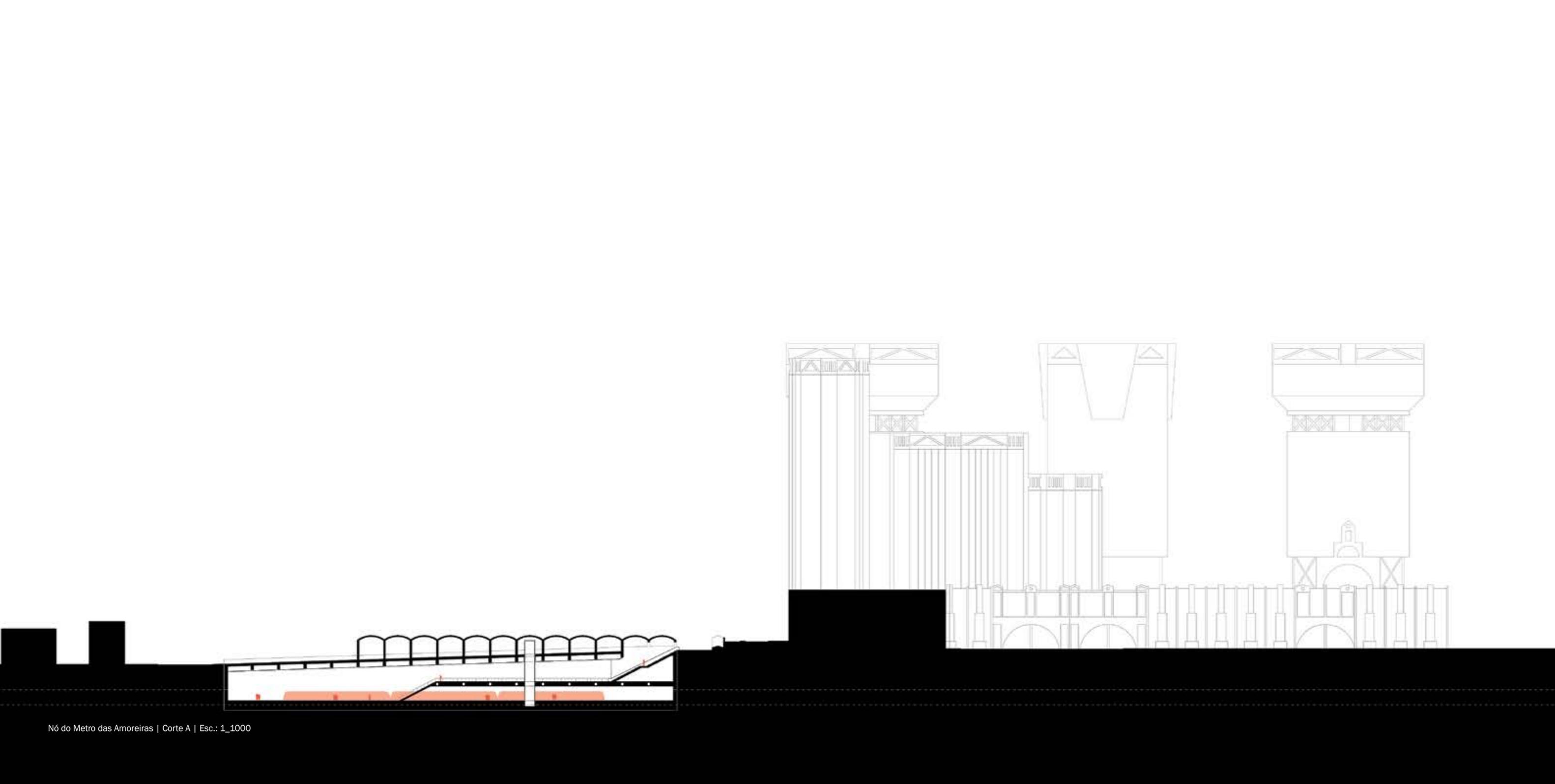
A construção de rotunda, ainda que solução comum, é a solução que pode evitar o conflito automóvel, promovendo abrandamento no trânsito e facilidade na circulação pedonal.

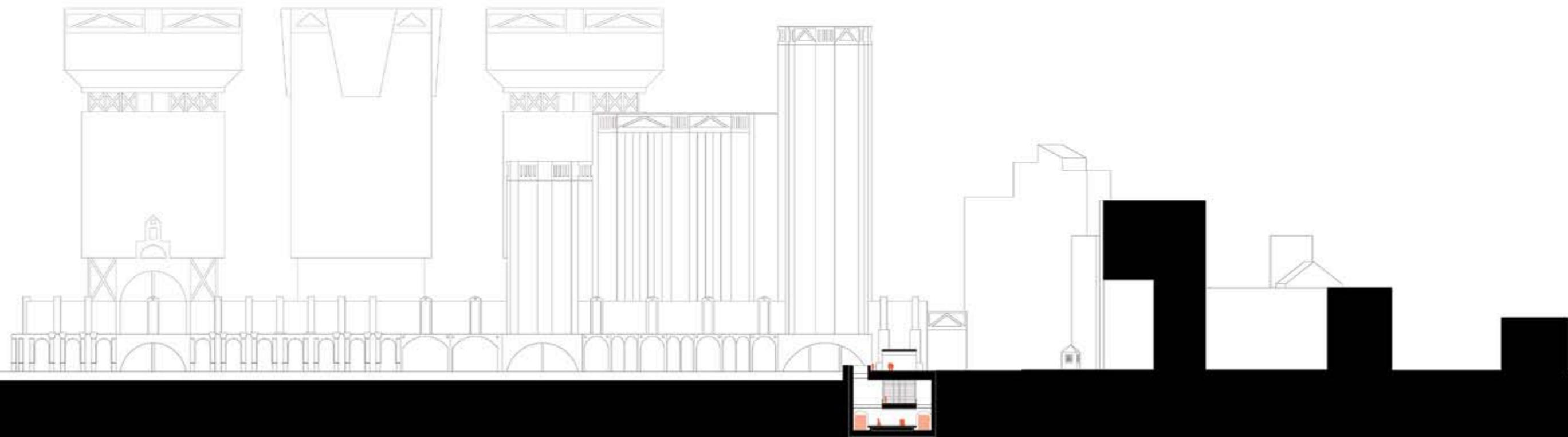


Tendo em consideração a extensão proposta da linha vermelha do Metropolitano de Lisboa até aos Prazeres, e o facto de este local mostrar disponibilidade para construção, propomos a formalização da Estação de Metro das Amoreiras. Anteriormente falou-se em propostas que conseguissem mostrar um pensamento abrangente em relação à cidade e ao território – o Metro permite essa reflexão. Esta nova Estação viabiliza, a nível local, a ligação entre a zona das Amoreiras e Campo de Ourique através de uma passagem inferior, que é também uma plataforma intermédia de acesso ao Metro.

Com o propósito de rematar o terreno vazio da EPAL – que referencia de forma direta a memória do aqueduto que corre a seu lado – propomos a construção de uma estrutura (dependente da estrutura do Metro) que poderá albergar mercados ou feiras ao ar livre.









Se por um lado nos sentimos limitados pelo tempo, pela máquina nos sentimos controlados, ela que nos leva a todo o lado e que nos dá o próprio tempo; somos dependentes e já não conseguimos viver sem um ser que se encontra no limiar da vida e da morte, no entanto somos dependentes de uma máquina que é sempre lenta demais para nós, que necessitamos da “velocidade de um click”, por isso temos de ser nós a moldarmo-nos à nossa própria invenção, em vez do contrário. Ela é sem dúvida o fator mais importante da nossa vida e, embora tente acompanhar a velocidade humana, encontra-se sempre um passo atrás.



Tentando perceber o conjunto de 'acumulações' clarificando-as, coube-nos tentar solucionar o complexo cruzamento de ruas gerado da interseção da Avenida Miguel Taborda e da Rua Artilharia 1 com a Rua Marquês de Fronteira, ao qual se juntam a Rua de Campolide e a Avenida Conselheiro Fernando de Sousa, ambas tangentes ao Parque de Estacionamento de Campolide. Da análise do Plano de Pormenor para esta zona adotámos uma solução prevista no mesmo, que, através de uma passagem desnivelada ligando a Avenida Miguel Torga à Rua Artilharia 1, retira parte do trânsito da Rua Marquês de Fronteira. Com a diminuição do fluxo rodoviário foi-nos possível condensar o percurso automóvel na Rua Marquês de Fronteira, o que permitiu aumentar a dimensão das áreas pedonais em locais específicos, como a zona do Interface de Campolide a, projeto a ser falado em pormenor mais à frente neste trabalho. Privilegiar o transporte, em especial a reativação da linha de elétrico, é essencial e obriga à criação de uma faixa de rodagem – que servirá de apoio ao Interface – onde apenas transportes públicos possam circular. No entanto para além do transtorno que os automóveis em movimento criam hoje nesta zona, somam-se os que procuravam o Parque de Estacionamento de Campolide para deixar o carro, em que tanto a entrada como a saída se encontravam a nosso entender mal posicionadas para um bom fluxo rodoviário. Nesse sentido resolvemos reposicioná-las – procedendo a pequenas alterações no interior do parque – passando a entrada a efetuar-se pela Rua de Campolide e a saída no sentido de trânsito da Avenida Conselheiro Fernando de Sousa, acabando assim com uma rotunda improvisada para o acesso ao parque.









O terreno, que por conveniência apelidamos de “Artilharia 1”, viabilizou um levantamento de problemas e questões, que possibilitaram uma série de debates e reflexões acerca da cidade. Este ‘terreno vago’ de grandes proporções, que mostra ainda vestígios da sua anterior ocupação de caráter militar, levou-nos a considerar a importância da oportunidade de construção. Trata-se de um terreno que está cercado por um muro alto que não possibilita perceber o que se passa no seu interior. As copas das árvores – muitas delas de grande porte – permitem adivinhar a presença de uma grande massa verde, no entanto, esta não é a única e tão pouco a mais importante característica deste terreno. Os edifícios que existiram outrora foram demolidos, restando apenas as suas marcas no chão e aquilo que é hoje a sede do Instituto Geográfico Português (no topo Sul). As lajes, os restos de parede, os caminhos que se mantêm marcados, convivem livremente com a vegetação que se desenvolveu, ou que foi lá colocada posteriormente, muitas vezes sobrepondo-se.

É importante notar o elevado valor em que este terreno está avaliado. A sua localização e dimensão resultaram numa especulação imobiliária, que de resto, é o que permite que o terreno se mantenha no seu estado atual – desocupado. Depois de consultarmos o Plano Diretor Municipal de Lisboa, compreendemos que os planos para aquele terreno passam sempre por uma ocupação densa, que permita a rentabilização do mesmo. Questionamos este tipo de propostas e sua pertinência no contexto atual.

A riqueza daquele terreno e o facto de este não ter nenhuma ‘função’ atribuída passaram a ser o tema central de discussão. Dentro de uma lógica, sempre presente, de favorecer a cidade, considerámos que o terreno devia ser ‘dado’ à cidade. Mas de que forma? O muro não deixa ver o terreno. Partir o muro? Onde partir? O terreno devia ser visto, mas se fosse percorrido seria também desvirtuado...

Compreendemos então, que deveríamos deixar ver mas não aceder. As ideias de ocupação do terreno são adiadas até se saber mais sobre este tipo de espaço, até se conseguir compreender este tipo de espaço. Pensar sobre este terreno requer a sensibilidade de compreender o que a cidade precisa, e de compreender que a cidade não precisa de mais condomínios fechados, escritórios, hotéis e tão pouco ‘jardins’.

No seguimento da análise das ‘redes’, já mencionadas, compreendemos que quase todas se cruzam num dos topos do terreno. Primeiro uma extensão do aqueduto, depois a rede viária, a rede de eléctrico e a rede de metro que vem de São Sebastião e vai ligar aos Prazeres. A linha do comboio que liga Campolide b ao Rossio é a última, primeiramente indiciada por um respiradouro nas imediações do terreno e posteriormente confirmada. Esta descoberta indicava já uma forma de intervir no terreno sem intervir propriamente, isto é, mantendo as características do mesmo.



Com o futuro em vista, considerámos que a construção deveria estar diretamente relacionada com as 'redes', dando aqui especial importância às redes de transportes, denominador comum a [quase] todos os pensamentos de futuro. Interessou-nos a potencialidade de um edifício que possa ter uma ação tanto territorial como local.

Esta reflexão permitiu-nos realizar uma abordagem, onde o nosso desejo, para além de tentar compreender, reorganizar e estruturar as diversas "acumulações" da cidade, as recebe.

Ao invés de olharmos fixamente para dados de organização do território que remetem para a resolução prática ao nível da superfície – atitude que seria espectacular – tentou-se adicionar uma layer em subtração, ao nível do subsolo. Esta possibilidade de adição de uma nova layer, ainda que um pouco utópica, surgiu com a perceção de que a 50 metros de profundidade se encontrava uma linha de comboio (túnel do Rossio), e que esta poderia significar uma oportunidade de ligação de uma saída para a superfície. A procura de resolução de uma série de cruzamentos de redes no subsolo permite, não apenas a resolução de problemas ao nível da superfície, como também transcender os limites da área de intervenção. O discurso passa assim a abranger estruturas de redes territoriais.



Qual será o papel do arquiteto? O que podemos fazer para alterar o futuro que imaginamos?

Será que nos devemos resignar a este futuro, ou por outro lado, devemos adotar uma atitude ativa e tentar alterá-lo?

A sociedade caminha cada vez mais para a singularidade, para o distanciamento das outras pessoas; não é este o futuro que desejamos, e embora seja este o que prevemos, devemos tentar mudá-lo.



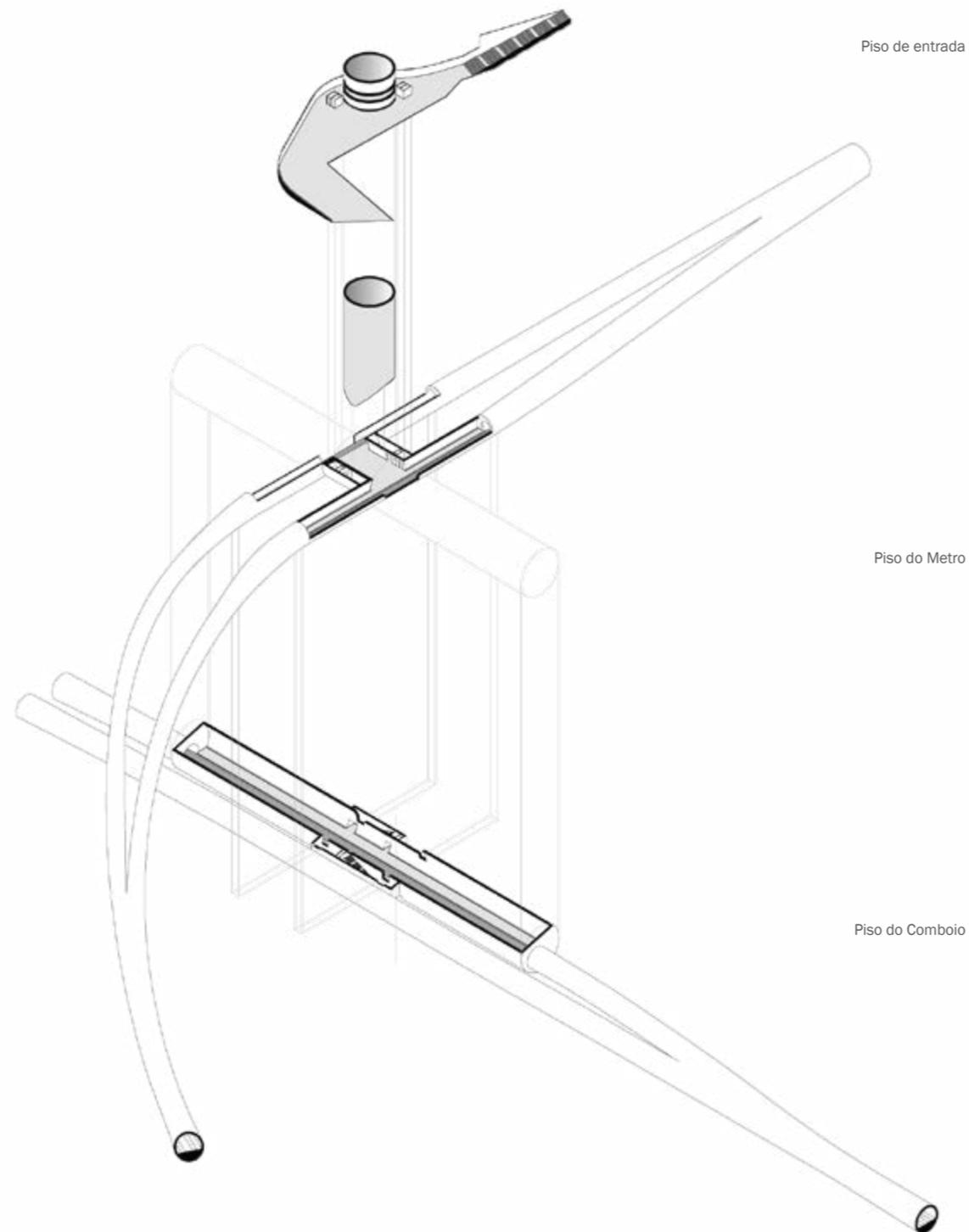


En el decurso de la vida hay hechos modestos que pueden ser un don.

Yo acababa de llegar al hotel. Siempre en el centro de esa clara neblina que ven los ojos de los ciegos, exploré el cuarto indefinido que me habían destinado. Tanteando las paredes, que eran ligeramente rugosas, y rodeando los muebles, descubrí una gran columna redonda. Era tan ancha que casi no pudieron abarcarla mis brazos estirados y me costó juntar las dos manos. Supe enseguida que era blanca. Maciza y firme se elevaba hacia el cielo raso.

Durante unos segundos conocí esa curiosa felicidad que deparan al hombre las cosas que casi son un arquetipo. En aquel momento, lo sé, recobré el goce elemental que sentí cuando me fueron reveladas las formas puras de la geometría euclidiana: el cilindro, el cubo, la esfera, la pirámide.

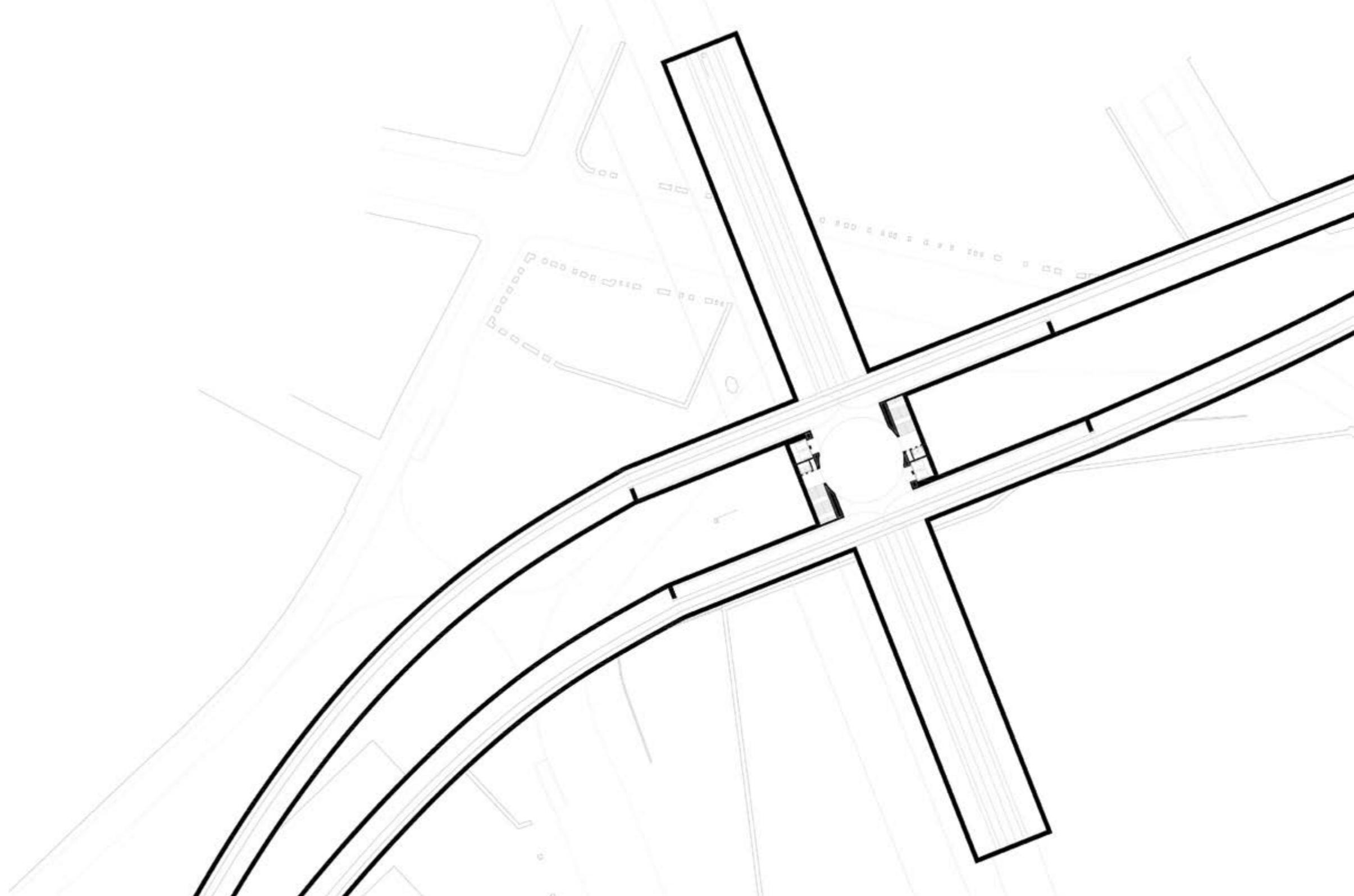
BORGES, Jorge Luís (1984), Atlas



A abertura do Túnel do Rossio e o projeto da Estação, foram considerados a maior obra de engenharia do século XIX. Mandados construir pela Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses em 1887, mas inaugurados apenas em 1890, época em que o comboio percorria numa velocidade de 6 km/h, demorando cerca de 27 minutos para percorrer os 2600 metros de túnel. Este percurso surge do desejo de ligar os comboios nacionais com os internacionais, tornando a Estação do Rossio, o principal centro ferroviário do país. Esta estrutura, alvo de reparações e melhoramentos em 2008, assume hoje em dia um papel diferente do que assumia no século XIX, no entanto, com a previsão da extensão da linha do metro, encarámos esta como uma possibilidade de ligação vantajosa para a cidade.

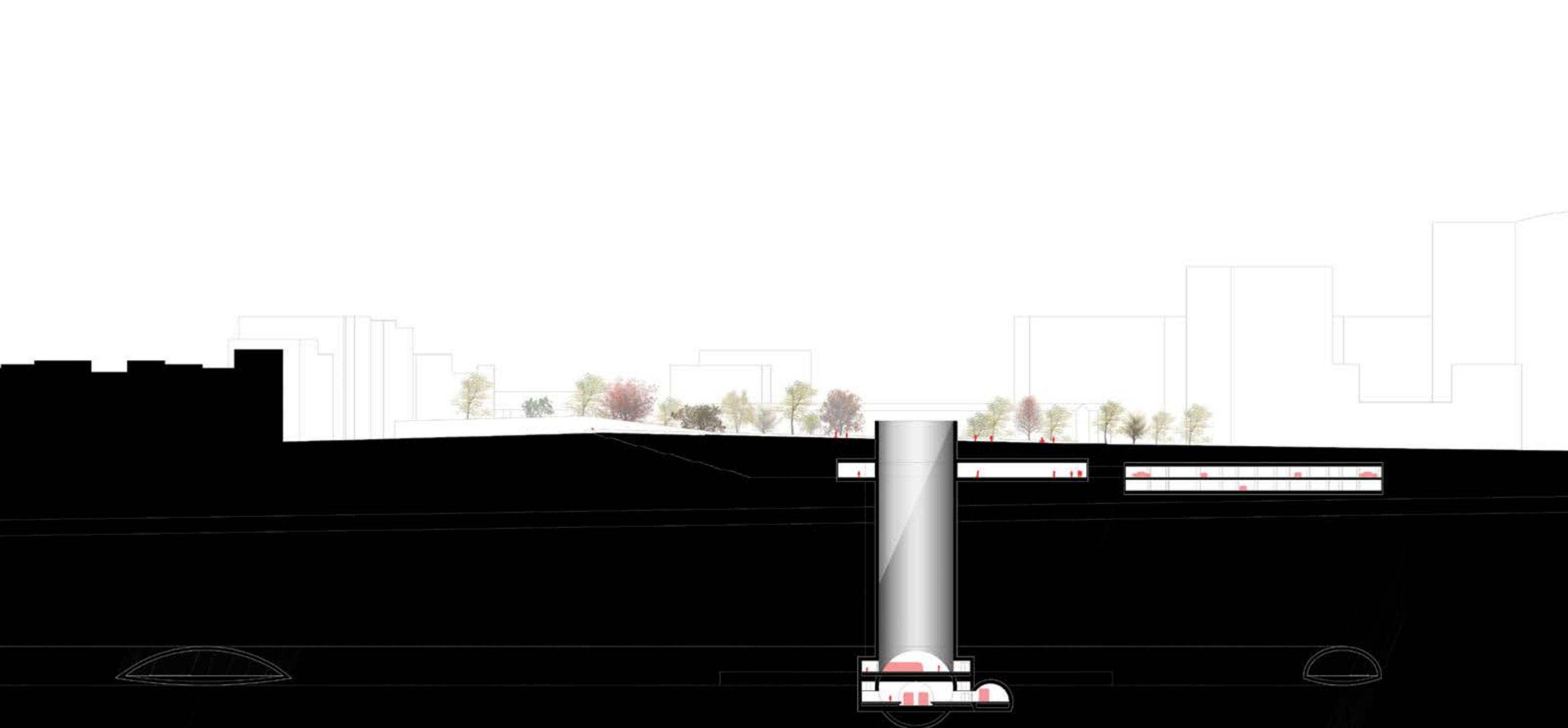
O projeto baseia-se na relação entre três eixos: dois eixos horizontais e um vertical. O primeiro eixo corresponde ao Túnel do Rossio – ao lado do qual é construído um novo, paralelamente a este, de modo a não suspender a circulação de comboios durante a sua fase de construção – que faria apenas a ligação de cerca de 500 metros entre o início do túnel em Campolide e o local do projeto. Perpendicularmente a este surge outro eixo horizontal – dois túneis independentes onde circulam os metros da futura linha vermelha que, para além da ligação visual estabelecida com a cota inferior onde circula o comboio, estão ligados por uma plataforma central onde surge o eixo vertical. Este é materializado através de um grande cilindro que recebe toda a luz exterior para o seu interior, onde está situada a largada de passageiros, e que é intersetado perpendicularmente pelos dois túneis. Na superfície, a plataforma de entrada surge como um gesto natural do próprio terreno, nela revela-se o “cilindro de luz” que juntamente com o sistema de quatro grandes elevadores de transporte de utentes – sistema utilizado em vários metros europeus, como o de Londres – organizam o espaço, sugerindo ainda uma ligação ao Parque de Estacionamento de Campolide.











Nó do Interface de Campolide A | Corte D | Esc.: 1_1000









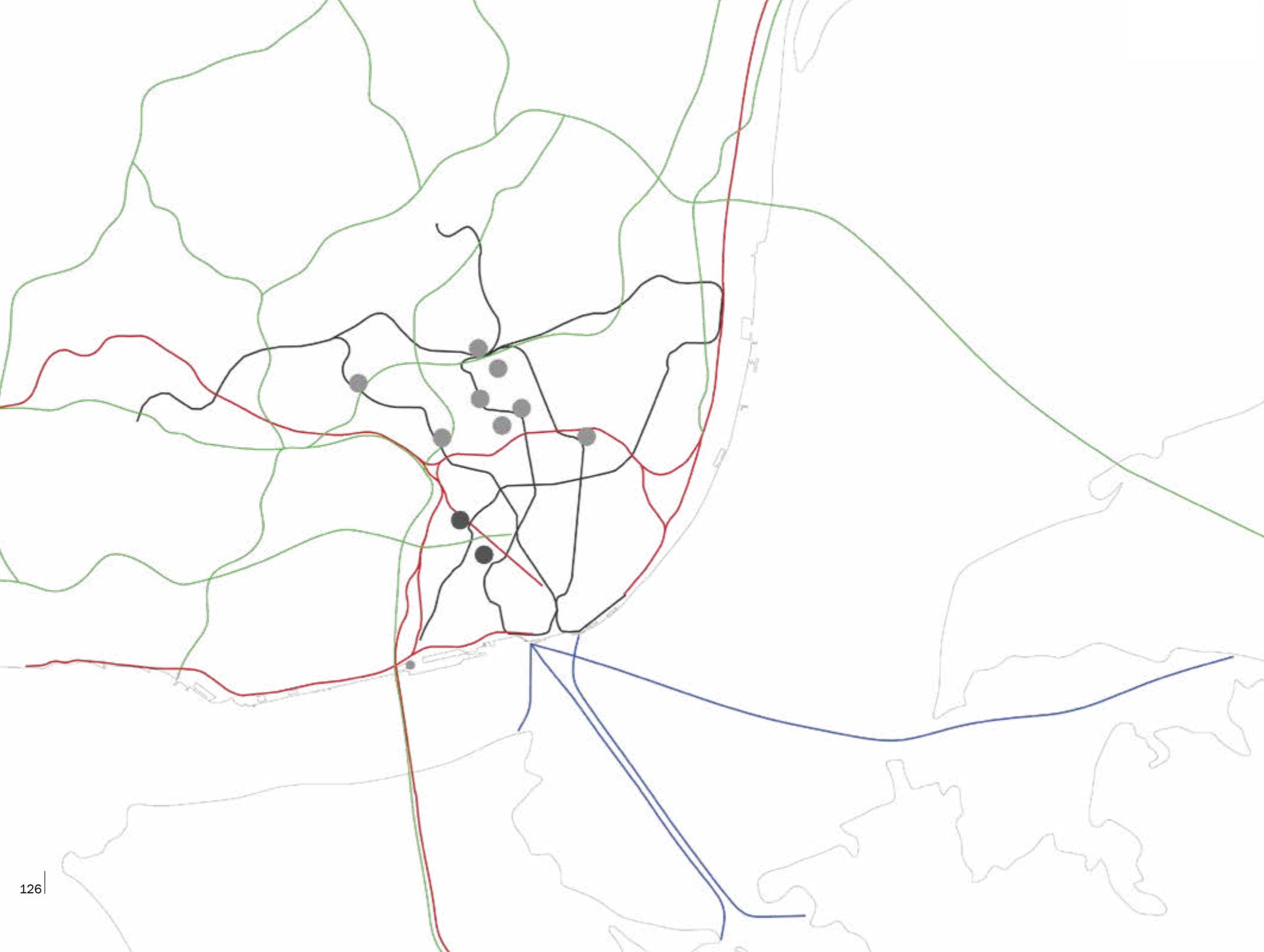




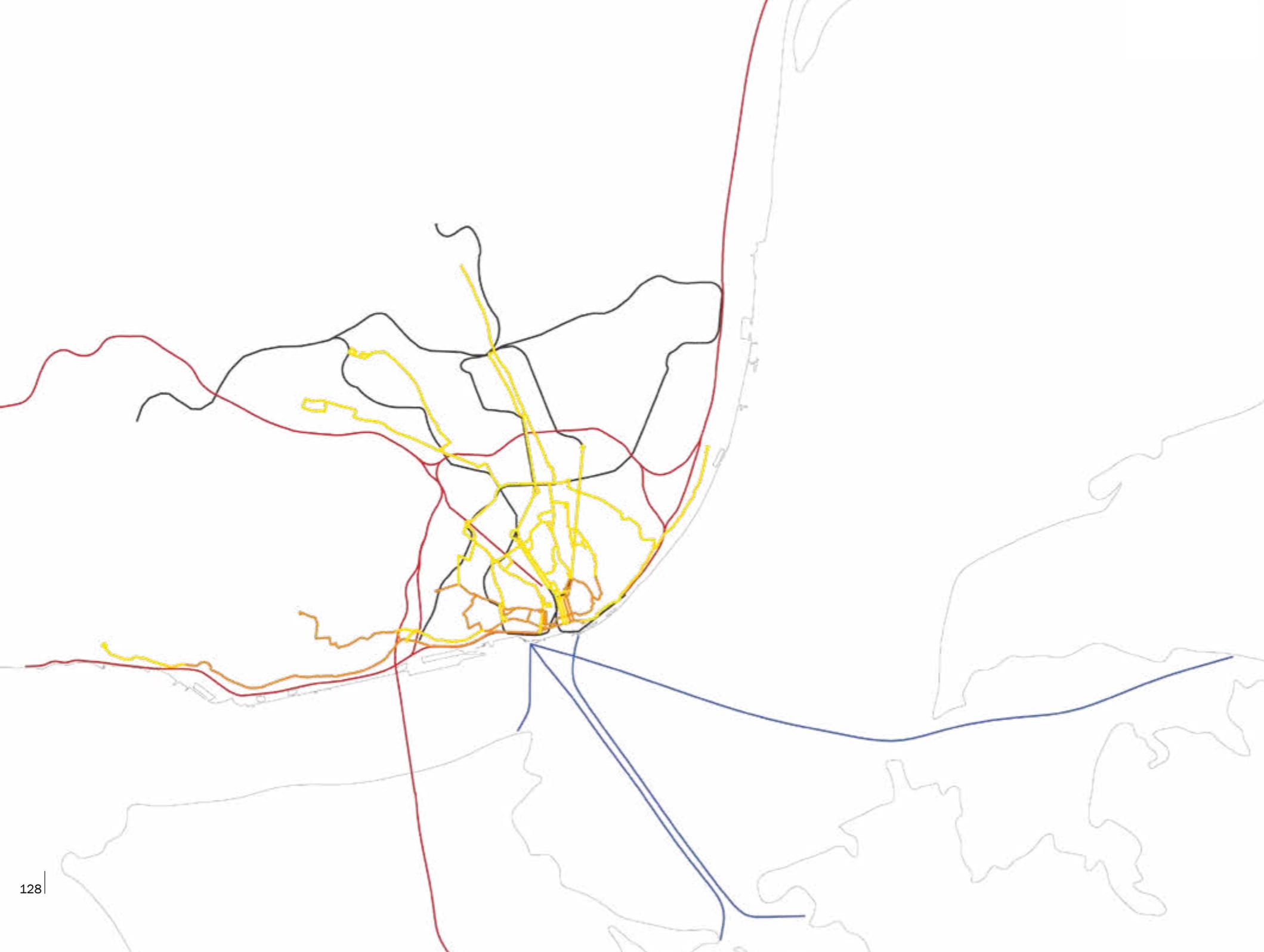
Queremos uma sociedade que dê mais importância à rua e menos à casa; a casa deverá ser um prolongamento da rua e a rua um prolongamento da casa; imaginamos uma cidade que acontece, uma rua que não precise de um evento para estar constantemente repleta de gente; queremos uma “Rua Garrett” e uma “Rua do Carmo” que seja o coração de uma pequena parte da grande cidade; sonhamos com um futuro em que o público e o privado se misturam e se confundem. Desejamos um pedaço de cidade perfeito pela sua imperfeição. Uma cidade de cabeça para baixo.



— Aqueduto de Lisboa



- Principais redes viárias
- Transportes Fluviais
- Caminho de ferro
- Metropolitano de Lisboa
- Parques de Estacionamento (parceria com o metro)
- P. Estacionamento (parceria com o metro) propostos



- Linha de Elétrico existente ativa
- Linha de Elétrico desativada - Re-ativar
- Transportes Fluviais
- Caminho de ferro
- Metropolitano de Lisboa



Entradas/ saídas do estrangeiro

Sete Rios | Portela | Santa Apolónia | Oriente



Entradas/ saídas do País

Portela | Santa Apolónia | Oriente | Belém | Benfica | Alcântara | Alcântara Terra | Campolide B | Sete Rios | Santos | Entrecampos
| Areeiro | Cais do Sodré | Rossio | Terreiro do Paço | Braço de Prata



Interface



Distribuição na cidade

Parque das Nações | Belém | Alcântara | Sete Rios | Santos | Cais do Sodré | Rossio | Terreiro do Paço | Torre de Belém |
Descobrimientos | CCB | Colombo | LX Factory | Amoreiras | Parque Eduardo VII | Cidade Universitária | Campo Grande | Campo
Pequeno | Saldanha | Largo de Camões | Chiado | Baixa | Praça da Figueira | Martim Moniz | Castelo | Graça | Alfama | Alameda



– O mal verdadeiro, o único mal, são as convenções e as ficções sociais, que se sobrepõem às realidades naturais – tudo, desde família ao dinheiro, desde a religião ao estado. A gente nasce homem ou mulher – quero dizer, nasce para ser, em adulto, homem ou mulher; não nasce, em boa justiça natural, nem para ser marido, nem para ser rico ou pobre, como também não nasce para ser católico ou protestante, ou português ou inglês. É todas estas coisas em virtude das ficções sociais. Ora essas ficções sociais são más porquê? Porque são ficções, porque não são naturais.

PESSOA, Fernando (1922), Banqueiro Anarquista in revista Contemporânea

PART II

o percurso de um ano...

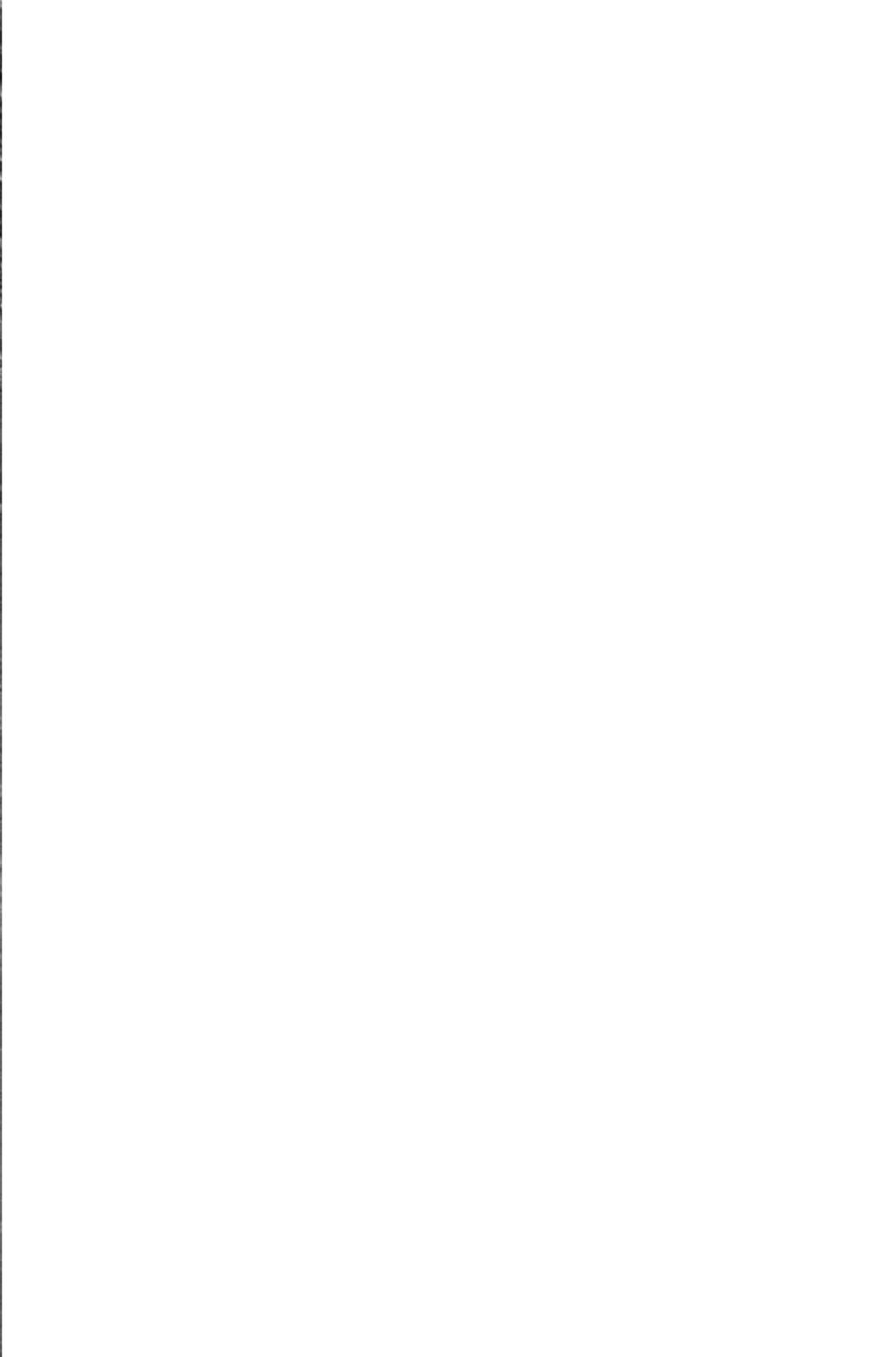






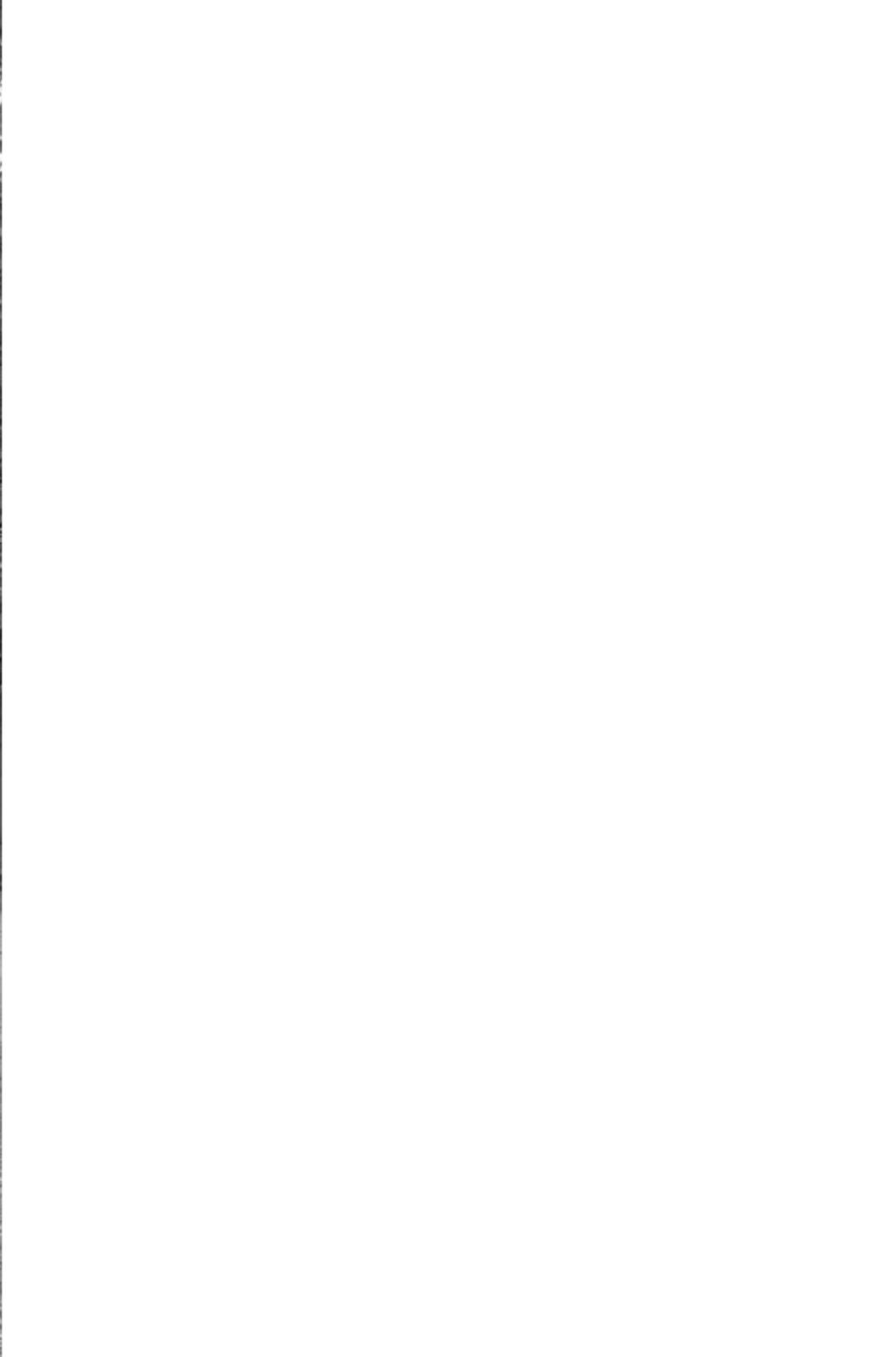








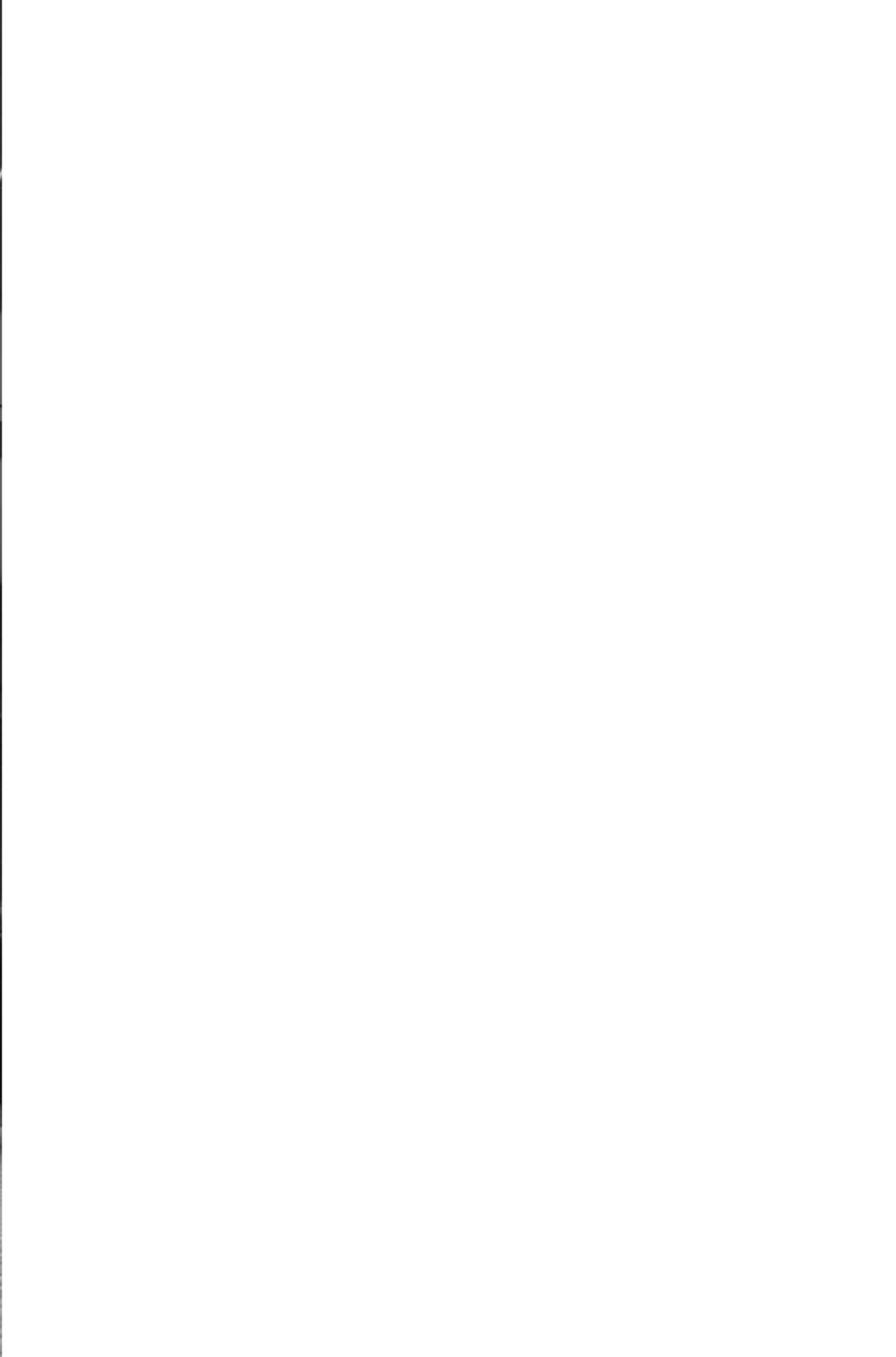


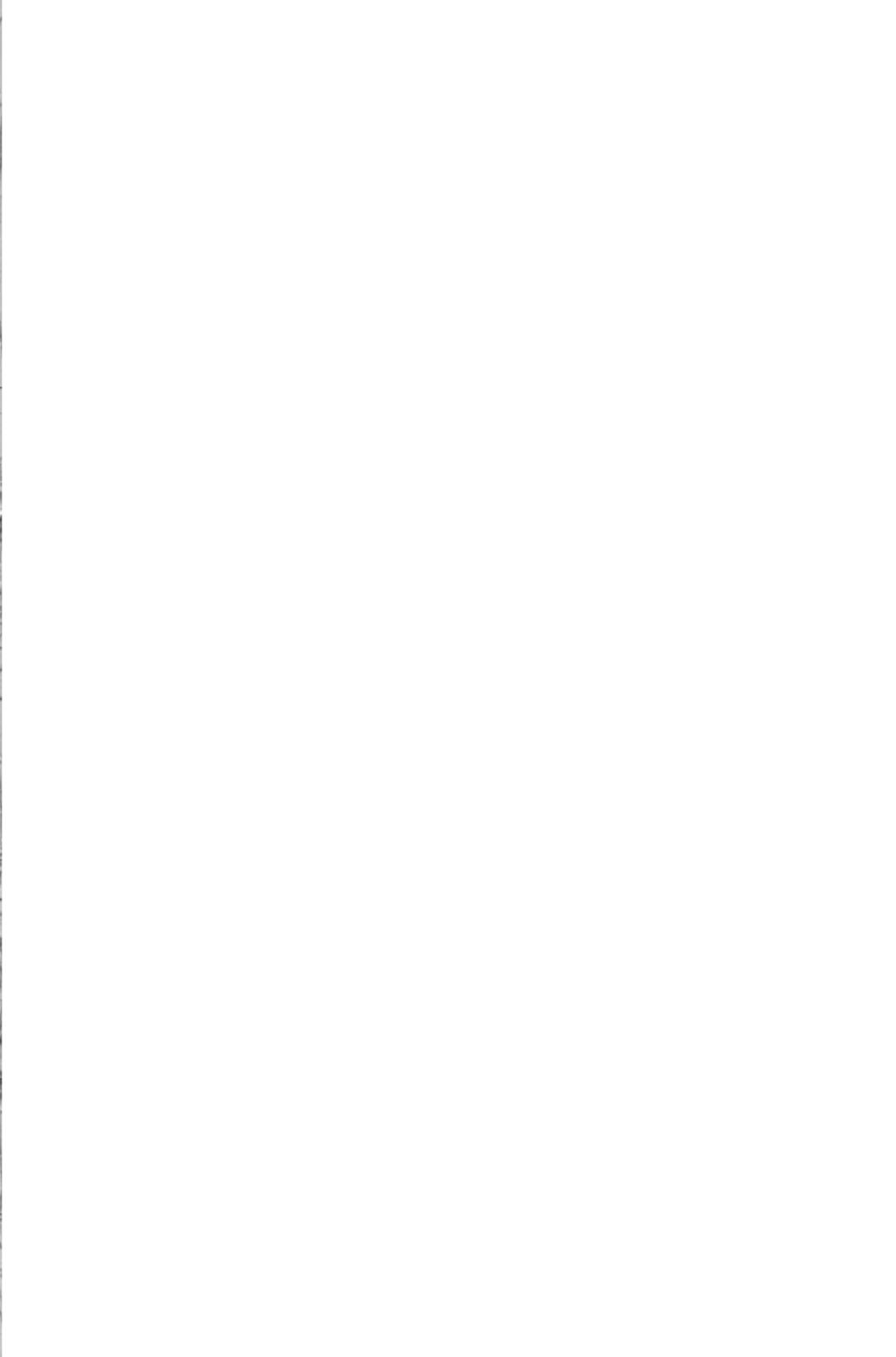


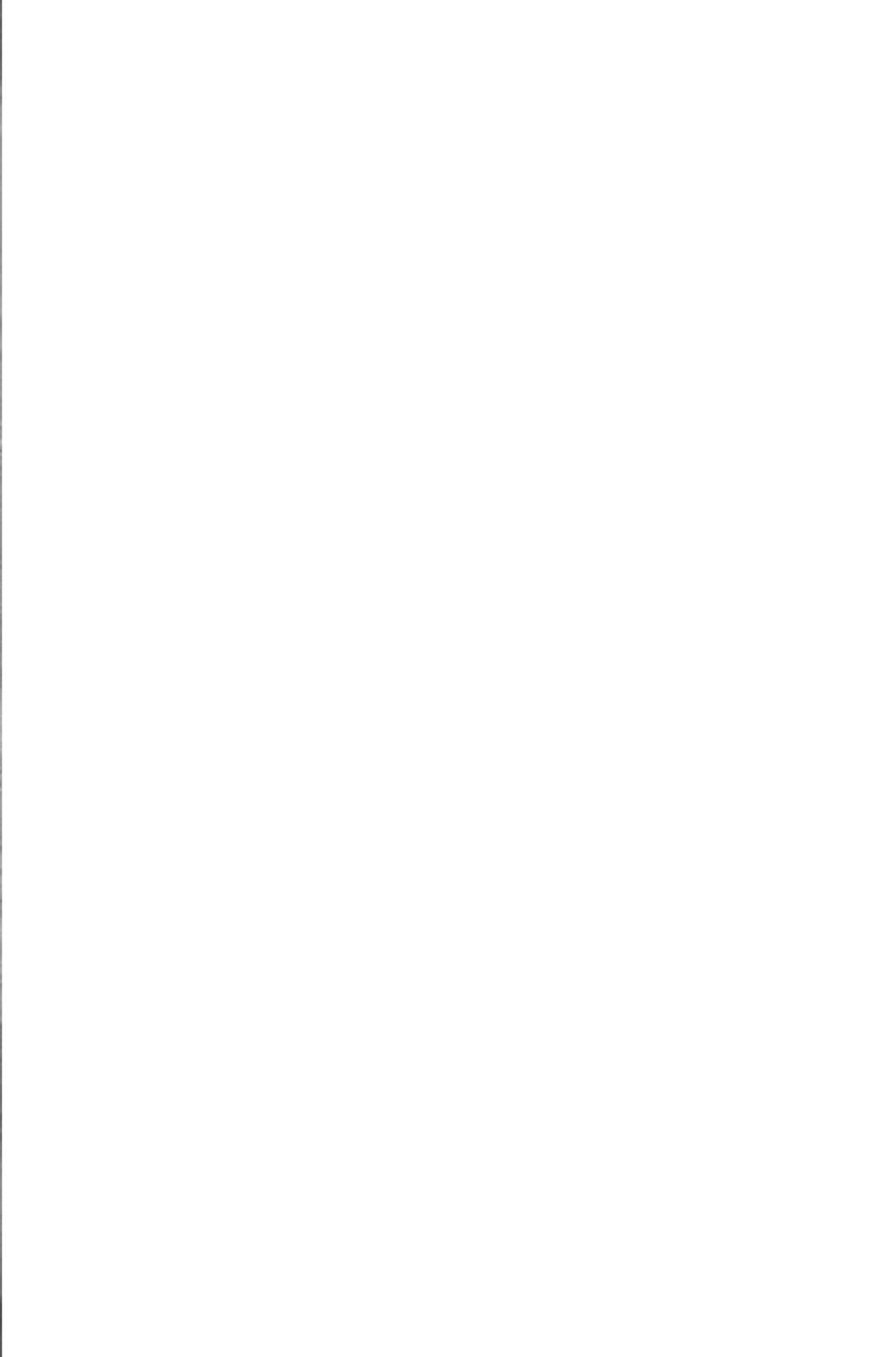














em trinta dias...

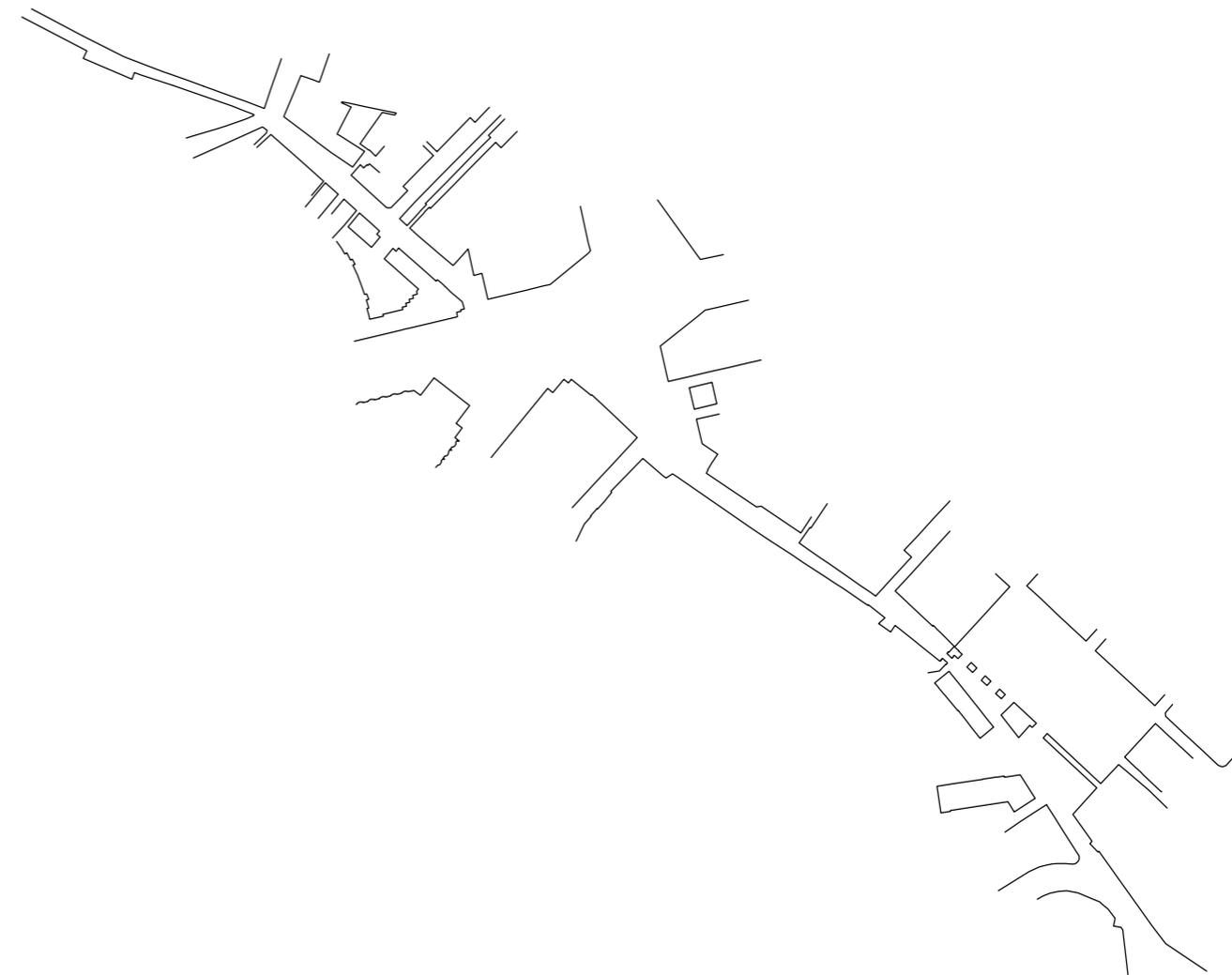
Rua das Amoreiras

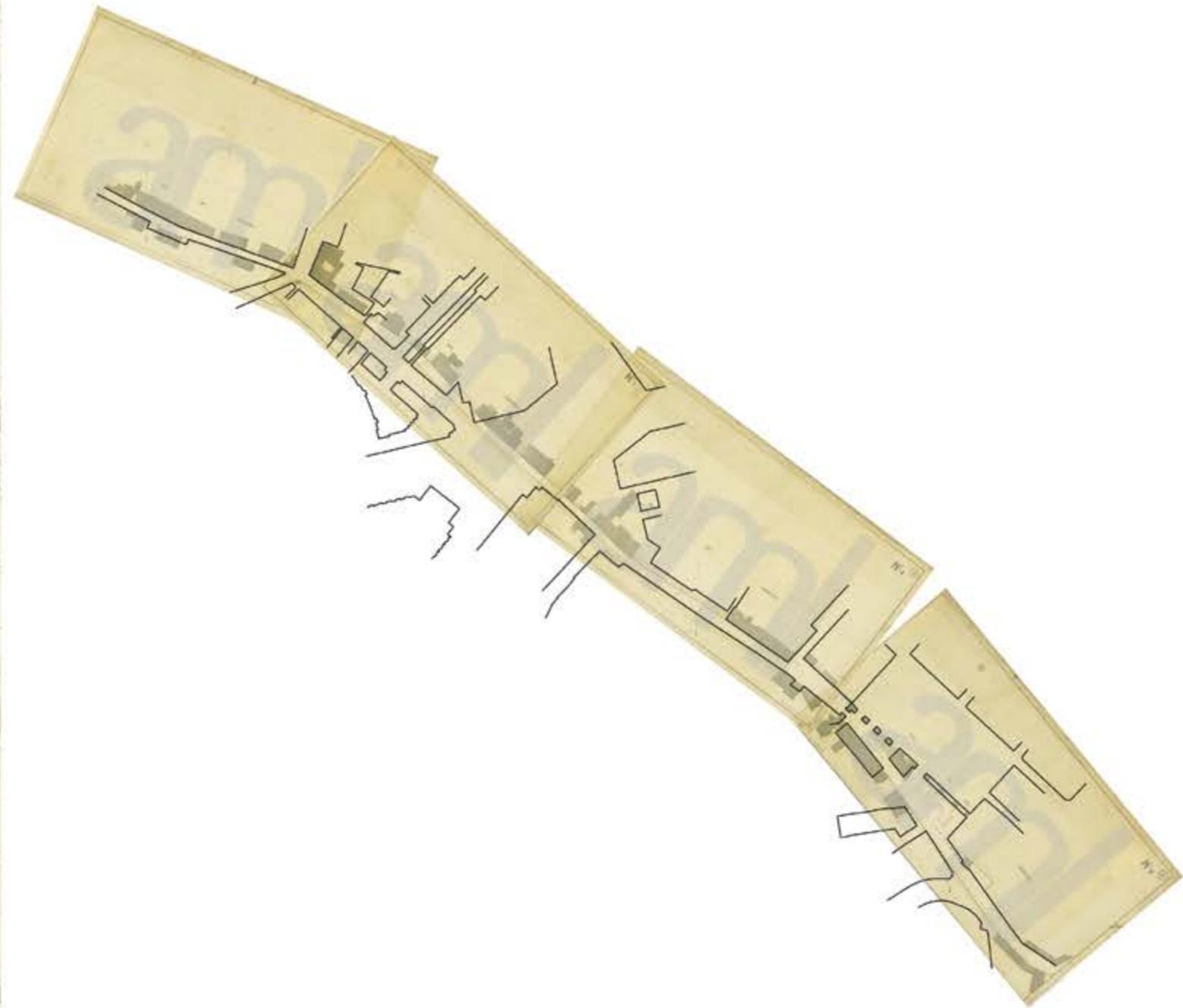


Na década de 1980, a colina das Amoreiras começou a assumir maior protagonismo Urbano, devido à implementação de um novo centro de negócios, que até aos dias de hoje, se verifica muito consistente.

As Torres das Amoreiras são avistadas de vários pontos da cidade, sendo através deste conjunto de escritórios, apartamentos e comércio, onde muito do movimento diário ali se concentra. Embora muito criticado, este edifício representativo de uma arquitetura pós-modernista, veio romper com as cores, formas e volumetrias urbanas pré-existentes, fazendo deste local, uma referência.

Aliado a estas referências urbanas, foi importante perceber no território, quais as redes infraestruturais, que melhor caracterizam o espaço público, e assim compreender, a forma como foi evoluindo. Com forte presença, o Aqueduto das Águas Livres, assume juntamente com o Reservatório da Mãe d'Água, o protagonismo entre as várias redes existentes no local. Tal construção atribui à Rua das Amoreiras, uma carga histórica e simbólica, fazendo desta, o eixo estruturante que liga o largo do Rato à parte alta desta zona da cidade.

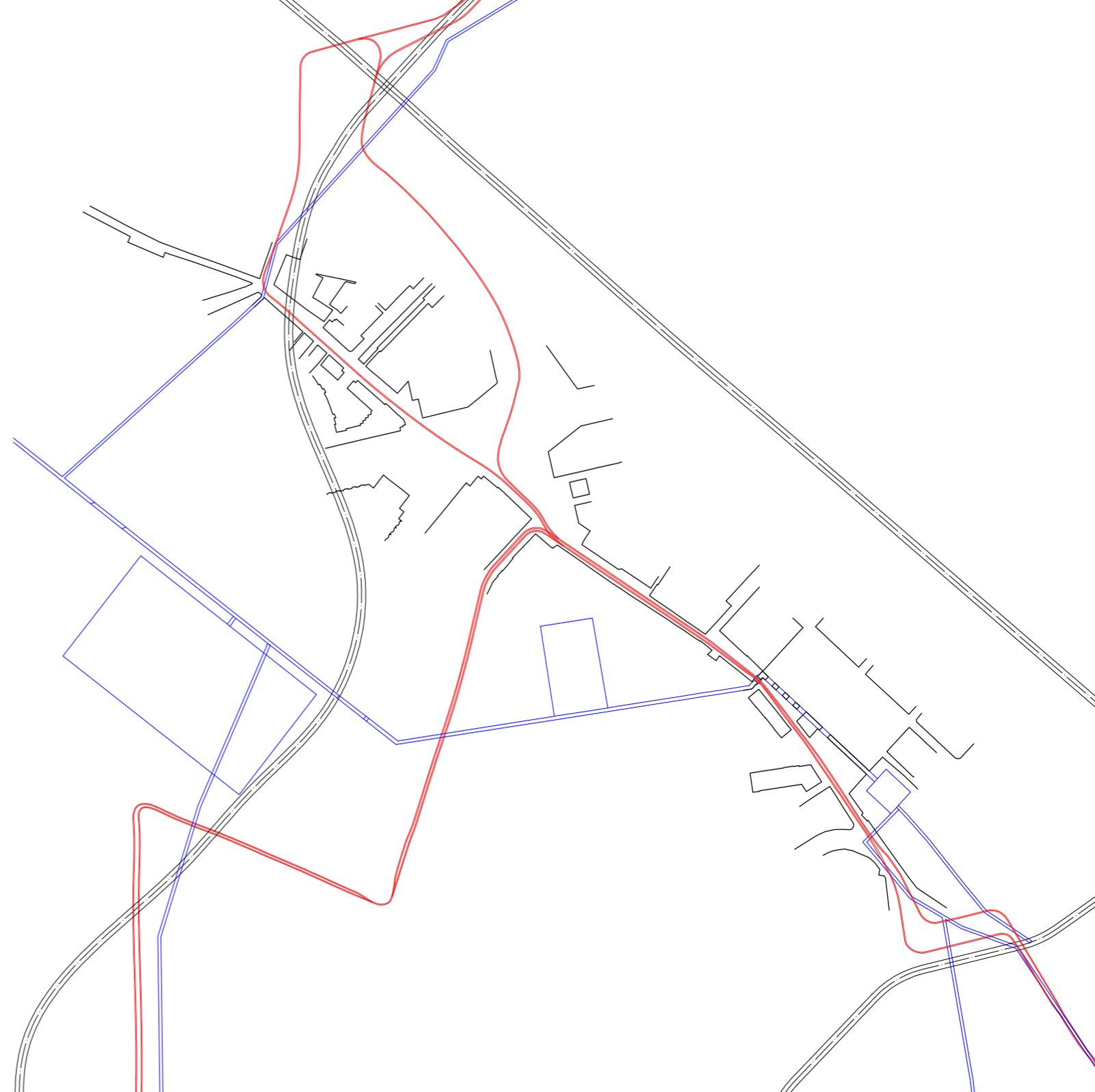




Um outro percurso, outrora utilizado na Rua das Amoreiras, está marcado no chão, pelas linhas desativadas do elétrico. O desejo de reativar este percurso num futuro próximo, foi fundamental, na criação de uma estratégia de intervenção, que promovesse requalificar esta Rua. Esta estratégia faz parte, de todo um processo conjunto, que delineou serem as várias redes, a definir o elo de ligação, da 'rua' com a cidade. Promover uma maior utilização do transporte coletivo, em detrimento do transporte individual, assim como recuperar a pedonalidade, verificou-se o caminho a seguir pelo grupo.

Deste modo, a forma como individualmente cada elemento propõe intervir, e dar resposta às intervenções individuais – quatro habitações – é com o desejo sempre presente, que a 'rua' deverá ser o prolongamento da habitação.

Com as sucessivas intervenções no decorrer do tempo, a Rua das Amoreias foi perdendo o carácter pedonal que detinha. O corte dá-se, quando se constrói a A5 e o respetivo túnel das Amoreiras, intervenção que veio transformar esta zona da cidade, numa das principais entradas e saídas de Lisboa. A parte norte da antiga Rua das Amoreiras passou a chamar-se, rua Professor Sousa da Câmara.

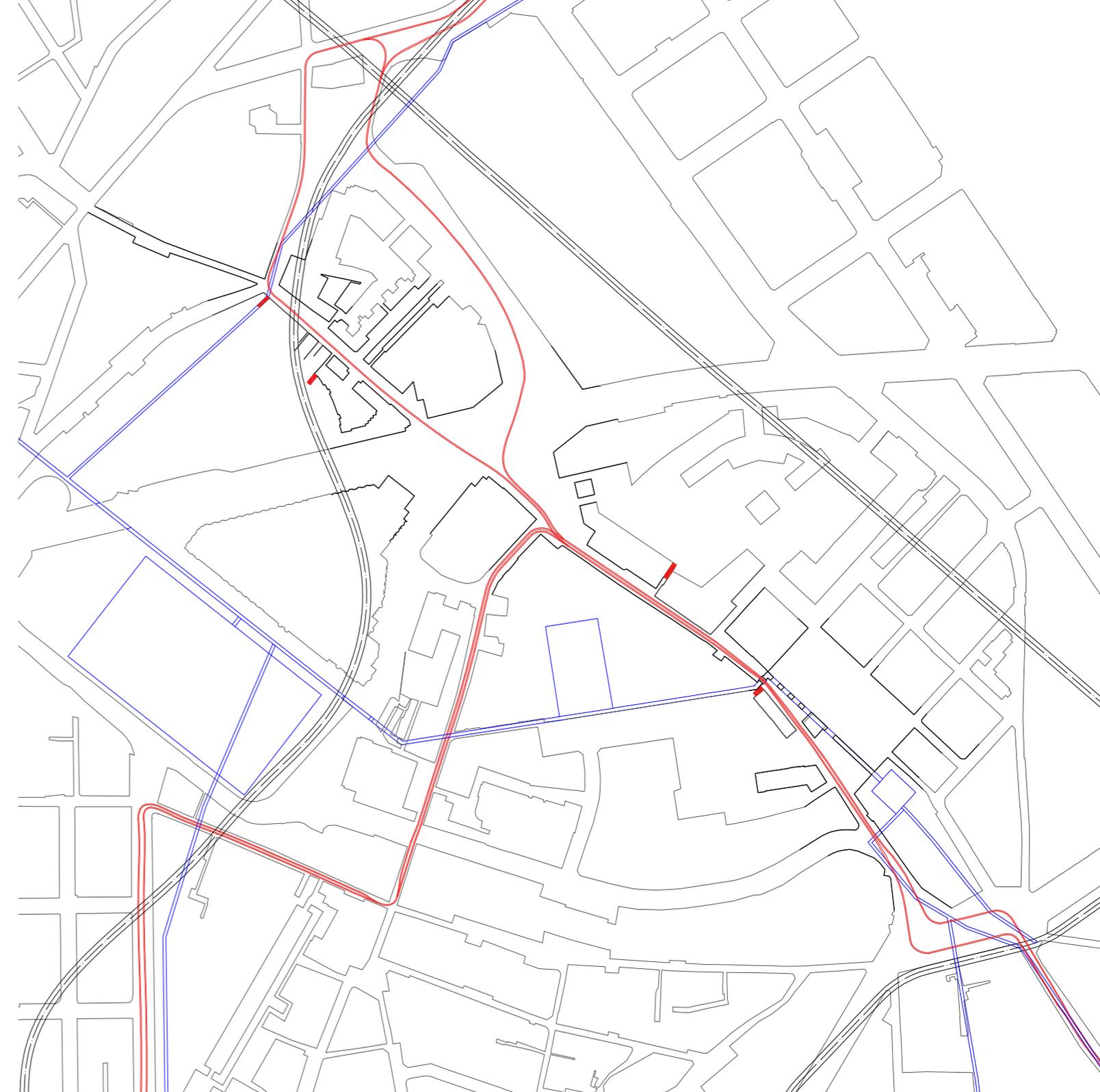


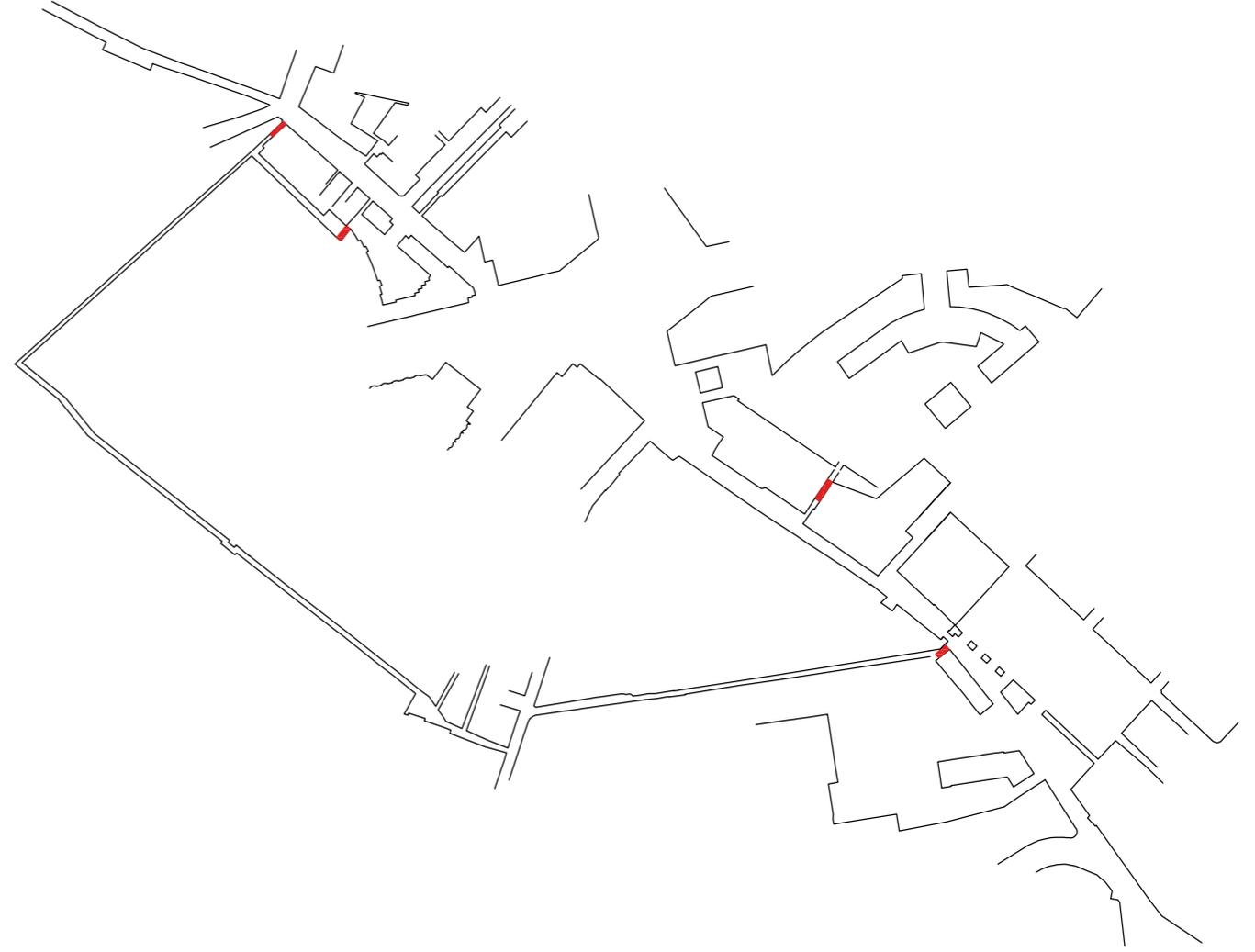
Tendo como base a estratégia de grupo, de repor a continuidade a este importante eixo, privilegiando a pedonalidade em detrimento do automóvel, a localização das quatro habitações, começa a fazer sentido, ser ao longo da respetiva 'rua'. Logo, após análise ao local, defini que os projetos naturalmente iriam assumir, as redes visíveis - o aqueduto, as linhas do elétrico e a rua - e a sua sobreposição, como a base para definir a sua implantação.

Os quatro projetos vão então ocupar espaços intersticiais, dispersos ao longo da Rua das Amoreiras, elevados do chão para permitir a possibilidade de passagem e criação de espaço público. Para fácil nomeação, foi atribuído números a cada um deles, sendo o primeiro (junto ao jardim das Amoreiras) e o último, o projeto que se localiza junto ao cruzamento entre a Rua Professor Sousa da Câmara e a Rua de Campolide.

Estes dois projetos têm em comum, o facto da sua localização se encontrar num ponto de sobreposição, entre o aqueduto e a linha do elétrico. Logo, estas duas habitações vão abrir caminho, para o desejo de criar um percurso alternativo, junto ao aqueduto, valorizando esta importante construção.

As outras duas habitações (2 e 3) vão encostar-se a grandes empenas de edifícios, promovendo também a libertação da rua. Estas passagens têm como principal argumento, dar continuidade ao espaço público, relacionando diferentes cotas e assim promover alternativas às pessoas, de fazerem percursos mais curtos.





Uma vez definida a implantação dos projetos, a sua materialização teve em conta vários fatores: ao libertar a rua elevando as habitações, estas deveriam ser construídas numa estrutura leve, permitindo uma fácil construção; uma das opções de projeto era libertar todo o espaço interior das habitações (por este não ultrapassar os 3.60 m) onde os vãos eram abertos nos topos do edifício, propondo total abertura para a rua; uma vez construídas as habitações, estas em qualquer altura, poderiam ser desmontadas e implantadas noutra local, ou seja, o seu carácter de permanência não é vinculativo. Todas estas premissas levaram que a materialização dos projetos fosse em estrutura metálica, num sistema simples em treliça, conferindo assim maior resistência à construção.

Tratando-se de implantações com áreas mínimas, estas habitações teriam que ter dois pisos, de maneira a proporcionar ao habitante do espaço, uma área social e outra privada, a de dormir. Logo, a colocação das escadas entre as vigas transversais, gerou a condicionante no projeto, que ajudou a organizar todo o espaço interior. A organização em planta é feita através de um núcleo central, que engloba as instalações sanitárias, de espaço reduzido, e a zona de confeção de alimentos, libertando a sua envolvente para circulação.

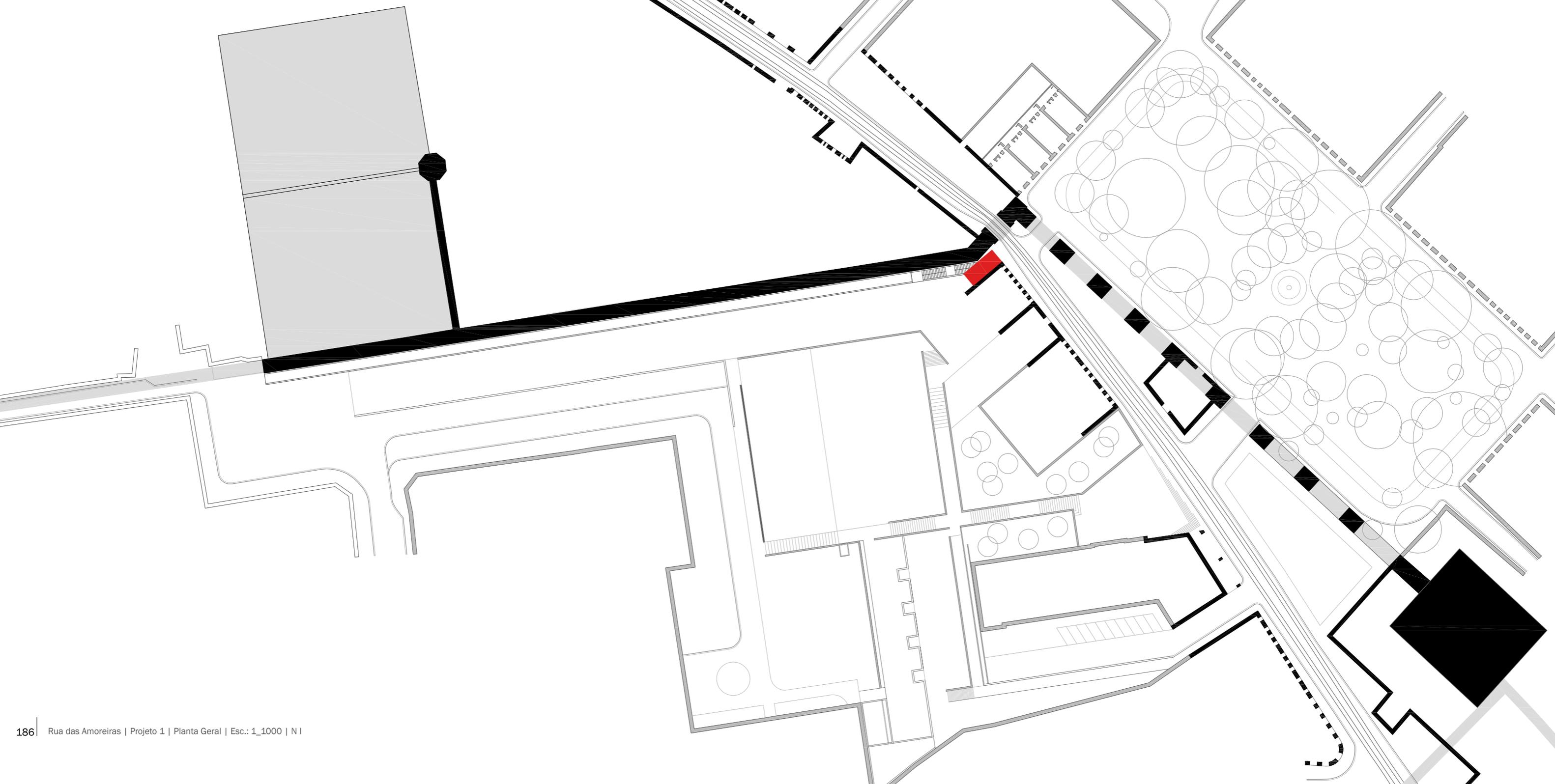
Dado o espaço reduzido, estas habitações remetem para uma utilização temporária, fator em grande evidência na cidade de Lisboa. Cada vez mais são procuradas casas pequenas por estudantes, pessoas em início de vida que sozinhas, querem alugar uma casa, bem como, podem apenas ser alugadas para curtas utilizações.

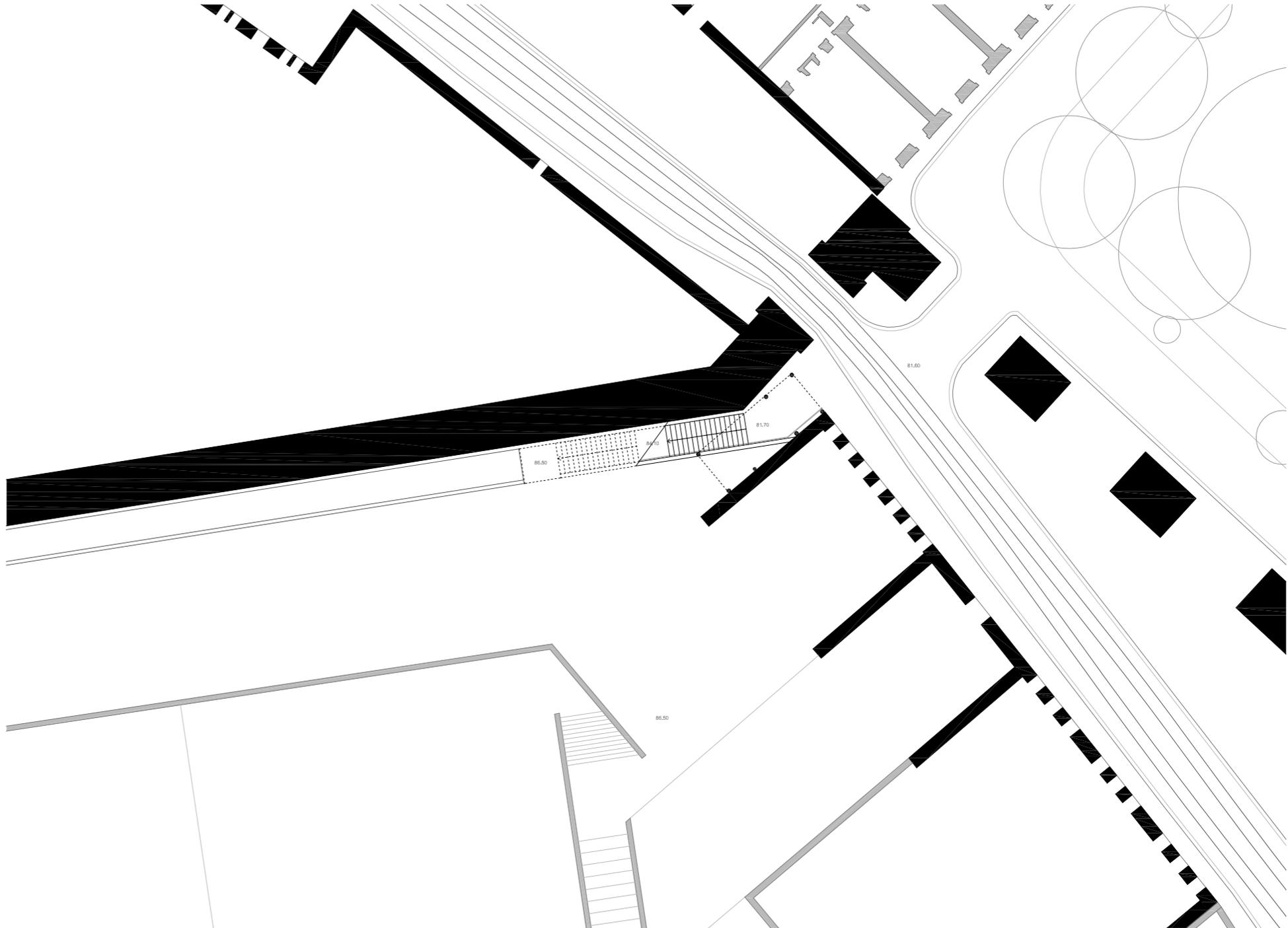
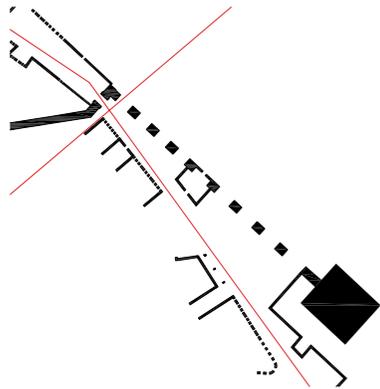
A sociedade caminha cada vez mais para o particular, para o individualismo entre as pessoas e quando se pensa, como será uma cidade daqui a vinte anos, certamente não é o futuro que desejamos. Contudo, esta ideia de projeto parece contraditória com esta afirmação e com aquilo que defendo. Apesar das habitações estarem dispersas ao longo da Rua das Amoreiras, induzindo á primeira vista alguma individualidade, elas tem como denominador comum, privilegiar a utilização do espaço público.

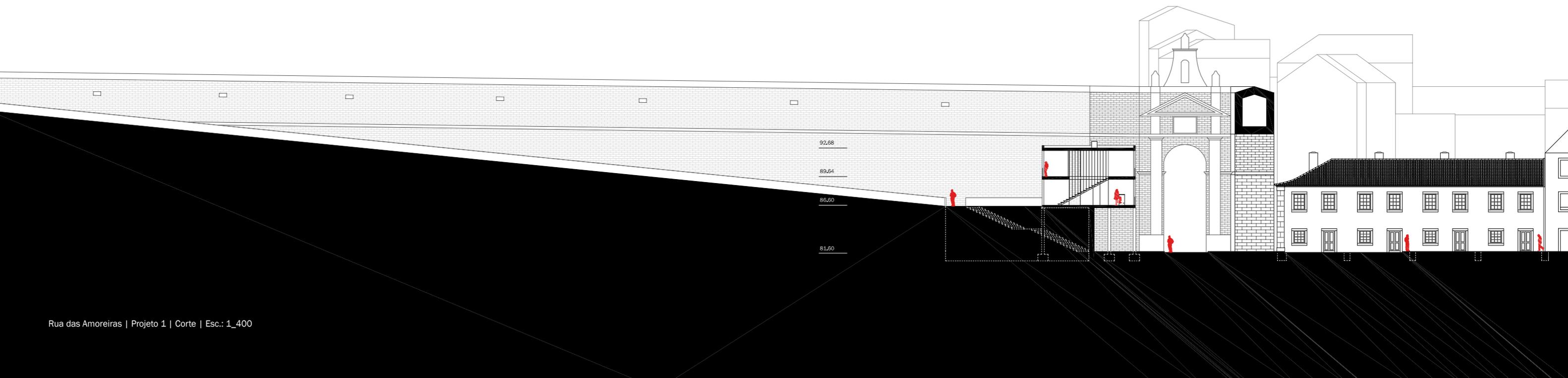


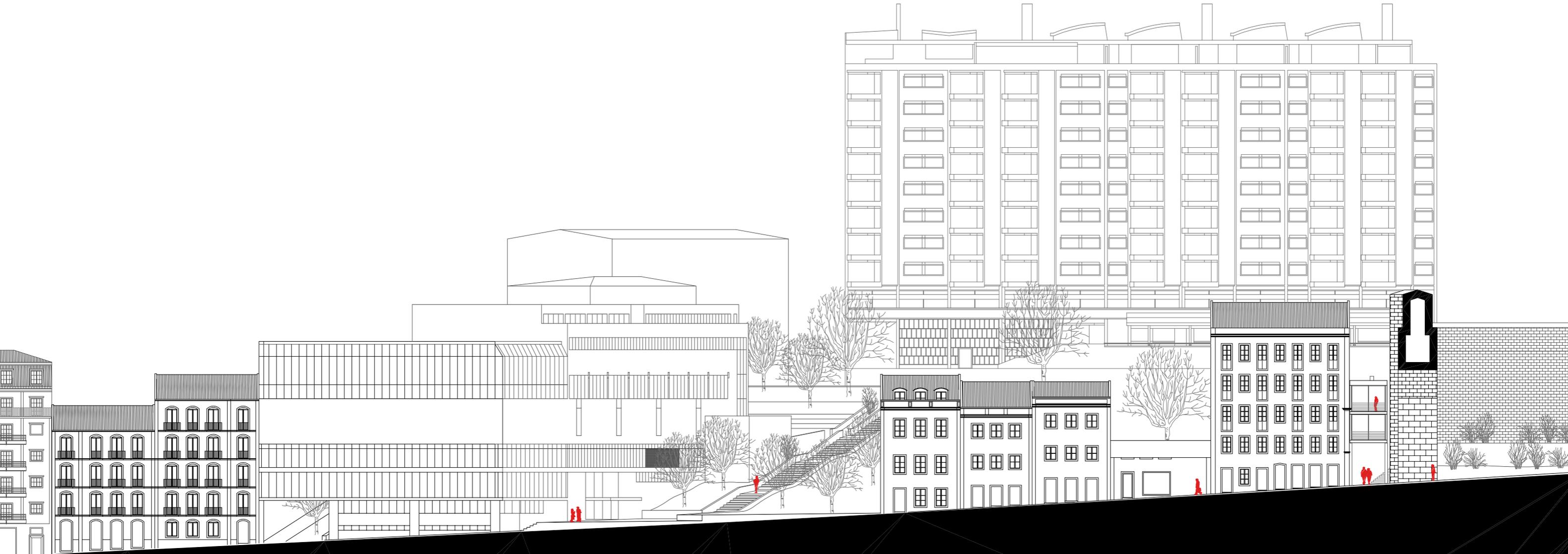


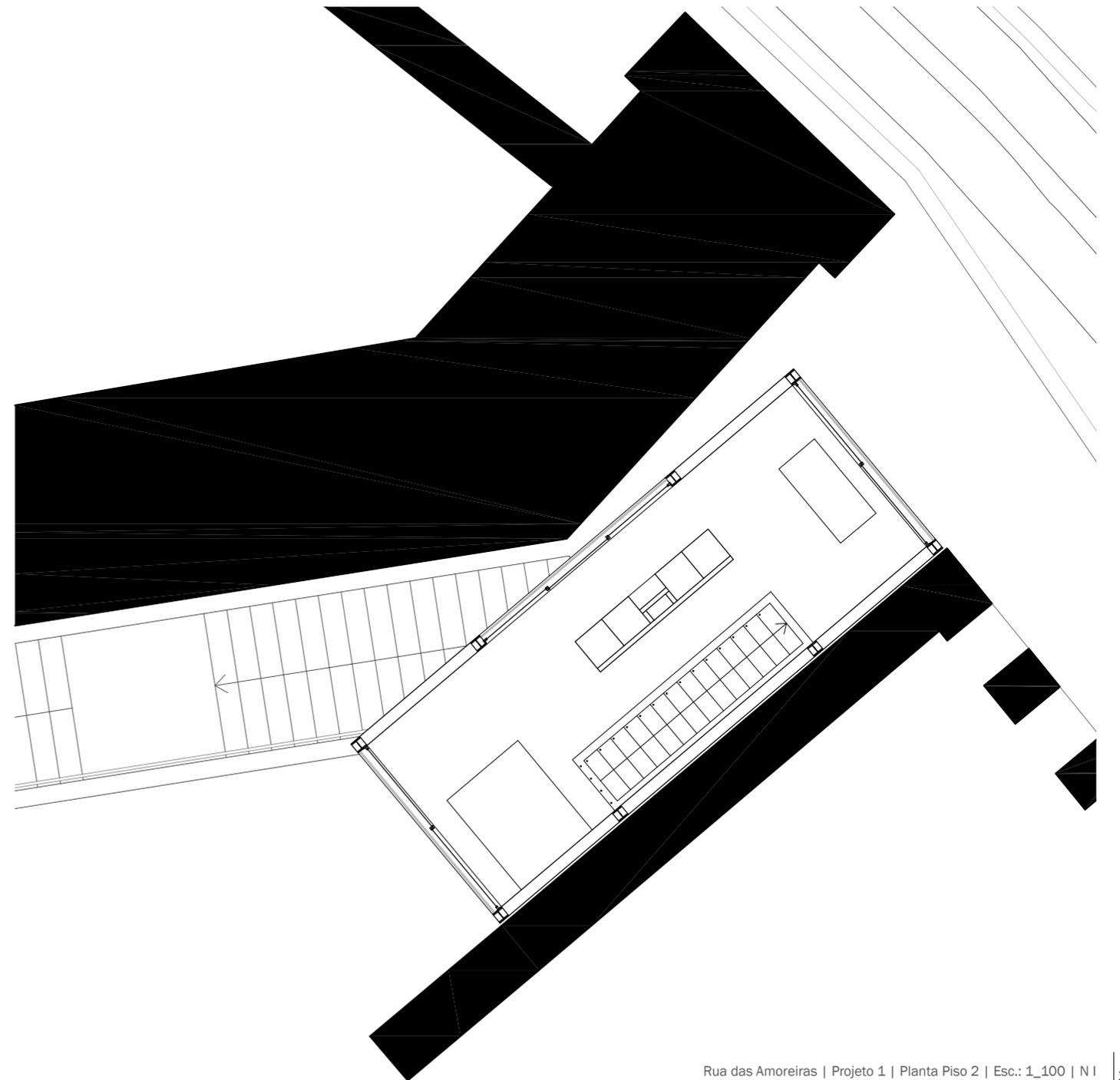
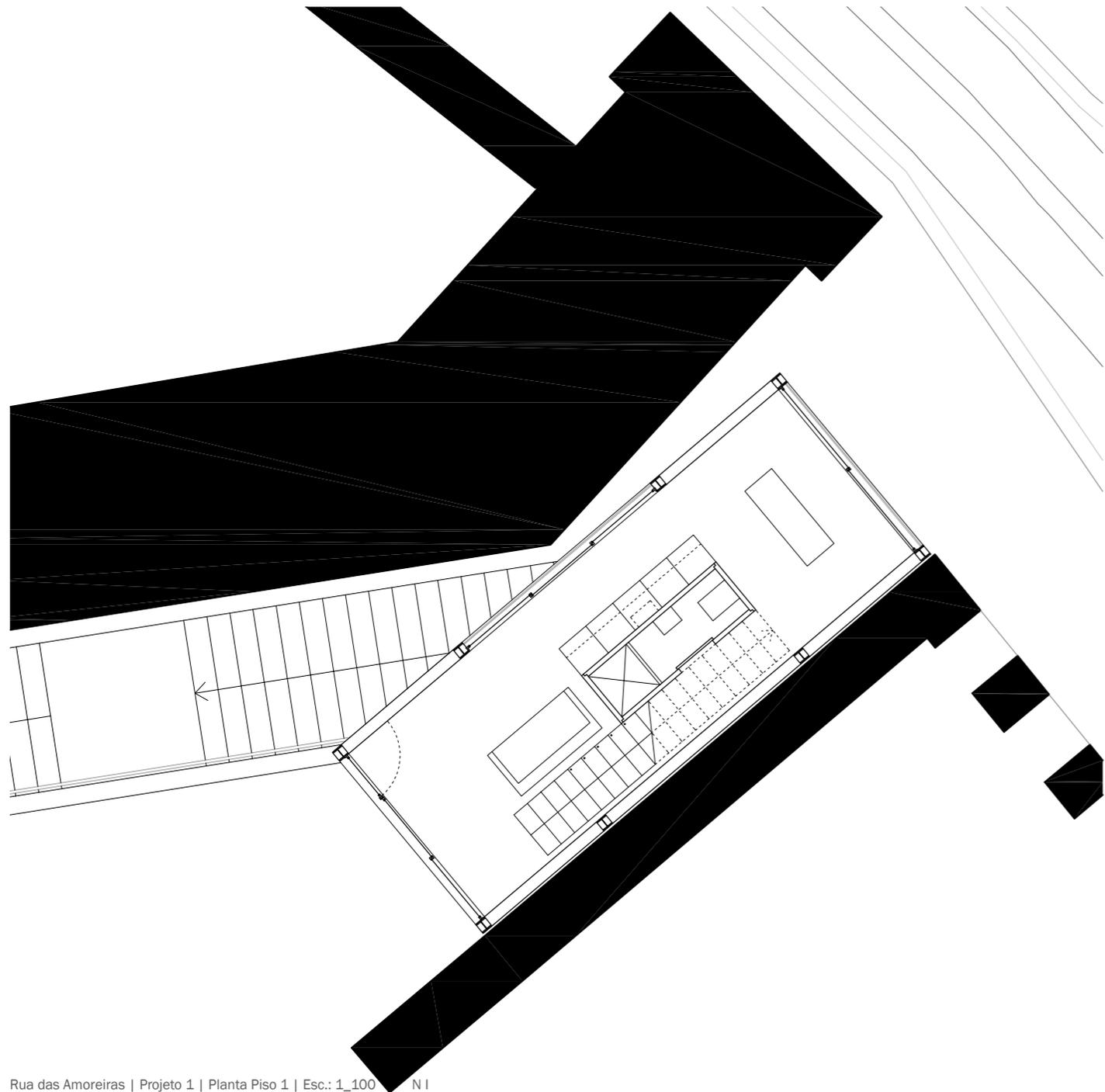




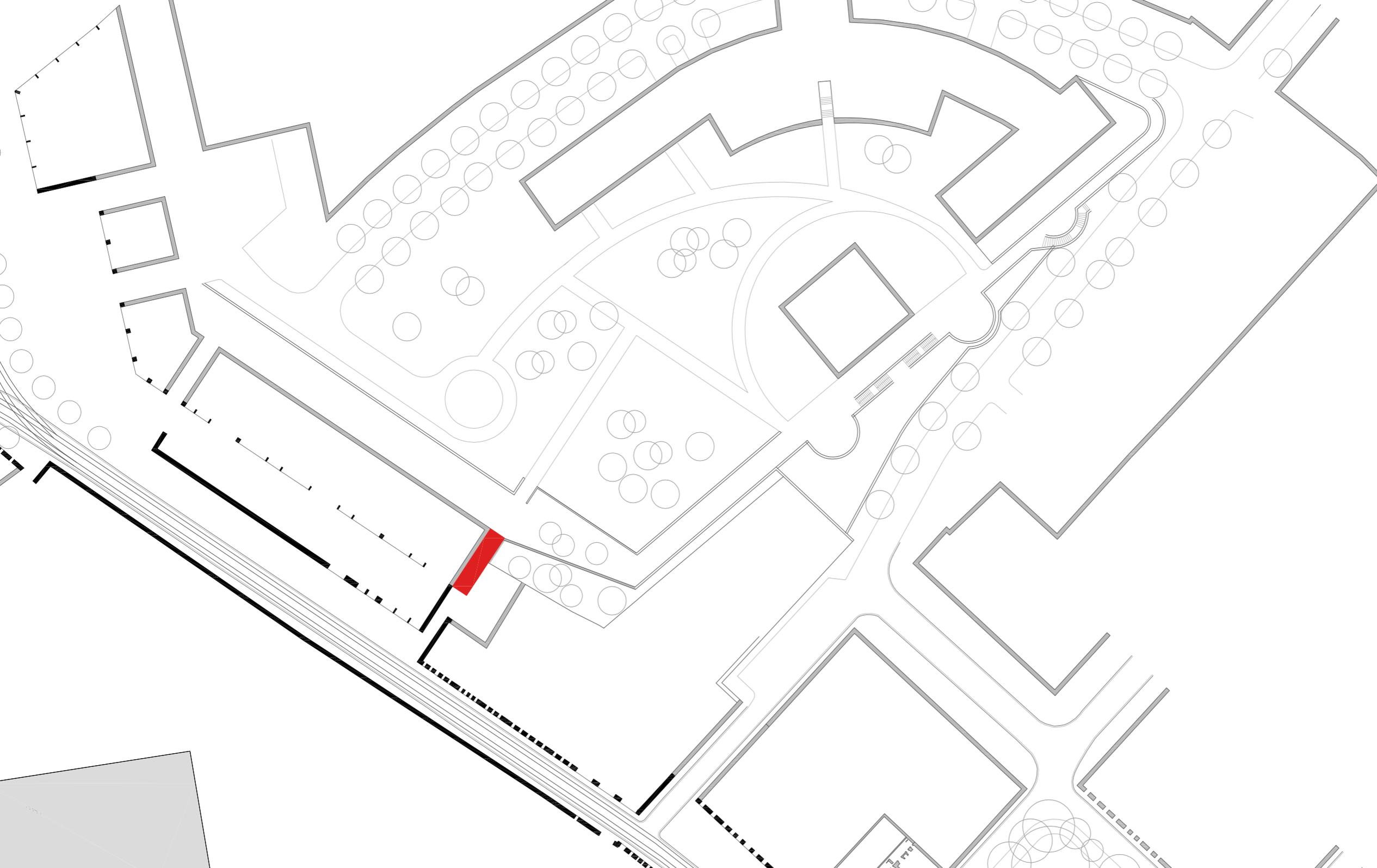


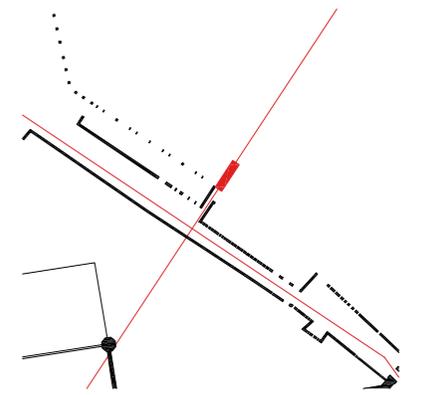
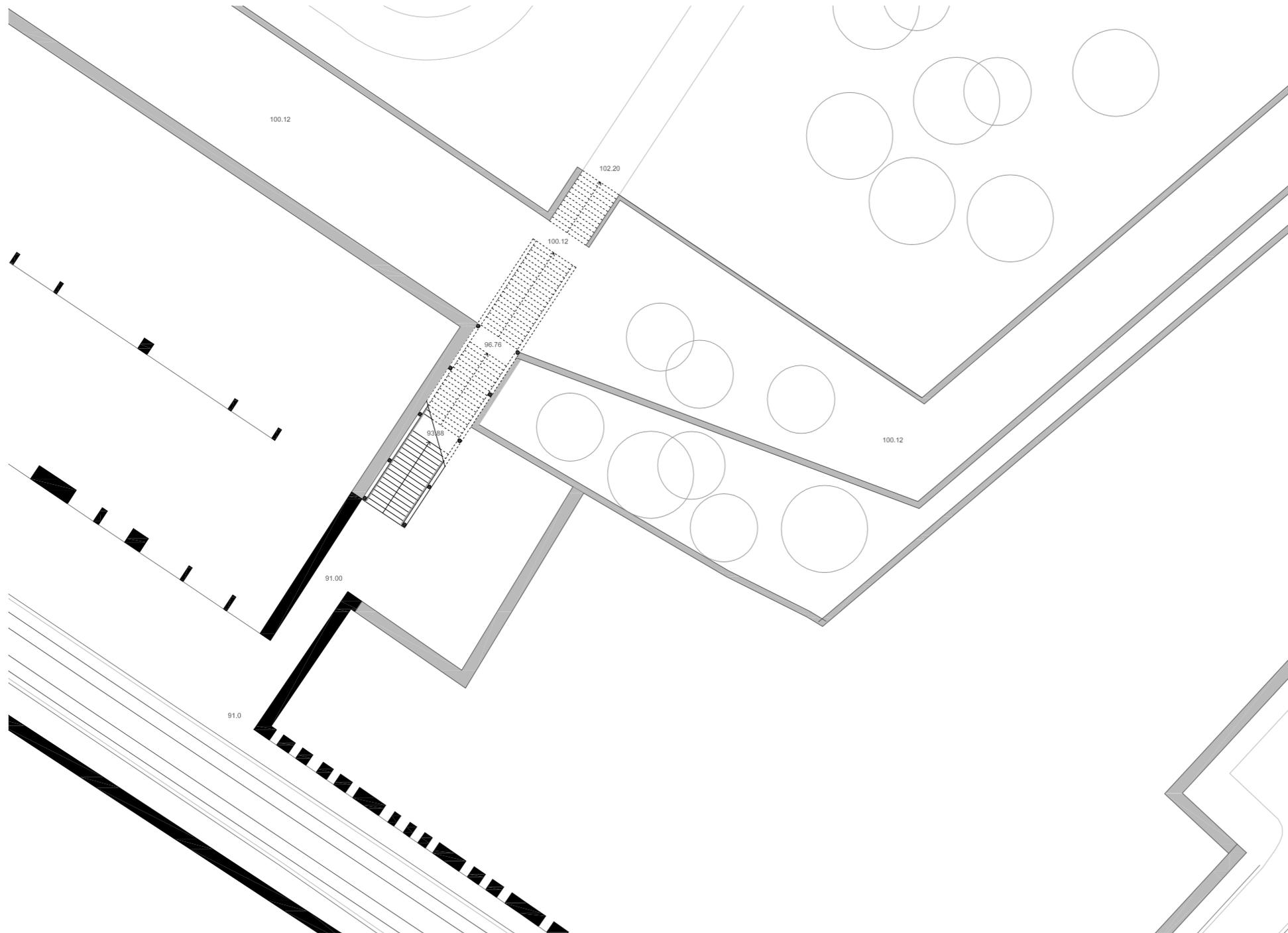


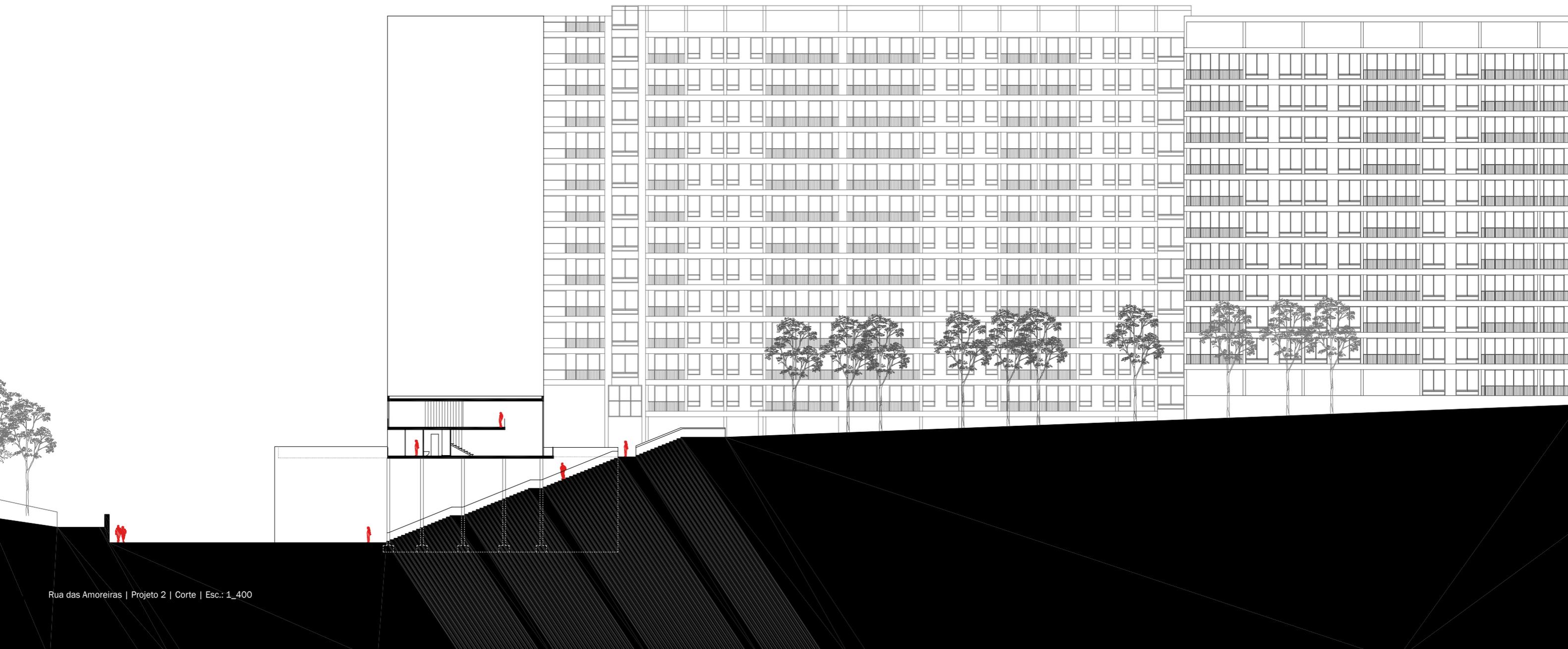




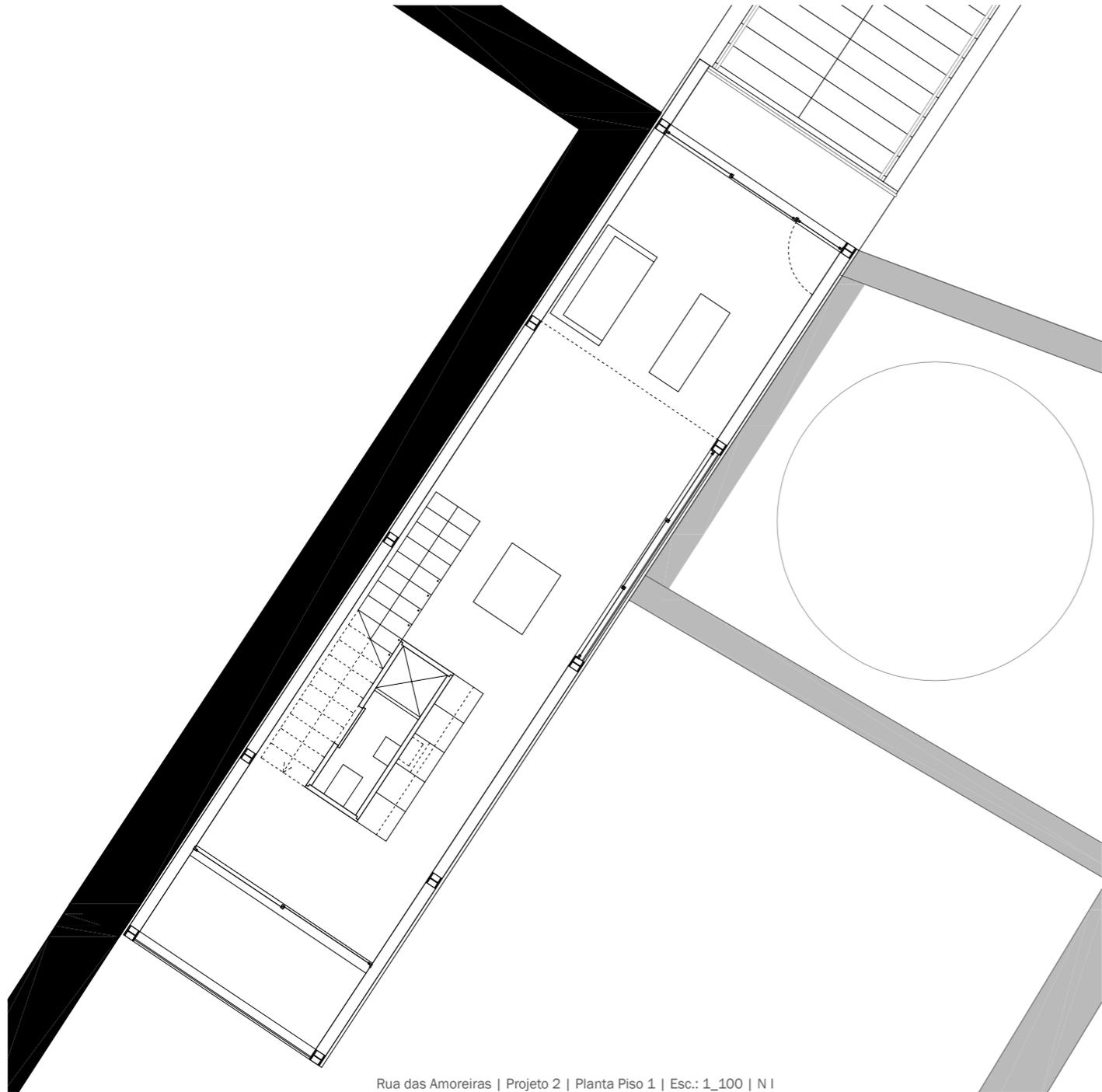




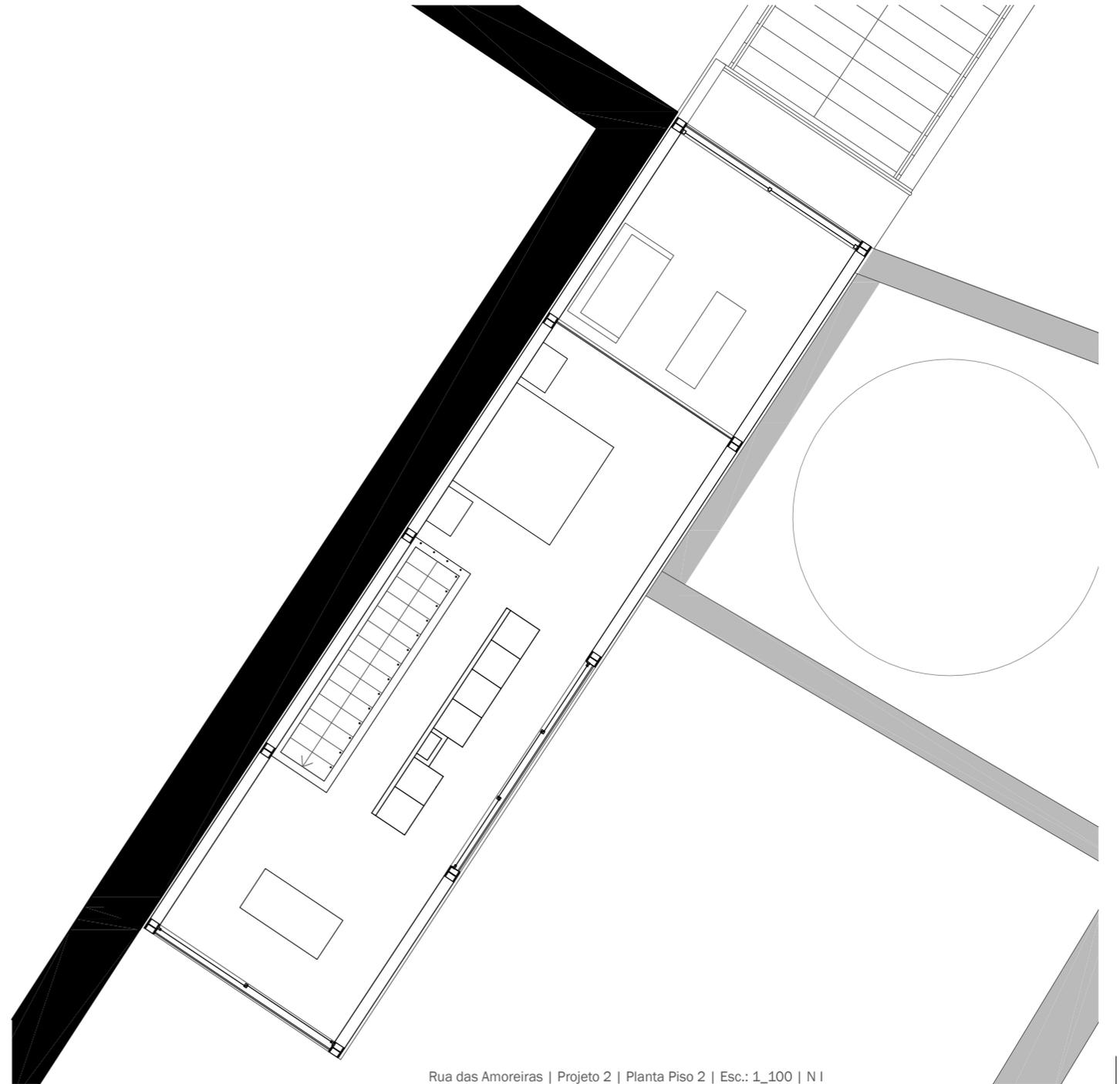






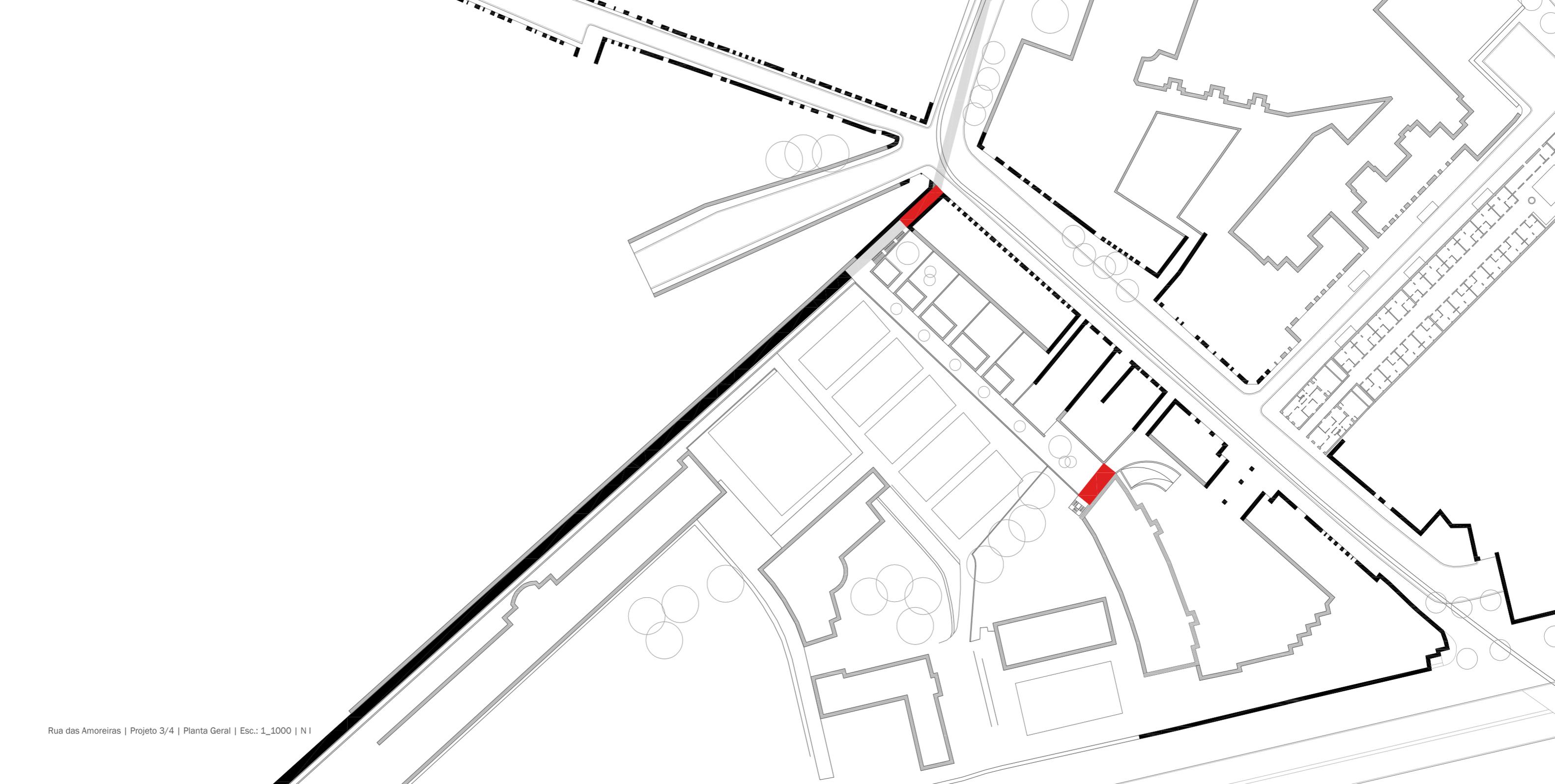


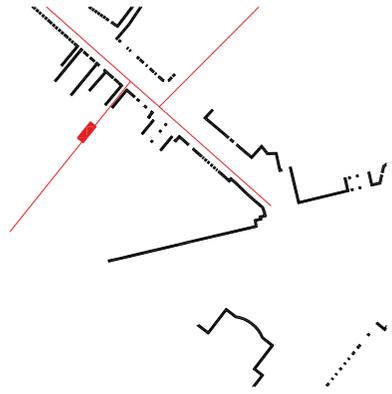
Rua das Amoreiras | Projeto 2 | Planta Piso 1 | Esc.: 1_100 | N I



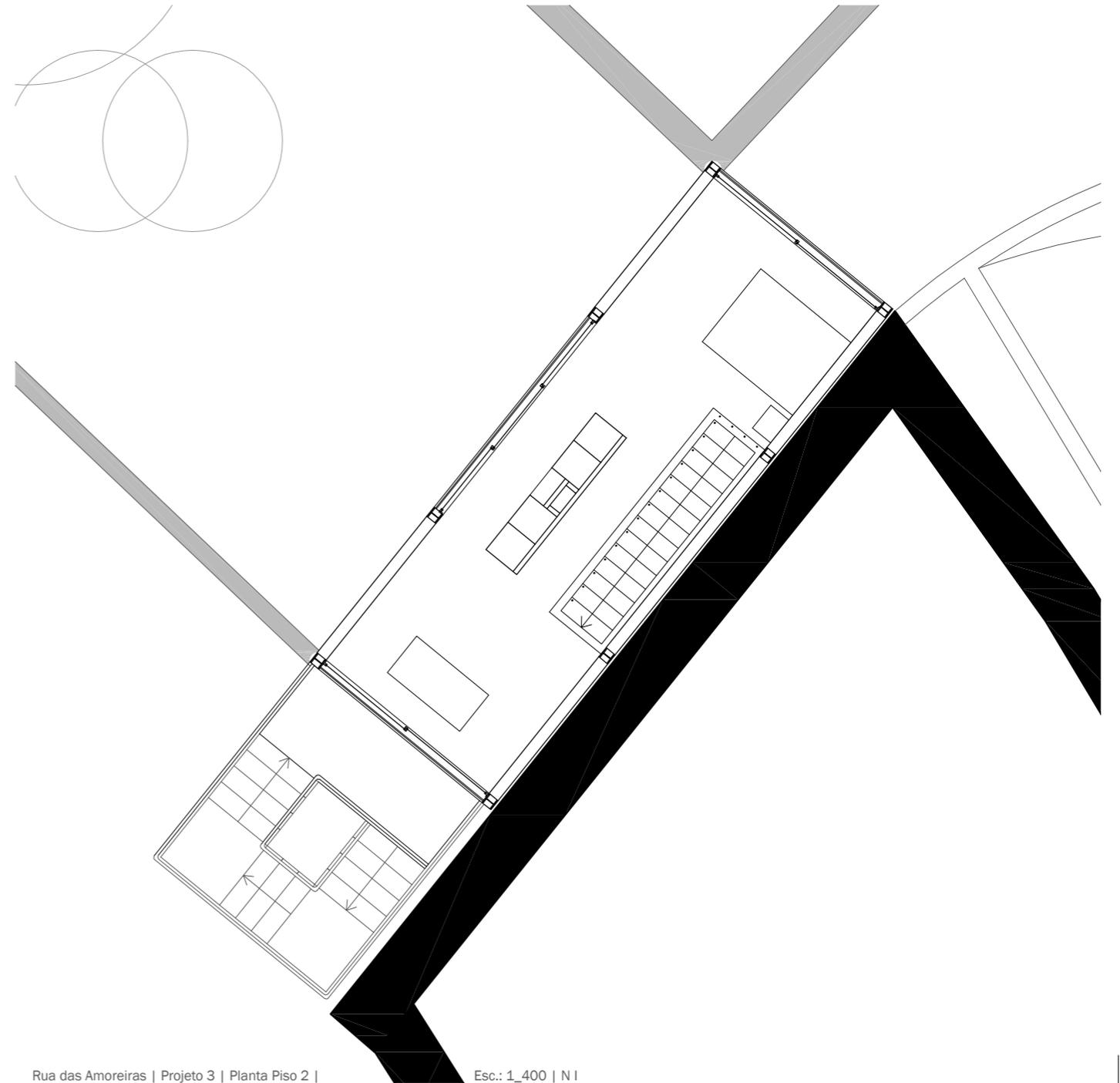
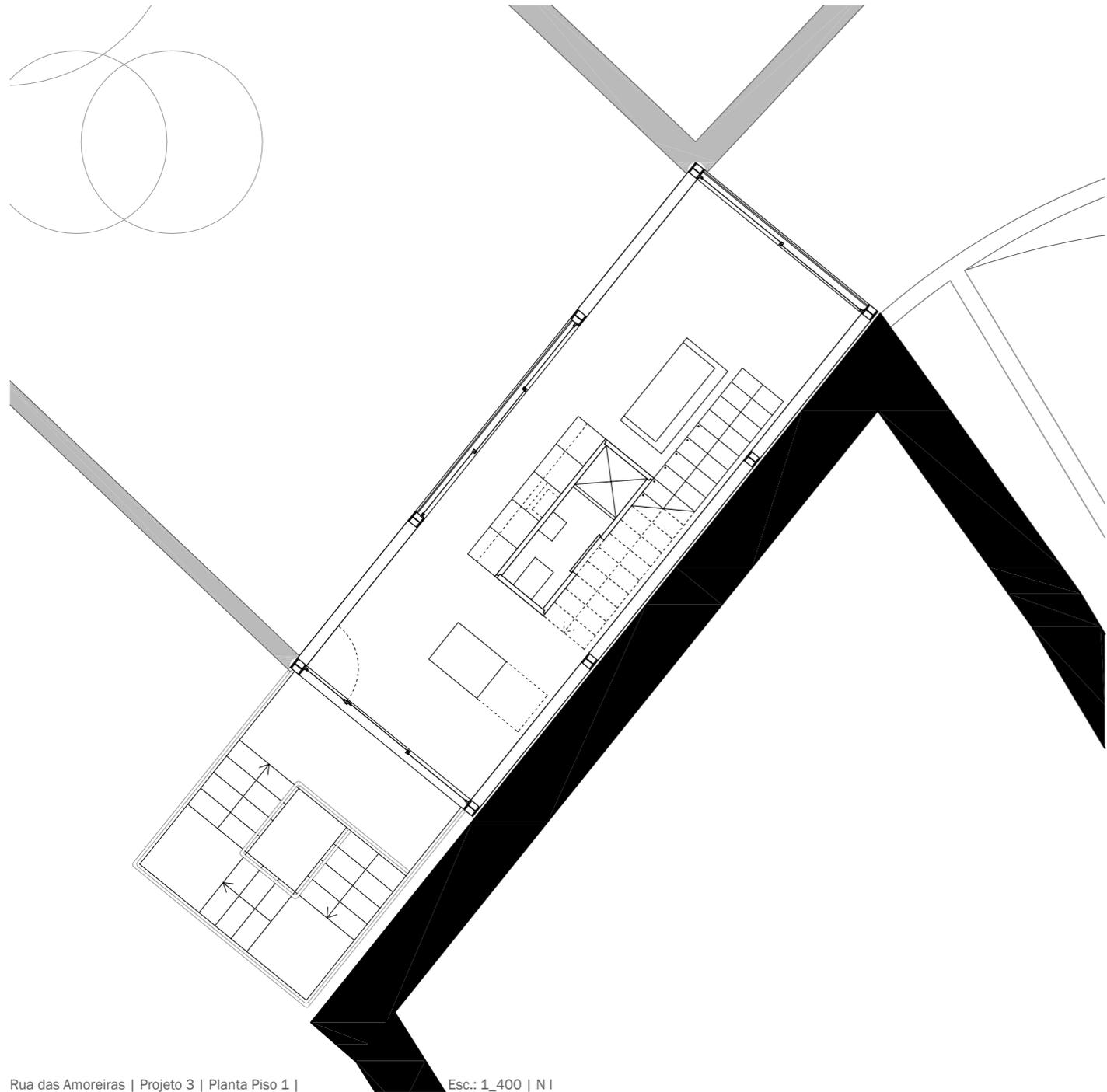
Rua das Amoreiras | Projeto 2 | Planta Piso 2 | Esc.: 1_100 | N I



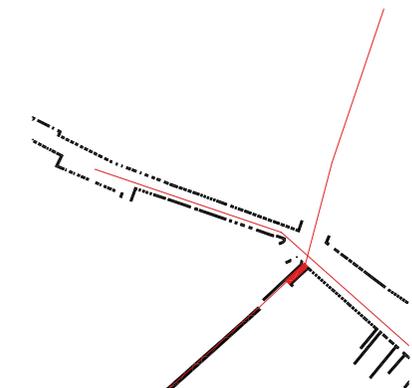
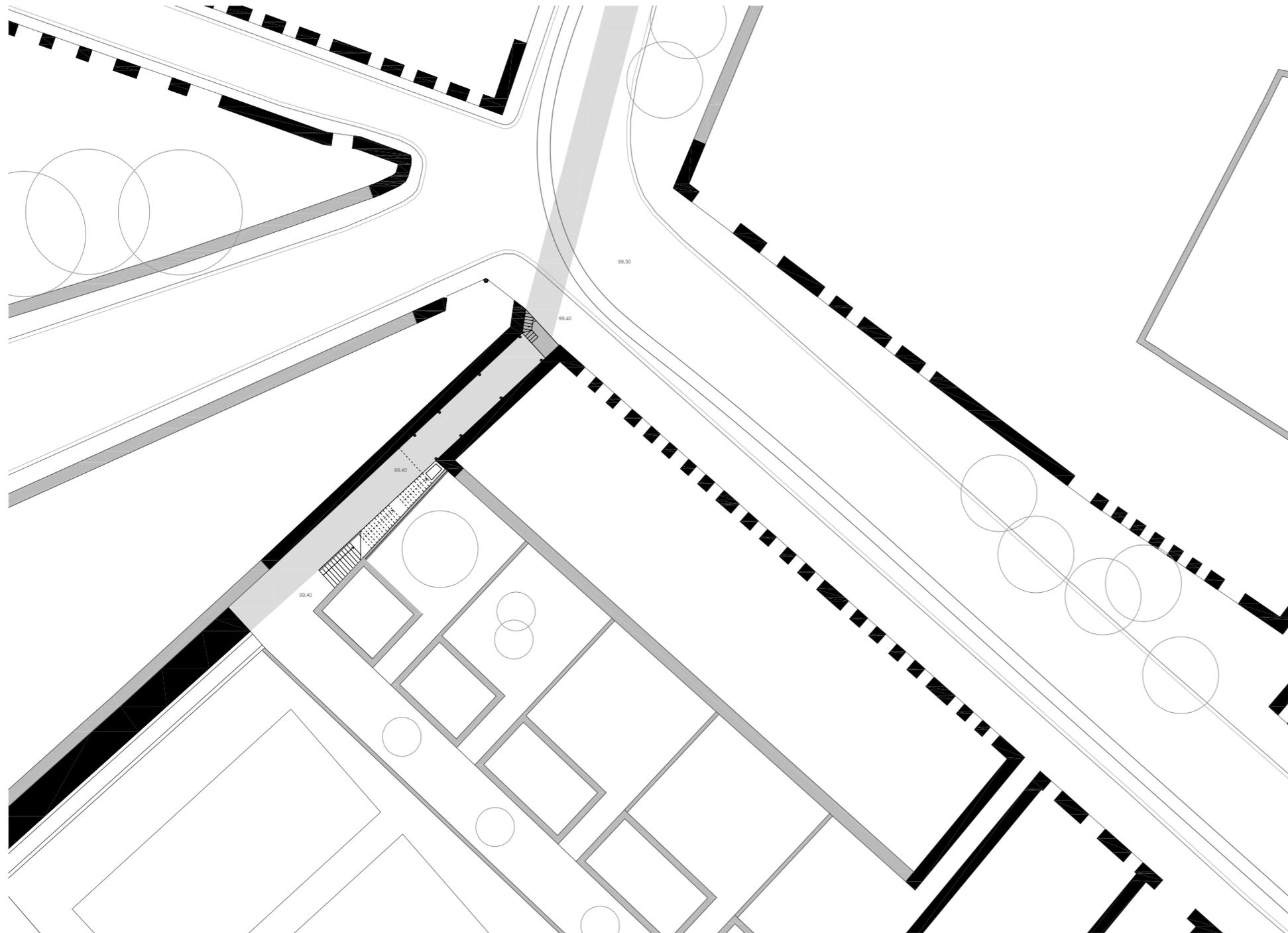






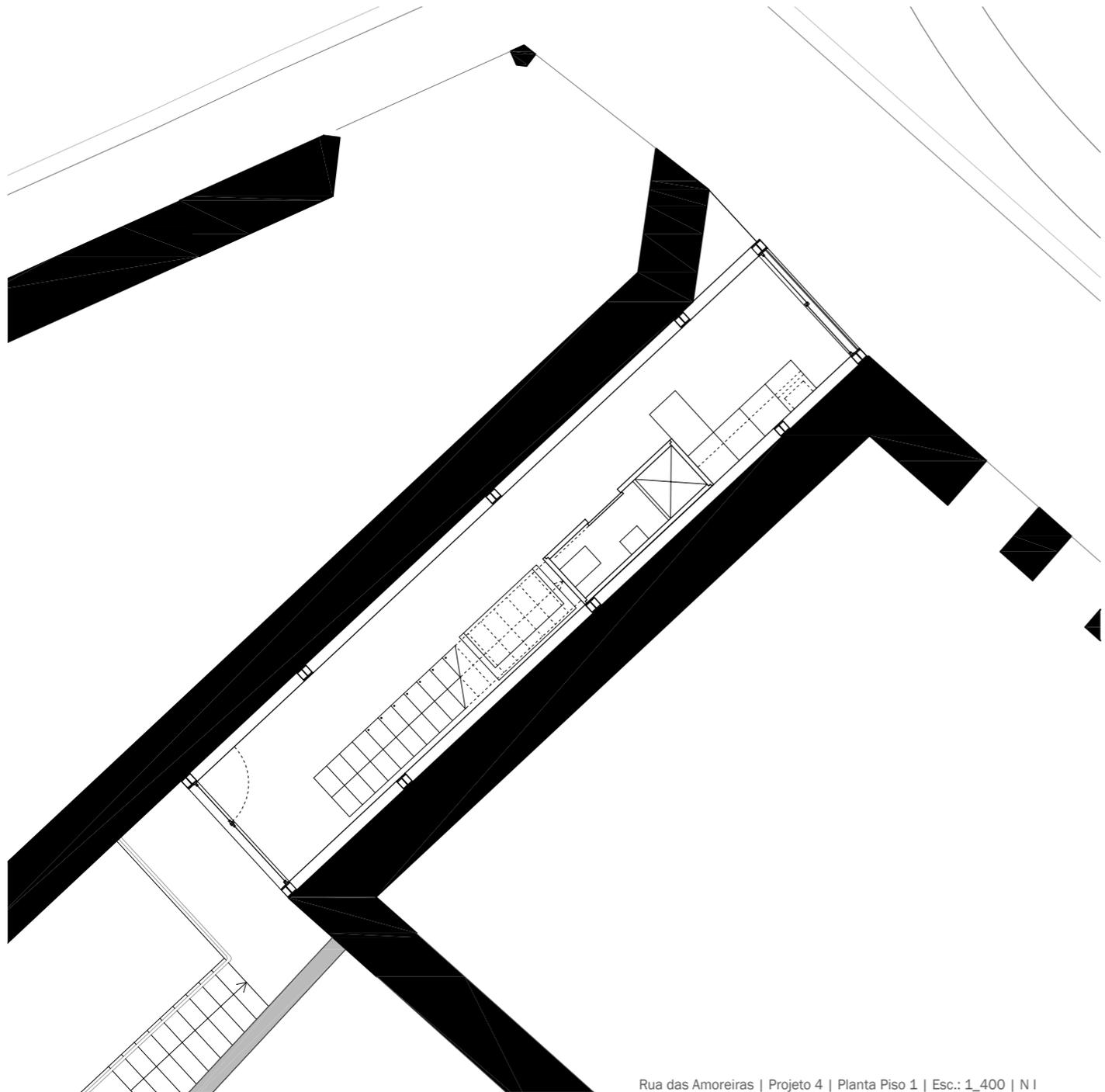




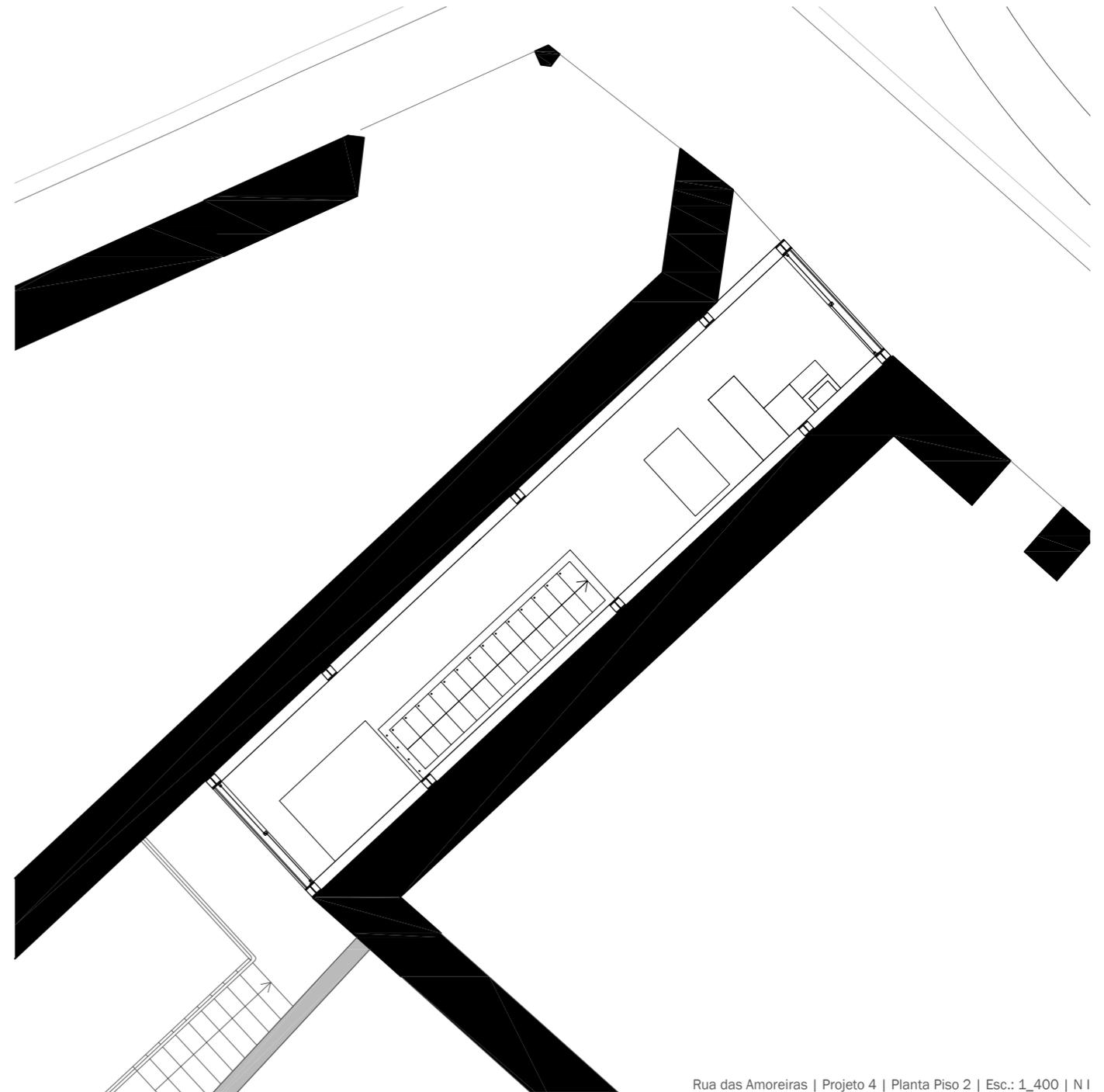




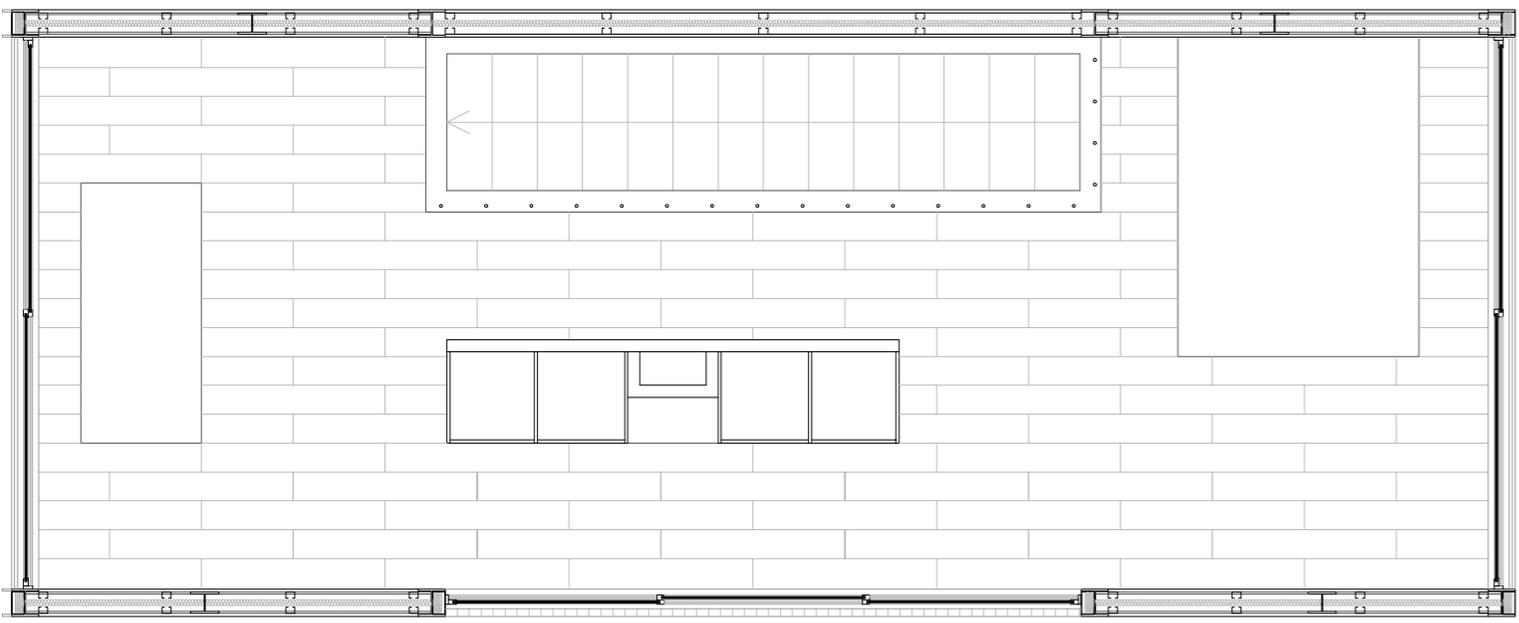




Rua das Amoreiras | Projeto 4 | Planta Piso 1 | Esc.: 1_400 | N I

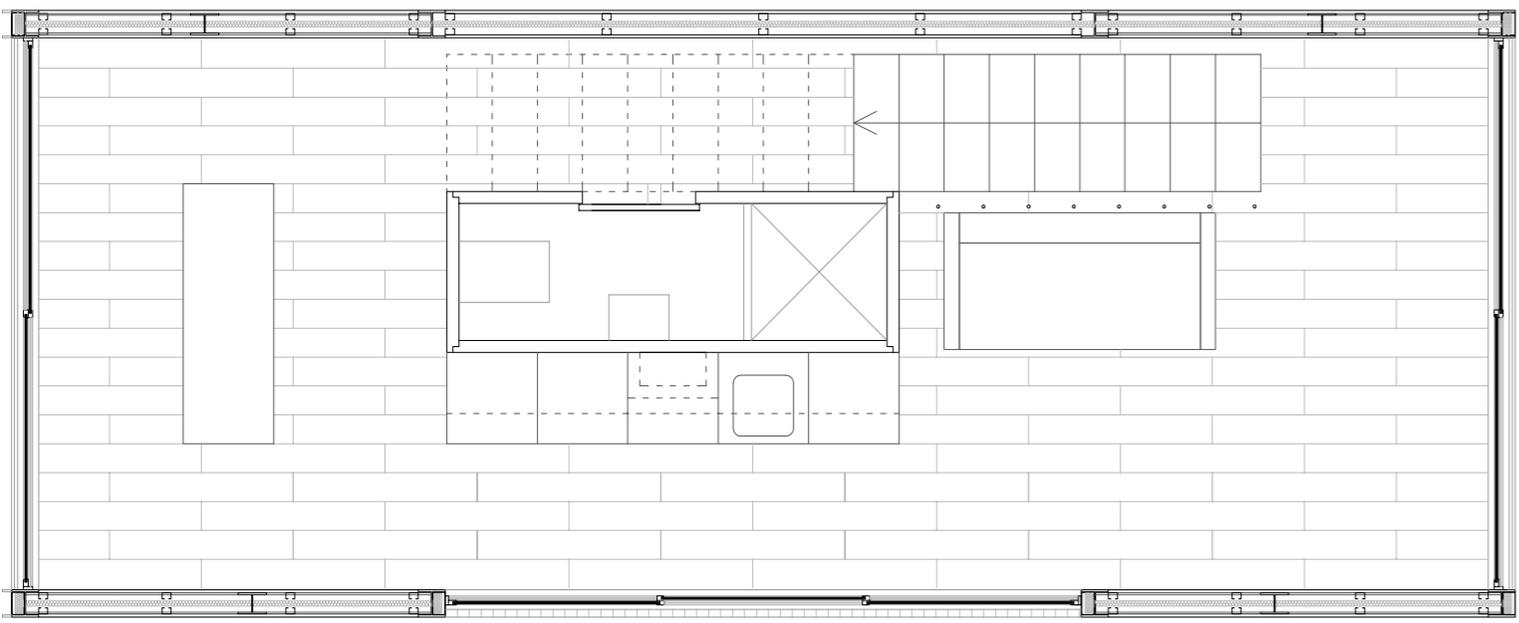


Rua das Amoreiras | Projeto 4 | Planta Piso 2 | Esc.: 1_400 | N I



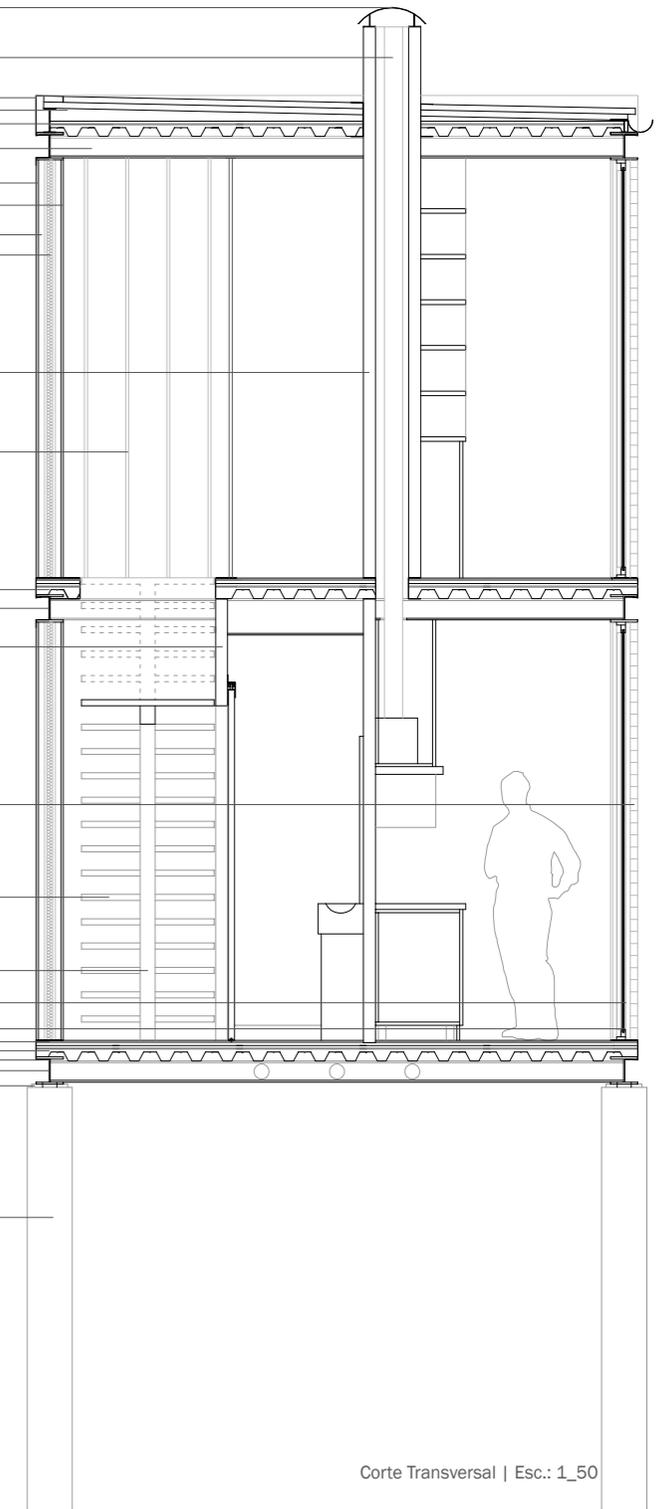
Planta Piso 2 | Esc.: 1_50

10

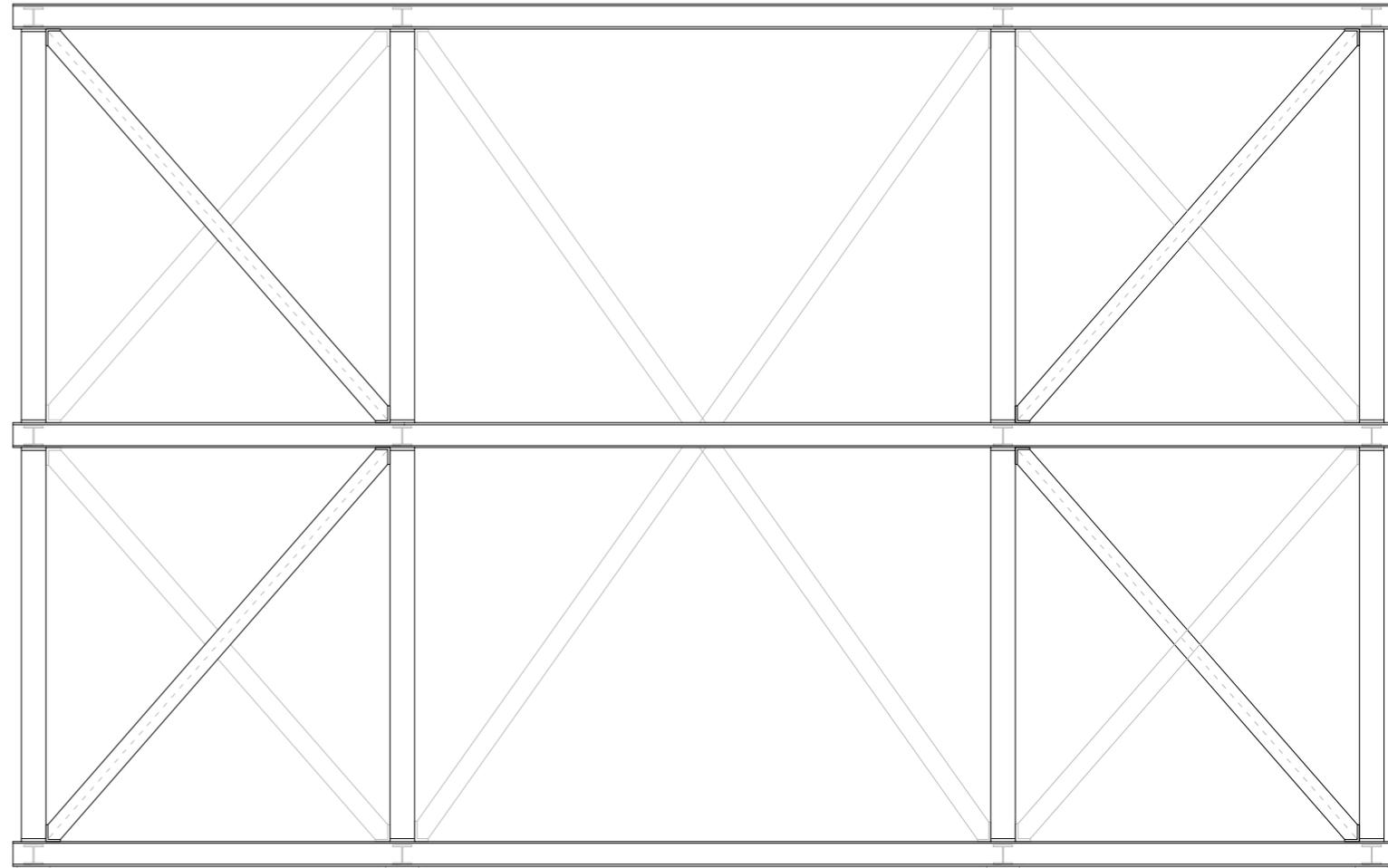
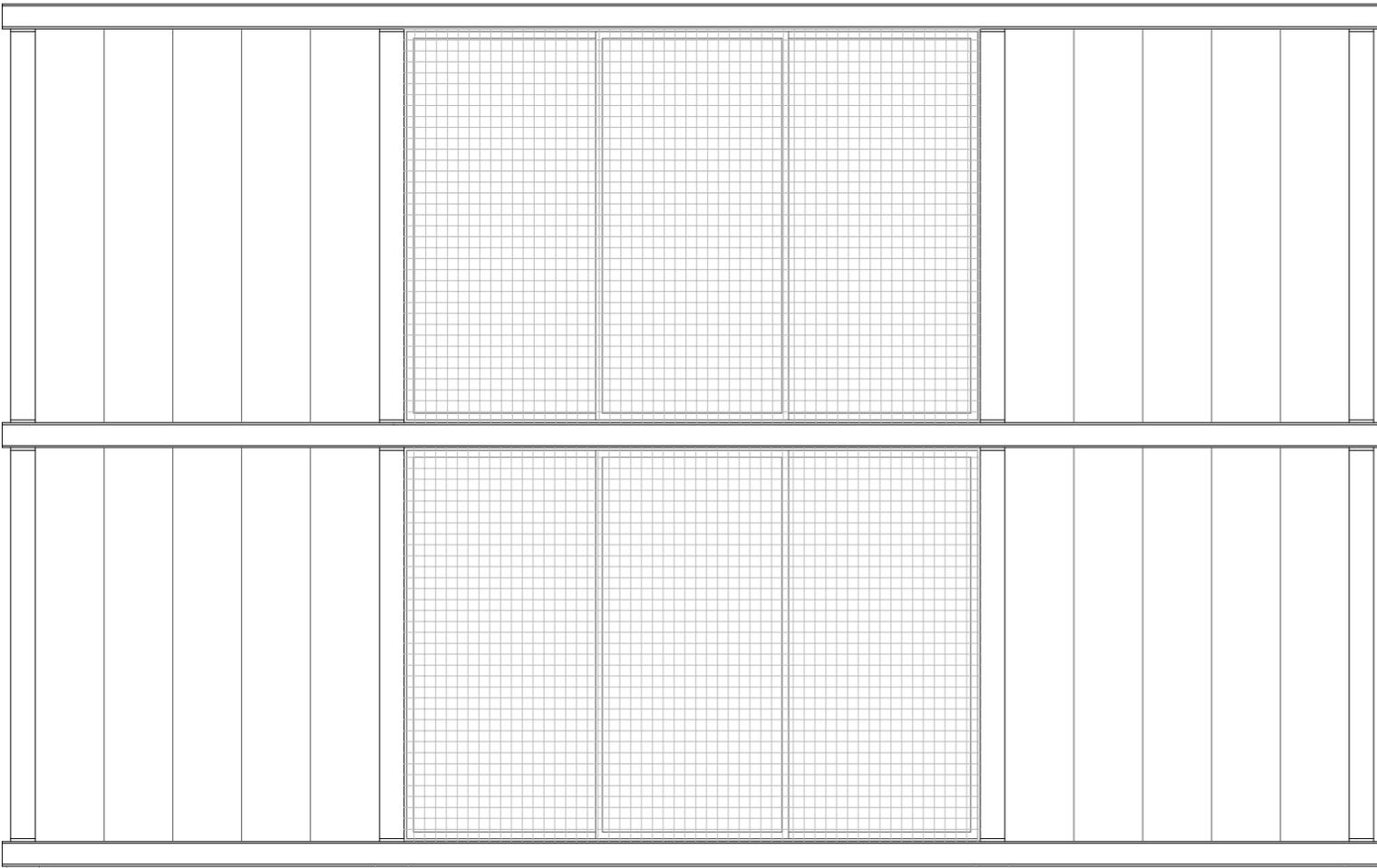


Planta Piso 1 | Esc.: 1_50

- chapa metálica enrolada 2 mm
- tudo de alumínio 120 mm
- peça de remate em ferro metalizado 2 mm
- painel sandwich de cobertura 70 mm
- perfil metálico IPE 160 mm
- perfil metálico HEB 140 mm
- painel em vidro branco 19 mm
- estruque 13 mm
- perfil metálico - montante 40 mm
- isolamento térmico 40 mm
- painel tsem-4lh - madeira 80 mm
- varão inox 20 mm
- laje mista haircol 59s 100 mm
- peça de remate em ferro metalizado 2 mm
- chapa metálica enrolada
- grelha metálica 50 mm
- madeira de carvalho 40 mm
- tubo de ferro 100 mm
- vidro duplo 16 mm
- caixinho de pvc 50 mm
- flutuante madeira carvalho 10 mm
- regulador 20 mm
- laje mista haircol 59s 100 mm
- perfil metálico HEB 180 mm
- chapa metálica de apoio 20 mm
- pilar redondo em betão armado 300 mm



Corte Transversal | Esc.: 1_50







A ideia de fazer um percurso junto ao Aqueduto, que relacione duas das habitações, está associado ao percurso atualmente existe na parte do Aqueduto em Alcantra. Tal estrutura emblemática da cidade merece continuar a ser reconhecida como tal, e também, ser apreciada mais de perto pelas pessoas.

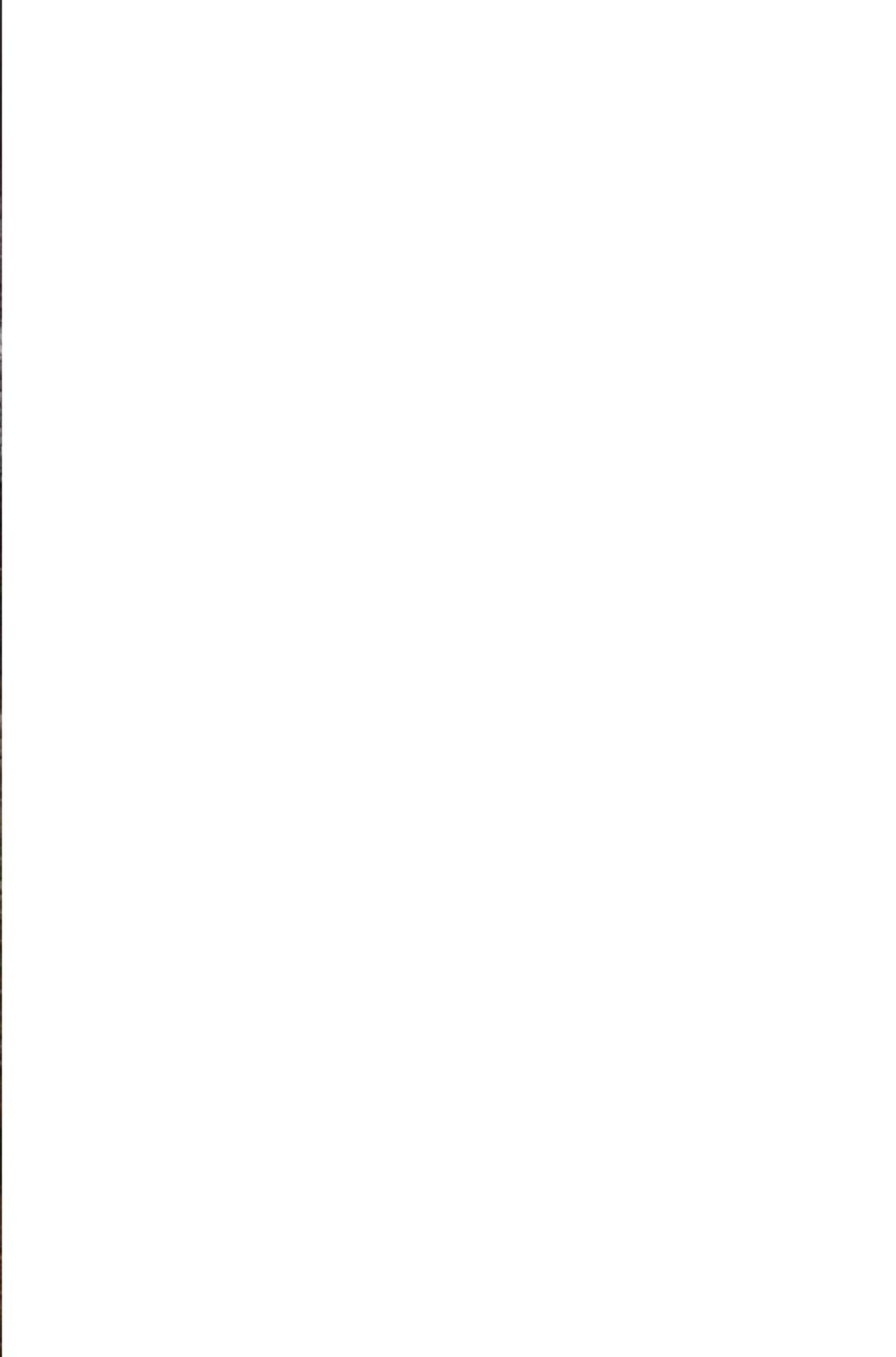
No decorrer deste trabalho, tomei conhecimento de uma entrada para o interior do aqueduto na rua Professor Sousa da Câmara, conhecida por porta da cruz das almas. Trata-se de um dos acessos ao interior de uma das galerias de distribuição, designada por Aqueduto de Santanta. Esta parte recebia a água do Aqueduto Geral próximo da Avenida Duarte Pacheco (retaguarda do Liceu Francês) e transportava-a para os vários chafarizes na cidade, nomeadamente o Chafariz de São Sebastião da Pedreira, o Chafariz de São Lázaro e o Chafariz do Intendente (estes últimos localizados nas imediações do Campo de Santana).

Esta galeria é visitável pelo interior, entre a sua origem no Aqueduto Geral até à zona do Parque Eduardo VII, sendo o restante não visitável.

Com tais dados recolhidos, a ideia deste percurso tem com início o projeto junto do jardim das Amoreiras, percorre toda a extensão de Aqueduto visível, seguindo até ao reservatório da EPAL, junto ao Centro Comercial da Amoreiras. Uma vez aqui, seria construído uma passagem superior sobre a Avenida Duarte Pacheco, fletindo mais à frente, na direção do Liceu Francês, até à outra habitação na rua Professor Sousa da Câmara, onde se localiza o acesso ao interior do Aqueduto.

Com o desimpedimento deste espaço, as visitas ao interior do Aquedutos poderiam ser mais frequentes pelos utilizadores, mostrando a riqueza que a cidade de Lisboa esconde no subsolo.





PART III

61,66 - Planos Urbanos para Luanda

Simões de Carvalho

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Arquitectura

Orientadora:

Doutora Ana Vaz Milheiro, Professora Auxiliar, ISCTE-IUL.

RESUMO

A história recente de Angola está naturalmente relacionada com a colonização portuguesa. Nesse sentido, a evolução urbana das suas cidades, designadamente Luanda, decorreu das estratégias traçadas em organismos como o Gabinete de Urbanização Colonial (GUC). Foi através deste organismo público, que tal influência conseguiu conferir uma identidade colonizadora a esta região africana, potenciando um desenvolvimento que tardava em surgir.

O trabalho que o GUC desenvolveu em Angola, como em todas as ex-colónias, refletiu-se na infraestruturização das cidades a nível urbanístico e arquitetónico, ajudando a promover o seu adequado desenvolvimento económico e social. Aliado a outras áreas de intervenção locais, o trabalho elaborado no Gabinete, possibilitou uma nova abordagem sobre o território, promovendo uma nova organização e expansão do mesmo.

Com três décadas (1944-1974) de projetos executados, alterações institucionais aplicadas e onde muitos profissionais tiveram a oportunidade de desenvolver o seu trabalho, o GUC começou a perder influência projectual na última década que laborou. Neste período, os organismos locais nas ex-colónias, começavam a promover condições para que arquitetos e urbanistas conseguissem desempenhar o seu trabalho, conscientes de que projetar in situ, era sinónimo de maior proximidade sobre as condicionantes do território a intervir.

Em Luanda, como resposta a esta nova realidade, surge com a criação do Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal, uma alternativa à estrutura centralizada em Lisboa que o GUC representava.

Foi neste contexto, que em 1961, Fernão Lopes Simões de Carvalho assumiu o cargo de chefia do Gabinete local. O arquiteto pretendia através deste organismo público, promover com o seu trabalho, dinâmicas de desenvolvimento capazes de criar condições de habitabilidade condignas para todos.

A elaboração do Plano Diretor Municipal ambicionava ditar as regras, que Simões de Carvalho acreditava serem fundamentais, para promover o crescimento a nível político, económico e social da cidade. O Plano Diretor não foi aprovado pela Câmara Municipal local, mas o seu estudo prévio, permitiu que fossem realizados vários Planos de Pormenor, dada a importância de construir mais habitações. Era urgente dotar a cidade de melhores condições habitacionais, onde a falta de espaço que se fazia sentir, devido ao forte aumento populacional existente.

Dos vários Planos de Pormenor realizados no Gabinete de Urbanização e mencionados neste estudo, apenas as unidades de vizinhança n.º 1 e n.º 3 do musseque Prenda se construíram parcialmente. Foram estes núcleos habitacionais, que deixaram “a marca”, do trabalho realizado por Simões de Carvalho e toda a equipa de profissionais que colaborou consigo, ao serviço do Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal de Luanda.

Palavras-chave:

Arquitetura e Urbanismo | Gabinete de Urbanização Colonial | Angola - Luanda | Simões de Carvalho | Planos Urbanos

ABSTRACT

The recent history of Angola is naturally related to the Portuguese colonization . In this sense ,the urbanistic evolution of its cities , namely Luanda , resulted from the strategies outlined in bodies such as the Office of Colonial Urbanization (GUC) . It was through this public body's influence that a Colonial identity was finally forged, potentiating a Long Anticipated development.

The work that GUC has developed in Angola , as in all former colonies , was reflected in the infra - structure at the level of cities and urban architecture , helping to promote their proper economic and social development . Allied to other local areas of intervention , the work done in the Office , provided a new approach to planning, organizing and promoting a new expansion. With three decades (1944-1974) of implemented projects , institutional changes applied and where many professionals had the opportunity to develop their work , the GUC project- began to lose influence in the last decade of its existence . In this period , the local bodies in the former colonies , began to promote conditions for architects and planners were able to carry out their work , aware that in situ project , was synonymous with greater proximity to the constraints of the intervening territory .

In Luanda , in response to this new reality , the City Hall's Office of Urbanization is created as

an alternative to the centralized structure in Lisbon that the GUC represented .

It was in this context that in 1961 , Ferdinand de Carvalho Simões Lopes took over as head of the Office site. The architect wanted through this public body , to promote their work and dynamics of development able to create decent living conditions for all .

The preparation of the Municipal Plan ambition dictate the rules , which Simões de Carvalho believed to be fundamental to promote growth at political, economic and social development of the city. The Master Plan has not been approved by the local Town Hall , but his previous study , allowed to be performed several Detail Plans , given the importance of building more housing . It was urgent to provide the city with better housing , where the lack of space that was felt due to the strong increase in population .

From the several detailed Plans made by the Office of Urbanization mentioned in this study , only the neighborhood units n . 1 and n . 3 Attach the slum is built partially . Were these housing units , which left a “mark “ , the work done by Simões de Carvalho and the entire team of professionals who worked with him , for the Office of Urbanization of the City of Luanda .

Keywords :

Architecture and Urbanism | Office of Colonial Urbanization | Angola - Luanda | Simões de Carvalho | Urban Plans

INTRODUÇÃO

Portugal, país que durante muito tempo viu o seu território alargado ao continente africano, através das ex-colónias, efetivou um maior domínio sobre esta região, durante a governação de António de Oliveira Salazar.

Outra figura importante associada a este período foi Marcelo Caetano, com a criação do Gabinete de Urbanização Colonial (GUC) em 1944. Era sua intenção imprimir uma tradição de projeto associada ao território africano, que demonstrasse um cuidado acrescido, quer em questões técnicas – com especial atenção de como construir em climas tropicais - como estratégicas. Tais pretensões serviriam perfeitamente o que acreditava ser, os objetivos do Estado Novo.

O surgimento do GUC viria dar início, ao primeiro de três ciclos temporais (1944 a 1974) pelo qual passou, devido às várias alterações institucionais, que foi submetido durante os anos que se manteve a laborar. Em trinta anos de projetos, muitos foram os arquitetos, que fizeram parte do conjunto de profissionais, que trabalharam neste organismo público. Estes arquitetos encontraram no Gabinete, a possibilidade de expandir os seus conhecimentos, e assim, desenvolver novas técnicas construtivas, dadas as condicionantes climáticas sentidas em África, serem diferentes da metrópole.

Angola, em conjunto com Moçambique, Guiné, Cabo-Verde e São Tomé e Príncipe, vai-se fortalecer, politicamente, socialmente e economicamente, em parte, por todo um investimento de conhecimento, proporcionado pelo trabalho desenvolvido no GUC. Tal estrutura projectual, de arquitetura e urbanismo, complementava o trabalho associado às próprias estruturas locais, que nas mais variadas áreas, tentavam promover o desenvolvimento económico e social que necessitavam.

Vários foram os arquitetos, que posteriormente se fixaram em território africano, para localmente, ajudarem a promover o desenvolvimento das cidades que os receberam. A exemplo disso temos o caso de Angola, que promove aos arquitetos Francisco Castro Rodrigues no Lobito e Fernão Lopes Simões de Carvalho em Luanda, a possibilidade de desempenharem o seu trabalho, no que respeita aos Planos Urbanos para as respetivas cidades. Os dois arquitetos faziam parte de um conjunto de profissionais, bastante críticos, ao facto de se projetar em Lisboa para território africano. Defendiam, que o afastamento da realidade colonial impedia, uma interpretação mais realista das necessidades locais e uma melhor compreensão do território a intervir.

Com um notável percurso de vida, Simões de Carvalho regressou a Luanda em 1959 para “abraçar” um novo projeto na sua carreira, enquanto profissional da arquitetura e urbanismo ao chefiar o Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal de Luanda.

Com vários avanços e recuos, só em 1961 conseguiu ocupar o cargo a que se propôs, onde

prontamente se dedica à elaboração do Plano Diretor Municipal para a cidade, de maneira a promover o seu desenvolvimento, que sempre acreditou ter potencial para se concretizar.

Dada a forte necessidade em dotar a cidade de infraestruturas de habitação, que conseguisse acolher o forte aumento populacional, quer o que vinha do interior quer o que emigrava da metrópole para Luanda, o arquiteto rapidamente dá início à execução dos Planos de Pormenor, das unidades de vizinhança, abandonando a continuação do Plano Diretor, que nunca foi publicado.

Simões de Carvalho refere em entrevista (Carvalho 2012), que um país como Angola só podia evoluir apostando no desenvolvimento político, social e económico da população. Todo o seu pensamento tem como base, uma forte vertente sociológica, que acredita ser o motor, para interpretar os aglomerados urbanos como um todo, de maneira a combater a segregação social e económica instalada em Angola. Daí considerar imprescindível, que na elaboração do Plano Diretor para a cidade, todos estes requisitos fossem tidos em conta.

Refere ainda, que nuclearização, hierarquização e miscigenação são três palavras de ordem a ter em conta, na construção das unidades de vizinhança, que acredita ser, a solução ideal para promover uma melhor relação habitat/trabalho na vida das pessoas e assim proporcionar a harmonia entre as populações.

Com alguma veemência refere ainda, que o papel do urbanista é, e será sempre, promover a harmonia entre as sociedades.

INÍCIO DO PROCESSO

No âmbito do Laboratório de Cultura Arquitetónica Contemporânea surgiu a oportunidade de fazer um trabalho inicial em grupo, sobre duas cidades africanas, que fazem parte das antigas colónias portuguesas. Luanda em Angola e Praia em Cabo Verde.

Esta primeira investigação incidia sobretudo, na perceção e compreensão da evolução histórica destas cidades, das suas origens, da sua morfologia e sobretudo analisar e interpretar os vários Planos Urbanos, que foram sendo elaborados ao longo do tempo e perceber a forma, como se procedeu o seu desenvolvimento.

O período que mais interessava estudar, situava-se entre os anos de 1944 e 1974, altura em que o Gabinete de Urbanização Colonial inicia a sua atividade. É através deste organismo público, que muitos arquitetos têm a oportunidade de trabalhar em território Africano e explorar as suas competências, num ambiente propício a novas experiências, dada a carência que estas cidades demonstravam, quer a nível económico quer social.

Foram elaboradas algumas leituras, duas delas fundamentais para o arranque deste primeiro trabalho: Um cesto de Cerejas, Conversas, Memórias, uma vida (organização e introdução de Eduarda Dionísio, Lisboa: Casa da Achada, 2009) do Arq.º Francisco Castro Rodrigues e Manifestos Ensaios Falas Publicações (Lisboa: Ordem dos Arquitetos, 2007) do Arq.º Pancho Guedes. Procedeu-se também ao visionamento de dois filmes, que fizeram uma aproximação no nosso imaginário, ao ambiente que se vivia em África: A costa dos Murmúrios, de Margarida Cardoso (2004) e 20, 13, de Joaquim Leitão (2006).

Um outro meio de investigação que o grupo considerou, mais incisivo para a elaboração deste trabalho, foi entrar em contacto direto, com arquitetos que tivessem experienciado na primeira pessoa, o que foi trabalhar em Lisboa no Gabinete de Urbanização Colonial, e posteriormente, projetar nas cidades angolanas ao serviço das Câmaras Municipais locais.

Sendo um dos livros referente à vida e obra do Arq.º Francisco Castro Rodrigues, o grupo optou, entrevistar primeiro este arquiteto. Tal experiência foi muito gratificante, quer para nós, quer para o arquiteto, que partilhou connosco a sua história de vida e o trabalho realizado por si em África, mais propriamente na cidade do Lobito - Angola.

O Arq.º Fernão Lopes Simões de Carvalho foi o segundo arquiteto a ser entrevistado e também se mostrou recetivo, para partilhar, o seu percurso de vida e a sua obra no tempo que esteve a trabalhar em Luanda – Angola. Esta segunda opção deveu-se ao facto, de Luanda ser um dos casos de estudo.

Todo este processo veio culminar na escolha do tema para o trabalho final e de alguma forma, poder contribuir para a investigação que está a ser feita em Os Gabinetes Coloniais de

Urbanização – Cultura e Prática Arquitetónica, através de uma Equipa de Investigação, que tem como Investigadora responsável a Arq.º Ana Cristina Fernandes Vaz Milheiro.

Este projeto de Investigação iniciado em 2008, e apoiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia PTDC/AURAQI/104964/2008, tem como objetivo identificar, catalogar e analisar o trabalho desenvolvido no Gabinete de Urbanização Colonial, durante os trinta anos em que esteve no ativo, quer na vertente arquitetónica como urbanística (Milheiro, 2012: 1).

Outro projeto de Investigação igualmente em curso, que este trabalho está associado, trata Habitação para o maior número: Lisboa, Luanda, Macau (2013-2015, ref. PTDC/ATP-AQI/3707/2012), que tem igualmente com Investigadora responsável, a Arq.º Ana Cristina Fernandes Vaz Milheiro.

TEMA

O tema que enquadra este trabalho final foi suscitado, pela entrevista realizada ao Arq.º Simões de Carvalho, quando no final da mesma, a seguinte pergunta lhe foi colocada:

- O que é para si arquitetura?

A Arquitetura é uma paixão, e o Urbanismo é uma necessidade de se dar alguma coisa aos outros. Se a arquitetura para nós é uma paixão, o urbanismo é diferente, o urbanismo é realmente criar e dar qualquer coisa de nós, para criar a harmonia entre as sociedades (Carvalho, 2012).

É a resposta do arquiteto que despertou em mim o desejo de estudar melhor a sua obra, principalmente o seu trabalho enquanto urbanista e Diretor do Gabinete de Urbanização que estruturou em 1961, ao serviço da Câmara Municipal de Luanda e aí permaneceu até finais de 1966 (Carvalho, CV).

Estudar o seu trabalho como urbanista em Luanda compreende a elaboração do Plano Diretor da cidade, a maneira como o pensou, estruturou e o fez corresponder aos vários Planos de Pormenor associados. As unidades de vizinhança n.º 1 e n.º 3 do Prenda naturalmente assumem maior protagonismo, por serem as únicas parcialmente construídas, durante o processo de execução do Plano Diretor.

Por detrás do técnico que é Simões de Carvalho, está o homem que viveu de perto a realidade angolana, logo, ao seu trabalho enquanto arquiteto e urbanista, está associado a sua experiência e conhecimento que foi adquirindo ao longo de um percurso efetuado entre, Luanda, Lisboa e Paris.

PROCESSO

Os objetivos que se pretendem com a elaboração deste trabalho final são: através da documentação consultada no Instituto Português de Apoio ao desenvolvimento – IPAD, e posteriormente no Arquivo Histórico Ultramarino – AHU, referente aos vários Planos de Pormenor desenvolvidos no Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal de Luanda, sob o comando do Arq.º Simões de Carvalho, confrontar os Planos de Pormenor projetados na época, com o que se consegue identificar através do Google Earth (entre 2001 e 2012), que foram construídos e respeitaram, os Planos de Urbanização do arquiteto e urbanista.

A metodologia adotada para este trabalho, terá como base a confrontação direta entre o que foi projetado e o existente, sempre acompanhada com os vários testemunhos, que o arquiteto foi dando ao longo das entrevistas realizadas no âmbito da minha investigação. Desta comparação, resultará um esquema desenhado que visa identificar, o que se construiu com suporte nos Planos de Pormenor. Este redesenho, pressupõe uma previsão intuitiva da análise conseguida através do visionamento por satélite, do que realmente foi construído sob a influência dos Planos de Pormenor.

Dada a impossibilidade de fazer uma visita à cidade de Luanda, este estudo terá um carácter de pesquisa, recolha e publicação dos conhecimentos adquiridos e registados, apoiando-se principalmente, nas entrevistas realizadas ao arquiteto.

A sua organização será acompanhada pelo esquema funcional do Plano Diretor – estudo prévio, em conjunto com um Plano da cidade, que identifica catorze Planos de Pormenor elaborados no Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal de Luanda. Esse esquema funcional é exemplificativo, do pensamento do arquiteto sobre o território Luandense, quer na forma como interpreta a cidade e os seus recursos naturais quer na forma como através do seu Plano Diretor, pretende promover o desenvolvimento político, económico e social da cidade. Simões de Carvalho continua a acreditar que só assim faz sentido, elaborar um Plano Diretor.

¹ Código do documento - 17746 - Câmara Municipal de Luanda - Urbanização (actualmente encontra-se no AHU)

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Após a independência do Brasil, Portugal não poderia subsistir perdendo todo o império outrora conquistado, e por consequência, viu em território africano a possibilidade de desenvolver um novo sistema colonial, que se efetivou no século XIX, e teve o seu expoente máximo no século XX (Fonte, 2012: 21).

É com a elaboração do Ato colonial em 1930, que Portugal iniciou, um recomeçar nas relações com as suas colónias (Alexandre, 2000 in Milheiro, 2012: 57). Este documento veio reforçar o direito histórico de possuir e colonizar bem como o direito de civilizar (Sousa, 2008 in Milheiro 2012: 57).

O passo seguinte deu-se com a nomeação de António de Oliveira Salazar para Presidente do Conselho Político Nacional e consequente arranque do Estado Novo, reconhecido através da nova constituição datada de 1932 e aprovada no ano seguinte. Foi após a revolução militar de 28 de maio de 1926 que o novo regime político surgiu. É neste contexto, que Portugal viu reforçada a sua presença em África, com Salazar detentor do cargo de Ministro das Colónias e das Finanças (Milheiro 2012: 58).

Com a Segunda Guerra Mundial, definiu-se o que se pode considerar, a fase final do Império Colonial Português, onde a vertente arquitetónica assumiu papel fundamental, no reforço da identidade portuguesa em território africano. Foram portanto realizados esforços na infraestruturação das cidades a diferentes planos, dotando-as de um conjunto de equipamentos mínimos nas áreas da saúde, educação, administrativa e da habitação. (Idem).

Portugal optou por uma posição neutra em relação à Segunda Guerra Mundial, fazendo com que o regime ditatorial ficasse, um pouco vulnerável perante a vitória dos aliados, permitindo, embora de forma ligeira, a entrada da modernidade no País. Contudo, Salazar mantinha a sua política marcada pela censura e opressão, onde a sua célebre frase “Orgulhosamente, sós” se tornou um símbolo do isolamento progressivo do país face à conjuntura internacional (Lima, 2012: 1).

Outro motivo que pressionou o Governo de Salazar, a tomar tais medidas de desenvolvimento em território africano, foram as várias ameaças colocadas a nível interno, por movimentos independentes, e a nível externo, com a pressão de alguns países europeus. Esta pressão colocava-se no sentido, que Portugal teria de promover o progresso nas suas colónias. Vai ser através da criação estratégica do Gabinete de Urbanização Colonial (GUC) por Marcelo Caetano em 1944, agora Ministro das Colónias, que o domínio africano se vai efetivar. O GUC inicia os trabalhos a 1 de janeiro de 1945, propondo desenvolver projetos de arquitetura e urbanismo, considerando a vertente economicista, de maneira a não serem desperdiçados recursos e

conhecimento (Milheiro, 2012: 2).

Com uma forte componente projectual de Planos Urbanos elaborados no Gabinete para as colónias, começou a ser urgente construir infraestruturas locais, destinadas quer aos habitantes locais quer à população que emigrava da Europa. Esta emigração pressupunha, melhorar a condição de vida, face à riqueza que este território oferecia, por exemplo, em matéria de recursos naturais. A aposta era desenvolver programas arquitetónicos habitacionais, edifícios públicos administrativos, hospitais, dotando a colónia de escolas, liceus e igrejas, promovendo assim o desenvolvimento das cidades a nível político, económico e social (Milheiro, 2012: 1).

GABINETE DE URBANIZAÇÃO COLONIAL (GUC)

O Gabinete de Urbanização Colonial foi fundado por Marcelo Caetano em 1944, no primeiro ano que ocupa o cargo de Ministro das Colónias, e nele se mantém até 1947. Este organismo público surgiu com a intencionalidade de unir, em uma só instituição, toda a vertente projectual de arquitetura e urbanismo, que se produziria para as colónias portuguesas em África em primeiro lugar, para depois se estender a todo o império português (Diário do Governo, 1944 in Milheiro, 2009: 82).

Havia a forte necessidade de “estudar e acompanhar a formação e o desenvolvimento dos aglomerados populacionais nas colónias de modo a aproveitar os ensinamentos da urbanística, evitando os erros por vezes irremediáveis de um crescimento ao acaso”. (Idem).

Esta falta de conhecimento do território, era sentida e manifestada por vários arquitetos, que no início dos anos de 1940, ao serem contactados para elaborar trabalhos para as colónias, sentiam dificuldades em projetar no vazio, tornando a prática arquitetónica mais complicada (Rodrigues in Milheiro, 2008: 4-5).

Contudo é a vertente urbanística que mais se distingue dentro do Gabinete, através da execução de Planos Urbanos para as várias cidades coloniais. Tal facto é notório na primeira alínea do artigo de abertura: “Estudar os problemas da urbanização colonial e promover a elaboração de planos de arranjo e expansão das cidades e vilas das colónias africanas” (Diário do Governo, Op. Cit in Milheiro, 2009: 83).

A distância que separava a metrópole das colónias portuguesas começava a gerar discórdia entre os críticos, que alegavam não existir possibilidade do GUC fazer projetos reais, quando se projetava de tão longe do local a intervir. Toda esta agitação promoveu junto da sociedade alguma discordância, nomeadamente em pessoas mais relacionadas com a política e ligadas às questões coloniais, que procuravam manifestar-se, afirmando que o GUC não estava a resolver

essa questão, que consideravam ser de extrema importância (Milheiro, 2009: 84).

A exemplo disso foi a forma como o Capitão Henrique Galvão se manifestou publicamente, censurando a escolha do Eng.º de Minas Rogério Cavaca para Diretor do Gabinete e por ter escolhido para seus colaboradores, arquitetos que desconheciam o território africano (Diário de Notícias, 17/03/1948 in Milheiro, 2009: 84).

Quem se manifestou a favor, foi o Ministro Marcelo Caetano, reagindo em defesa do Gabinete por si criado e dos profissionais que o compõem. Sendo um organismo que à data do debate, contava com três anos e meio de projetos elaborados, defendeu que através do GUC, eram ampliadas as hipóteses de investigação, que qualquer profissional liberal alguma vez conseguiria ter (Caetano in Milheiro, 2009: 85). Defendeu ainda, que o interesse em criar uma tradição de projeto relacionada aos territórios tropicais, seria uma mais-valia, quer na vertente técnica quer estratégica (Idem).

É no 1.º Congresso dos Arquitetos Portugueses em 1948 que este assunto se colocou novamente. Ao tratar os temas da arquitetura no território nacional e abordadas as problemáticas da habitação, em Portugal e nas colónias, este congresso viu serem coladas soluções para os resolver (Fonte, 2012: 79). Estes problemas estendiam-se ao desenho da cidade e ao ordenamento do território, havendo a consciência que “o problema da habitação era antes de tudo, um problema do urbanismo” (Gomes, 2008 in Lima, 2012: 1).

Com a elaboração dos vários projetos no Gabinete, ganhou-se uma organização planeada na maneira como as cidades podiam crescer e como seriam construídas. Desenvolviam-se as colónias, fruto de um organizado e proveitoso trabalho de muitos jovens arquitetos, que reconheciam neste organismo público, uma oportunidade de expandirem os seus conhecimentos e evoluírem profissionalmente (Fonte, 2012: 77). A sua estrutura era composta pelo seu Diretor Rogério Cavaca, por João Simões na qualidade de Arquiteto Adjunto, e pelos vários arquitetos que ali trabalhavam, uns já com experiência projectual e outros que ali iniciavam o seu tirocínio (Fonte, 2012: 79).

Durante a primeira fase do Gabinete até 1951, os trabalhos verificavam-se em maior número para Luanda. O grupo de profissionais, que nesta data assinava a maioria dos projetos para a cidade, era constituída por Lucínio Cruz, Eurico Pinto Lopes, Mário de Oliveira e João António Aguiar, figura mais influente do grupo, por ser o Diretor Adjunto de Rogério Cavaca. João Aguiar projetou em 1952, um Plano de Urbanização para Luanda (Milheiro, 2012: 4).

Durante a tomada de posse de Sarmento Rodrigues em 1950 como Ministro das Colónias procedeu-se a uma revisão constitucional em 1951 e a uma alteração no discurso em que os termos “Império” e “Colónias”, foram alterados para “Ultramar” e “Províncias”. Esta alteração surgiu como forma de amenizar a crítica internacional em relação aos territórios colonizados,

sugerindo uma melhor integração destes territórios no contexto Português (Silva, 2006 in Milheiro, 2009: 85). Tais alterações chegaram também ao Ministério das Colónias (MC) que viu o nome alterado para Ministério do Ultramar (MU) bem como o Gabinete de Urbanização Colonial (GUC) foi alterado para Gabinete de Urbanização do Ultramar (GUU) (Milheiro, 2009: 85).

Para além dos arquitetos acima referidos, são vários os arquitetos que se juntaram agora ao GUU: Fernando Batalha, José Manuel Galhardo Zilhão, Luís Possolo e Fernando Schiappa de Campos (Milheiro, 2009: 87).

A extinção do GUU deu-se em 1957, devido a uma nova reorganização do Gabinete, passando a chamar-se Direção de Serviços de Urbanização e Habitação (DSUH), que estava sob a dependência da Direção Geral de Obras Públicas e Comunicações (DGOPC). A partir desta data não houve mais alterações de ordem organizativa. O que se veio a verificar foi um decréscimo na elaboração de projetos por parte da DSUH, o que significava que localmente as colónias começavam a criar as suas próprias estruturas de projeto (Milheiro, 2009: 89).

Os organismos superiores do Estado começaram a refletir, na possibilidade de serem criados gabinetes próprios em cada cidade africana, permitindo assim, fazer Planos Urbanos e projetos de arquitetura, resolvendo os problemas das mesmas, com maior proximidade e melhor contextualização (Fonte, 2012: 80).

Destacaram-se nomes como Francisco Castro Rodrigues e Fernão Lopes Simões de Carvalho, antigos tirocinantes do Gabinete, que integraram estruturas locais e através do seu trabalho, viram alterado o futuro das cidades que os receberam. Com o início da Guerra Colonial de 1961, assistiu-se a uma maior autonomia na produção urbanística e arquitetónica local, muito devido à presença destes profissionais. No entanto a nova DSUH-DGOPC continuava a suprir eventuais carências de técnicos e de infraestruturas que ainda existiam (Milheiro, 2012: 17).

O trabalho desenvolvido em Luanda pelo GUU foi visível, essencialmente na sua estrutura urbana, através dos seus eixos viários e zoneamento da cidade em setores funcionais. Foi também através dos vários edifícios públicos projetados durante este período, que o Gabinete se notabilizou. Estes edifícios contemplavam princípios racionais de distribuição funcional em planta, um desenho historicista / monumental das fachadas, aliado a um tipo de construção sólida, aproximavam-se do tipo de projetos feitos em Lisboa. As grandes diferenças deviam-se às questões climáticas, sempre presentes, em projetos efetuados em climas tropicais como Angola (Milheiro, 2012: 1).

O desenvolvimento de Angola no século XX ficará sempre ligado ao espaço de tempo, que se situa entre a governação do General Norton de Matos, passando pela 2ª Guerra Mundial, pela Guerra Colonial, terminando com a infraestruturação dos territórios, que se estende até à Revolução de abril (Fonte, 2012: 27).

O primeiro período está nitidamente ligado à governação de Norton de Matos, com o seu objetivo sempre presente, de procurar criar uma identidade colonial. Está também relacionado ao facto, de se viver num regime de ditadura a partir de 1926 e culmina com o início da 2.ª Guerra Mundial em 1939 (Idem). O desejo progressista de Norton de Matos atingiu o seu expoente máximo, na vontade de reconhecer a Nação, como um império unificado, propondo para tal, políticas nacionais em detrimento de políticas coloniais (Fonte, 2012: 22). Tudo fez para promover a expansão da língua portuguesa e melhorar a forma como eram contratados os funcionários públicos, tendo como premissas, a sua formação e a sua adequada remuneração. Recomendou também, que fossem realizados estudos antropológicos, permitindo aos políticos um conhecimento mais profundo das populações angolanas (Fonte, 2012: 27-28).

Sendo Angola, uma colónia predominantemente agrícola até à primeira metade do século XX, e um território condicionado pela ausência de vias de comunicação, viu as grandes companhias que se estabeleceram, apelarem à necessidade de construir linhas ferroviárias, que facilitassem o transporte de produtos. São as políticas adotadas por Norton de Matos a partir de 1921, que geram o período de consolidação da rede viária e ferroviária, ajudando a promover o desenvolvimento de Angola, e fazer com que esta colónia viesse a ser uma das melhores equipadas a nível de estradas e caminhos de ferro. (Fonte, 2012: 27).

Segue-se o período do Estado Novo, e a este sistema de ditadura, está associado um “período de obscurantismo, cegueira e alheamento do mundo”. No que se refere à questão das colónias e Angola particularmente, esta indiferença denotou um esquecimento, do desejo de crescimento imposto por Norton de Matos (Fonte, 2012: 28).

O continente africano começa a ser visto, como um território em larga expansão, portador de uma ideologia colonial muito presente, ideologia essa, que estávamos perante um terceiro império, o Império Africano, ao qual Angola seria um dos impulsionadores dessa expansão (Idem).

É com a plantação de café que começam a chegar grandes investimentos a Angola após a 2.ª Guerra Mundial. Esses investimentos permitiram um crescimento económico significativo em várias cidades, onde Luanda e Carmona (Uíge) beneficiaram diretamente, por serem as principais produtoras de café. Ao ver este produto ser inflacionado, a sua produção em massa por grandes fazendas, fez que este, se tornasse o principal produto angolano a ser exportado

para o mercado internacional. Luanda por beneficiar diretamente da sua localização geográfica, usufruindo da proximidade ao mar, e capaz de dar resposta ao corrente fluxo comercial, foi a cidade onde o crescimento foi mais sentido. A este desenvolvimento inicial, seguiu-se a construção de novas infraestruturas na cidade, com a criação de novos serviços públicos, onde aos de carácter social e cultural, se juntaram novas indústrias (Fonte, 2012: 30).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, Luanda viu aliado ao crescimento da exploração do café, um desenvolvimento nas áreas industriais, que por sua vez impulsionaram a forte emigração de população Europeia. Outras infraestruturas que vieram a ser construídas nesta cidade, com grande impacto comercial, foram o porto marítimo entre 1942 e 1945 e uma vasta rede de aviação comercial, que permitiu a rápida deslocação, entre as várias cidades angolanas. (Fonte, 2012: 31).

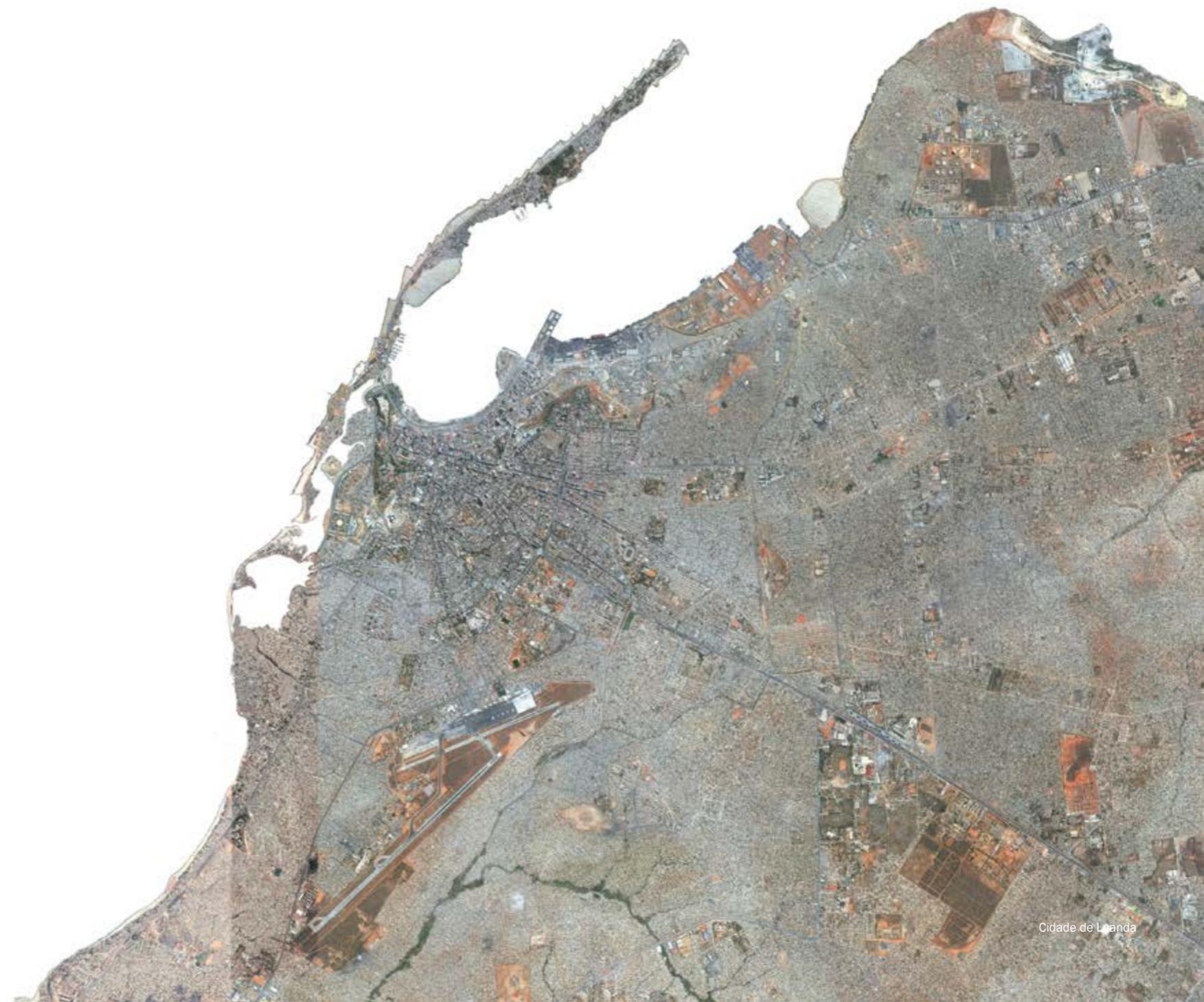
Este desenvolvimento acelerado e rápido crescimento demográfico trouxe complicações, na capacidade de resposta que a cidade oferecia em questões sociais, nomeadamente no que diz respeito à habitação. Luanda não estava a conseguir dar resposta a tal fluxo populacional, dada a inexistente gestão dos seus recursos. Como consequência direta, havia uma falta de controlo sobre este crescimento desorganizado (Idem).

Aliado a todo este progresso em Angola, esteve o fator político, que sempre assumiu determinante visibilidade. A Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) entra em Angola em 1958 e começaram a ser feitas detenções entre a população socialmente mais informada, como também, a serem contratados informadores, para apoiarem tal organismo. Ao mesmo tempo, as Nações Unidas aprovaram uma Carta, que reconheceu o direito dos países à sua autodeterminação. Como resposta a tal documento, Portugal alterou a sua Constituição. Esta pressão internacional promoveu a extinção do Ato Colonial, e como consequência novas terminologias foram adotadas, como já se afirmou antes, ficando assim a metrópole, mais afastada dos ideais Europeus, que defendiam o abrandar do domínio colonial (Fonte, 2012: 33).

Aliado a estes fatores, vários partidos de libertação surgiram reclamando liberdade e independência, promovendo uma reorganização de esforços de Portugal, em manter as colónias, num regime onde a opressão, era a principal arma. É de salientar, que no ano de 1960, dezassete países africanos conseguem a sua independência (Fonte, 2012: 34).

A questão colonial portuguesa estava longe de encontrar, um desfecho favorável relativamente à independência das suas colónias, pelo contrário, começava-se a desenvolver um forte movimento repressor por parte das autoridades, que aliado à negação dos colonizados originou a Guerra Colonial em 1961 (Idem).

O início dos anos de 1960 em Angola, foi marcado pelo forte cenário de violência, que contrastou com a intensificação da abertura do território ao investimento estrangeiro. Era a



maneira encontrada para impulsionar o seu desenvolvimento económico, criando condições, que permitisse fixar a população Europeia e fazer com que conseguissem fazer os seus investimentos (Idem).

Exatamente no mesmo período, foi quando se verificou um elevado crescimento da construção, surgindo a necessidade de gerir melhor o planeamento da cidade, nas vertentes urbanística e arquitetónica (Fonte, 2012: 36). Mais aglomerados adquiriram o estatuto de cidade, onde Angola, ganhou maior visibilidade perante o olhar dos outros continentes. Foi igualmente neste período, que se verificou uma maior participação de brancos e negros no contexto económico e social da cidade, tentando proporcionar através das relações entre as várias origens, uma ausência de discriminação, nem sempre fácil de alcançar (Fonte, 2012: 87).

O crescimento de Angola avançou a olhos vistos, mas a guerra acompanhou este crescimento com a mesma força, reclamando aos olhos dos “colonos”, uma liberdade que tardava em chegar. Fruto da guerra, começou a haver um aumento da população nas cidades, que nos anos de 1960 se estimava ser em 114% (Fonte, 2012: 38).

Este aumento demográfico veio centrar esforços na questão da habitação, um dos elementos mais reivindicados como geradores de cidade. A rápida extensão populacional no núcleo urbano, acompanhada pelo processo de renovação arquitetónica, proporcionou a Luanda, redefinir o seu território. Este crescimento veio ser acompanhado, na edificação de bairros compostos por casas unifamiliares e prédios de habitação coletiva. Estes novos bairros seriam inseridos num pensamento integrador, através da construção de unidades de vizinhança, que propunham receber as várias classes sociais.

Anteriormente nos anos de 1950, a questão da residência assumiu um maior significado em Luanda e viu o seu expoente máximo nos anos de 1960, com a construção de vários edifícios destinados à habitação (Lima, 2012: 1).

Já na década de 1970, um novo acontecimento político e administrativo marcou uma nova era, ao ser aprovada uma nova Lei Orgânica do Ultramar em junho de 1972, que reavivou uma das posições que Marcelo Caetano à data defendia – dar “autonomia progressiva” aos povos africanos (Fonte, 2012: 39).

Com a Revolução do 25 de Abril de 1974 tudo mudou e gradualmente deu-se a independência de Angola. Nem todos receberam esta informação ao mesmo tempo e desconhecendo os motivos da revolução, muitos foram os que se perguntaram no seio da população branca, “e agora?”. Acabaram por deixar tudo o que em terras africanas conquistaram e regressaram a suas casas de origem para de novo começarem uma nova vida (Fonte, 2012: 39-40).

De um conjunto de arquitetos e urbanistas modernos, onde claramente se inclui o Arq.º Simões de Carvalho, conseguiu-se através da sua experiência e forte vontade, encarar os problemas

de Angola e restantes colónias, mostrando que o entendimento e planeamento destas cidades deviam ser observados como um todo. Foi através das vertentes urbanística e arquitetónica, que se conseguiu projetar adequados espaços públicos, boas vias de circulação, equipamentos públicos e habitações condignas para todos, sempre com a perspetiva de desenvolvimento social e económico patente na vida das populações. Esta forma de planear e entender as cidades pelos arquitetos é visível nos projetos de arquitetura, onde demonstraram uma reflexão dos modos de vida das pessoas, no clima e nas tecnologias disponíveis localmente (Martí, 2012: 3).

PLANOS URBANOS PARA LUANDA

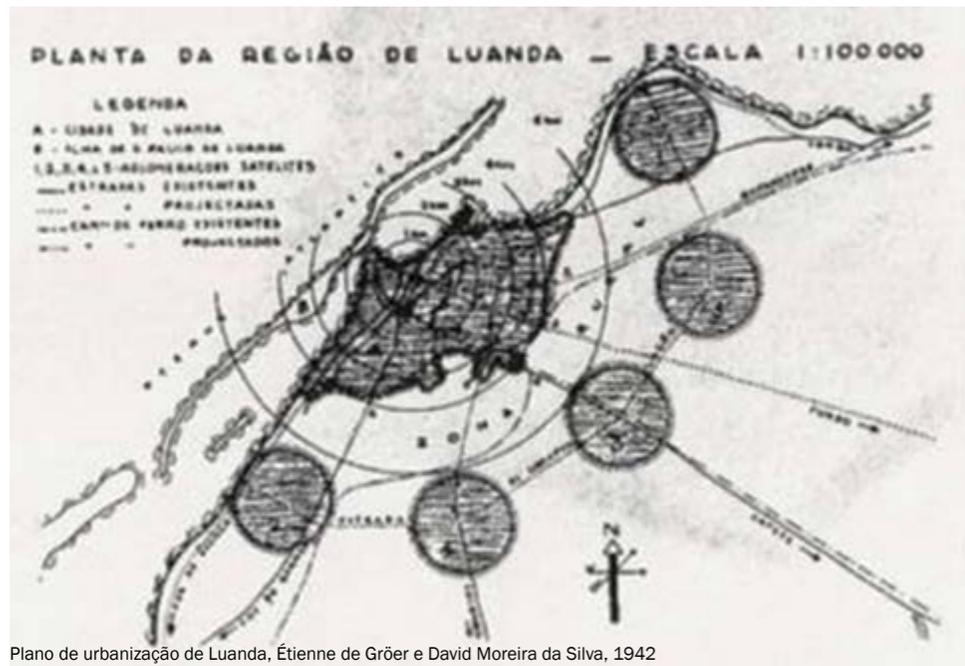
Luanda foi crescendo sempre à mesma velocidade que os musseques iam crescendo também. Várias obras estão associadas a este crescimento da década de 1940, como a urbanização da Maianga, o largo Kinaxixe, o bairro operário, o novo bairro indígena bem com a construção do porto da cidade. Estas obras, prontamente identificadas na carta da cidade, publicada em 1940 com o nome, Planta do Porto e da Cidade de Luanda (Fonte, 2012: 121).

Foi nesta época, mais propriamente em 1942, que a Câmara convidou os arquitetos De Groer e Moreira da Silva a realizarem um Plano de Urbanização para a cidade. Este organismo público pediu, que fosse apresentada uma resolução para o crescimento desordenado sentido em Luanda, admitindo para isso, uma solução em tudo semelhante ao plano elaborado para Lisboa (Idem).

A execução deste novo Plano para Luanda, apostava no crescimento da cidade, através da criação de cinco cidades satélites. Apoiado nos conceitos da cidade-jardim, acreditava-se que este modelo de cidade, demonstrava ser, uma aposta diferente na organização social, económica e territorial dos vários aglomerados urbanos (Idem).

Com esta forma de pensar a estrutura urbana, foi proposto construir uma adequada rede viária, disposta de forma radial, ligando as cinco cidades satélite por uma estrada de circunvalação, onde nos seus extremos, se juntariam as duas principais saídas de Luanda. Este novo esquema viário promoveria o descongestionamento do centro da cidade, criando uma faixa de proteção com características rurais, de dois quilómetros de largura, entre o centro e os novos complexos habitacionais. Esta estruturação permitiria transformar, estas cidades satélites em zonas residenciais, embora o fluxo viário fosse mais acentuado, no que respeita a entradas e saídas da cidade (Idem).

Este plano não foi aprovado pelos responsáveis governamentais, por requerer recursos técnicos,



Plano de urbanização de Luanda, Étienne de Gröer e David Moreira da Silva, 1942



Plano de urbanização de Luanda do GUC, Arq. João Aguiar, 1950



Plano de urbanização de Luanda, Étienne de Gröer e David Moreira da Silva, 1942



Plano de Urbanização da Cidade de Luanda - Plano Regulador, Câmara Municipal de Luanda, 1957

que a Câmara Municipal não possuía, assim como por falta de apoio jurídico (Idem).

Na década seguinte, agora proposto por parte do Gabinete de Urbanização do Ultramar na pessoa de João Aguiar, executou-se outro Plano para a cidade de Luanda em 1952. Este veio estabelecer de forma clarificada, o que são as áreas consolidadas e as áreas passíveis de expansão urbanística, ficando bem delimitadas as áreas industriais e rurais. Como sequência do que havia sido proposto por De Groer, este novo Plano previa a estruturação dos eixos viários principais, criando várias radiais e novas vias de acesso em direção ao Sul (Idem).

Passados cinco anos após a elaboração do Plano de João Aguiar, a Câmara Municipal de Luanda pediu, que fosse feito novo Plano de Urbanização para a cidade, desta feita um Plano Regulador, com o objetivo principal de controlar o cada vez mais rápido crescimento populacional. Este novo Plano estabelecia uma distinção clara do território por zonas, ou seja, a zona portuária e os caminhos de ferro com os seus armazéns de apoio, a zona centro da baixa com caráter administrativo, a zona alta da cidade promovida a zona habitacional e governativa, como também as várias zonas habitacionais propostas com os novos bairros a Sul. Foram também contempladas novas zonas industriais, servidas por uma nova ordem de circulação viária, ligadas por novos eixos viários principais, de maneira a formar novas radiais de comunicação entre si (Idem).

Com uma herança de quase vinte anos de Planos elaborados para uma cidade, que teimava em se organizar, assumiu uma nova etapa no seu desenvolvimento com o Plano Diretor (1961-1963) elaborado no Gabinete de Urbanização da Câmara de Luanda por Simões de Carvalho e pela sua equipa de profissionais. A maneira como o arquiteto e urbanista definiu o seu entendimento sobre a cidade na vertente política, económica e social, proporcionou uma nova forma de ver o urbanismo, definindo o seu desejo de promover a harmonia entre os vários núcleos urbanos (Fonte, 2012; 125).

As suas preocupações pelo estudo aprofundado de todo o interland da cidade, apoiado nos conteúdos da Carta de Atenas, foram demonstradas quando escreveu um texto, intitulado de “Luanda do futuro”. Este texto assumiu o seu pensamento crítico, quando falou da falta de condições nas habitações, afirmando que o crescimento descontrolado, numa cidade como Luanda, provocaria condições deficitárias na vida das pessoas (Fonte, 2012: 126).

SIMÕES DE CARVALHO

Um dos nomes que ficará marcado para sempre na história de Angola, mais propriamente de Luanda, é o Arq.º Fernão Lopes Simões de Carvalho, devido ao trabalho desenvolvido, enquanto Chefe do Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal de Luanda, assim como pela obra arquitetónica que deixou naquele vasto território, catorze vezes e meia maior que Portugal.

Simões de Carvalho nasceu em Luanda/Angola a 27 de outubro de 1929 e aí permaneceu até 1943, altura que viajou para Lisboa com 14 anos de idade. Anos mais tarde começou o curso de arquitetura na Escola Superior de Belas Artes e em 1954, ainda como estudante, trabalhou no Atelier dos Arqs.º Lima Franco e Manollo Pottier . Terminou o curso em 1955 e durante um ano aproximadamente, trabalhou no Gabinete de Urbanização Colonial enquanto tirocinante, com os arquitetos João Aguiar e Lucínio Cruz (Carvalho, CV).

Viajou para Paris em 1956 com o objetivo de estudar urbanismo e trabalhar com Le Corbusier. Conseguiu estágio no atelier de André Wogenscky (colaborador de Le Corbusier) em Paris no mesmo ano e aí permaneceu até 1959, participando nos vários projetos que estavam em curso. Durante este período regressou a Lisboa para defender a sua tese em 1957, obtendo 19 valores. Ao mesmo tempo que estagiava com Wogenscky, estudava urbanismo no Institut d’Urbanisme de l’Université de Paris na Sorbonne e teve como professor Robert Auzelle (Idem).

Em 1960, apresentou a sua candidatura para chefiar o Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal de Luanda, a qual vê negada. Contudo regressou à sua terra de origem e através da orientação do Ministério do Ultramar, nesse mesmo ano lecionou Geometria Descritiva no Liceu Nacional de Salvador Correia em Luanda (Idem).

Finalmente em 1961 viu aceite a sua candidatura para Chefiar o Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal de Luanda, cujo Gabinete foi estruturado pelo próprio. Nos anos que está à frente da instituição, executou o Plano Diretor Municipal para a Cidade e vários Planos de Pormenor, em conjunto com uma equipa de profissionais contratados por si. Elaborou vários projetos de arquitetura para Angola, que refletiram o domínio apurado da linguagem moderna da arquitetura apreendida na passagem pelo atelier de Wogenscky (Idem).

No final do ano de 1966 rescindiu contrato com a Câmara de Luanda e regressou a Portugal em 1967, para trabalhar no Gabinete Técnico de Habitação da Câmara Municipal de Lisboa, permanecendo até 1975. Neste período de tempo coordenou as equipas que trabalhavam na revisão do Plano Diretor de Urbanização de Chelas, no Plano da Zona I e mais tarde na elaboração dos Planos de Pormenor de Urbanização da Zona J. Contudo continuou a desenvolver projetos para Angola e a viajar para Luanda com alguma regularidade (Idem).

Depois da Revolução de abril de 1974, viajou para o Brasil devido ao pouco trabalho que havia

² Objeto de estudo de, Pommrenke, Maria - “Construir a paisagem Lisboa e Luandense - a obra do Arquitecto Manollo Pottier, tese de mestrado, 2013.

na metrópole, uma vez que a maior parte dos seus clientes estavam dependentes da economia angolana. Integrou o escritório carioca de Horácio Camargo, na Tijuca, onde realizou vários projetos, quer de arquitetura quer de Planos Urbanos onde colocou em prática a sua vertente urbanística (Milheiro, 2009: JA).

Regressou a Portugal em outubro de 1979 e dedicou-se à conclusão da sua casa em Queijas, que deixou pendente, antes de viajar para o Rio de Janeiro, onde intensificou a importância plástica com que trabalhou o betão (Idem).

Uma vez em Lisboa continuou a desenvolver o seu trabalho como profissional liberal, projetando edifícios notáveis como são edifício do Ministério da Agricultura no Areeiro em 1980/83, o Hotel Continental em 1985/87 e a nova Clínica Psiquiátrica de S. José das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus em Telheiras entre 1983/95 (Idem).

Durante este novo ciclo profissional deu aulas na Escola Superior de Belas Artes de 1979 até 1995, período em que esta passou a ser Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa. Foi também assessor de Urbanismo e Planeamento de Construção da Câmara Municipal de Lisboa (Idem).



Rio de Janeiro – Brasil (c. 1974 / 1979) - Simões de Carvalho in the offices of Horácio Camargo

Durante a sua estadia em Paris, Simões de Carvalho foi contactado pelo seu pai em 1959, com a notícia que iria abrir um concurso em Luanda, para chefiar o Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal local. Nesta cidade não havia nenhum gabinete de urbanização, mas sim, existia a Oitava Repartição dirigida pelo Arq.º Adalberto Gonçalves Dias. Era este organismo que executava os Planos para a cidade de acordo com o Plano Regulador existente (Carvalho, 22/12/2012).

À data do concurso, Simões de Carvalho tinha praticamente o curso de urbanismo feito, mas não estava concluído. Situação que não o impediu de concorrer ao lugar, sendo-lhe passado um certificado pelo Institut d'Urbanisme de l'Université de Paris, onde descrevia as disciplinas por si completadas até à data do seu requerimento. Defendeu a tese e obteve o respetivo diploma, passados seis anos (Idem).

Concorreu e viu a sua candidatura, única para o lugar disponível, ser recusada pelos responsáveis superiores da Câmara. Com uma grande vontade de regressar ao seu país, primeiramente viajou até Lisboa para apanhar novo voo para Luanda. Na passagem pela metrópole, teve a oportunidade de falar com o Diretor do Gabinete de Urbanização do Ultramar sobre o sucedido, que se mostrou admirado com tal recusa por parte da Câmara de Luanda, e garantiu ao arquiteto, que iria ocupar o cargo no Gabinete de Urbanização da cidade (Idem).

Chegado a Luanda, deslocou-se à Câmara Municipal, para novamente demonstrar a sua intenção em ocupar o cargo a que concorreu, sendo-lhe novamente recusado. Dada a situação em que se encontrava, foi através do Ministério do Ultramar, que conseguiu ir dar aulas de Geometria Descritiva no Liceu Salvador Correia e aí permaneceu durante um ano aproximadamente (Idem).

No decorrer do ano de 1961, foi contactado pela Câmara de Luanda, quase por imposição do Ministério do Ultramar, para ocupar o cargo, que se tinha proposto no Gabinete de Urbanização (Idem).

Simões de Carvalho sempre ficou convencido que eram os organismos locais que dificultavam o desenvolvimento das províncias ultramarinas, prejudicando assim muitas decisões que à partida, demonstravam ser claramente melhores para a evolução das cidades (Carvalho, 9/5/2013).

“Qual não é o meu espanto, quando o Major Cândio Martins, Presidente da Câmara de Luanda, me diz:

“- Mas não temos sequer um estirador onde o sentar.

- Não faz mal. Eu monto o Gabinete de Urbanização.” (Carvalho, 22/12/2012).

Estavam em construção na Avenida Marginal, uma série de edifícios, que o arquiteto prontamente visitou um dos que já estava concluído, alugando nesse edifício, um andar completo em nome da Câmara Municipal. Seguidamente equipou o Gabinete de Urbanização com o mobiliário necessário e contratou uma equipa de profissionais para dar começo aos trabalhos (Idem). Contou com a colaboração de seis arquitetos, António Campino, Domingos da Silva, Luís Taquelim da Cruz, Fernando Alfredo Pereira, Rosas da Silva e Vasco Morais Soares. Três engenheiros, Manuel Travassos Valdez, João Tavares Guerreiro e o Aníbal Fernandes de Figueiredo. Um topógrafo, José Paz Olímpo, cedido pela Câmara de Luanda, um pintor de arte, José Pinto, dez desenhadores, um maquetista e pessoal administrativo (Carvalho, CV). Só não contratou sociólogos, porque não havia nenhum na época em Luanda (Carvalho, 22/12/2012).

O Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal de Luanda funcionou quase como uma escola de urbanismo... (Idem).

PLANO DIRETOR PARA LUANDA

Após a assinatura do contrato de Simões de Carvalho com a Câmara Municipal de Luanda, os seus responsáveis referiram ao arquiteto, que só pretendiam ver elaborado o Plano da Baixa, à semelhança do Brasil com Plano da marginal no Rio de Janeiro. Tal pretensão aos olhos do arquiteto seria impensável por vários fatores que prontamente tratou logo de expor, defendendo que não seria possível efetuar um plano, de que natureza fosse, sem conhecer todo o interland da cidade (Carvalho, 9/5/2013).

Prontamente houve um compromisso de honra, entre o arquiteto e os responsáveis da Câmara Municipal, que não faria projetos de arquitetura, nos Planos por si delineados ao serviço da autarquia (Idem).

Simões de Carvalho sempre se manteve ao corrente das notícias em Luanda, cidade onde nasceu. Era do seu conhecimento os vários problemas a resolver, e a forma de os ultrapassar, nunca seria, fazendo só o Plano da Baixa. A Câmara Municipal não acatou tal pretensão, mesmo assim começou a dar-se início aos trabalhos no Gabinete de Urbanização (Idem).

“ Não posso fazer só o Plano da Baixa, eu tenho que fazer um Plano Diretor da cidade, pois há aqui várias coisas a corrigir.” (Carvalho, 22/12/2012).

Uma das situações que Simões de Carvalho defendia não poder continuar a acontecer, era a construção de edifícios em altura na Baixa. Por se tratar de uma zona onde a proximidade com o mar é uma realidade, a 1,5 metros de profundidade já existe água, forçosamente esta condicionante iria aumentar o custo das fundações dos edifícios. Quanto mais densidade construtiva houvesse, maior profundidade as fundações dos edifícios teriam que alcançar (Idem).

Outra situação que denotava grande necessidade de resolução na cidade, consistia na densidade populacional, que começava a existir na Baixa e conseqüente densidade automóvel, não sendo planeada, verificava-se um problema na entrada e saída de veículos nesta zona (Idem).

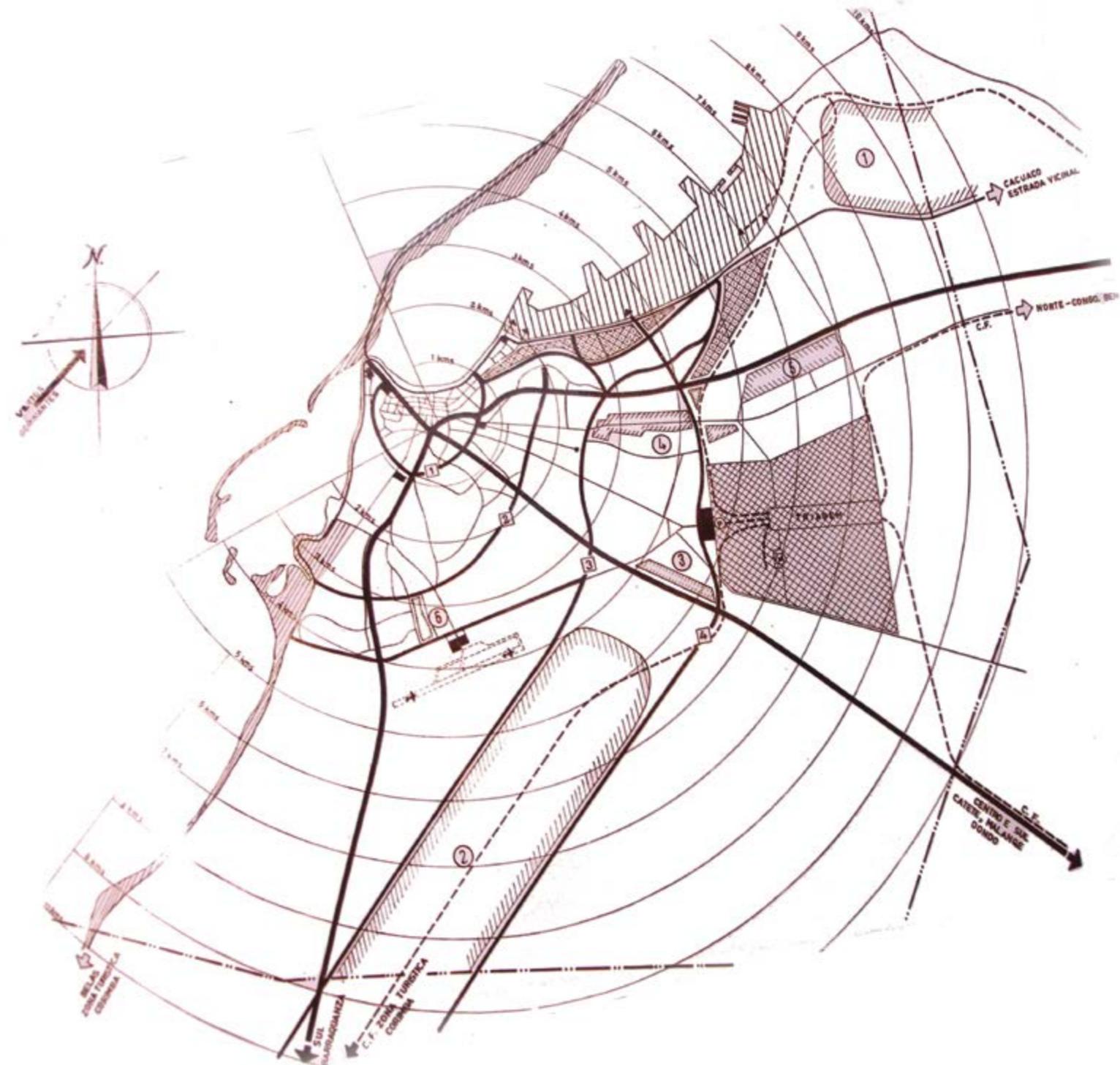
Juntamente a estas questões, de densidade construtiva e populacional, existia também um outro problema a corrigir, o da segregação rática e económica, que se verificava em Luanda e se estendia a toda a colónia (Idem).

O trabalho do Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal de Luanda começou logo a avançar no sentido de serem reunidas todas as informações referentes aos estudos geológicos, que tivessem sido elaborados sobre o território. Nenhum plano urbano, assim como nenhum projeto de arquitetura, deveria ser aprovado sem o estudo geológico do solo. Esta exigência foi fácil de cumprir, porque em Luanda havia o Instituto Geográfico Cadastral que executava todos esses estudos (Idem).

Antes de elaborar qualquer que fosse o plano, o arquiteto defendia que era essencial conhecer muito bem o território, para assim poder projetar com consciência sobre as necessidades que este demonstrava. Para isso foram feitos vários inquéritos sobre: a geologia dos terrenos, a habitação (tipologias que existiam quer nos musseques quer no centro da cidade), o tráfego automóvel, a largura das vias, as entradas e saídas de viaturas na cidade (ligeiros e pesados), os movimentos populacionais, os empregos e as indústrias que existiam. O reconhecimento da cidade de Luanda através destes inquéritos verificou-se um processo muito demorado (Idem). Posteriormente, estes estudos eram transformados em gráficos pelo pintor de artes José Pinto, atrasando naturalmente o decorrer dos trabalhos no Gabinete de Urbanização. Tal demora não foi bem aceite pelos responsáveis da Câmara Municipal de Luanda, que prontamente pressionaram o Gabinete de Urbanização para rapidamente começar-se a construir (Idem).

À medida que os inquéritos se iam fazendo, Simões de Carvalho começou a perceber que existia uma zona industrial a Nascente, onde não existia uma única construção. Tratava-se de uma grande área de terreno, pertencente a um vereador da Câmara Municipal de Luanda, que a pretendia valorizar, aumentando o seu custo de venda. Os mesmos inquéritos comprovaram, tratar-se de terrenos compostos por argilas expansivas, logo a haver construção, esta só seria rentável se fossem construídos edifícios em altura, rentabilizando com as vendas, o forte

- 1 - Grupo da Mulemba (centro industrial principal) - limites não conhecidos - (refinarias de petróleo e de óleos vegetais, fabricas de cimento, azotados, etc.)
- 2 - Nova zona industrial
- 3 - Grupo da estrada de Catete (fabrica de tabacos e outras - industrias condicionadas)
- 4 - Industrias condicionadas (moagem, cerveja e outras)
- 5 - Industrias diversas e armazens (sacaria, etc)
- 6 - Industria condicionada tipo "trading - estate"



investimento na consolidação dos edifícios através das suas fundações (Carvalho, 9/5/2013). A especulação sobre esta zona da cidade, naturalmente impedia que a indústria se desenvolvesse em Luanda. Situação que Simões de Carvalho propôs resolver, quando começou a delinear o Plano Diretor para a Cidade, atribuindo a tais terrenos, a ideia de construir a Gare Ferroviária de Triagem. Esta opção promoveria a distribuição dos caminhos de ferro para a zona industrial portuária a norte, e para a zona de expansão sul, acompanhando as novas zonas industriais e habitacionais (Idem).

Existiam também muitos terrenos vagos na Baixa de Luanda, pertencentes a pessoas que os detinham há muitos anos e não usufruíam de possibilidades para construir. Era permitido ser-se proprietário de terrenos com viabilidade de construção e mantê-los expectantes. Situação que o arquiteto defende ainda hoje, não ser possível manter, referindo mesmo, que a um terreno nestas condições, deveria ser cobrado ao seu proprietário uma taxa, que ia aumentando progressivamente durante os anos que este se mantivesse sem ser construído, combatendo desta forma a especulação imobiliária (Idem).

O arquiteto não previa no Plano Diretor a construção de edifícios em altura na Baixa. Propunha fazer uma troca direta, com os proprietários de terrenos vazios nesta zona da cidade, com terrenos no musseque Prenda, com viabilidade de construção em altura. Esta troca seria incentivada através da rápida execução dos Planos de Pormenor, das Unidades de Vizinhança n.º 1 e n.º 3, permitindo construir na Baixa, parques de estacionamento, mais zonas livres com pouca densidade de construção e alargar vias de trânsito (Carvalho, 22/12/2012).

Nos anos de 1960, uma das soluções económicas que se praticava em Luanda, era a constituição de sociedades de economia mistas, que tinham como objetivo, desenvolver algumas zonas da cidade. Este sistema consistia na parceria entre os governos locais com o investimento privado, promovendo o desenvolvimento económico dessas mesmas zonas na construção de edifícios (Idem).

A única legislação existente em Luanda, referente ao uso do solo, consistia que a propriedade do terreno pertencia sempre ao poder camarário e teria um período de aluguer (exemplo a 100 anos) a quem o quisesse explorar e nele construir. Esta legislação acabou por ser utilizada na construção das unidades de vizinhança no musseque Prenda (Idem).

Na elaboração do Plano Diretor e dos Planos de Pormenor, o arquiteto defendia a importância de aplicar a teoria do zoneamento na cidade, acompanhando as zonas de trabalho com as zonas de habitação, criando um binómio habitar/trabalho de maneira a evitar os movimentos pendulares, que as pessoas faziam de casa para o seu emprego. Defendia também, que estas viagens seriam um desperdício de tempo e privavam as pessoas, de aproveitarem o seu tempo livre com momentos de lazer, com a família e em outras atividades lúdicas e recreativas (Idem).

Esta visão, assente na divisão em bairros, compostos por três ou quatro unidades de vizinhança, que recebessem entre 5 mil a 10 mil habitantes, era a sua aposta de futuro (Milheiro, 2012: 221). Acreditava que as áreas ocupadas por musseques deveriam ser aproveitadas, integradas na cidade existente, não concordando com a teoria de “tabula rasa”, que promove a destruição dos musseques sem respeitar a sua ocupação natural (Milheiro, 2012: 223).

O urbanista pretende sempre conseguir proporcionar a harmonia entre a população e esta harmonia não se consegue fazendo segregação rática e económica entre as pessoas (Carvalho, 22/12/2012).

Como forma de acelerar o processo de construção de edifícios de habitação em Luanda, foi elaborado um esquema funcional do Plano Diretor – estudo prévio, que foi aprovado pelo Ministério do Ultramar, mesmo antes de ser aprovado pela Câmara Municipal de Luanda. A certa altura, segundo o próprio Simões de Carvalho, este organismo deixa de apoiar o trabalho desenvolvido no Gabinete de Urbanização. A falta de apoio que o arquiteto sentia, devia-se ao facto das decisões tomadas por si no Gabinete, interferirem com interesses particulares (Idem).

O Plano Diretor previa a intenção clara de expandir a cidade para sul, local onde a autarquia era proprietária de alguns terrenos (exemplo do musseque Prenda que um antigo Presidente da Câmara comprou a um bom preço), zona ideal para a expansão da cidade em direção ao rio Kwanza. De maneira a consolidar esta expansão para sul, era fundamental acompanhar a habitação com o trabalho, logo o Plano Diretor, contemplava várias zonas industriais a Sul do aeroporto, dispersas em relação à zona habitacional (Idem).

Por esta altura, a previsão populacional no Plano Diretor para 1980 em Luanda era de 350 mil pessoas, onde a população total de Angola rondaria os 5 milhões. Hoje em dia, este valor ultrapassa em muito os 7 milhões só em Luanda (Carvalho, 9/5/2013).

Há medida que os trabalhos no Gabinete de Urbanização iam avançando, acentuavam-se alguns problemas, que careciam resposta rápida por parte da Câmara Municipal de Luanda. Tratando-se de um território com uma morfologia caracterizada por acentuados declives, separando a parte baixa da cidade da parte alta, sempre que existiam grandes precipitações, sucedia-se um recuo gradual destes declives. Quando tal fenómeno natural se verificava, o grande fluxo de água que deslizava da parte mais alta, inundava toda a zona da Baixa da cidade (Carvalho, 22/12/2012).

Para ajudar a resolver o problema das águas pluviais, saneamento básico e esgotos em Luanda, foi pedida ajuda ao Laboratório de Engenharia Civil de Lisboa, que prontamente disponibilizou

dois colaboradores, para colaborar com Simões de Carvalho na resolução deste problema. O Eng.º Duque de Nascimento especialista tem terrenos e o Eng.º Armando Lencastre especialista em saneamento básico e esgotos (Idem).

Todo este processo permitiu ao arquiteto chegar à conclusão, que Luanda necessitava de pessoas competentes, especialistas nas mais diversas infraestruturas, que resolvessem o problema das águas pluviais, saneamento básico e esgotos na cidade (Idem).

Uma das obras pouco prováveis na altura, mas que se conseguiu construir em Luanda, foi o eixo viário (Norte-Sul), que perfurava a zona declivosa, em frente ao cemitério do Alto das Cruzes, vindo do Cacuaco em direção a Baixa da cidade. Para colaborar com o Gabinete de Urbanização neste projeto, foi recomendado o Eng.º Nunes Garcia, que mais tarde viria a ser sócio do arquiteto em Lisboa (Idem).

Outra área contemplada no Plano Diretor, que necessitava de uma aprofundada análise e intervenção, era a Ilha de Luanda. Por ser um dos principais polos de atração da cidade, quer da população residente quer da população que vinha do interior, o Plano propunha a construção de dois eixos viários principais, que faziam ligação à Ilha, através de uma passagem superior, libertando a Baixa do acentuado congestionamento automóvel. O eixo viário (Este-Oeste), que vinha de Catete, cruzava-se nas traseiras da Câmara Municipal, entre o edifício da Fazenda e o do Ministério das Obras Públicas, com o eixo viário (Norte-Sul) que estabelecia a ligação da zona a Noroeste com a zona de expansão para Sul. O Plano Diretor previa que a circulação na Baixa fosse restringida a residentes e para abastecimento do comércio local, distribuindo os restantes veículos, por parques de estacionamento construídos nas suas imediações. Com capacidade para 50 mil veículos cada um, estes edifícios de estacionamento seriam construídos acima do solo, em terrenos vagos para o efeito, propostos à troca por terrenos no musseque Prenda (Idem).

Para a Ilha de Luanda eram propostos edifícios de cariz social, equipamentos de diversão e lazer (restaurantes, bares, boates, etc.) e na ponta da Ilha era proposto um grande Hotel que os proprietários da C.U.C.A. queriam promover e concessionar (Idem).

O contrato inicial de Simões de Carvalho com a Câmara era de um ano, mas como não tinha realizado o pretendido até à sua conclusão, viu o contrato renovado por mais tempo. Já existiam várias pessoas, que começavam a conhecer o trabalho do arquiteto e de alguma forma já o apoiavam, defendendo que tais reformas eram oportunas para o desenvolvimento da cidade. As maquetas desenvolvidas no Gabinete eram fotografadas e publicadas na revista Notícia, assim como o Centro de Informação de Angola também publicava as fotografias das mesmas. Tal iniciativa cativava o apoio dos populares, apoio esse que o arquiteto em parte desconhecia (Idem).

No decorrer dos trabalhos no Gabinete de Urbanização, o designado Centro Cívico, começa a ser alvo de maior cuidado, já que se tratava da área de localização dos edifícios governamentais da cidade. Dada a importância que esta área detinha, surge contemplado no Plano Diretor, a possibilidade de serem construídos vários edifícios, que recebessem as Delegações de cada Ministério da metrópole em Luanda. O próprio Simões de Carvalho propõe ao Secretário Provincial das Obras Públicas Pimentel dos Santos e ao Governador-Geral Venâncio Augusto Deslandes , que prontamente concordaram com o proposto. Esta sugestão do arquiteto tinha como fundamento o facto de acreditar, que a experiência administrativa e governativa existente em Portugal, nos vários Ministérios, devia ser transmitida às províncias ultramarinas. A implantação destes edifícios seria no anteriormente designado, Centro Cívico, entre o Palácio do Governo e o Hospital. Contudo, tal proposta teria sempre que passar pela aprovação da Câmara Municipal e pelo Governo de Luanda. Uma vez aprovada pelo Governo, teria que ser aprovado pelas Obras Públicas, sendo o seu Diretor o Eng.º Valdemar Loureiro. Não foi aprovada, pois localmente, todos pensavam que através de tal iniciativa se queria fazer a independência de Angola (Idem).

A determinada altura o Major Câncio Martins foi chamado a Lisboa, e já não voltou a Luanda como Presidente da autarquia local, o que se tornou um problema para o Governador Deslandes e o Pimentel dos Santos, como encontrar um sucessor à altura. Contactaram Simões de Carvalho para o colocar ao corrente do sucedido e por sugestão do próprio arquiteto, contrataram para o cargo de Presidente da Câmara o Eng.º Jorge Mestre, anteriormente contratado para a Brigada do porto de Luanda, aquando da construção do mesmo. Jorge Mestre estava a colaborar diretamente com Simões de Carvalho em toda a zona reservada ao porto de Luanda e nas zonas industriais de apoio aos armazéns extra portuários, portanto, esta parceria, seria a ideal para o arquiteto, que acreditava servir os interesses da população e manter a reestruturação da Baixa da cidade (Idem).

No decorrer da Guerra Colonial, verificou-se cada vez mais urgente, dotar a cidade de Luanda com habitações que dessem resposta rápida, ao forte crescimento populacional que se fazia sentir. A formalização do Plano Diretor é suspensa, para se executar Planos de Pormenor, e assim começar rapidamente a construir. O Plano Diretor estava colocado na parede do Gabinete de Urbanização à escala 1/2500, escala que se trabalhava em Luanda, onde o arquiteto ia marcando as divisões das unidades de vizinhança e todo o seu pensamento para a cidade (Idem).

Não sendo um dado que se possa comprovar, Simões de Carvalho menciona com prudência, que a certa altura, o Governador Deslandes foi convidado para se reunir com grandes empresários de fazendas em Angola. Essa reunião, aliada à proposta do arquiteto relativamente aos edifícios

³ Alto Comissário e Governador-Geral de Angola - 23 de Junho de 1961 - 26 de Setembro de 1962

para os vários Ministérios e ao rumor, que se estaria a planear fazer a independência de Angola, fez com que esses fazendeiros sugerissem ao Governador de Luanda, que o facto de grande parte do exército estar presente na cidade, seria a oportunidade ideal para realmente fazer a independência da Colónia. Tais suspeitas nunca foram fundamentadas, mas no pensamento do arquiteto, a haver independência, teria sempre que estar associada a um país Europeu e o que se daria melhor com Angola, sem dúvida seria Portugal. “Os portugueses criaram os mulatos”, refere com grande veemência (Idem).

“Eu costumo dizer que sou português de Angola e angolano de Portugal” (Idem).

Em setembro de 1962, o Ministro Adriano Moreira pede ao Governador Deslandes, juntamente com o Pimentel dos Santos para regressarem a Portugal. Desconhecendo o verdadeiro motivo, acataram o pedido do Ministro e também já não voltaram a Luanda. No mesmo ano, a 26 de setembro, o Ministro Silvino Silvério Marques assume o cargo de Governador de Angola. Tal substituição não foi vista com bons olhos por Simões de Carvalho ao ver na estrutura anterior, uma motivação extra para desenvolver o trabalho a que se propôs fazer (Idem).

Por altura do 1º Colóquio Nacional dos Municípios de 5 a 9 de outubro de 1963, promovido pelo novo Governador, Portugal contava com 62 municípios desde o Minho até Timor. O tema do Congresso era o Ordenamento Urbanístico e a Vida Municipal e para espanto do arquiteto, só foram enviadas quatro comunicações para o congresso. O Presidente da Câmara Municipal Jorge Mestre pediu ao arquiteto, para fazer o relatório do Colóquio e uma comunicação a todos os presentes. O arquiteto acatou o pedido e antes de fazer a comunicação em público, mostrou o relatório a alguns arquitetos presentes na sala, que leram e ficaram entusiasmados com o seu conteúdo. Quem ficou incomodado, foi o Presidente de mesa que prontamente tentou impedir a leitura do documento, sem grande sucesso, pois para seu espanto, grande parte dos arquitetos na sala, levantaram-se e manifestaram o desejo de ouvir o que relator tinha para comunicar. O relatório cuidadosamente elaborado pelo arquiteto dizia parecer impossível, só haver quatro comunicações presentes num Colóquio daquela importância. Tal acontecimento só viria reforçar a sua ideia, que ninguém percebia nada de urbanismo (Idem).

Aquando da realização do Colóquio, Simões de Carvalho é convidado pelo Eng.º Jorge Carvalho Mesquita, Diretor do Gabinete Técnico de Habitação da Câmara Municipal de Lisboa, para integrar o gabinete na metrópole, uma vez que ficou surpreendido com o trabalho desenvolvido no Gabinete de Urbanização de Luanda. O convite agradou ao arquiteto, mas existia ainda, um longo percurso a fazer, no que respeita à continuação do desenvolvimento dos Planos de Pormenor que estavam a decorrer no momento (Idem).

É no final do ano de 1966 que Simões de Carvalho, desgastado com tudo o que se ia passando em Luanda, decidiu aceitar o convite do Eng.º Jorge Carvalho Mesquita para vir trabalhar para Lisboa, no Gabinete Técnico de Habitação. Contudo, a sua admissão no Gabinete em Lisboa, não se verificou de imediato (Idem).

O Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal de Luanda extinguiu-se no final de 1966, dando lugar, somente em 1969 ao Departamento de Planeamento Urbanístico da Câmara Municipal da cidade (Fonte, 2012: 126).

Entre os anos de 1960 e 1970, a população em Luanda contava com perto de 225 mil habitantes, onde se calculam que nos musseques rondassem as 180 mil pessoas. A imigração era a principal razão para este crescimento demográfico que se intensificou junto do centro urbano. A emigrada população europeia, mais organizada, propõe formas de assentamento de carácter definitivo nos musseques, dificultando iniciativas públicas que pudessem surgir para substituição destas casas por novas habitações (Amaral in Milheiro, 2012: 215).

A cidade de Luanda em 2012 contava mais de 7 milhões de habitantes, e as diferenças arquitetónicas e urbanistas eram mais que evidentes. Uma das cidades mais caras do mundo contava à data, dois terços da sua população a viverem sem condições de habitação em longos musseques, desconhecendo por completo, o seu modelo urbano e económico. A grande baía de Luanda será sempre uma referência, com capacidade para 300 mil pessoas, estendeu-se para sul à procura do estatuto de cidade moderna (Martí, 2012: 1).

Uma das soluções que Simões de Carvalho continua a defender ainda hoje, é a criação de condições habitacionais, nas áreas envolventes ao centro metropolitano da cidade, através da elaboração de planos urbanos junto de terrenos férteis para a agricultura. Dotando estas zonas de infraestruturas hospitalares, escolares bem como alguns serviços básicos, seria uma forma de fazer com que alguma população residente, desocupasse a tão massificada zona centro e procurasse subsistir através da exploração da agricultura local. Não sendo tomadas medidas deste tipo, Luanda arrisca-se a ser a curto prazo, vítima do seu próprio crescimento (Carvalho, 9/5/2013).

⁴ Alto Comissário e Governador-Geral de Angola - 26 de Setembro de 1962 a 27 de Outubro de 1966



UNIDADES DE VIZINHANÇA

“A planta é geradora. Sem planta, há desordem e arbitrariedade. A planta trás em si a essência da sensação. Os grandes problemas de amanhã, ditados por necessidades coletivas, colocam de novo a questão da planta. A vida moderna pede, espera, uma nova planta para a casa e para a cidade.”

Le Corbusier. Por uma Arquitetura, 1923 (Lima, 2012: 3).

O forte crescimento populacional em Luanda, a grande densificação da Baixa juntamente com a falta de espaço neste vasto território, tornou-se uma situação a resolver com urgência nesta cidade. A elaboração do Plano Diretor previa dar uma resposta rápida ao desproporcional crescimento da cidade, delineando uma organização da rede viária e uma realocação das indústrias, relacionando-as diretamente com as zonas habitacionais. O objetivo do Gabinete era mudar o legado de Groer e Moreira da Silva. A ideia da cidade radial, consequentes cidades-satélites e todos os inconvenientes que isso traria à população, com as longas viagens a imporem a rotina, anulando a possibilidade desse tempo ser aproveitado com momentos de lazer, não se coadunava com o pensamento do arquiteto. Simões de Carvalho defendia uma cidade lineal, com uma adequada articulação entre as principais vias da cidade, aplicando a regra dos 7V de Le Corbusier (Lima, 2012: 3).

Assumindo a elaboração das unidades de vizinhança como polo integrador da sociedade, o seu desenvolvimento verificou-se fundamental para o crescimento ordenado da cidade. A cada unidade completa, fazia-se corresponder com zonas residenciais, de trabalho, comerciais e lazer, através de curtas distâncias percorridas a pé (Idem).

O que Simões de Carvalho propunha nas Unidades de Vizinhança, ao nível da população, era juntar a mesma percentagem de população indígena, população local e população europeia. Contudo surgiu da parte da Governação, por Pimentel dos Santos e Venâncio Augusto Deslandes, a advertência que nenhum branco haveria de querer viver ao pé de dois terços de negros, só com um terço de brancos. Então foi proposto o contrário nas Unidades de Vizinhança n.º 1 e n.º 3, ao iniciar-se com dois terços de brancos e um de negros, e com o tempo, essa integração aconteceria gradualmente. Foram as únicas unidades de vizinhança cujos planos de massa se realizaram (Carvalho, 22/12/2012).

No pensamento do arquiteto era importante integrar a população indígena, embora tivesse a noção, que este processo não poderia ser realizado de qualquer forma, ou seja, era necessário “habituar” esta população aos modos de habitar, para assim a sua integração ser pacífica. Um dos ensinamentos, no Institut d’Urbanisme de l’Université de Paris, era não promover

segregação de nenhuma espécie, numa sociedade que se pretenda harmónica. O arquiteto propunha construir bairros escolas que recebessem os indígenas, e lhes fosse proporcionado a passagem por uma fase intermédia, para assim aprenderem os modos de habitar uma casa (Idem). Esta população deveria ser preparada socialmente, civicamente e economicamente antes de integrar uma unidade de vizinhança (Carvalho, 9/5/2013).

A necessidade de construir era grande e assim começaram as obras nas Unidade de Vizinhança já referidas. A parte para os indígenas nunca chegou a ser feita, como também os bairros escolas nunca chegaram a ser construídos, porque entretanto, o arquiteto demitiu-se e viajou para Lisboa (Carvalho, 22/12/2012).

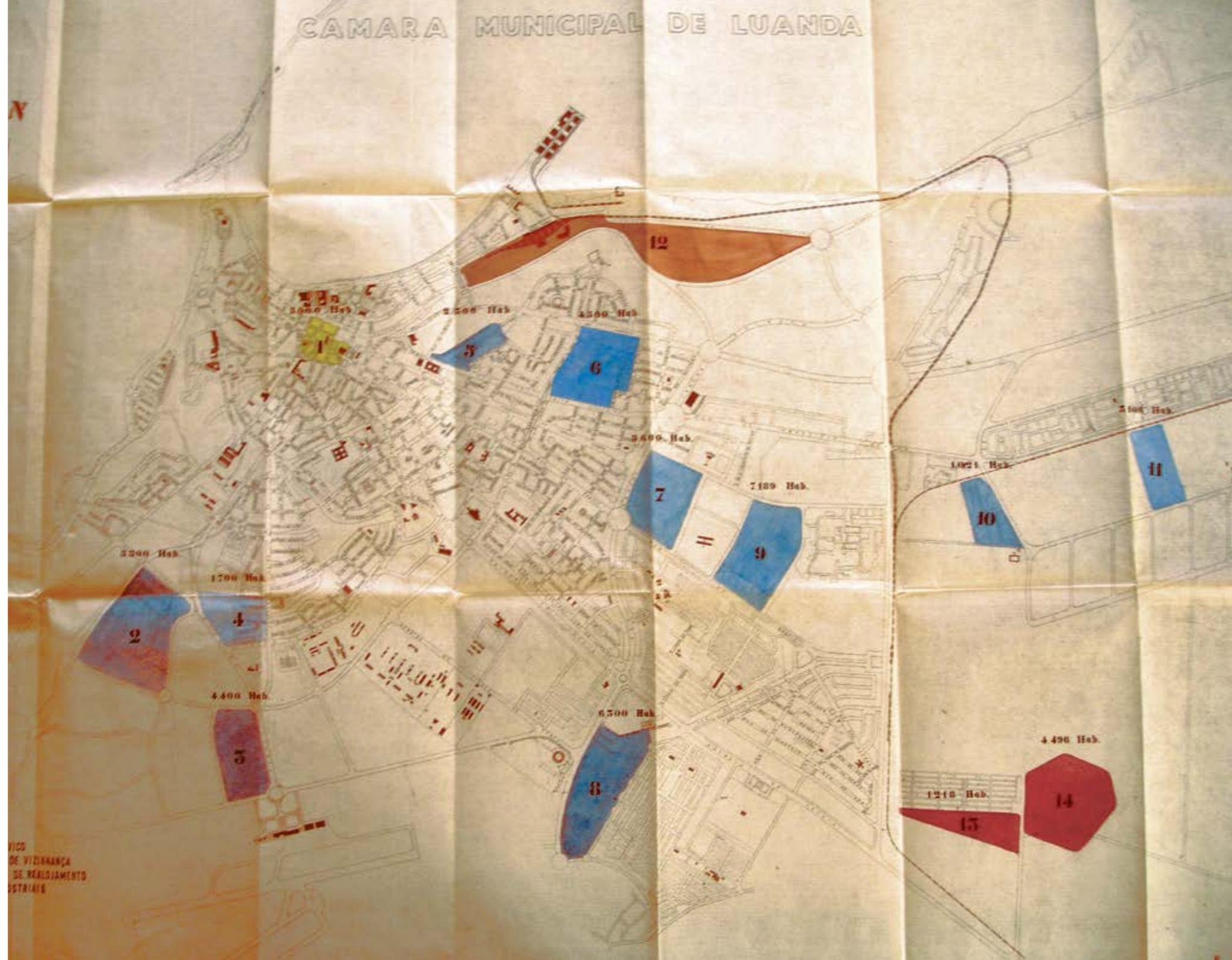
Três das palavras de ordem no discurso do arquiteto são: nuclearização, hierarquização e miscigenação. Três conceitos que devem constar em qualquer Unidade de Vizinhança. Entende-se por nuclearização, fazer núcleos habitacionais onde a cada núcleo se faz corresponder um espaço livre comum, um jardim, um banco, uma árvore. Estes espaços comuns são essenciais para que as pessoas se consigam reunir e conviver. Isto num primeiro núcleo de dez ou quinze casas, que juntamente com mais dois ou três núcleos semelhantes formam um conjunto maior, servidos por um equipamento coletivo de maior escala. Seguidamente todos estes núcleos são miscigenados uns com os outros através de um outro equipamento coletivo, hierarquicamente superior ao anterior, formando assim uma unidade de vizinhança (Idem).

Estes três conceitos básicos contribuíram, para o suporte de todo um sistema urbano e social, integrado na construção destes núcleos habitacionais, por, efetivamente se localizarem junto das principais vias de comunicação, e principais infraestruturas da cidade (Lima, 2012: 3).

PLANOS DE PORMENOR

Câmara Municipal de Luanda

- 1 | Centro Cívico
- 2 | Unidade de Vizinhança n.º 1 | Musseque Prenda
- 3 | Unidade de Vizinhança n.º 3 | Musseque Prenda
- 4 | Arranjo Urbanístico | Zona compreendida entre a Av. de Lisboa, Rua Norton de Matos e Rua António Barroso
- 5 | Arranjo Urbanístico | Troço das Ruas Mousinho de Albuquerque e Conselheiro Aires de Ornelas
- 6 | Arranjo Urbanístico | Musseque Burity
- 7 | Unidade de Vizinhança São Paulo
- 8 | Unidade de Vizinhança .º 26 | Ao Sul do Bairro Berman
- 9 | Unidade de Vizinhança São Marçal (Rangel)
- 10 | Arranjo Urbanístico | Bairro ao Sul da C.U.C.A.
- 11 | Unidade de Vizinhança n.º 9 | Rua Francisco Newton
- 12 | Arranjo Urbanístico | Zona da Boavista | Plano Viário
- 13 | Arranjo Urbanístico | Extensão do Bairro da Cazenga
- 14 | Unidade de Realojamento n.º 1





1 | CENTRO CÍVICO

Dada a forte pressão por parte da Câmara Municipal de Luanda para começar a construir, Simões de Carvalho, depois de se fazer os inquéritos sobre todo o interland da cidade, começou a projetar o Centro Cívico da Baixa, com a participação direta do Arq.º António Campino, autor de vários projetos para Luanda (Carvalho, 9/5/2013).

Uma das questões, que chamou logo a atenção do arquiteto, foi a maneira como foram construídos ao longo do tempo, vários quarteirões fechados, impedindo a livre circulação de ar e a adequada ventilação da Baixa. Logo à partida era um dos problemas a resolver, juntamente com a forte densidade construtiva que se tinha permitido densificar ao longo da baía de Luanda (Idem).

Perpendicular ao edifício da Fazenda, onde hoje se localiza o Ministério das Finanças, construiu-se mais tarde, o edifício do Ministério das Obras Públicas do Arq.º Vasco Vieira da Costa, com todos os condicionamentos dados pelo Gabinete. Contudo a sua orientação verifica-se rodada em relação ao Plano inicial, como se pode verificar na fotografia da maquete correspondente e no redesenho efetuado para este Plano. Na sua proximidade eram previstos três grandes edifícios governamentais, nos terrenos das antigas obras públicas, com o propósito de receber as várias Delegações dos Ministérios que existiam na metrópole. Situação que se verificou infrutífera à partida, dada a ousadia da proposta aos olhos dos governantes locais (Idem).

O Plano previa a demolição do edifício da Câmara, para ser construído noutra local apenas como caráter simbólico, uma vez que o arquiteto defendia que a sua utilidade era quase nula, dados os poucos gabinetes de que dispunha (Idem).

Outra infraestrutura existente alvo de alteração foi o Cinema Nacional, com projeto de classificação em curso na altura, por se tratar de um edifício antigo. Foi proposto transformá-lo num outro, meio enterrado com uma cúpula circular saliente, ladeado com um grande jardim, a separá-lo do edifício da Fazenda (Idem).

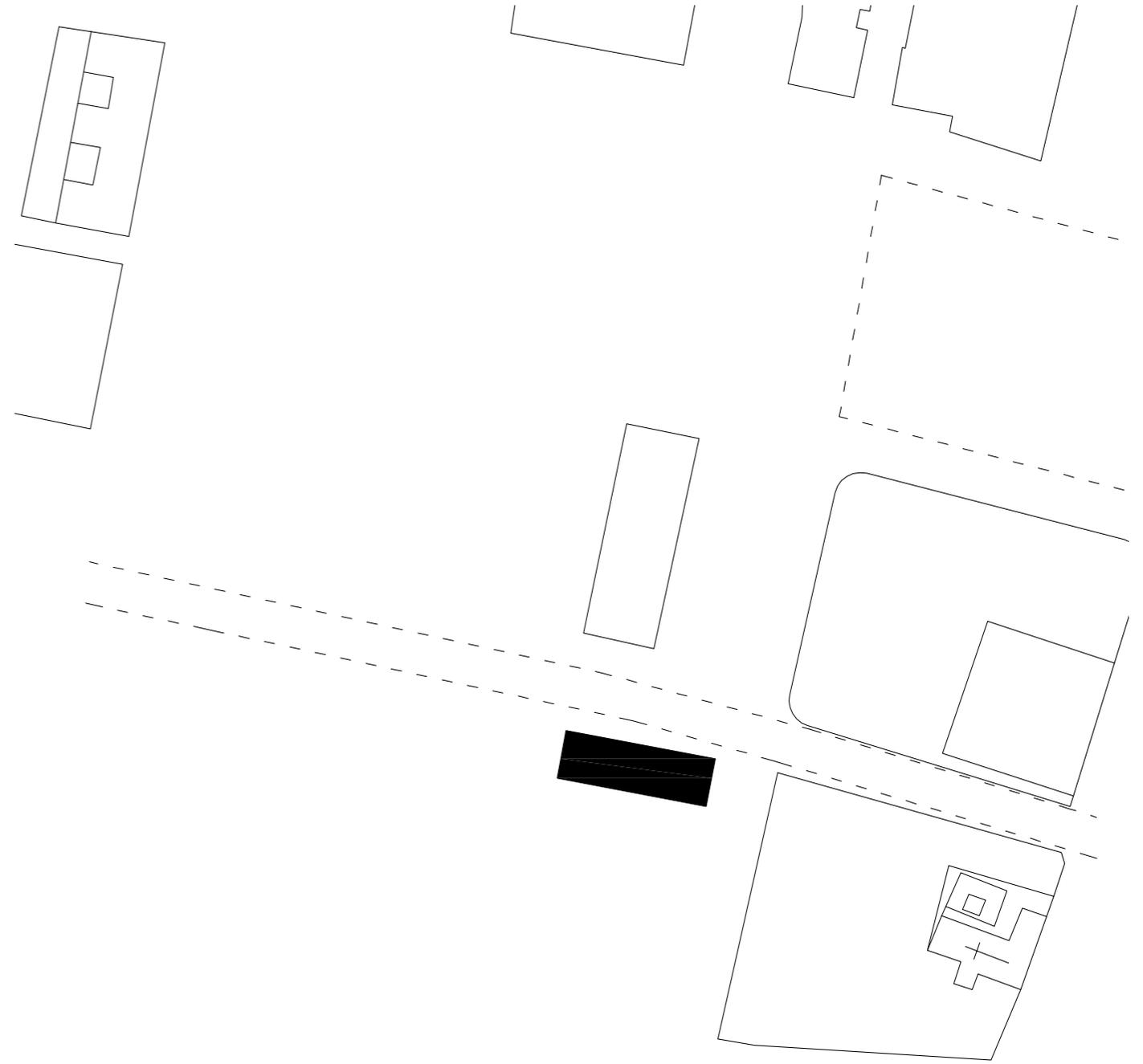
Este era o Plano, que contemplava a construção dos dois importantes eixos viários mencionados anteriormente, que dotavam a cidade de vias de comunicação mais abrangentes. O eixo Este-Oeste terminava depois do Morro da Fortaleza no seguimento da Ilha, deixando a ponte livre, permitindo a passagem das águas que vinham do Kwanza. Ainda no seu tempo de criança, o arquiteto recorda, a ponte que ligava a Baixa à Ilha de Luanda, foi tapada devido ao seu elevado estado de degradação. Contudo, esta intervenção foi mal executada, tapando os arcos que deixavam as águas passar, impedindo a limpeza da baía de forma natural pelas correntes marítimas. Tratando-se de uma zona bastante atrativa da cidade, dotada de uma magnífica avenida marginal, a baía carecia de maiores cuidados na sua preservação e especial atenção

por parte do Gabinete de Urbanização. Sendo a Ilha de Luanda um polo turístico e recreativo privilegiado, o Plano Diretor admitia a construção de pequenos hotéis e equipamentos recreativos nesta zona, como se referiu anteriormente (Idem).

Outra infraestrutura importante de apoio ao desenvolvimento das trocas comerciais, era o porto da cidade. Para colaborar com Simões de Carvalho, foi enviado para Luanda, o Eng.º Jorge Mestre, e ambos participaram na sua reconstrução. Foram previstos construir três molhes avançados, onde a profundidade da água rondava os vinte metros. Era o porto de Angola que usufruía de melhores condições de desenvolvimento, dada a sua forte componente de exportação, através da produção do café e de toda a riqueza do país (Idem).

O Centro Cívico viria a ganhar com esta organização, um carácter de centro comunitário da cidade. Servido por vários equipamentos que promovessem aos seus usuários, uma melhor utilização deste espaço, como zona de convívio entre si, acentuando o que seria o centro, da chamada cidade moderna (Fonte, 2012: 130).







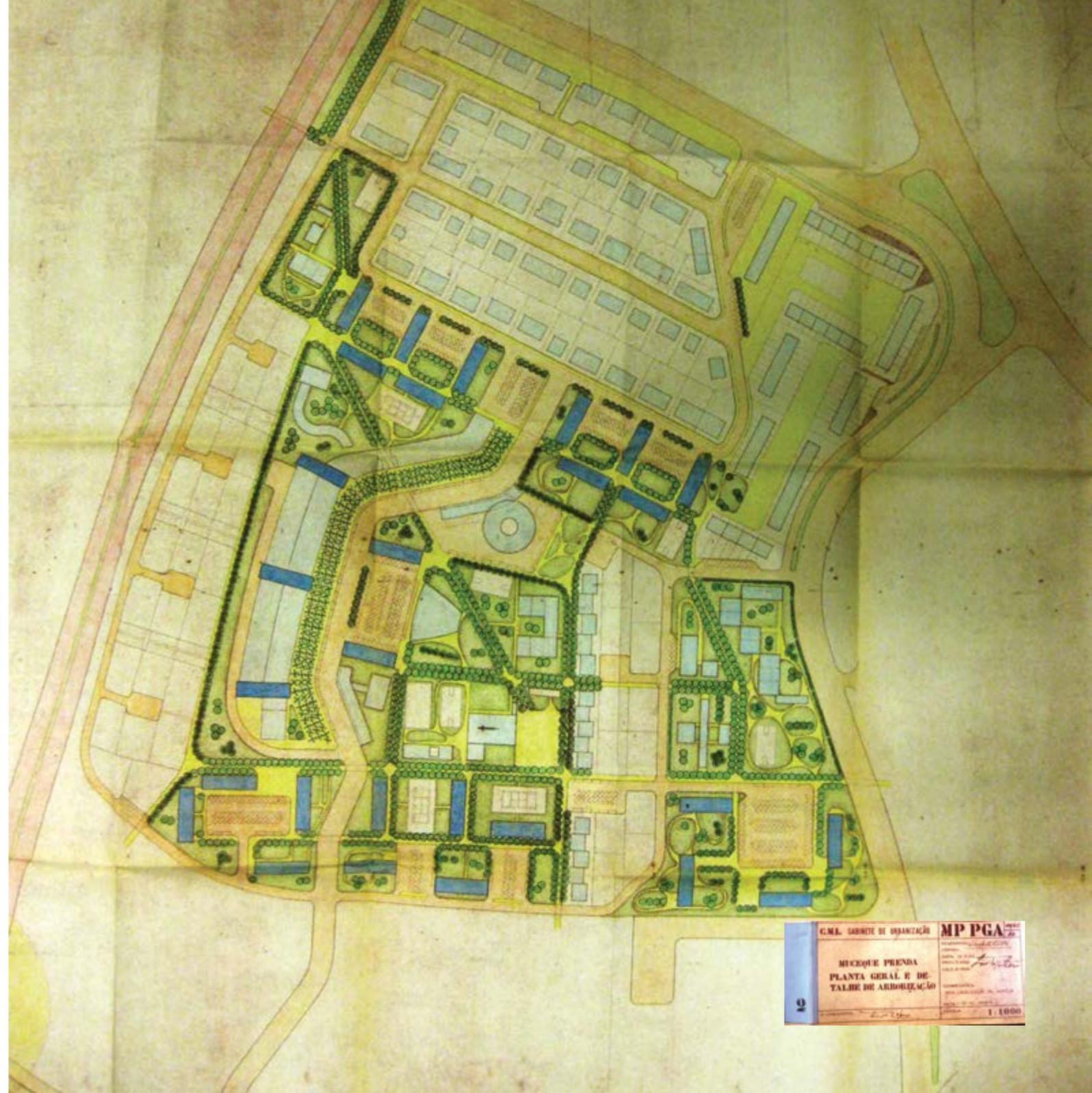
A elaboração desta unidade de vizinhança teve a colaboração direta do Arq.º Luís Taquelim da Cruz e vem a ser aquela cujo Plano de Pormenor mais se desenvolveu (Carvalho, 9/5/2013).

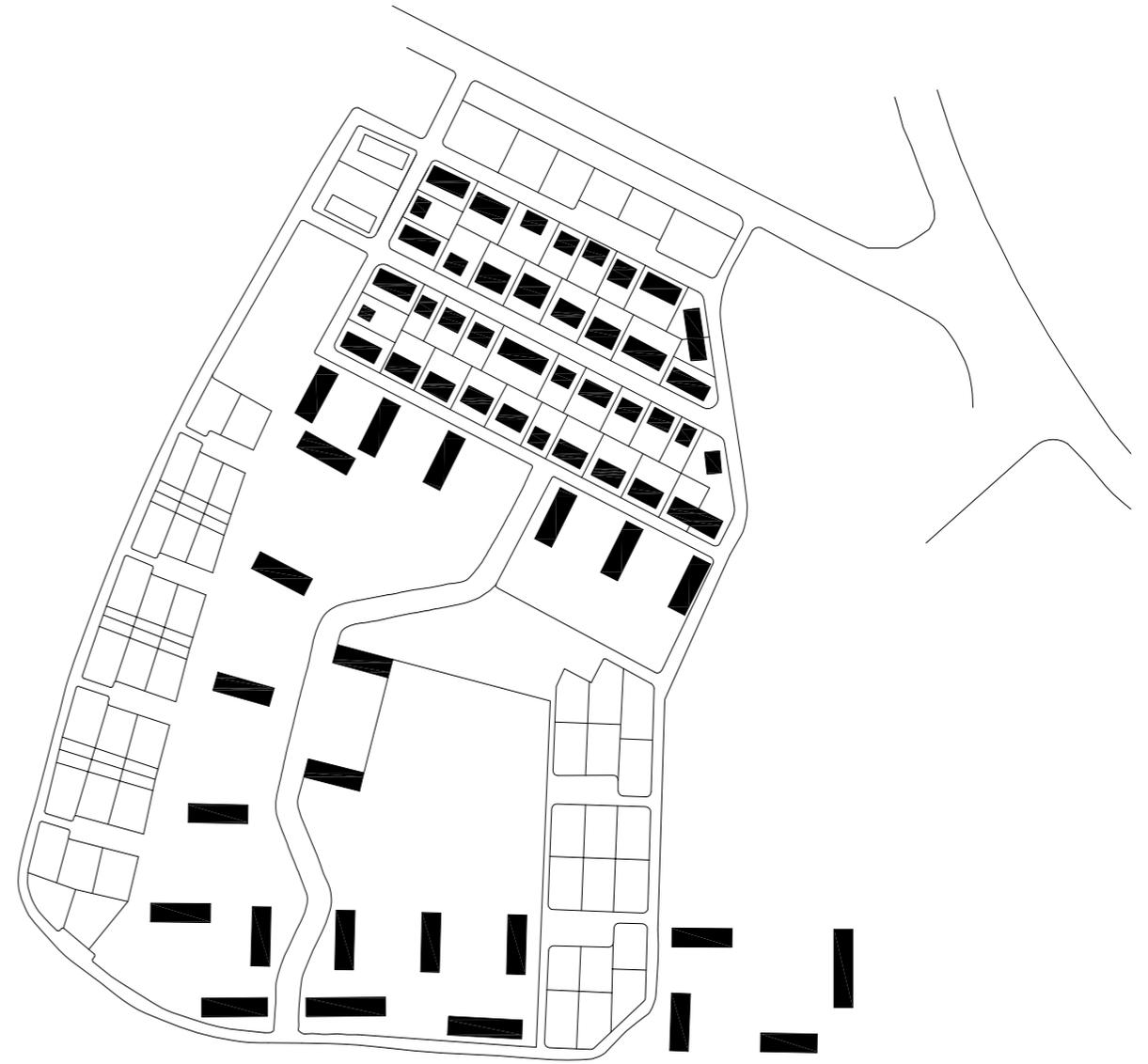
Situada na área do musseque Prenda onde toda a sua superfície rondava entre os 25 a 30 hectares, estaria preparada para receber entre 5 mil a 10 mil habitantes. Organizada segundo uma hierarquia dos 7V, a circulação da unidade ajudava a definir a localização dos vários equipamentos e zonas destinadas à habitação. Os principais equipamentos eram situados na rua comercial, denominada V4, que permitiria uma fácil circulação automóvel, e pedonal através dos largos passeios (Lima, 2012: 4). Outra particularidade desta via, era servir de ligação entre as várias unidades de vizinhança e equipamentos que iriam para Sul (Carvalho, 9/5/2013). Nas imediações desta rua comercial, foi proposto uma ocupação com 28 edifícios coletivos em banda, casas para as populações locais e para os indígenas, construídas em regime de autoconstrução. Deveriam respeitar traçado do Plano de Pormenor, onde eram visíveis, as diferentes formas de habitar, dada à maneira como os espaços estavam organizados (Milheiro, 2012: 96).

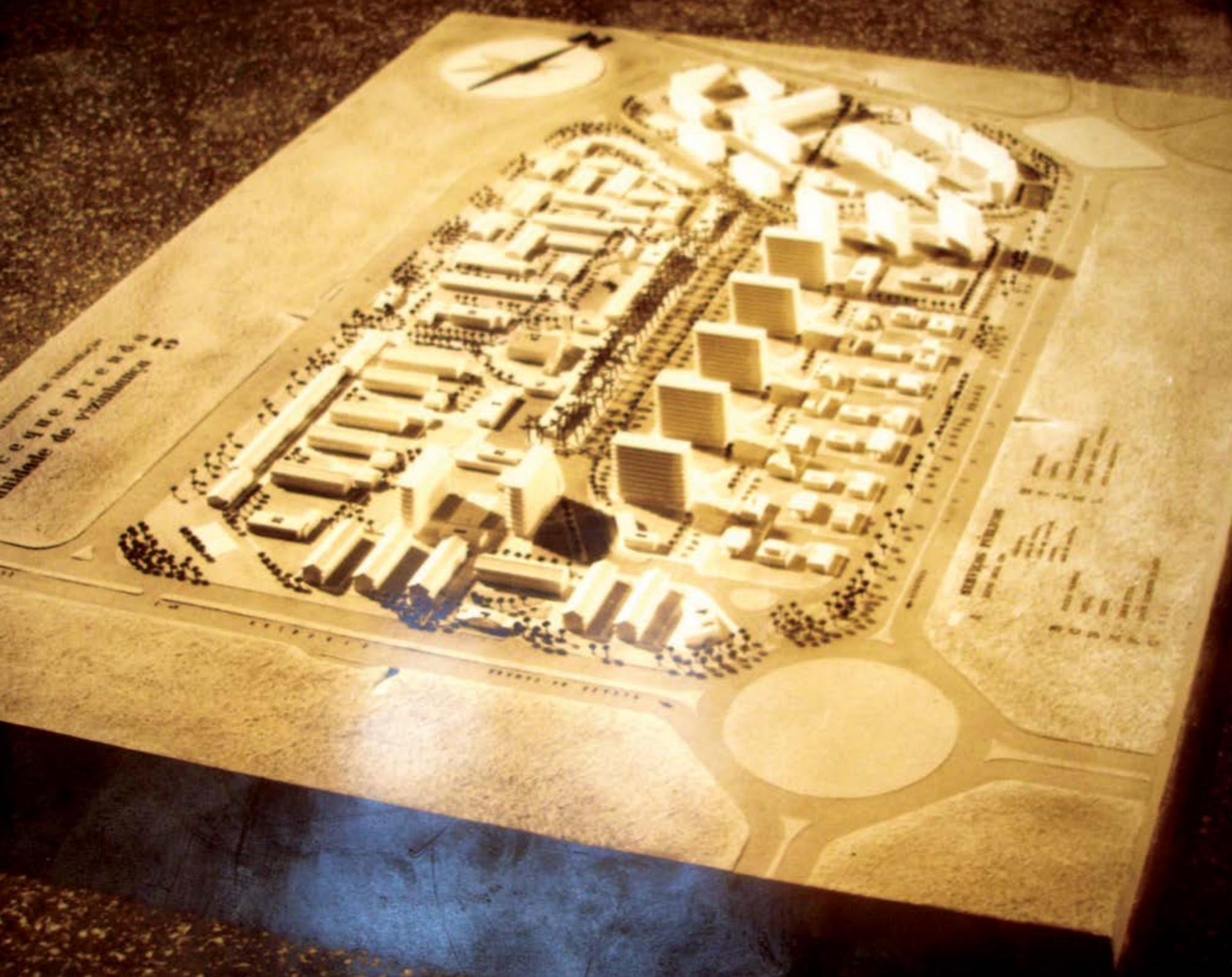
Com um total de 22 edifícios residenciais construídos, estes perfaziam a soma de 1150 novos apartamentos, para albergar uma população predominantemente de classe média. A construção deste novo bairro, não era para receber toda a população indígena que habitava o musseque Prenda, mas sim uma parte dela. A inclusão de população mais desfavorecida, com população mas abastada, seria feita gradualmente, ou seja, a troca da cidade espontânea pela cidade planeada era a tendência, que os profissionais portugueses aconselhavam desde o final da década anterior (Milheiro, 2012: 216). Estes edifícios, elevados sobre pilotis, atualmente foram ocupados por populações mais desfavorecidas e a sua matriz inicial foi deturpada a vários níveis. A alteração das suas tipologias, e o fechamento da base dos edifícios, fazem parte da incorreta ocupação dos edifícios (Carvalho, 9/5/2013).

Dos vários equipamentos projetados para melhor servir esta unidade de vizinhança, destacavam-se o Centro Cultural que tinha um centro de emprego, uma creche, um jardim-escola, um centro de saúde e uma igreja. Através destes serviços, propunha-se oferecer aos habitantes destes núcleos, toda a conjuntura capaz, de lhes proporcionar um útil serviço dentro da unidade. Efetivamente nenhum destes equipamentos foi construído na realidade (Idem).

Da análise e confrontação do Plano de Pormenor, com as imagens de satélite, entre 2001 e 2012 é visível, que para além do conjunto de edifícios residenciais construídos com base no Plano, grande parte das casas unifamiliares construídas na unidade de vizinhança, obedeceram à divisão por lotes contemplada no Plano de Pormenor. A construção das principais vias, proporcionou, que a delimitação do território fosse respeitada, conforme exemplifico no esquema desenhado referente a este Plano (Idem).







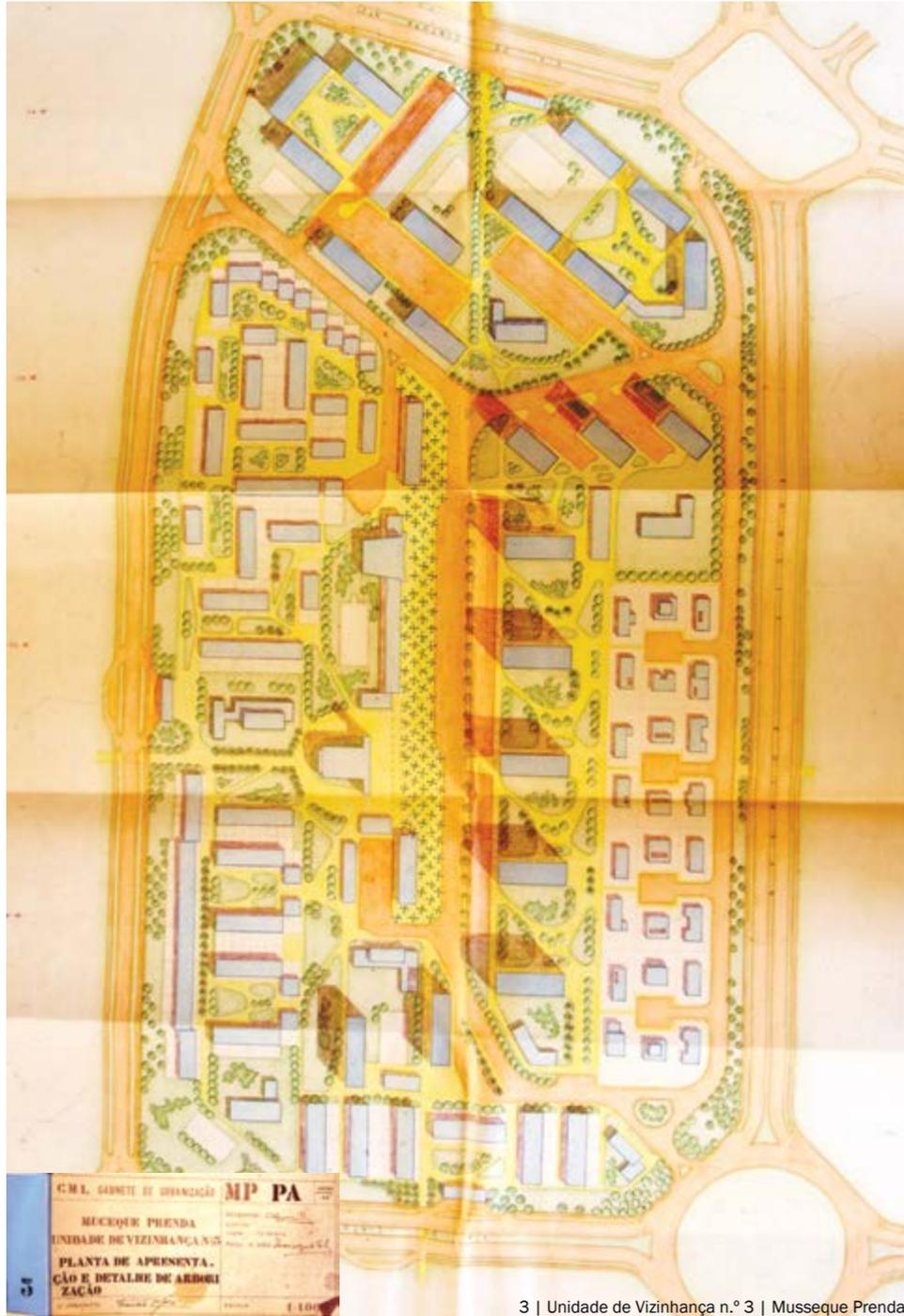
3 | UNIDADE DE VIZINHANÇA N.º 3 – MUSSEQUE PRENDA

Este Plano de Pormenor teve a colaboração do Arq.º Domingos da Silva e contemplava tudo o que uma unidade de vizinhança devia ter, já referido (Idem).

Nas imediações ao aeroporto, a Norte, situa-se a unidade de vizinhança n.º 3, e dada a sua proximidade com tal infraestrutura, as vias de tráfego tinham que ser dotadas, com uma adequada capacidade de escoamento de trânsito. O Plano de Pormenor para esta unidade de vizinhança, contemplava uma grande rotunda, que fazia ligação ao aeroporto. Dada a sua dimensão, estaria preparada para mais tarde se fazer um nó desnivelado em trevo, conforme o volume de trânsito fosse aumentando (Idem).

Simões de Carvalho refere, que uma rotunda deve ter no mínimo, um diâmetro de 30 metros, possibilitando um débito de automóveis na ordem dos 5 mil veículos por hora. Acima deste valor, a rotunda deve ser transformada em nó desnivelado, com forma de trevo, solução ideal para uma maior facilidade de circulação. O arquiteto refere também, que um nó viário tem várias fases de planeamento, conforme o fluxo automóvel previsto. Todos os planos devem evitar a utilização de cruzamentos simples, porque este sistema promove dezasseis pontos de conflito, com as várias mudanças de direção. Deve-se fazer, quando há espaço para isso, uma giração alongada. Quando tal não é possível, o recurso aos semáforos é outra opção, tendo em atenção, que este meio de controlo de trânsito tem um limite de débito de automóveis por tempo (Idem).

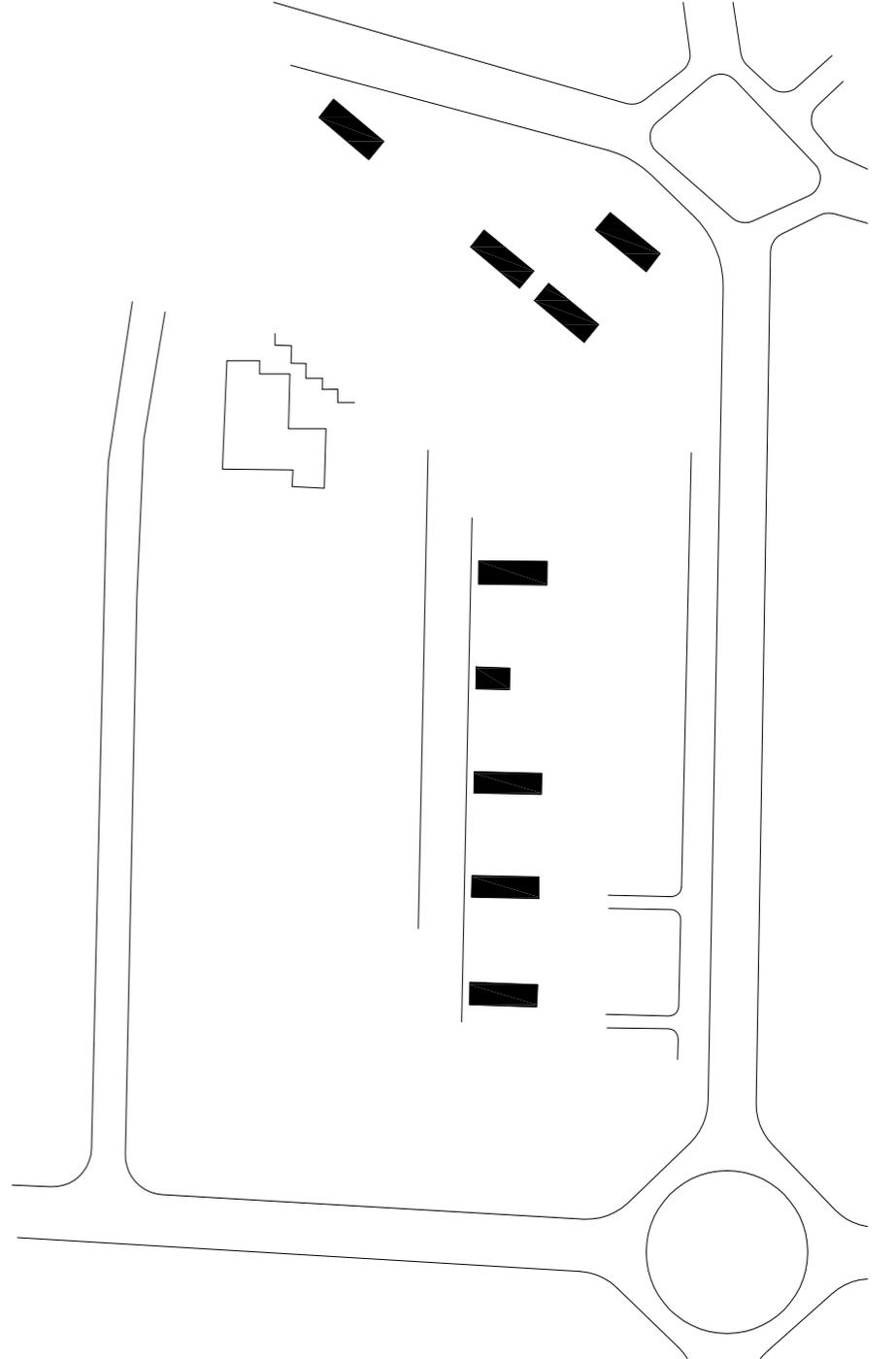
A nível habitacional foram construídos alguns edifícios de habitação coletiva, como se pode ver no redesenho elaborado para este Plano. O grupo de casas unifamiliares não foi construído de acordo com o Plano, nem as casas para a população mais carenciada, sendo toda a área circundante ocupada com musseques. Após análise à estrutura de implantação dos edifícios proposta no Plano, esta unidade de vizinhança, evidencia, que posteriormente à extinção do Gabinete de Urbanização de Luanda, pouco se fez corresponder ao Plano inicial. Algumas vias sugerem seguir a proposta do arquiteto, onde a via V4, é construída parcialmente, acompanhando os poucos edifícios coletivos que foram construídos (Idem).



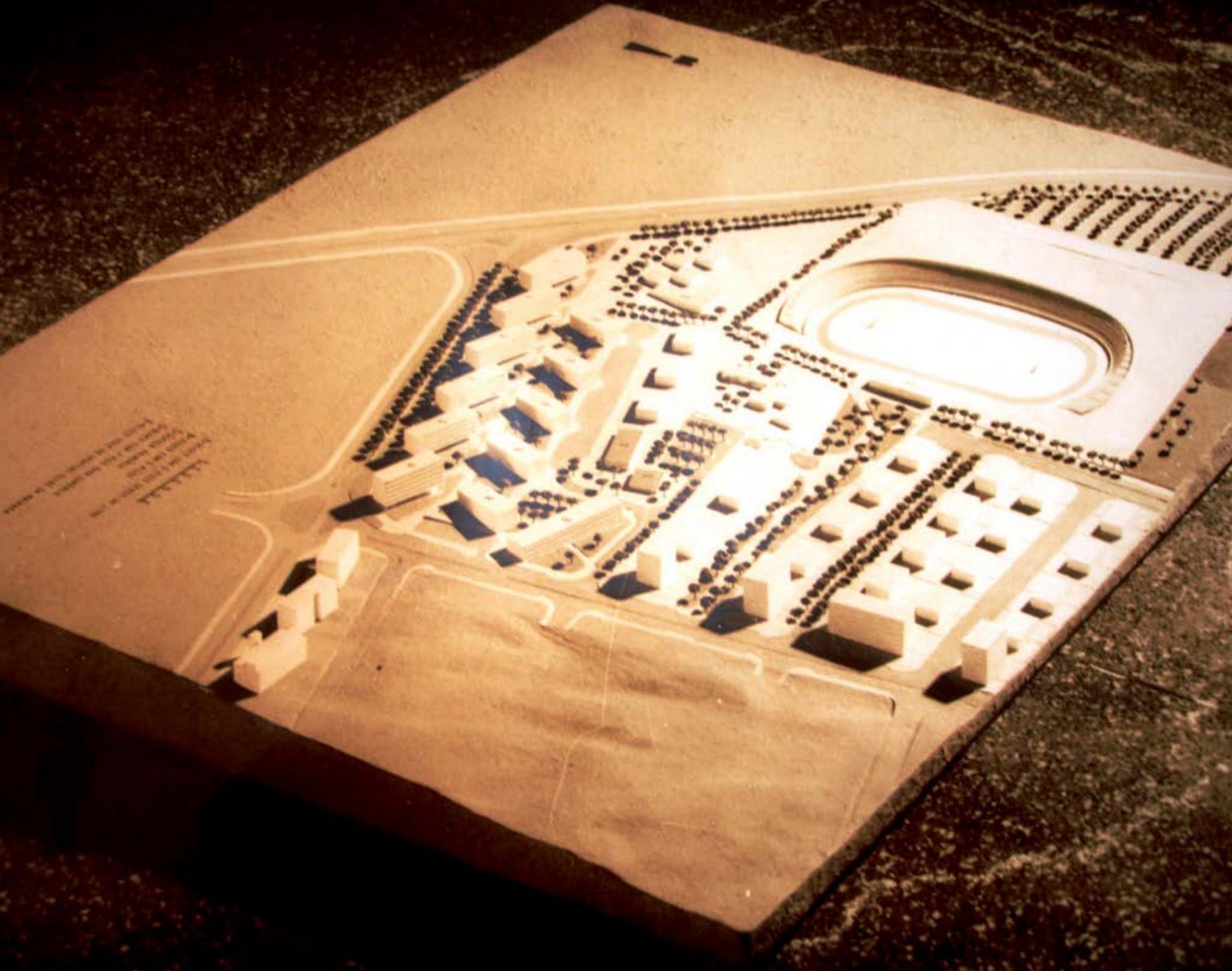
3 | Unidade de Vizinhança n.º 3 | Mussequê Prenda



Google Earth - 2005



305



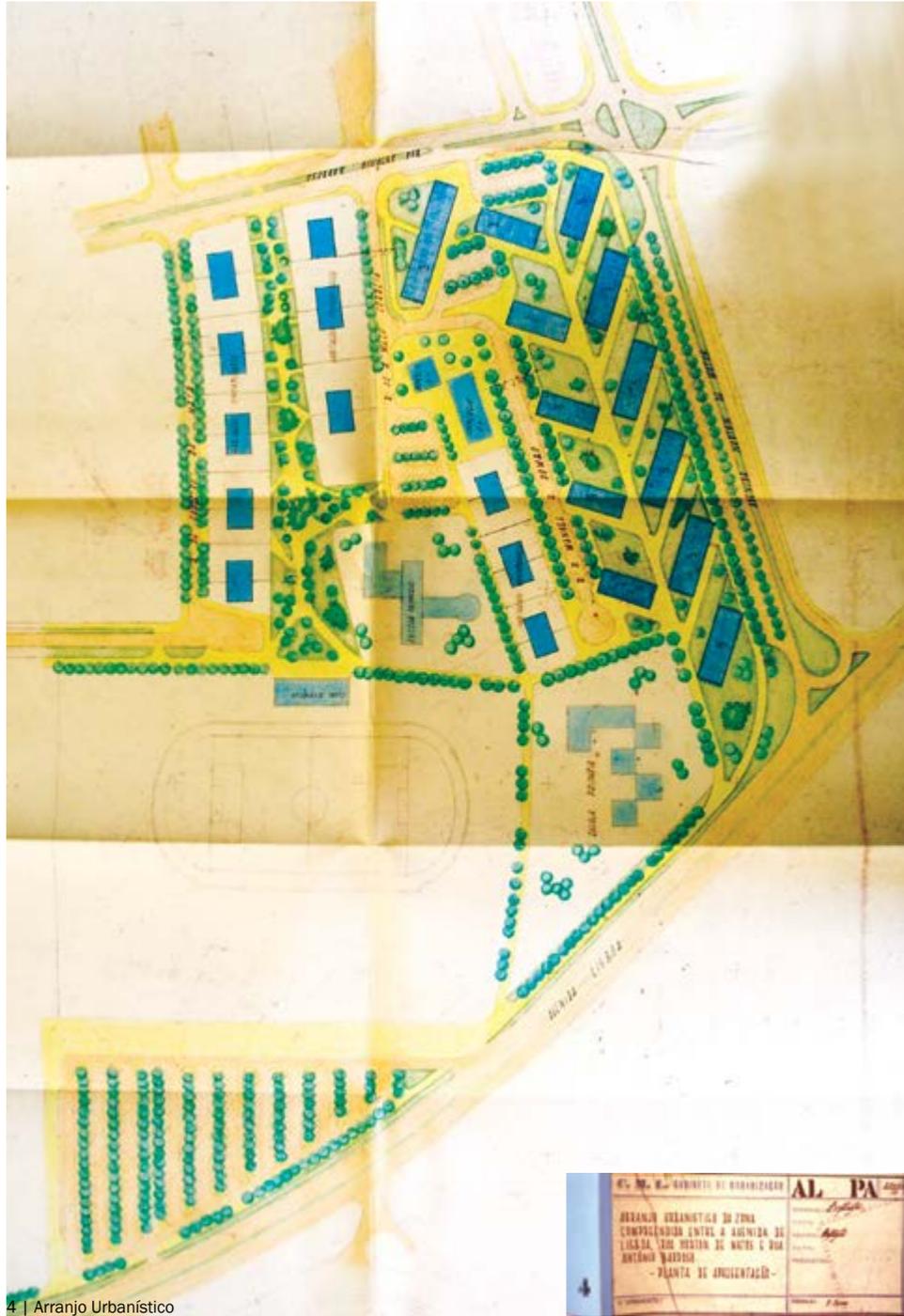
4 | ARRANJO URBANÍSTICO | ZONA COMPREENDIDA ENTRE A AV. DE LISBOA, RUA NORTON DE MATOS E RUA ANTÓNIO BARROSO

Para além do musseque Prenda, a Câmara Municipal de Luanda era detentora de vários terrenos a Sul. Fazia parte da estratégia do Gabinete de Urbanização da cidade, recuperar estes terrenos e promover a sua organização, através do que chamavam – “arranjos urbanísticos” (Idem).

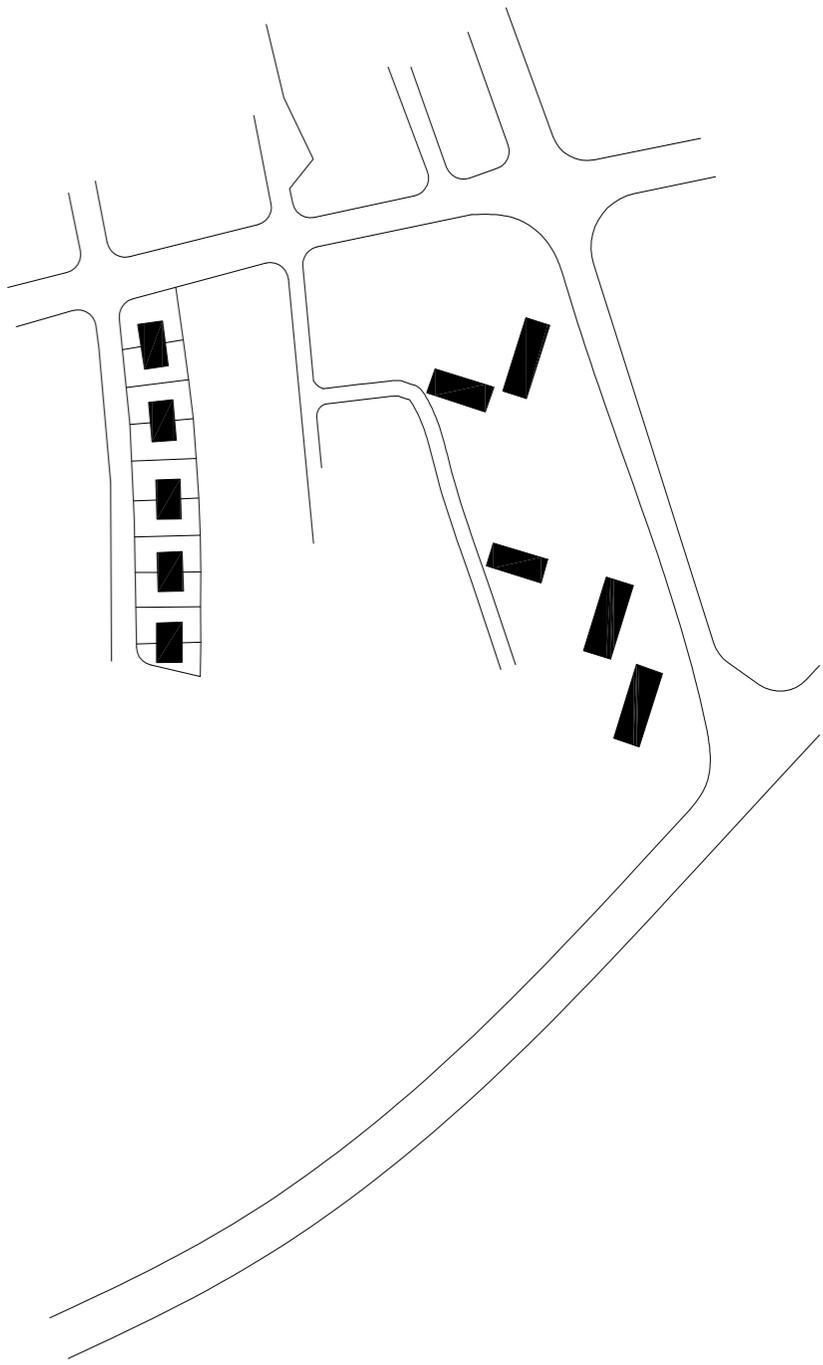
Este Plano de Pormenor não era considerado unidade de vizinhança porque não tinha área suficiente, embora fosse essencialmente destinado para habitação. Esta zona habitacional seria servida por uma escola primária, espaços de lazer e desporto e por pequeno comércio, existente em alguns pontos da unidade. Estes terrenos, uma vez da Câmara Municipal, pertenciam ao leque de opções disponíveis para troca com terrenos na Baixa da cidade (Idem).

Circundado por três importantes vias de trânsito, as antigas Avenida Lisboa, Avenida Norton de Matos e Rua António Barroso, este arranjo urbanístico, comprova que os nós viários contemplados no Plano, correspondem ao que se encontra atualmente no local (Idem).

Quanto a edifícios, verifica-se que alguns edifícios de habitação coletiva e algumas casas unifamiliares, também foram construídas, obedecendo ao traçado proposto no Plano de Pormenor para esta zona, bem como algumas vias de trânsito, como se consegue comprovar através do redesenho efetuado para este Plano (Idem).



Google Earth - 2005





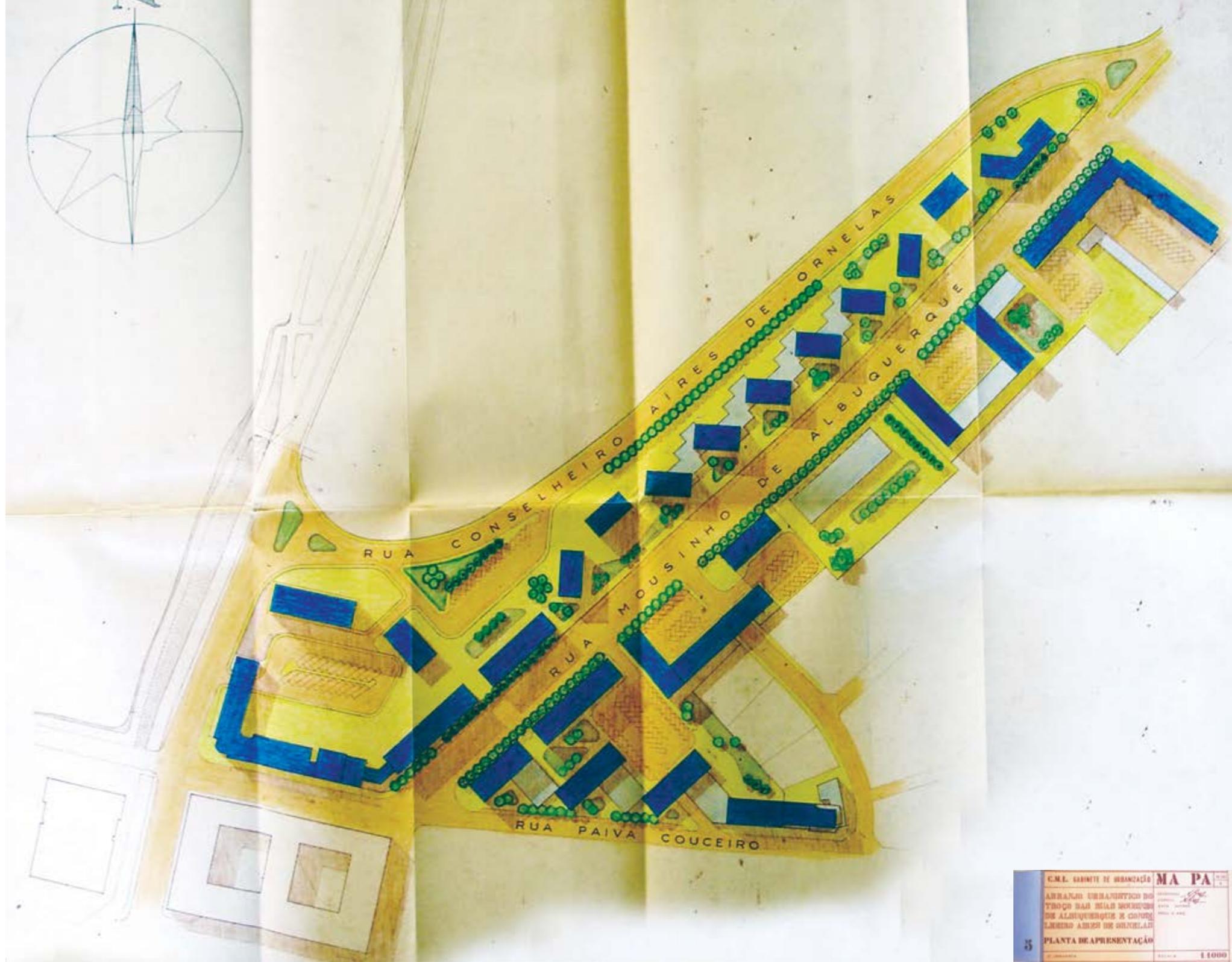
5 | ARRANJO URBANÍSTICO | TROÇO DAS RUAS MOUSINHO DE ALBUQUERQUE E CONSELHEIRO AIRES DE ORNELAS

Este arranjo urbanístico tem como referência duas importantes obras de arquitetura junto à praça do Kinaxixe, o mercado do Arq.º Vasco Vieira da Costa e o edifício da C.U.C.A. do Arq.º Taquelim da Cruz, ambos já destruídos - 2008 e 2011 (Idem).

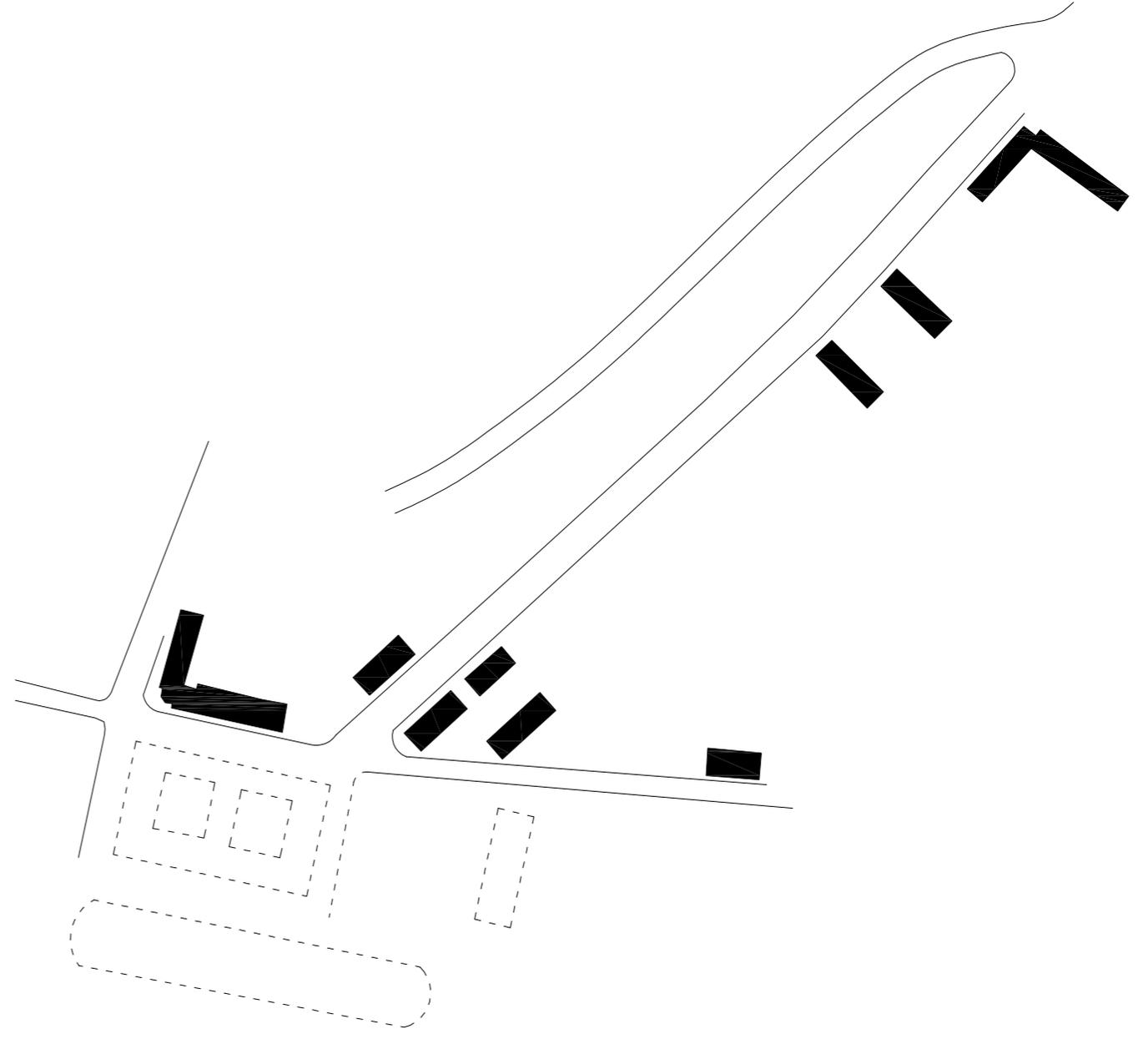
Morfologicamente tratava-se de um território composto por um acentuado declive, onde todos os anos havia um recuo gradual dos terrenos, devido às grandes precipitações, já referidas no decorrer do trabalho. Foram elaborados estudos nesta área, aquando de uma grande inundação que assolou a Baixa da cidade a 26 de abril de 1963 . Nesta altura foi mandado para Luanda, o Eng.º Armando Lencastre do Laboratório de Engenharia Civil de Lisboa, para juntamente com Simões de Carvalho, estudar a melhor forma de construir os coletores de águas pluviais, saneamento básico e esgotos, nesta zona da cidade, como igualmente já foi referido e se verifica importante, na melhor contextualização do local (Idem).

No Plano de Pormenor, esta encosta daria lugar à expansão de um grande parque verde, que seria visível da baía. Eram propostos edifícios de habitação coletiva onde antes existiam um pequeno grupo de casas unifamiliares. Com o redesenho, do que atualmente corresponde ao Plano de Pormenor do Gabinete de Urbanização, verifica-se que alguns edifícios de habitação foram construídos de acordo com o mesmo, embora esta zona se tenha transformado, numa zona empresarial de grande prospeção, onde imperam a construção de grandes arranha-céus (Idem).

No local onde se situava o mercado do Kinaxixe, hoje está em construção, o que sugere ser um Mega Centro Comercial, ocupando o terreno na sua totalidade, assim como toda a praça do Kinaxixe e o antigo local onde estava implantado o edifício da C.U.C.A. (Idem).



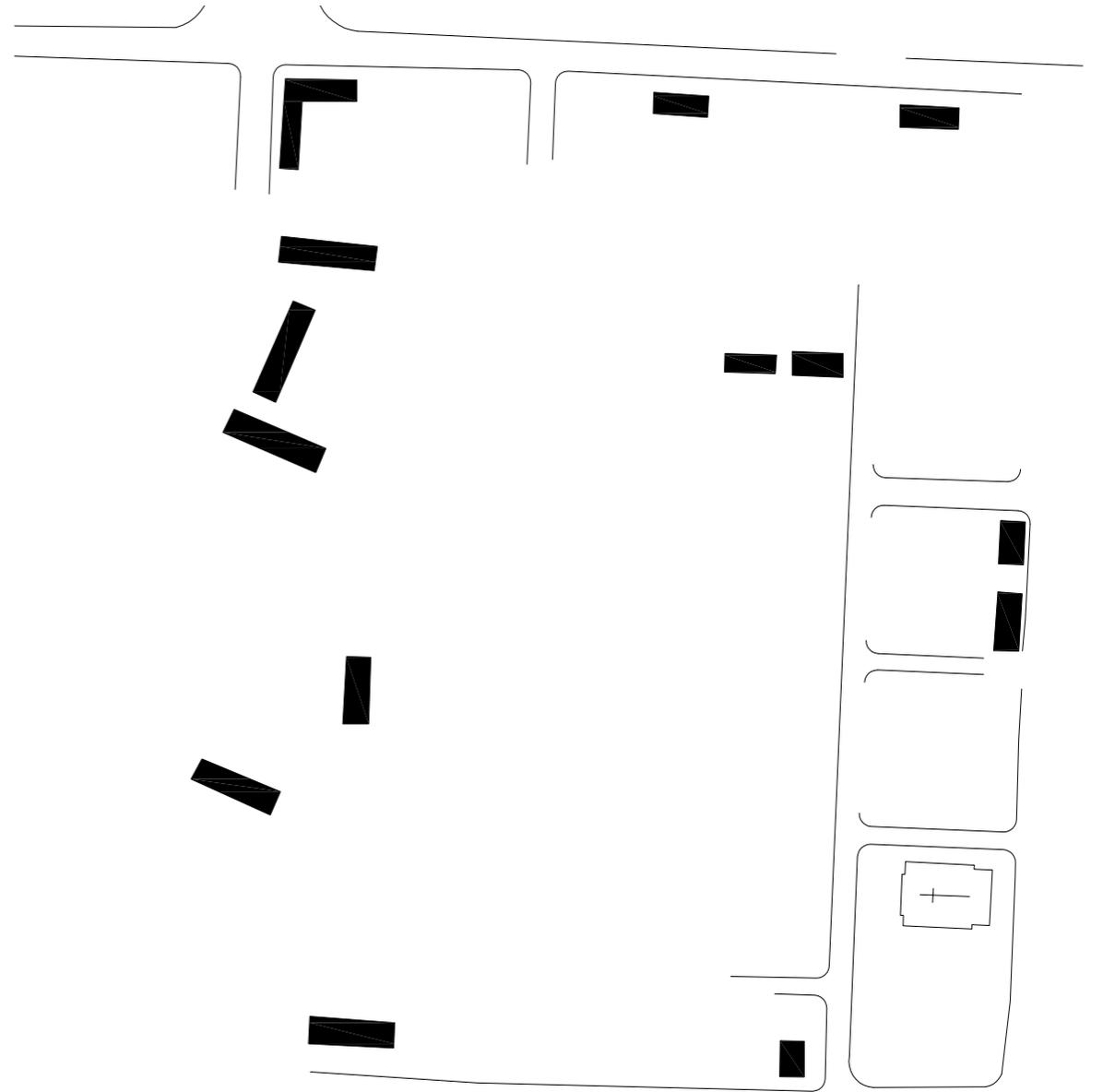
C.M.L. GABINETE DE URBANIZAÇÃO	MA PA
ARRANJO URBANÍSTICO DO	
TERÇO DAS HIAS NOROCCIDENTAIS	
DE ALBUQUERQUE E COUZEIRO	
LINDO ARRANJO DE URBANIZAÇÃO	
PLANTA DE REPRESENTAÇÃO	
35	1:1000

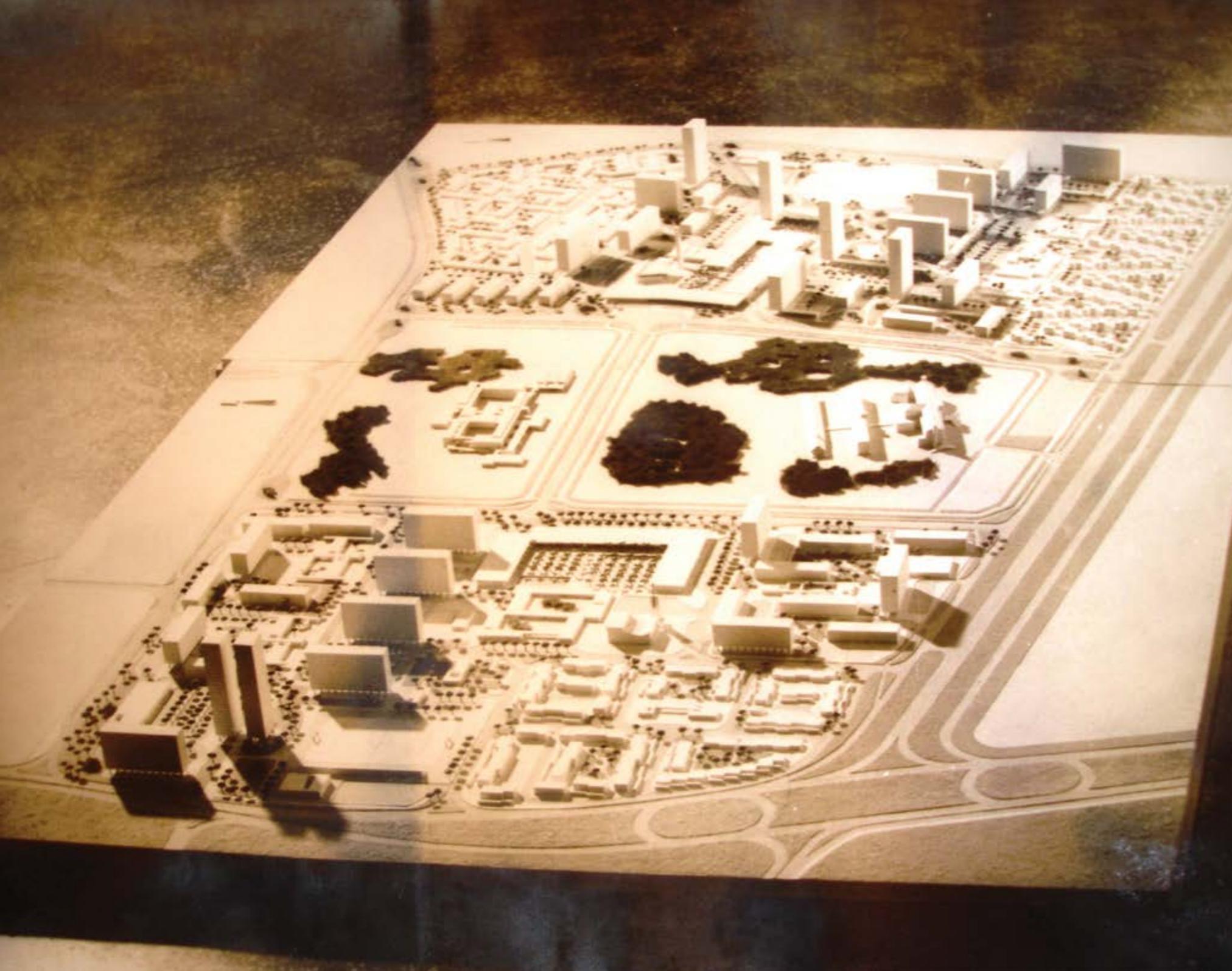


Localizado perto do cemitério do Alto das Cruzes, e ao Plano em cima referido, o musseque Burity, era um Plano de Pormenor que estava a decorrer na Câmara Municipal de Luanda. O Gabinete de Urbanização recuperou este projeto, e pretendia transforma-lo numa unidade de vizinhança, situação que nunca se chegou a verificar (Idem).

É de salientar que se verificam construídos, alguns edifícios de acordo com o Plano elaborado no Gabinete, conforme se pode observar no redesenho efetuado, após análise ao que se consegue identificar através da imagem de satélite (Idem).





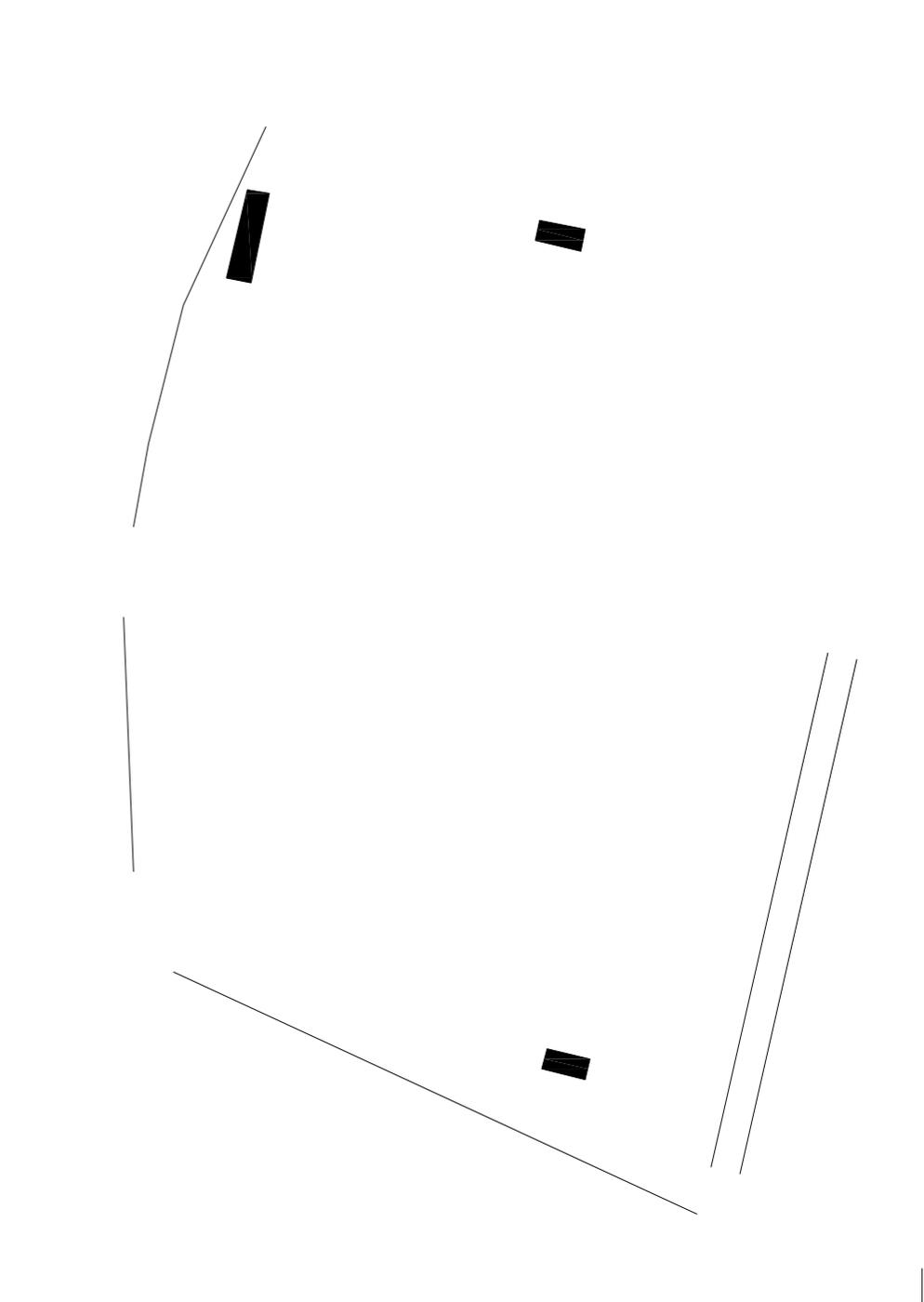
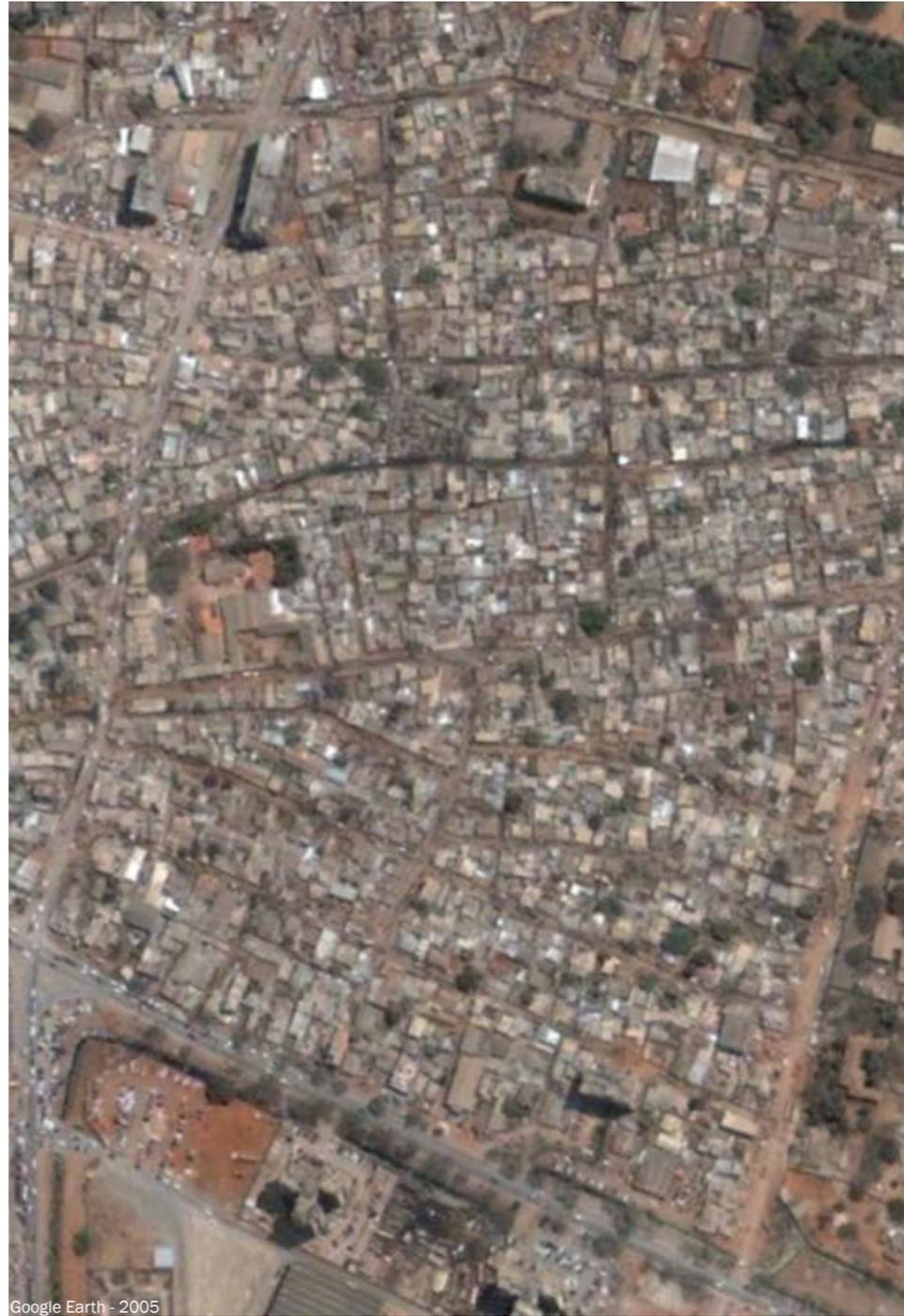
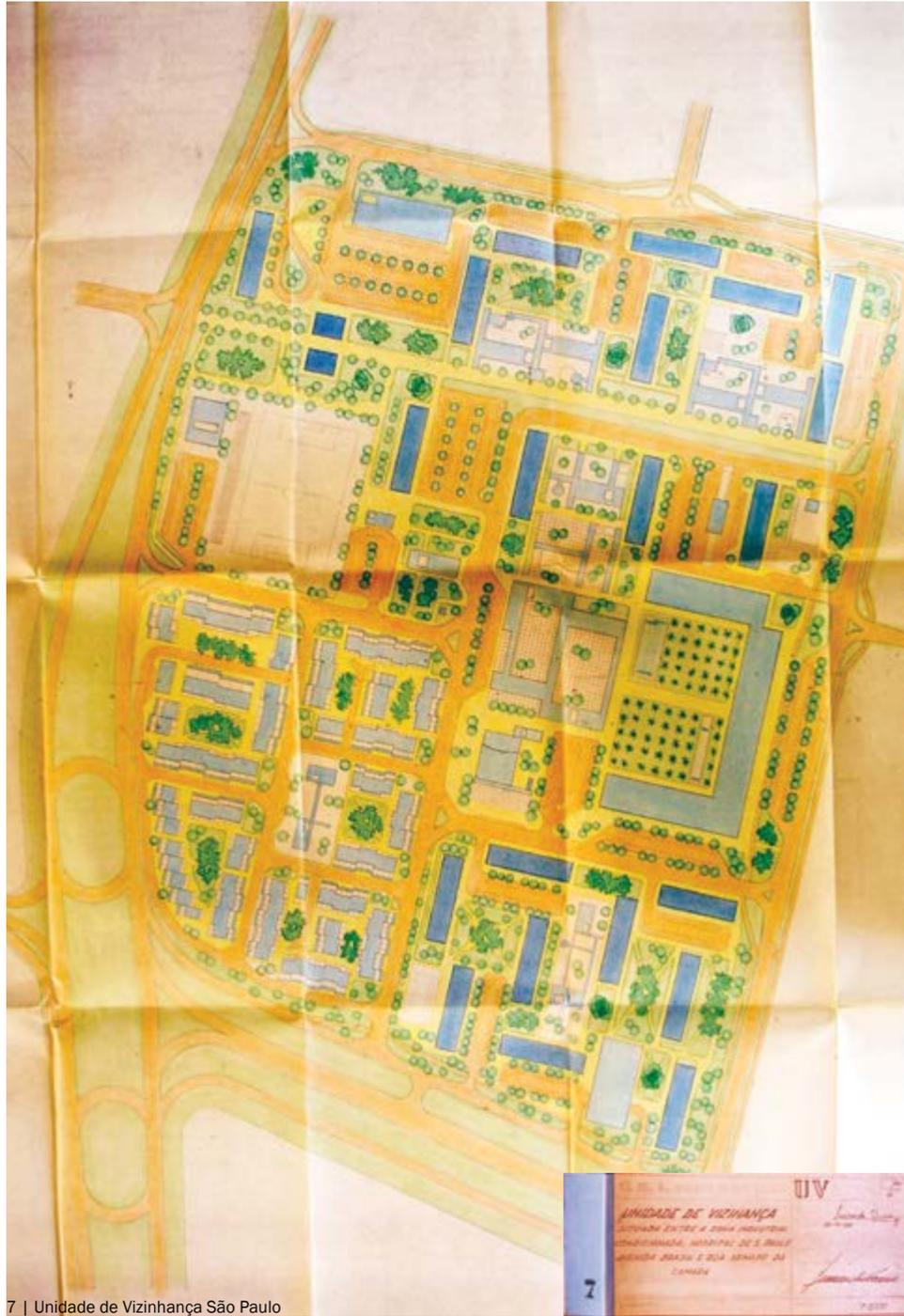


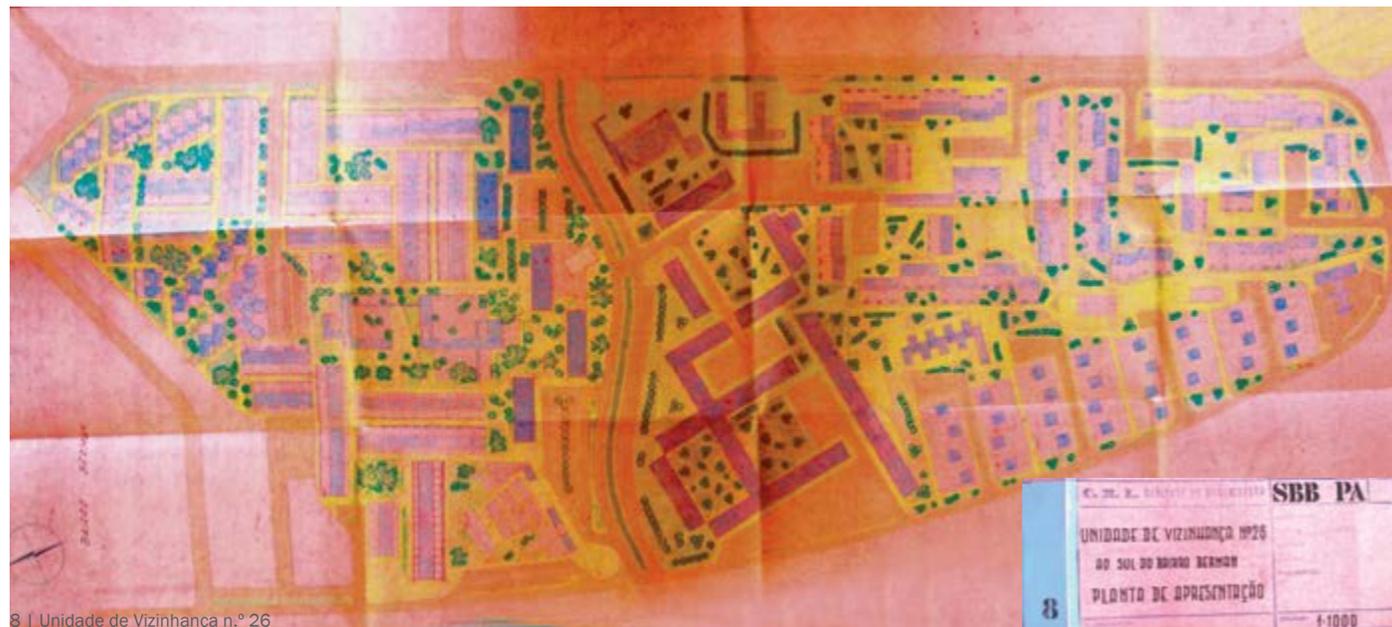
7 | UNIDADE DE VIZINHANÇA SÃO PAULO

Esta unidade de vizinhança situava-se numa zona industrial concessionada perto do Hospital São Paulo, hoje Hospital Américo Boavista, ladeada pelas antigas avenida Brasil e rua Senado da Câmara. O projeto desta unidade era complementado por uma outra unidade de vizinhança, São Marçal, como se pode verificar na fotografia da maqueta desenvolvida juntamente com os Planos de Pormenor (Idem).

O antigo Hospital São Paulo localizava-se entre estas duas unidades de vizinhança, assim como estava previsto construir a Norte do Hospital, uma escola técnica, projetada pelo Arq.º Manollo Pottier . Após análise ao território, verifica-se que esta escola está implantada num outro local, mais a Norte do que era previsto, embora o discurso de Simões de Carvalho sempre contemplasse a construção da mesma escola, no local inicialmente proposto. A imagem de satélite comprova que efetivamente foi construída noutra local (Idem).

O Plano de Pormenor para esta unidade, fazia corresponder todas as características que uma unidade de vizinhança deveria ter, à semelhança do projetado no musseque Prenda. Com três edifícios implantados de acordo com o Plano, esta unidade de vizinhança, nunca chegou a ser construída (Idem).





8 | Unidade de Vizinhança n.º 26

8 | UNIDADE DE VIZINHANÇA N.º 26 | AO SUL DO BAIRRO BERMAN

O Plano de Pormenor para esta unidade de vizinhança situava-se ao fundo da estrada que vem de Catete, fazendo ligação a este principal eixo viário (Norte-Sul).

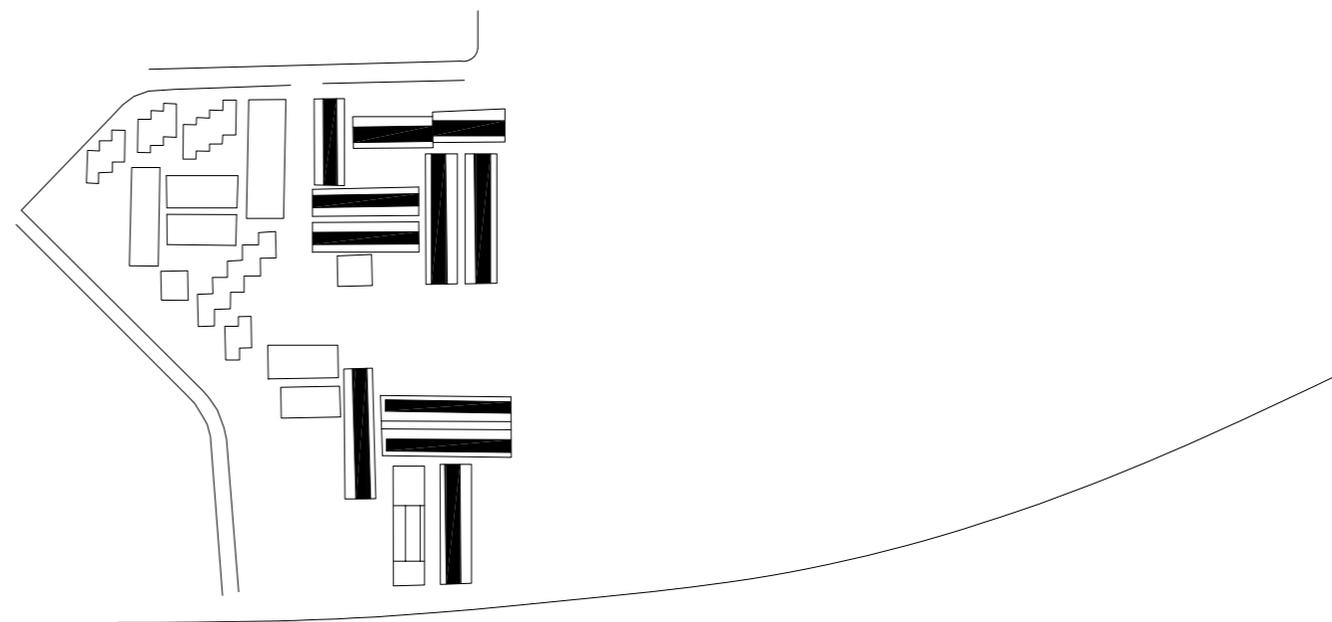
Este Plano não é do conhecimento do arquiteto, o que significa ser projeto elaborado depois do seu regresso a Portugal (Idem).

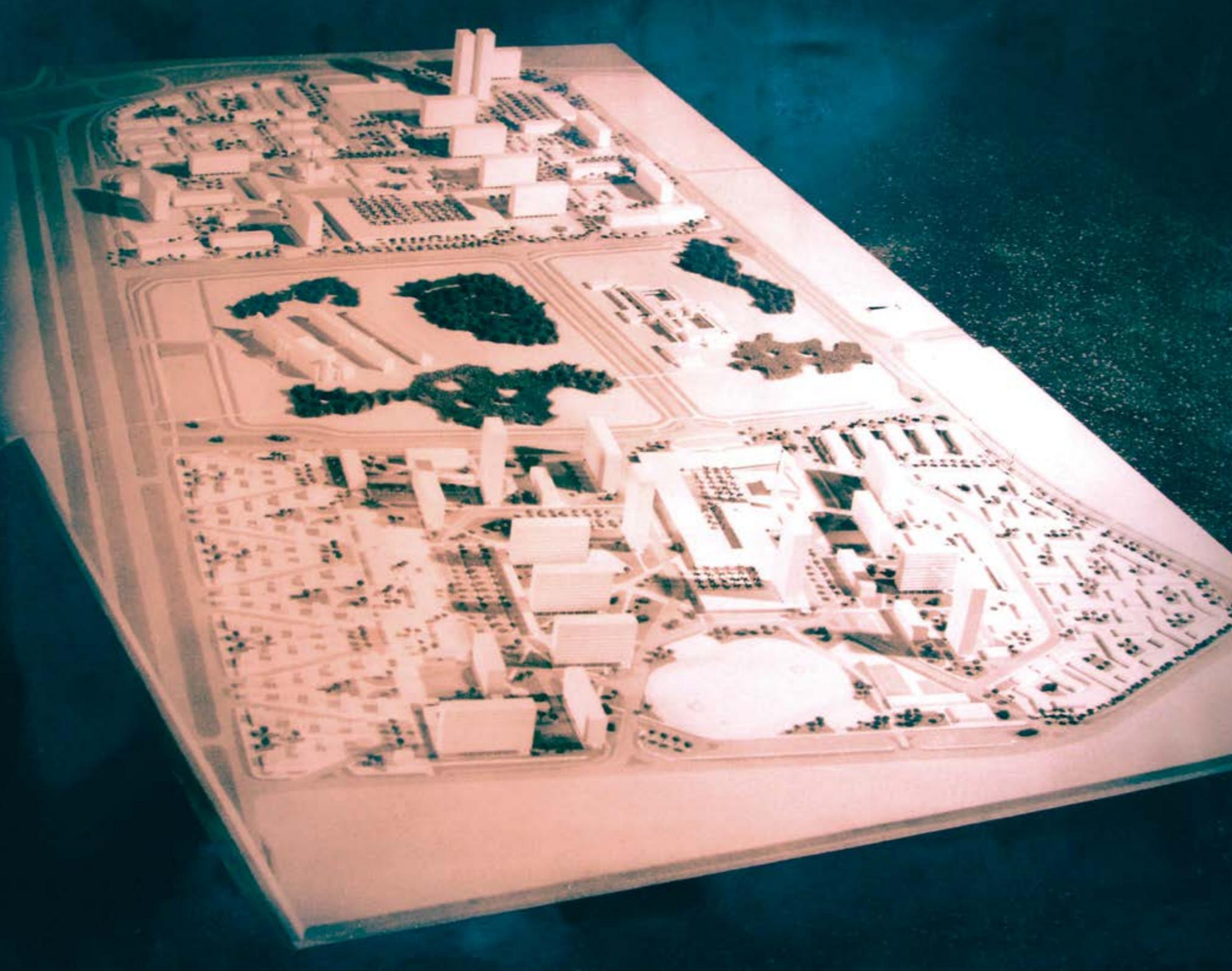
Contudo, após análise às imagens de satélite, consegue-se identificar o que poderá ser, a construção de uma bairro operário, dada a forma linear, que a implantação das casas apresenta.

Esta zona a Norte do Plano, evidência corresponder na íntegra ao proposto, desconhecendo-se a autoria do mesmo (Idem).



324 | Google Earth - 2005





9 | UNIDADE DE VIZINHANÇA SÃO MARÇAL (RANGEL)

Esta unidade, já referida em cima, em tudo semelhante da unidade de vizinhança São Paulo, também não foi construída. Fazia parte de um conjunto de dois núcleos urbanos próximos entre si, que usufruíam do facto, de estarem próximas do antigo Hospital São Paulo, equipamento de elevada importância social (Idem).

A elaboração destes dois Planos de Pormenor ganhava ainda mais importância, na estratégia delineada no Plano Diretor do Arq.º Simões de Carvalho. Ao defender a adequada distribuição destes núcleos habitacionais, junto dos principais equipamentos públicos, indústrias e eixos viários principais, seriam um complemento importante, às unidades de vizinhança projetadas e construídas parcialmente, no musseque Prenda (Idem).

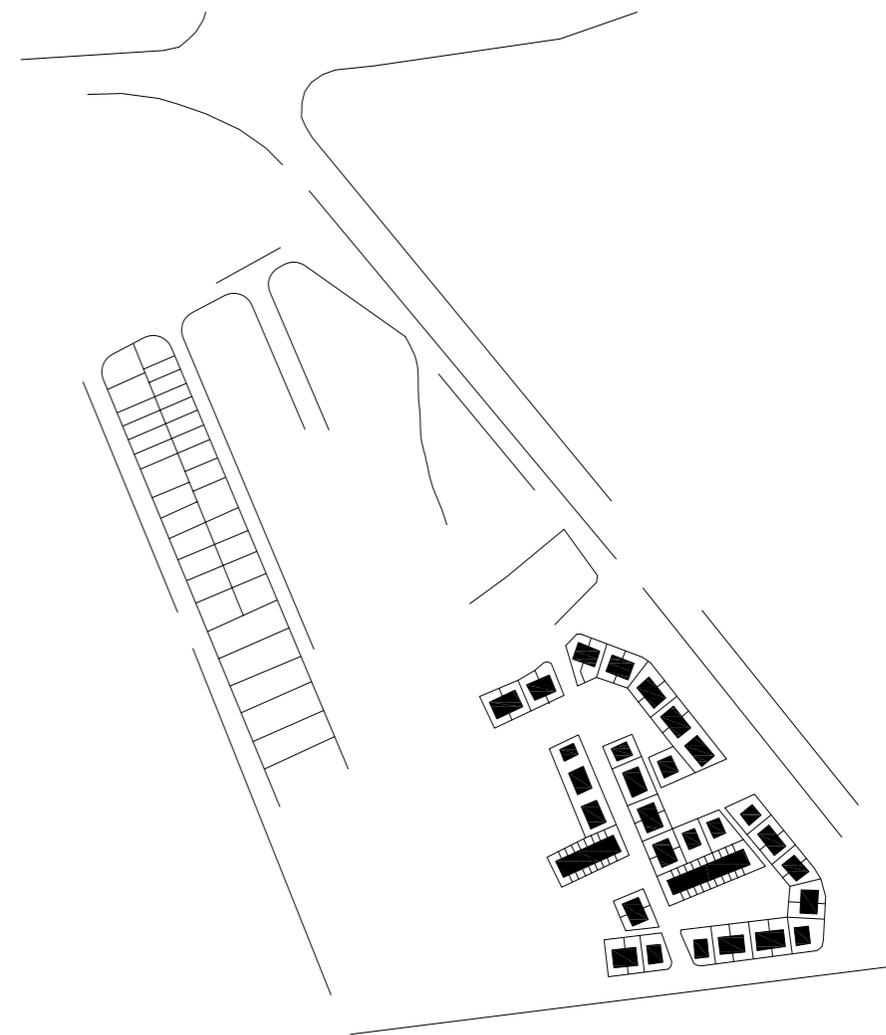


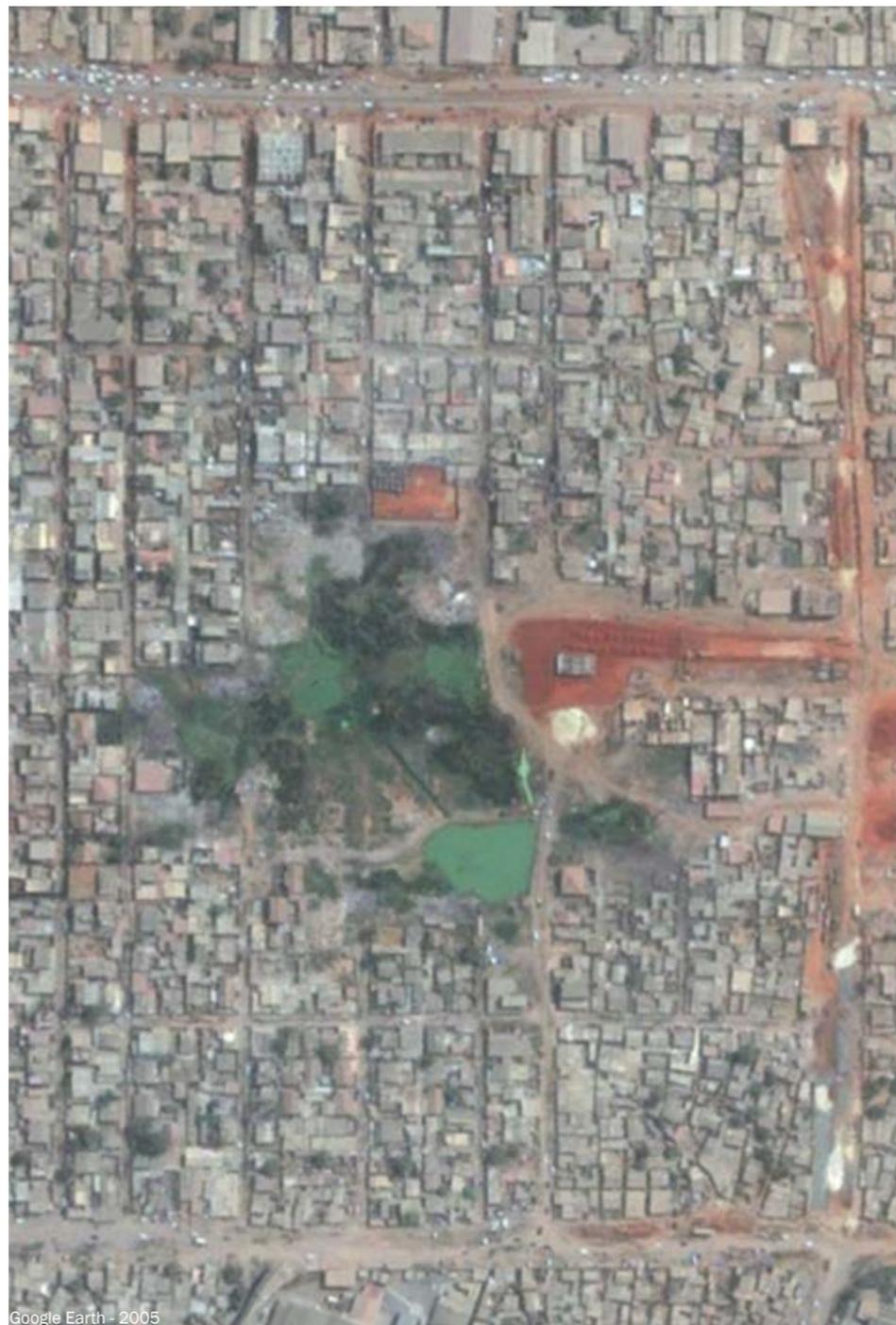
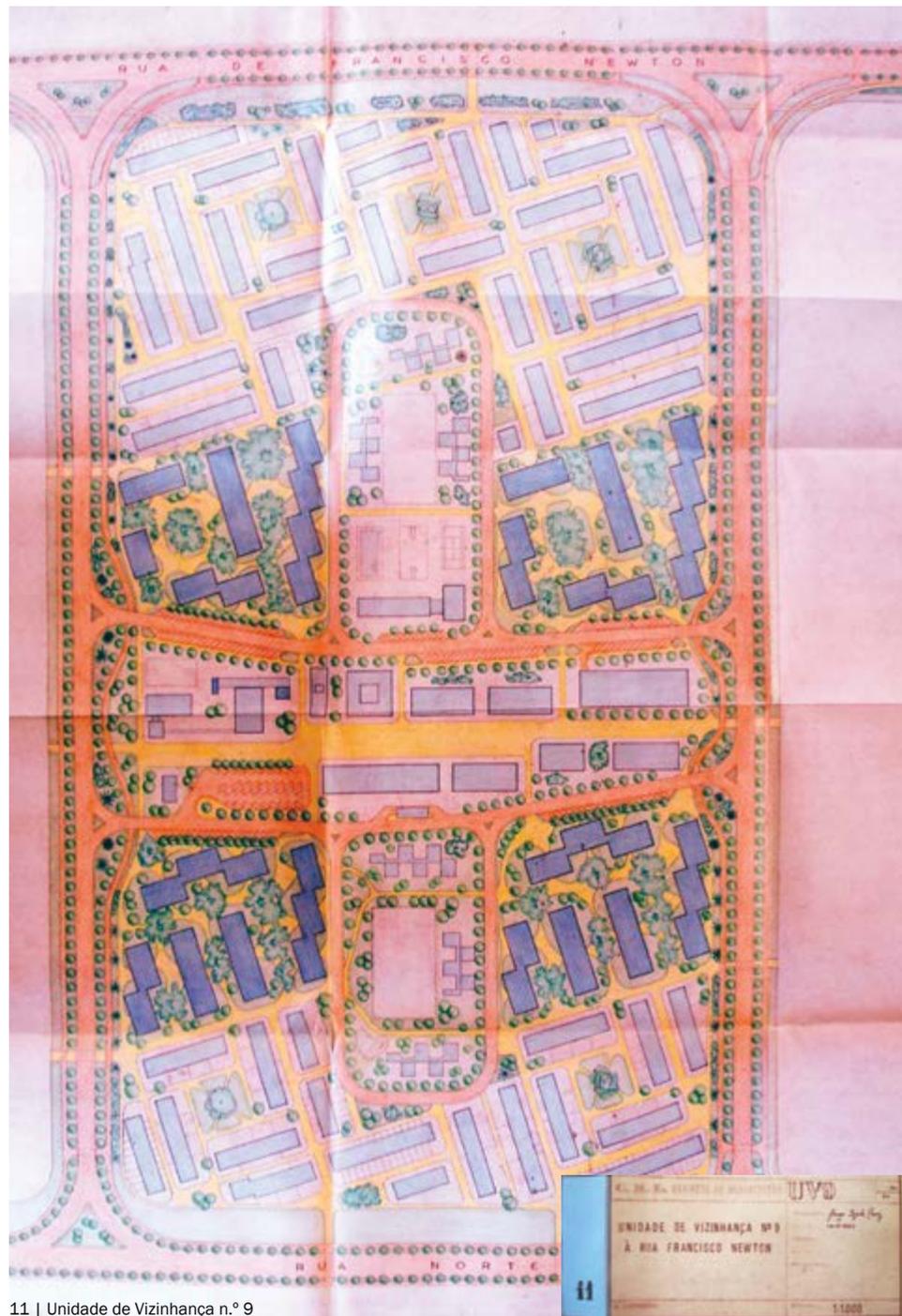
9 | Unidade de Vizinhança São Marçal (Rangel)





Este Plano de Pormenor não é do conhecimento do Arq.º Simões de Carvalho.





11 | UNIDADE DE VIZINHANÇA N.º 9 | À RUA FRANCISCO NEWTON

Este Plano de Pormenor não é do conhecimento de Simões de Carvalho e também não foi construído, embora o arquiteto reconheça que alguns dos seus ensinamentos estão patentes na estrutura do plano (Idem).



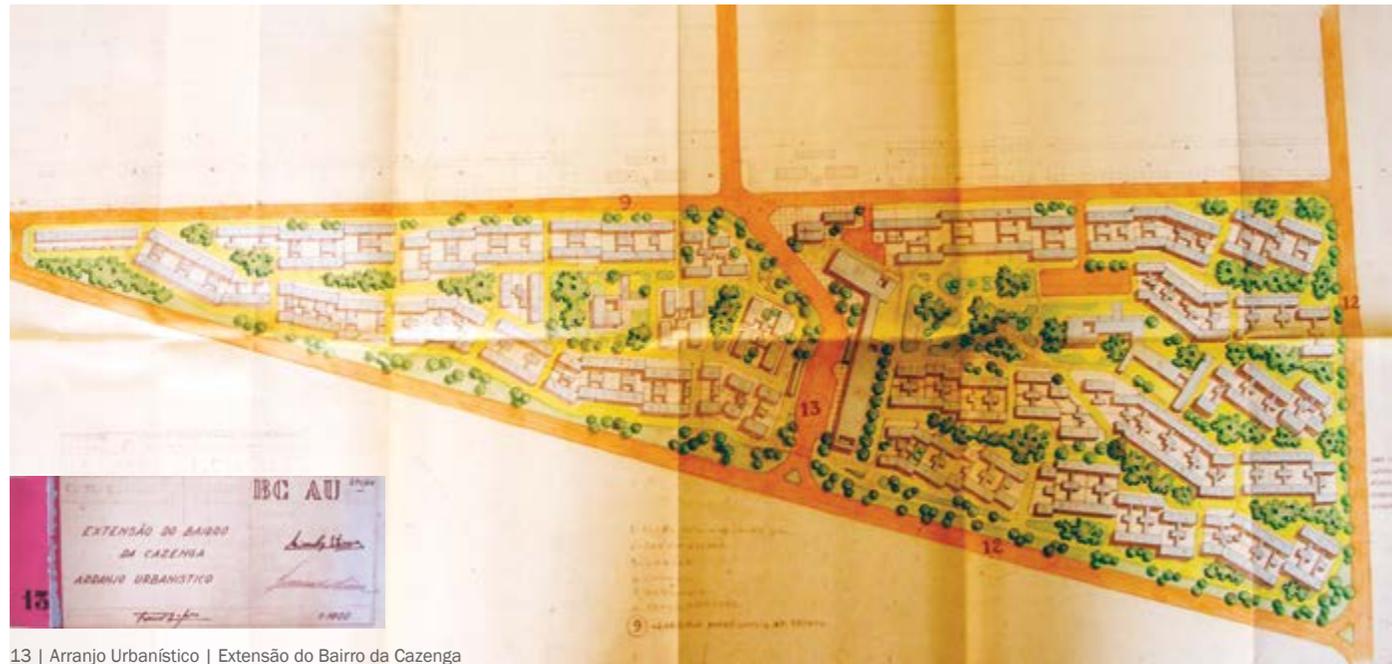
12 | ARRANJO URBANÍSTICO | ZONA DA BOAVISTA | PLANO VIÁRIO

Este Plano de Pormenor contemplava essencialmente a estruturação dos eixos viários que delimitavam a zona industrial da Boavista. Dada a proximidade ao porto, esta zona era quase como uma extensão do mesmo, onde se situavam os armazéns de apoio. Junto desta zona industrial ia passar a linha dos caminhos de ferro e o eixo viário Norte-Sul em direção à zona de expansão da cidade para sul (Idem).





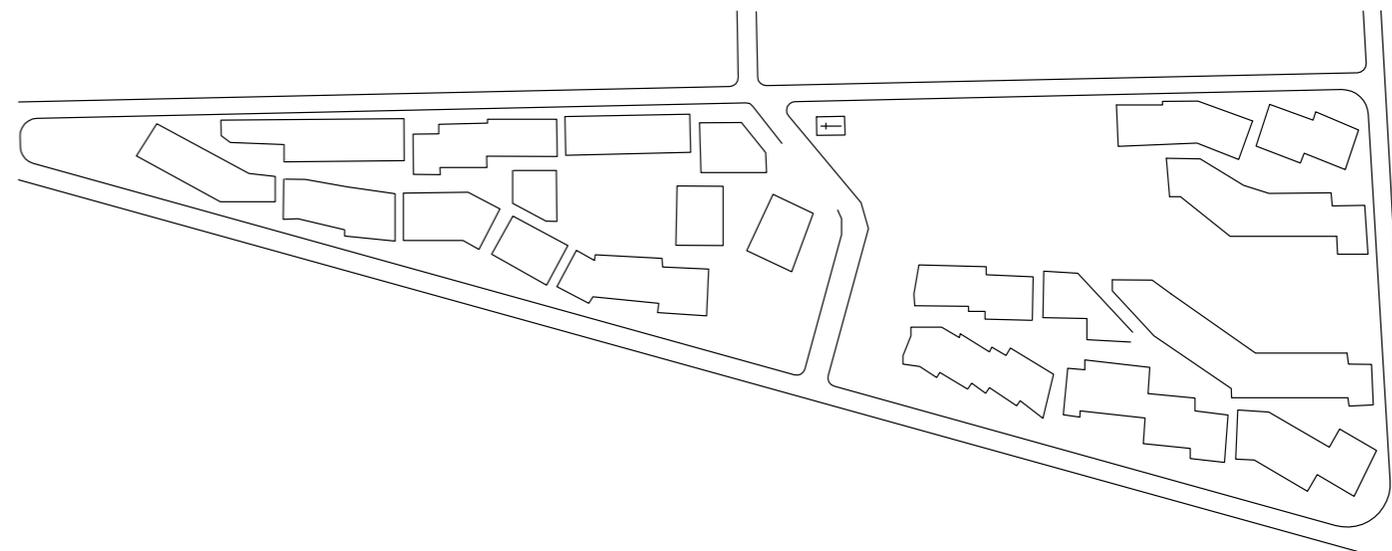
Não sendo do conhecimento do arquiteto, este Plano de Pormenor está assinado por si. Trata-se da extensão do bairro da Cazenga e muito do que está construído atualmente, foi de acordo com este Plano, inclusive o que parece ser uma igreja e a via correspondente a esta que atravessa o bairro transversalmente. O conjunto de casas sugere, ter respeitado o traçado do Plano (Idem).



13 | Arranjo Urbanístico | Extensão do Bairro da Cazenga



338 | Google Earth - 2005



Esta unidade de realojamento devia ser o equivalente ao proposto pelo arquiteto no Plano Diretor, dizendo respeito aos bairros escolas. Embora seja notório uma categoria de habitação diferente no Plano, o arquiteto refere que não é de sua autoria, por não corresponder à forma, como tinha pensado estes núcleos para receber os indígenas (Idem).



C. DE. M. S. SABRITO DE ORGANIZAÇÃO	URT PL
UNIDADE DE REALOJAMENTO Nº 1	
PLANTA	
14	64000

CONCLUSÃO

Angola, país detentor de uma riqueza inconfundível, proporcionou ao longo dos séculos, a exploração dos seus recursos naturais nos mais variadíssimos contextos, politicamente, economicamente e de forma menos incisiva, socialmente.

Ultrapassando um processo de descolonização a partir de 1974 e detentora da sua independência em 1975, Angola sentiu que nos trinta anos antecedentes a este processo, tempo que o Gabinete de Urbanização Colonial (GUC) esteve a laborar, um crescimento significativo da sua população. Para dar resposta a este forte crescimento populacional, verificava-se urgente, criar novas infraestruturas no território, que viessem compensar o desajuste que o território demonstrava. Tais medidas, compreendiam a construção de novos eixos viários, nova rede de transportes, dotar as cidades de adequados centros urbanos, zonas industriais e principalmente, dotar as cidades de zonas habitacionais condignas. Este esforço era possível através da elaboração dos vários Planos Urbanos e consequentes projetos de arquitetura, visando dotar a cidade com a construção de vários edifícios públicos, como, escolas, hospitais, edifícios governativos e edifícios de recreio e lazer. Começava-se a transmitir a estas cidades uma identidade colonial de origem portuguesa.

Independentemente do ambiente que se vivia em Portugal, com a governação de António de Oliveira Salazar e as suas políticas ditatoriais, onde reinava a censura e a opressão, o ambiente nas ex-colónias era mais suavizado neste capítulo. Para muitos arquitetos foi possível desenvolver a sua profissão em território africano, experienciando a vertente modernista da arquitetura, que na metrópole era vetada por um sistema de ensino conservador e por um regime político, que teimava em não abrir as portas do país à arquitetura moderna.

Luanda, a maior cidade angolana e capital do território, vê a estrutura da cidade crescer ao longo das três décadas em que o GUC esteve no ativo. Vários foram os Planos executados, as teorias aplicadas, vários foram os arquitetos que desempenharam o seu trabalho, tentando proporcionar a este território, um crescimento populacional mais controlado e fazer com que o desenvolvimento de Angola fosse encarado com um todo.

Acaba por ser um filho da terra, que durante pouco mais de seis anos, tenta promover em Luanda os ensinamentos que o seu país não lhe conseguiu oferecer. Fernão Lopes Simões de Carvalho procurou na Europa, adquirir conhecimentos que lhe permitiram regressar a casa e começar a trabalhar em prol de uma cidade, que necessitava urgentemente de uma organização estruturante. Era sua ambição, proporcionar à população residente e aos que emigravam para Luanda, a oportunidade de alcançar uma vida melhor.

Tendo clara consciência do que o esperava e por saber quais as principais problemáticas

que a cidade apresentava, Simões de Carvalho através do trabalho realizado no Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal de Luanda, propôs um Plano Diretor que fosse capaz de alcançar um objetivo muito claro: promover o desenvolvimento político, económico e social da cidade e dos seus aglomerados urbanos. Plano Diretor que nunca foi aprovado. Somente o seu estudo prévio foi aprovado, não pela Câmara Municipal de Luanda, mas sim pelo próprio Ministério do Ultramar.

Através da reestruturação do Centro Cívico que o arquiteto propunha gerar toda a organização da cidade a partir do centro. Os dois eixos viários principais que se cruzavam em plena zona governativa, permitiam que todo o trânsito fosse canalizado para grandes parques de estacionamento, que considerava indispensáveis para um adequado controlo automóvel. Estes eixos faziam a ligação estratégica à Ilha, principal polo turístico da região, e promoviam a expansão da cidade para sul, acompanhando as unidades de vizinhança e uma nova zona industrial localizada perto do aeroporto.

Era urgente dar uma resposta rápida à problemática da habitação em Luanda e para começar a intervir, eram necessários fazer todos os estudos inerentes ao território na vertente geológica, sobre o tráfego automóvel, eixos viários, movimentos populacionais e estudos exaustivos sobre a habitação e as suas tipologias. Todo este trabalho era essencial para compreender melhor as várias categorias do solo e criar linhas de pensamento que distribuíssem uniformemente as várias unidades de vizinhança, propondo a expansão da cidade a partir do centro. Acompanhar as zonas habitacionais com zonas industriais, permitia que a distância entre habitat/trabalho fosse a mais curta possível, evitando os movimentos pendulares desnecessários feitos nas longas viagens.

Outra questão que suscitou especial atenção ao arquiteto foi a forma de como integrar a população mais desfavorecida, com a população economicamente mais evoluída. Chegou-se à conclusão, que esta integração deveria ser feita gradualmente, em que as percentagens de pessoas economicamente mais desfavorecidas, não poderia ser superior a 1/3 da população que cada unidade de vizinhança conseguia suportar. Esta integração era promovida por um estágio anterior, através da integração dos indígenas em bairros escola, para assim conseguirem uma adaptação gradual aos modos de habitar. Nunca se chegaram a construir estes bairros escola.

O percurso do arquiteto e urbanista no Gabinete de Urbanização da autarquia nem sempre foi fácil. Muitas vezes sentiu fortes entraves à forma como delimitava as suas opções em projeto, não se deixando influenciar por pressões exteriores que visavam servir apenas interesses pessoais e não interesses comunitários. Muitos dos seus Planos não eram aprovados pelas instituições locais devido às opções tomadas no gabinete manterem uma certa imparcialidade,

não se coadunando com interesses particulares e especulações imobiliárias.

Esta forte pressão que arquiteto ia sentindo, faz com que aceite o convite para ingressar no Gabinete Técnico de Habitação em Lisboa em 1967 e abandone, aquilo que acreditava ser, o caminho certo para o crescimento e expansão de uma cidade que já não pensava ter que abandonar.

O legado deixado por Simões de Carvalho em Luanda é fruto de um trabalho persistente, de quem sempre acreditou que através da arquitetura e do urbanismo que conseguia alcançar, o tão desejado desenvolvimento de um país onde os seus próprios recursos naturais serviriam para promover o seu crescimento.

Este trabalho de investigação procurou comprovar, através da comparação entre alguns dos Planos de Pormenor para a cidade de Luanda, identificados no Arquivo do IPAD (agora à guarda do Arquivo Histórico Ultramarino - AHU), e o que de facto, foi executado no terreno. Trata-se de um estudo inovador, uma vez que a verdadeira dimensão da concretização dos diversos Planos realizados no final do período colonial, não tinha ainda sido reunida numa única investigação. Curiosamente, alguns dos Planos não foram reconhecidos por Simões de Carvalho como sendo da sua autoria, ainda que este reconheça, exporem as suas ideias urbanísticas. Nota-se que o regresso de Simões de Carvalho a Lisboa, ainda em 1967, impediu este arquiteto de assistir a muitas destas concretizações, facto que também tornava ainda mais especulativa a verdadeira dimensão da aplicação dos diferentes Planos de Pormenor.

Do processo, e como já se sabia, o Bairro Prenda serviu de exemplo para outras possíveis concretizações, que infelizmente não se chegaram a efetivar.

Assim, dos catorze Planos abordados neste trabalho, verificou-se que são os Planos das unidades de vizinhança n.º 1 e n.º 3 cujos planos de massa se realizaram efetivamente, de serviriam de exemplo para outras possíveis concretizações. Dada a grande necessidade de se começar a construir, vários foram os edifícios de habitação coletiva que se ergueram, assim como o conjunto de algumas casas unifamiliares, respeitaram a organização do Plano inicial. As casas para autoconstrução, nunca se chegaram a construir, assim como em ambos os casos, os vários equipamentos coletivos também não se chegaram a concretizar.

Quanto aos outros Planos de Pormenor, onde se destaca o Centro Cívico, embora verdadeiramente não tenham passado do papel, em alguns casos é claramente evidente, as intervenções pontuais que foram construídas, sob a influência de cada um dos Planos. A exemplo disso, temos o projeto do Arq.º Vasco Vieira da Costa para o Ministério das Obras Públicas.

Simões de Carvalho sempre defendeu, que no início da sua carreira profissional poucos eram aqueles que verdadeiramente percebiam de urbanismo em Portugal. Este facto despertou em si, a forte vontade de viajar para Paris, com a finalidade de aprender uma matéria que

desde muito novo, lhe despertou o maior interesse. A motivação de trabalhar e aprender com os melhores, levou-o a ingressar no atelier de André Wogensky (colaborador de Le Corbusier) e aprender os ensinamentos que o mestre, Le Corbusier, lhe proporcionou, ao mesmo tempo que estudava urbanismo com Robert Auzelle no célebre Institut d'Urbanisme de l'Université de Paris. Tal determinação permitiu que toda a sua vida profissional fosse marcada por uma forte personalidade, no querer fazer bem e melhor. Para Simões de Carvalho o verdadeiro papel do urbanista, para além de resolver os problemas da cidade e da habitação, é essencialmente promover a harmonia entre as sociedades.

Só foi possível concretizar este trabalho, devido à colaboração direta do próprio Simões de Carvalho, ao testemunhar diretamente, como desempenhou o seu trabalho ao serviço do Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal de Luanda.

BIBLIOGRAFIA

AMARAL, Ilídio do. Luanda (Estudo de Geografia Urbana). Lisboa: Memórias da Junta de Investigações do Ultramar, nº 53, 1968.

CARVALHO, Simões. Curriculum Vitae

FONTE, Maria Manuela Afonso. Urbanismo e Arquitetura em Angola: de Norton de Matos à Revolução. Casal de Cambra: Caleidoscópio, dezembro 2012

MILHEIRO, Ana Vaz; DIAS, Eduardo Costa. Arquitetura em Bissau e os Gabinetes de Urbanização colonial (1944-1974), in “arq.Urb”, n.2, segundo semestre 2009

MILHEIRO, Ana Vaz. “As coisas não são o que parecem que são”. Opúsculo 15 – Pequenas Construções Literárias sobre Arquitetura Porto: Dafne Editora, novembro 2008

MILHEIRO, Ana Vaz. Nos Trópicos sem Le Corbusier – Arquitetura Luso-africana no Estado Novo. Lisboa: Relógio d’Água, outubro 2012.

MILHEIRO, Ana Vaz. Simões de Carvalho, o arquiteto do Béton Brut in “JA – Jornal Arquitetos, ser pobre”, nº 236, julho/setembro 2009, p.22-27.

WEBGRAFIA

La Modernidad Ignorada. Arquitetura Moderna de Luanda, Angola

<http://www.modernidadignorada.com/>

FERNANDES, José Manuel. Arquitetura Portuguesa na África Subsaariana. Texto 5. [Em linha]. La Modernidad Ignorada. Arquitetura Moderna de Luanda, Angola. [Consult. 17 Ago. 2013]. Disponível em <http://cargocollective.com/arquiteturamodernaluanda/filter/textos/Texto-5>

FONTE, Maria Manuela Afonso. O Fenómeno Urbano em Angola no século XX. Texto 7. [Em linha]. La Modernidad Ignorada. Arquitetura Moderna de Luanda, Angola. [Consult. 17 Ago. 2013]. Disponível em <http://cargocollective.com/arquiteturamodernaluanda/filter/textos/Texto-7>

GRILO, Maria João Teles. Vasco Vieira da Costa – Os Caminhos sombreados do Sol. Texto 6. [Em linha]. La Modernidad Ignorada. Arquitetura Moderna de Luanda, Angola. [Consult. 17 Ago. 2013]. Disponível em <http://cargocollective.com/arquiteturamodernaluanda/filter/textos/Texto-6>

LIMA, Inês. Quando a habitação coletiva fez cidade. O caso de Luanda Moderna. Texto 2. [Em linha]. La Modernidad Ignorada. Arquitetura Moderna de Luanda, Angola. [Consult. 17 Ago. 2013]. Disponível em <http://cargocollective.com/arquiteturamodernaluanda/filter/textos/Texto-2-Português>

MAGALHÃES, Ana; TOSTÕES, Ana. Modernidad ignorada – La buena vida moderna; ócio, comunidade y ciudad. Texto 8. [Em linha]. La Modernidad Ignorada. Arquitetura Moderna de Luanda, Angola. [Consult. 17 Ago. 2013]. Disponível em <http://cargocollective.com/arquiteturamodernaluanda/filter/textos/Texto-8>

MARTÍ, Paz Núñez. Introdução. [Em linha]. La Modernidad Ignorada. Arquitetura Moderna de Luanda, Angola. [Consult. 17 Ago. 2013]. Disponível em <https://docs.google.com/file/d/OB3MllcndJsdCNDdXckp3ZlIhudkE/edit?pli=1>

MARTINS, Isabel Maria. Luanda no Movimento Moderno. Texto 3. [Em linha]. La Modernidad Ignorada. Arquitetura Moderna de Luanda, Angola. [Consult. 17 Ago. 2013]. Disponível em <http://cargocollective.com/arquiteturamodernaluanda/filter/textos/Texto-3>

MILHEIRO, Ana Vaz. Fazer Escola: A Arquitetura Pública do Gabinete de Urbanização Colonial para Luanda. Texto 1. [Em linha]. La Modernidad Ignorada. Arquitetura Moderna de Luanda, Angola. [Consult. 17 Ago. 2013]. Disponível em <http://cargocollective.com/arquiteturamodernaluanda/filter/textos/Texto-1>

PRADO, Roberto Goycoolea. A modernidade ignorada. [Em linha]. La Modernidad Ignorada. Arquitetura Moderna de Luanda, Angola. [Consult. 17 Ago. 2013]. Disponível em <https://docs.google.com/file/d/OB3MllcndJsdCbOdmVFWNIh5YkE/edit?pli=1>

RAPOSO, Isabel. Sinais de Modernidade na Arquitetura Popular em Luanda. Texto 4. [Em linha]. La Modernidad Ignorada. Arquitetura Moderna de Luanda, Angola. [Consult. 17 Ago. 2013]. Disponível em <http://cargocollective.com/arquiteturamodernaluanda/filter/textos/Texto-4>

ENTREVISTAS

CARVALHO, Fernão Lopes Simões. Entrevista a Fernão Lopes Simões de Carvalho elaborada no âmbito do Laboratório de Cultura Arquitetónica (2012/2013), pelo grupo de trabalho constituído por Camila Mairós Lutas, João Fonseca, Jorge Silva, Henrique Gama, Márcio Bonifácio e Maria Pommrenke, no dia 22 de dezembro de 2012 no Atelier do Arquiteto em Queijas.

CARVALHO, Fernão Lopes Simões. Entrevista a Fernão Lopes Simões de Carvalho elaborada no âmbito do desenvolvido da dissertação com o tema, 61,66 – Luanda de Simões de Carvalho, que trata o trabalho executado pelo arquiteto em Luanda, através da elaboração do Plano Diretor para a cidade e respetivos Planos Parciais. Realizada por Henrique Gama, no dia 9 de maio de 2013 no atelier do arquiteto em Queijas.

Entrevista a Fernão Lopes Simões de Carvalho elaborada no âmbito do Laboratório de Cultura Arquitetónica (2012/2013), pelo grupo de trabalho constituído por Camila Maires Lutas, João Fonseca, Jorge Silva, Henrique Gama, Márcio Bonifácio e Maria Pommrenke, no dia 22 de dezembro de 2012 no Atelier do Arquiteto em Queijas.

#

Foram colocadas as seguintes perguntas:

Como surgiu a possibilidade de trabalhar em Angola?
Como encontrou a cidade onde nasceu?
Que preocupação teve na elaboração dos seus planos?
Qual era a política de integração dos nativos?
Sentiu que o seu trabalho foi de algum modo influenciado pela política ou por alguma ideologia política?
De que maneira o seu trabalho em Luanda foi influenciado pelo Arq. Le Corbusier?
O que motivou a sua saída de Angola?
Alguma vez pensou em voltar?

#

[...] Casei e fui com a minha mulher para Paris, e continuei no Atelier do Corbusier e a não ir às aulas de Urbanismo. Claro que nem sequer ler nada de Urbanismo. Bom, a certa altura como vocês vêm aí no certificado colaborei no projeto da l’Unité d’Habitation Le Corbusier de Berlin, na l’Unité d’Habitation Le Corbusier de Briey-en-Forêt (Meurthe-et-Moselle) como muitos outros trabalhos.

Depois quando vim já tenho outro certificado feito em 1959 pelo Wogenscky que cita mais trabalhos em que eu colaborei. É claro que estes certificados que estão aqui tem os vistos todos do consolado, só assim é que eles valiam e quando voltei, entretanto estava ainda em Paris, e o meu pai manda-me dizer que abriu um concurso para Luanda pra chefiar um Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal de Luanda. Não tinha gabinete de urbanização, havia lá a Oitava Repartição que era dirigida pelo Arq.º Adalberto Gonçalves Dias, e que fazia os Planos de Pormenor de acordo com um Plano Diretor da cidade.

Não era um Plano Diretor, era um Plano Regulador como eles chamavam, que existia em Luanda e era o Adalberto Gonçalves Dias o chefe da Oitava Repartição.

[...] E eu quando abriu o concurso praticamente tinha o curso de urbanismo feito, tava feito, e concorri. Mas concorri com um papel do Instituto de Urbanismo, não ainda com o diploma. O diploma só vim a defender seis anos depois. Era a tal história de ter muito que fazer e de ter experiência.

E eles não consideraram a minha candidatura. Fui o único concorrente. Venho para Lisboa para regressar a Luanda e falo com o Brigadeiro (não me lembro agora do nome) que era o diretor do Gabinete de Urbanização do Ministério do Ultramar, além do Arq.º Lucínio Cruz e do Arq.º João Aguiar, um que era da arquitetura e outro que era do urbanismo. Havia um diretor por cima deles.

Eu venho cá e falo com o Brigadeiro (não me lembro agora do nome dele), e diz-me:

- Então não lhe aceitaram a candidatura para o gabinete. E foi o único. Há mas você vai para lá.

- Eu vou para lá porque tenho lá o meu pai, vou para lá trabalhar.

E dizia-me o Aguiar:

- Há mas você vai para lá, põe um cartaz no atelier cá fora a dizer arquiteto e fica logo cheio de trabalho.

Eu fui-me embora e quando chego lá, contactei a Câmara e é claro que não me admitiu. Mas cá o ministério arranjou maneira de eu ir dar aulas no liceu Salvador Correia e fui para professor de Geometria Descritiva

no Salvador Correia. Aí fui professor do filho do Arq.º Adalberto Gonçalves Dias, que hoje é arquiteto, está no Porto e chama-se Adalberto Dias.

[...] Bom, estive lá um ano a dar aulas, porque o ministério daqui me arranjou lá o lugar e sabia que eu estava à espera para ir para a Câmara. Seja lá como for, a certa altura a Câmara chama-me, o que prova que o ministério mandava de certa forma naquela coisa.

Chamaram-me para eu ir montar o Gabinete de Urbanização, mas quem contactou comigo era então o presidente, o Major Câncio Martins. O Major Câncio Martins era cunhado do Faria da Costa. O Arq.º Faria da Costa era o único arquiteto com curso de urbanismo tirado lá fora que existia cá em Lisboa, e era quem fazia os grandes planos em Lisboa. Todo o Alvalade, toda aquela parte da Avenida de Roma e tudo aquilo, e é a melhor coisa que está em Lisboa.

[...] E estavam a preparar a coisa para quê? Para que o Faria da Costa fosse lá, que aliás já lá tinha ido dar opinião, e trabalhar com o Adalberto Gonçalves Dias, isto é, com a Oitava Repartição. O chefe vinha cá e ele ia lá e iam fazendo assim e não montavam o Gabinete de Urbanização.

Eu chego à conclusão, isto é o que eu penso, que talvez o Gabinete de Urbanização da Câmara tenha sido uma imposição aqui do Ministério, a dizer que temos que criar um Gabinete de Urbanização lá (Luanda). Isso também me admira, porque Gabinetes de Urbanização quase que não havia em Portugal, nem em Lisboa. Parece que havia especificamente um Gabinete de Urbanização, o do Ministério do Ultramar, mas Gabinete de Urbanização não havia, nem parece que a Câmara de Lisboa tinha, talvez tivesse uma repartição onde o Arq.º Faria da Costa trabalhava.

Portanto quando eu me apresentei começaram as negociações. Eu não aceitava os ordenados que eles pagavam. Eu venho para cá, por imposição deles e por minha também, as zonas em que eu fizer planos de urbanização, não faço projetos de arquitetura mas tenho pulso livre para as outras zonas. Pedi logo um ordenado que era maior do que o do Governador do Distrito e eles acabaram por aceitar mas disseram-me isto:

- Mas não temos sequer um estirador onde o sentar.

Isto é o máximo. Então os tipos tinham a incumbência de me receber como urbanista para montar um Gabinete de Urbanismo e não tinham. E eu disse:

- Não faz mal. Eu monto o Gabinete de Urbanização.

Estava em construção na Avenida Marginal, que ainda sou capaz de dizer qual é o prédio, uma maior parte de prédios e havia um que estava acabado e tinha tudo vazio. Cheguei lá, aluguei um andar todo em nome da camara e comecei a arranjar arquitetos.

[...] Num mês pus o gabinete mobilado e com arquitetos. Foi o arqº. António Campino, arqº. Domingos da Silva, arqº. Luis Taquelim da Cruz, arqº. Fernando Alfredo Pereira, arqº. Rosas da Silva que era do Porto, arqº. Vasco Morais Soares que era do Porto, três engenheiros e montei o gabinete logo. Só não tinha Sociólogos porque não havia lá nenhum sociólogo.

[...] O pintor de arte José Pinto, mais dez desenhadores, um maquetista e pessoal administrativo. Eu montei o gabinete num mês e comecei a trabalhar.

Mas eles só queriam que eu fizesse o Plano da Baixa, não queriam que eu fizesse mais nada.

[...] O Palácio do Comércio foi feito pelo Arq.º (não me lembro agora do nome), mas aquilo dá os sete pisos não dá mais, mas mesmo sete pisos não era uma solução muito boa para a Baixa de Luanda. E não era porquê? Porque a 1,5 m de profundidade já temos água na Baixa de Luanda, portanto as fundações começam logo por ser caras. Depois porque a Baixa de Luanda é um buraco rodeado de encostas, se passarmos grande densidade de população, e portanto, grande densidade de veículos automóveis, as pessoas para saírem de lá vem-se aflitas, quer dizer, a certa altura aquilo tudo entope. E portanto eu comecei por dizer-lhes:

^[1]

José António de Sá

- Não! Eu não posso fazer só o plano da Baixa, eu tenho que fazer um Plano Diretor da cidade pois há aqui várias coisas a corrigir.

E eu sabia pois como nasci lá, sabia perfeitamente que um dos grandes males a corrigir era a segregação rácica que existia em Luanda. Rácica e económica, mas sobretudo rácica. Eu nasci no prédio 31 de janeiro que é na Mutamba, na esquina da praça da Mutamba com a rua que vai direito ao mar, que tinha dois pisos e hoje tem sete ou oito pisos, feito pelo Arq.º Luís de Castilho e o que foi meu professor.

[...] De qualquer forma eu disse-lhes que não podia fazer só a Baixa, pedi logo, porque não se pode fazer um plano, nem se pode fazer sequer um projeto de arquitetura sem se conhecer o terreno e as fundações como a sua constituição geológica do terreno. Havia um Instituto Geográfico Cadastral em Luanda que tinha e fazia esses estudos todos e portanto, estudos de Geologia sobre a cidade existia e eu claro, a primeira coisa que comecei a fazer, levei meses a fazer inquéritos, a obter dados, que eram transformados em gráficos por este pintor de artes José Pinto.

O José Pinto fazia gráficos lindos e tal com aquelas coisas todas que se iam obtendo. E comecei a chegar à conclusão que havia uma zona industrial cá no alto da cidade de Luanda, na parte de cá voltada a nascente. Uma zona industrial que não tinha uma única construção, e estava no Plano Regulador aos anos, e ninguém lá construía. Comecei a saber porque junto do meu pai e como nasci lá, junto das pessoas, e não se podia construir porque aquela zona industrial era de um vereador da Câmara, que era construtor por sua vez e que vendia aquilo pelo preço que queria e ainda por cima os terrenos eram todos de argilas expansivas. Bem, pior coisa não podia haver para uma pessoa construir e de facto desenvolver a província e a indústria de Luanda. Quer dizer, aquilo estava parado.

Quando eu tive cá a estudar ia todos os anos lá passar férias com os meus pais, portanto sabia o que se ia passando pois não estive fora os anos todos.

A primeira coisa que eu disse foi:

- Eu tenho que mudar esta brincadeira.

Porque não se constrói, porque o homem é o dono daquilo, o homem é o vereador da camara, [...], vende pelo preço que quer, os terrenos são de argilas expansivas, isto não dá nada e assim não pode continuar. Portanto eu tenho que rever o Plano Diretor todo.

E depois, também aquela coisa de aumentar a densidade de construção, havia muito terreno vago na Baixa de Luanda, mas uma das coisas que mal, existem em zonas antigas, é que pode haver terrenos com possibilidade de construção, e é o que havia muito na baixa, portanto terrenos vagos, outros mal aproveitados. Mas eram de pessoas que foram para lá, antigas, e que não tinham capital para reconstruir ou construir coisas novas. Bancos para emprestar não havia, bancos de fomento não havia, portanto era outro mal.

Ora uma das coisas que eu aprendi também é que podiam-se fazer sociedades de economia mista, para desenvolver determinadas regiões. Quer dizer, uma sociedade de economia mista era o Governo ou as Câmaras, associarem-se a particulares, em que o estado entra com uma parte do dinheiro, o particular outra parte e assim se constrói. Nem isso havia. Não havia legislação nem nada, a única legislação que havia e que eu aproveitei para o Prenda era a propriedade do terreno continuar sempre como terreno da Câmara, ou do estado, quer dizer a pessoa construía e alugava o terreno por exemplo por 100 anos e pagava uma renda, mas o terreno era sempre da Câmara.

Porque tinha havido um Presidente da Câmara Municipal de Luanda, esperto, um engenheiro que tinha comprado para sul uma quantidade de terrenos a preços muito baratos. [...] Mas depois havia outra coisa, [...] como eu não queria deixar construir prédios altos na Baixa de Luanda, não havia grande incentivo para os proprietários que la estavam, mesmo que arranjassem capital, e havia alguns, aquele prédio que há ao

António de Sá, presidente da Câmara Municipal de Luanda

pé da Mutamba, feito pelo Vasco Vieira da Costa era de um “fulano” que tinha uma oficina de automóveis e que tinha dinheiro e o empatou, mas portanto, não havia incentivos e esse era dos prédios mais altos que eu tinha no meu plano aprovado na Baixa e aí conseguiu-se construir. Mas não havendo incentivos eu pensei isto:

Nós temos que ter terrenos para oferecer por troca, por exemplo na Baixa havia que criar parques de estacionamento, mais zonas livres, zonas de pouca densidade de construção, que já existiam e as pessoas isso não as incentivava a uma construção nova, portanto eu tinha que arranjar e isso aproveitei do Plano Diretor, vamos ver se vamos no Prenda fazer construções que a gente troque. Planos de Pormenor em que um indivíduo pode construir imediatamente em troca de terrenos que haja na Baixa que nós precisamos para alargar vias, para parques de estacionamento, etc. Esta foi a minha ideia.

A Câmara começou a aborrecer-me porque eu não mandava coisas para aprovar, porque estava em inquéritos, portanto, comecei a fazer estudos sobre o terreno, estudos sobre o tráfego automóvel, largura de vias, entrada e saída de viaturas em Luanda, pesados, ligeiros, movimentos populacionais, qualidade da população, empregos, indústrias, quer dizer, comecei a fazer inquéritos sobre tudo. Fiz fichas para saber as indústrias que havia em Luanda, das necessidades de pessoal, das necessidades que tinham de apreensão, das possibilidades que eles tinham e que lhes eram dadas, fiz uma quantidade de inquéritos.

Para fazer os inquéritos à habitação, às tipologias de habitação, às que existiam quer nos musseques, quer no centro, eu tive que usar bombeiros, a quem pagava e consegui fazer uns inquéritos à população com fichas que eu e o Arq.º Campino gizávamos [...] é claro que isto leva tempo com pessoal que não estava habituado a fazer inquéritos.

[...] Estes estudos que se fazem de base, quer do terreno quer da populações e quer da evolução que existe e isso tudo, leva tempo, e portanto tudo isso era traduzido em gráficos, e isto não dava nada. Claro que comecei a ser combatido à grande.

Uma das coisas que eu a certa altura criei, uma das coisas que se faz e é indispensável fazem em urbanismo é acompanhar as zonas de trabalho ou as zonas de habitação com as zonas de trabalho, quer dizer, é criar aquele binómio habitar/trabalho para evitar os movimentos pendulares. Não é o que acontece por exemplo aqui, temos as pessoas a viver em Oeiras e em Cascais e vão trabalhar a Lisboa, quer dizer, há um movimento pendular e um desperdício de tempo. Não há tempo para férias, não há tempo para o fim de semana, não há tempo para ao fim do dia dedicar à família, não há nada. Há sim uma série de inconvenientes pelo facto de não termos o trabalho próximo da casa.

Uma das coisas que o urbanista pretende é conseguir a harmonia entre a população e a harmonia entre a população também não se consegue fazendo segregação, quer dizer, segregação rácica e segregação económica. É o que está a acontecer agora em Luanda. Está a haver segregação sobretudo económica. [...] Não pode haver essa segregação e eu sentia essa segregação, todos os dias de manhã, porque quando saí do edifício do 31 de janeiro praticamente numa crise idêntica à que hoje se está a passar no mundo inteiro, [...] e fui parar aos musseques, fui viver numa casa coberta a zinco no meio dos musseques, onde também havia uma grande casa do Senhor Cirilo, que era um palacete como deve ser mas no meio do musseque, [...] portanto eu convivi desde miúdo com o “preto” que ia a minha casa lanchar, brincar, etc.

[...] De qualquer forma eu comecei a fazer o Plano Diretor e para isso tive a colaboração de todos os arquitetos que lá estavam, e por isso é que eu no meu Curriculum digo aqui, que o Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal de Luanda funcionou quase como uma escola de urbanismo, porque, como volto a repetir, os arquitetos não sabiam urbanismo nenhum, exceto aqueles que iam lá para fora estudar. Colaboraram comigo, todos eles gostaram de trabalhar comigo e tivemos um ambiente ótimo ali dentro.

Começou a ser mau no dia que eu criei, para puxar a cidade para sul, que era o sítio onde a cidade tinha

terrenos da Câmara, que era o Prenda, e era o sítio de facto ótimo para a expansão da cidade em direção ao Cuanza e para ai haviam terrenos enormes da Câmara. Ora eu tinha que acompanhar a habitação com o trabalho. Criei por trás do aeroporto uma zona de indústria, não pus só uma zona de indústria, fiz várias zonas industriais e não só. As que existiam, como outras, porque como vocês já viram e já devem ter percebido, se nós fizermos só uma zona de trabalho não estamos a dispersar as zonas de trabalho junto da habitação. Portanto temos que as dispersar, temos que as pôr não tão concentradas. Imediatamente agarrei e criei para puxar a cidade para sul [...]

Este é o esquema funcional do Plano Diretor, o estudo prévio que foi aprovado pelo Ministério sem ser aprovado pela Câmara, porque eu a certa altura tinha o apoio do Ministério e não tinha da Câmara [...]

Esta era a tal zona industrial que era de um antigo proprietário, um vereador, que era tudo em terrenos de argilas expansivas. O que é que eu pus aqui? A Gare Ferroviária de triagem, quer dizer, os comboios vinham, tinham aqui a Gare de triagem, a estação principal de passageiros era aqui, daqui seguia uma linha de comboio para a zona industrial portuária e outra linha de comboio para a zona de expansão para sul que ia acompanhar a zona de habitação.

Isto é a ilha de Luanda onde hoje infelizmente isto está ligado aqui e está tudo estragado, porque isto partiu, porque eles fecharam esta pontezinha que é aqui, havia uma ponte ainda quando eu era miúdo que tinha uns arcos, a ponte era feita praticamente em alvenaria e tinha umas passagens por baixo, que as correntes marítimas que vinham do Cuanza passavam aqui e limpavam a baía toda os dejetos, das areias depositadas. Depois um dia aquilo começou a abater e eles “burros” taparam os buracos, resultado, a água passou a fazer isto, e partiu por ali e começou a limpar aqui, quer dizer a ilha de Luanda começou a ser destruída, começou a ser tapada aqui e aqui começou a haver acumulação de lixos, não só de terras, como as terras quando chove, como isto aqui é encosta, quando chove, vai aquela água toda com terras que vem aqui parar à baía, mas hoje ainda é pior, os próprios esgotos dos prédios vão parar lá. Bom tá feita a asneira outra vez, porque agora fizeram uma belíssima marginal, aumentaram isto, mas fizeram uma ponte fechada, mais, isto hoje está unido ali, portanto agora nunca mais é limpa a baía, naturalmente nunca mais, tem que andar a dragar aquilo de vez em quando. Foi lá o Laboratório Nacional de Engenharia e para a ilha não ser desgasta aqui, foi proposto uns esporões com pedras que eu aproveitava para fazer parques de estacionamento. Que era para reter as terras, visto que já não podem passar para dentro da baía, ou menos eram retidas aqui e a ilha aqui começava a alargar. [...] Isto chegou a fazer-se, a construir-se. Estes bairros de pescadores chegaram a construir-se mas hoje já lá não existe nada. Hoje estão a deixar fazer prédios de sete pisos, quer dizer, estão a privatizar uma das zonas de recreio da população que a ilha de Luanda e a do Mussulo. Quer dizer, estão a fazer asneiras sobre asneiras, mas enfim, isto é lá com eles.

Enquanto eu lá estive [...] cheguei à conclusão, sendo a ilha de Luanda o principal polo de atração da cidade, polo em que eu cheguei a ir lá tomar banho em camionetas abertas ao domingos [...] quando ia lá de férias era para lá que ia, portanto a ilha de Luanda era o principal ponto de recreio de toda a população quer de Luanda quer da população que vinha do interior. Então eu pensei, logo através deste eixo viário, liga-lo à ilha de Luanda, eixo viário este e mais este que puxava a cidade para sul, cruzavam-se por trás da Câmara Municipal de Luanda, mas atravessavam a Baixa de Luanda, numa ponte, quer dizer, não descarregavam transito na Baixa, para não piorar a situação da Baixa. Eu tinha estes eixos viários ligados a dois ou três parques de estacionamento, cada um deles com vinte e cinco mil veículos. Parques de estacionamento, um sobre a antiga casa Americana [...] outro ao lado da pensão Vigia que tinha um terreno vago, terrenos que era preciso virem à posse da Câmara para construir esses parques de estacionamento e dar por troca lotes de terreno no Prenda onde eles podiam construir. [...] Eu propunha não deixar entrar na Baixa de Luanda circulação automóvel a não ser para abastecimento e um trânsito local. O resto parava em grandes parques

de estacionamento, construídos acima do solo.

A Sonangol fez a asneira de fazer aquele grande prédio bonito [...] fizeram um arranha-céus que tem, não sei quantos pisos de estacionamento por baixo, que tem que ter. Ora bom, quanto é que aquilo não custou. Fizeram já outro próximo [...] mas ai já tem seis pisos de estacionamento para cima do solo, e só depois é que tem escritórios. Já aprenderam, mas primeiro fazem a asneira. [...] Quer dizer as asneiras são constantes, são constantes sobre todos os aspetos, construtivos, urbanísticos, tudo. Portanto mais uma vez tudo o que eu propus, está a ser realmente provado que eu tinha proposto soluções boas e o que se está a fazer é tudo asneiras, tudo contrário ao que se devia fazer.

Porque por exemplo, no Recife, que também tem uma marginal linda, [...] os prédios também são altos, são quase todos perpendiculares à costa e no meio tem prédios baixos, precisamente para deixar a ventilação marítima passar (brisas). Em Luanda poder-se-ia fazer uma coisa dessas, mas nunca fazer arranha-céus, nunca aumentar realmente a densidade de construção na baixa, nada disso, nunca fazer isso.

Claro, isto era uma das soluções, quer dizer, eu estudei o tráfego, estudei a população, estudei aquilo tudo e a certa altura como os musseques não só eram um mau tratamento que se estava a dar, quer ao indígena e portanto más condições de trabalho, perda de tempo entre o trabalho e a casa e a habitação. Além da segregação social, havia uma segregação económica que nada beneficiava o desenvolvimento de um país, de uma cidade, porque quanto mais tempo houver com deslocações menos rentável é o país.

[...] Depois disso (guerra da catanas) eu abandonei o Plano Diretor que já estava, esboçado e aprovado pelo Ministério do Ultramar, eu deixei de o desenvolver, porque eu queria que o meu Plano Diretor fosse publicado para ser mais uma coisa didática que ficava para estudo.

[...] Mas, primeiro a Câmara não tinha dinheiro, segundo eles nunca imaginariam nem nunca me deixariam fazer isso. O que eles queriam era negócio, queriam era valorizar terrenos com prédios altos e mais nada. E eu dizia-lhes que prédios altos, no meu Plano, só acima da Brito Godinhes, que era a primeira linha de cintura que eu tenho aqui esboçado, era só para além das linhas de encostas, não na linha de cintura Brito Godinhes, porque aí hoje também há prédios altos que estragaram a circulação toda, era só lá para cima que se faziam prédios altos.

[...] Eu critiquei sempre também aquela história de um país 14,5 vezes maior que Portugal, estivesse a ser governado por quatro indivíduos e um governador-geral, tal como a Câmara tinha quatro vereadores e um presidente. Claro a vereação aumentou logo e o governo-geral também aumentou para mais dois secretários provinciais, mas, tudo isso, eu continuava a criticar e vou dizer porquê. O meu sogro era inspetor de Finanças, e quando era novo quis ir para África mas disseram-lhe que não podia ir, porque os quadros lá eram diferentes. E dizem eles que aquilo é província. Então se é província, um individuo quer ir daqui para lá melhor. E então fiquei sempre com esta ideia, portanto isto não nasceu assim por acaso, é que a experiência administrativa e governativa existente em Portugal nos vários Ministérios devia ser transmitida às províncias ultramarinas ou mesmo às colonias. Quer dizer, o nosso saber devia ser transposto para lá.

E eu dizia, meu amigo, vou prever no meu Plano, e isso o Pimentel dos Santos, que era o secretário provincial das obras públicas com quem eu comunicava, como eu digo a Câmara para mim já não me dizia nada, aquilo era tudo negócio. [...] Portanto propus que se fizesse delegações de cada Ministério em Luanda. O Governador-geral Deslandes, que era um homem inteligente e o Pimentel dos Santos, deixaram-me e disseram o mesmo. E assim eu propus entre o Palácio do Governo lá no alto e o hospital, tantos edifícios quantos os nossos Ministérios na metrópole, para pôr lá delegações dos vários Ministérios.

É claro que isto tinha que ser aprovado pela Câmara e pelo Governo de lá, e para ser aprovado pelo Governo tinha que ser aprovado pelas obras públicas, onde o Eng.º Valdemar Loureiro era o diretor.

Aqueles tipos ficaram em polvorosa. “Aqueles tipos querem fazer a independência disto. Já aqui estão os

Ministérios”, está a ver como é.

Ora bom, eu tinha estado com todos os chefes de movimentos independentistas das nossas províncias ultramarinas, com o Agostinho Neto, com o Marcelino dos Santos, com o Amílcar Cabral, eu almocei com estes todos e conhecia aqueles movimentos e desejos todos. Nunca me meti com eles e nunca se meteram comigo.

O que se propõe numa sociedade é a harmonia, faça-se o que se fizer, nós temos que fazer uma harmonia, não podemos fazer segregações.

[...] Ora bom, este senhor foi posto fora do gabinete, ele é o vereador do urbanismo, agora vocês estão a ver o que é que acontecia aos meus planos. Iam para debaixo da secretária do Presidente, enquanto lá esteve o Major Câncio Martins [...]

Resultado, o Governador-geral não sei o que é que ele fez, o Major Câncio Martins foi a chamado a Lisboa e já não voltou como Presidente da Câmara. O Governador-geral e o Pimentel dos Santos disseram:

- Mas agora o que é que agente faz? Quem é que nós colocamos como presidente da Câmara?

E eu disse:

- Alguém que não seja proprietário de terrenos dentro desta cidade. Alguém que seja honesto.

E lembrei-me de uma pessoa. Do Eng.º Jorge Mestre, que tinha sido mandado para lá, para a brigada do porto de Luanda para fazer o porto, ao mesmo tempo que eu fazia o Plano Diretor. Colaborou comigo e eu colaborei com ele, portanto toda esta zona, zona reservada ao porto de Luanda, zonas industriais de apoio aos armazéns extra portuários, tudo isto foi concebido em conjunto. Por isso tudo isto foi aprovado pelo Ministério, antes sequer da Câmara. A Câmara não podia comigo, porque é assim mesmo.

[...] Eu entrei para a Câmara sem nenhum direito a férias, nunca gozei férias e as primeiras férias que gozei, foi porque o meu contracto era só de um ano e quando foi renovado para mais um ano, porque no fim do ano eu ainda não tinha feito o que eles queriam, mas já havia gente que estava por mim. Havia uma revista que era a notícia, que publicava as minhas maquetas. O centro de informação de angola publicava as minhas maquetas, as minhas maquetas da baixa, as maquetas das unidades de vizinhança, e eu tinha um apoio que nem os conhecia. Mas o que é verdade é que o tinha entre a população que não tinha estes interesses. Resultado, quando renovei contracto exigí que me fossem dadas férias, e me fossem dados todos os benefícios que tinha um funcionário público, embora o meu ordenado continuasse maior, porque isso era coisa que eu não podia trabalhar sem ter uma independência económica, que acho que quem não tem uma independência económica é levado à corrupção. Continuo na minha, ninguém é independente, como o país também não é independente hoje, porque está na miséria. Portanto quando não se tem dinheiro no bolso, não me falem em independência, essa é que é a verdade.

Ora bom, até me chegaram a dizer isto:

- Você comece a fazer já os projetos para esses edifícios todos dos ministérios.

- Mas eu não posso.

- Arranje arquitetos onde quiser, vá busca-los a Paris.

Isto foi-me dito pelo Pimentel dos Santos e pelo General Deslandes que era um tipo inteligente.

O Plano Diretor não deixa construir, e não propõe construção nenhuma, tem que se fazer Planos de Pormenor, por isso é que eu estava a dizer que a certa altura o plano que está aqui com mais desenvolvimento, estava à escala 1/2500 que era a escala que havia lá, não havia a escala 1/5000. Estava colocado numa parede, e ali ia marcando as divisões das unidades de vizinhança. Abandonei depois das “catanadas” a continuação do Plano Diretor, o desenvolvimento gráfico pelo menos do Plano Diretor, porque ele já estava todo definido na minha cabeça, e esquiçado nas tais cartas que tinha na parece, abandonei isso para começar a fazer Planos de Pormenor que permitiam construção, que eu fiz o da Baixa que permitia uma renovação logo

ali, o do musseque Prenda, a unidade de vizinhança n.º 1, a unidade de vizinhança n.º 3 que aí eu já não fiz projetos. Mas como eu disse não podia fazer projetos de arquitetura, eu próprio não queria, mas fui convidado, a certa altura a Câmara

[...] No 1º Colóquio Nacional dos Municípios, que entretanto o presidente da Câmara saiu, o Eng.º Jorge Mestre foi para presidente da Câmara e os meus planos começaram a andar. O Eng.º Jorge Mestre era meu amigo, colaborou comigo no plano da parte portuária. O porto de pesca que era em frente ao Banco de Angola passou a ser proposto a ir para o Cacuaco, ou ir para o Dande. Começamos a fazer coisas mas o Eng.º Mestre era bom demais e a certa altura foi convidado para presidente da Junta de Eletrificação de Angola porque tinham falta de tipos com cabeça e eu comecei a ficar tramado outra vez não é.

Portanto a minha guerra estava outra vez eminente. Entretanto o Governador-geral por causa das tais minhas propostas possivelmente, como aquilo passou pelas obras públicas e começou-se a dizer que eu queria fazer a independência daquilo, ou nós queríamos. Porque a certa altura, diz-se que o próprio Deslandes foi convidado, repare, Luanda era o sítio onde havia maior número de tropas de Portugal na altura, estavam todas lá. E portanto houve grandes interessados em Angola, grandes proprietários de fazendas, dizem, eu soube disso porque me disseram, que teriam proposto ao Deslandes fazer na altura a independência de Angola.

- Você tem o exército todo aqui. Não podem fazer nada. É agora. Vamos dar a independência disto.

É claro, o Deslandes era um Patriota e tudo o que eu estou a dizer, nunca se pensou outra coisa que não em delegações dos Ministérios. Isto é que é a grande verdade. Eu costume dizer que sou português de Angola e angolano de Portugal.

[...] Independência sim, mas tem que ser ligada a um país Europeu e o país Europeu com que nós nos daremos melhor, mas sempre, será Portugal. Porque eu conheço a colonização que se faz em toda a parte do mundo e é uma colonização desumana. E os portugueses criaram os mulatos, não se esqueçam disso.

[...] E a verdade é esta, é que nós por sermos pobres ou por sermos humanos, temos mais facilidade em ligar as raças, não temos tanto preconceito.

[...] E eu estava a fazer o contrário em Luanda. Estava a propor as unidades de vizinhança com a percentagem exata de população indígena e a população Europeia. Nessa altura foi-me dito no Governo.

- Não há nenhum branco que vá viver com dois terços de “pretos” e um terço de brancos.

Então vamos fazer o contrário. Vamos fazer a princípio com dois terços de brancos e um terço de “pretos”. E foi assim que as unidades de vizinhança n.º 1 e n.º 3 estavam pensadas. Foram as únicas cujos planos de massa chegaram a fazer-se. Era assim que estava previsto.

Eu mesmo ao pé do campo dos coqueiros que era abaixo do Palácio havia aquelas encostas, estava a prever população indígena. Agora a população indígena também não pode ser incorporada nas unidades de vizinhança sem ser habituada, sem aprender a habitar.

[...] Não pode haver e há toda a razão, e depois no Instituto de Urbanismo soube, que não pode haver segregação de nenhuma espécie numa sociedade que se queira harmónica. Senão vejamos o que se passa no Brasil, o que se passa nas sociedades em que houve segregação, tem sido revoltas, desastres, crimes, falta de harmonia.

[...] Eu nestas unidades de vizinhança previa essa história. Foi-me dito para fazer o contrário e depois com o tempo se faria.

Claro, aqui deu-se quando se destruiu o Martim Moniz, o Faria da Costa fez o Alvalade e tem no Alvalade casas de vários tipos que traduzem várias categorias sociais, tanto a moradia isolada para o mais rico, como os prédios de habitação económica que lá existem e como os prédios para a classe média, pelo menos para três classes ali há. Eles foram mandados do Martim Moniz para ali, as banheiras serviam de celeiro onde

se guardavam as batatas, os corrimões das escadas foram roubadas para vender porque economicamente eles não tinham dinheiro para viverem naquelas casas.

Então o que é que há a fazer, isso aprendi no Instituto de Urbanismo, bairros escolas. Eles têm que passar por um estágio intermédio. E eu propunha em Luanda, antes de meter estas pessoas nas unidades de vizinhança, reparem que a unidade de vizinhança n.º 3 nasceu rapidamente porque rapidamente era preciso dar construções e terrenos para construir. E portanto a parte para os indígenas não chegou a ser feita, nem se chegaram a fazer os bairros escolas porque entretanto eu vim embora. Vim embora porque eu não aguentei mais, quer dizer, eu já estava a ser pressionado demais. A certa altura foi para lá um “sim senhor ministro”, que era o Silvino Silvério Marques, era o Governador, porque a certa altura o Deslandes também veio para cá.

[...] O Adriano Moreira chamou cá o Deslandes, não sei se pressionado pelo Salazar, não sei, sei dizer que o Deslandes veio, o Pimentel veio e o Governo mudou e eu digo:

- Agora nem tenho o apoio do governo.

Eu sentia o apoio do governo que era quem estava a aguentar-me muito sinceramente, era o Pimentel dos Santos e o Deslandes.

Resultado, o Silvino Silvério Marques também não foi mau para mim, porque eu na ilha de Luanda a única coisa que eu lá previa, além dos equipamentos de diversão e equipamentos sociais, de diversão, restaurantes, bares e boates e coisas assim era na ponta da ilha um Hotel bestial, ia custar um fortuna, mas os tipos da C.U.C.A. queriam fazer, os tipos das cervejas.

[...] Mas quer dizer, o Eng.º Silvino Silvério Marques não se meteu muito com o meu plano nem nada disso, simplesmente eu deixei de ter foi o apoio, porque agora a Câmara era quem mandava outra vez e eu fazia o que queria e já não tinha aqueles apoios.

Ele promove lá o 1º Colóquio Nacional dos Municípios, e na altura eramos sessenta e dois municípios, desde o Minho a Timor e o tema era o Ordenamento Urbanístico e a Vida Municipal, qualquer coisa assim, ou a vida das cidades era o tema, e dos sessenta e dois Municípios aparecem apenas quatro comunicações.

O Eng.º Mestre que na altura era o presidente da Camara diz-me:

- Quem vai fazer o relatório disso é você.

Eu tive que fazer uma comunicação e ao mesmo tempo um relatório final. E eu fiz uma comunicação e o Presidente da mesa do congresso era o Presidente da Camara do Porto.

[...] Eles foram no fim de semana para Cacuaco e eu fiquei a estudar aquilo e fiz uma comunicação que tem umas quatro ou cinco páginas.

[...] Claro que dou “pancada” nesta “porcaria toda”, aproveitei e começo a dizer.

- Parece impossível. No fim é isto. Um tema tão importante para o desenvolvimento do país e das cidades, aparecem quatro comunicações. Ora isso só quer dizer que ninguém sabe desta “porcaria” de urbanismo.

E era verdade. Todos os municípios têm que ter um gabinete de urbanismo. Há que pôr esta gente a fazer urbanismo. Porque o que acontece ainda hoje em Lisboa é um velho negócio. Lisboa tem planos diretores que são mudados, normalmente um plano diretor deve durar entre dez a quinze anos, não deve durar mais, mas os planos de pormenor não são feitos na Camara, são feitos pelos particulares. Os tipos fazem o que querem, ou são encomendados ou são os proprietários que fazem e põe à aprovação.

[...] Na minha comunicação dei pancada nisto tudo, por não haver planos de urbanização, por não haver gabinetes de urbanização e antes de ler aquilo, tinha mostrado a alguns arquitetos, uns que tinham vindo de Moçambique, outros que tinham vindo da Guiné, outros que tinham ido daqui, arquitetos que nem eu conhecia. Eles leram e ficaram entusiasmados com aquilo e disseram que eu tinha razão. Quando fui ler aquilo o senhor presidente de mesa diz-me assim:

- Não Sr. Arquiteto. Desculpe, os Srs. Desculpem mas eu vou fazer as conclusões.

E não me deixou ler.

Os arquitetos que estavam na sala e que tinham lido levantaram-se e disseram:

- Não, não Sr. Presidente. Nós queremos ouvir o que o relator diz.

O homem ficou “encravado” e deixou-me ler. Eu li aquilo e havia lá muita gente.

[...] O que é verdade é que eu comecei a ser combatido.

Quando foi esse congresso foi lá o Eng.º Jorge Carvalho Mesquita que era diretor do Gabinete Técnico de Habitação da Camara Municipal de Lisboa, foi o França Borges também. O França Borges não visitou o meu gabinete, mas o Jorge Carvalho Mesquita foi visitar o meu gabinete e ficou “parvo” com os gráficos que viu nas paredes e como todo o trabalho de urbanismo que estava a ser feito. Veio ter comigo e disse:

- Oh arquiteto. Você quer vir para Lisboa. Venha connosco que vai ter planos de urbanismo que nunca mais acaba.

- Está bem. Um dia.

E tive este convite.

[...] Eu fiquei à espera, continuei a trabalhar com aquelas lutas todas, a tentar fazer planos parciais.

[...] Sei dizer que daquilo que eu fiz eu consegui que se construísse o eixo viário através das barrocas porque a certa altura havia um recuo gradual das barrocas com as chuvas, mais uma coisa que estava a dar-se, era que as primeiras grandes chuvadas que havia em Luanda, a zona da baixa ficou toda inundada, aquilo era um desastre e tudo. E aí era na altura já o Eng.º Nunes Garcia, estava lá com o Sancho Lúcio Marques. O Eng.º Nunes Garcia, que era militar, foi mandado colaborar comigo no gabinete para resolver o problema das cheias e aquilo tudo e toda a gente ficou muito admirada como é que eu através das barrocas propunha um eixo viário a passar por ali e o eixo viário construiu-se.

Foi o Eng.º Nunes Garcia que depois veio a ser meu sócio aqui em Lisboa.

Nunca mais me esquece que ao fundo da Avenida Estados Unidos da América, estavam a fazer sarjetazitas e eu disse:

- Sarjetazitas com estas chuvadas?

Porque outro problema que todos nós temos que entender, os arquitetos e urbanistas, é que à medida que se constrói, vão-se impermeabilizando os terrenos. Se se impermeabilizam os terrenos deixa de haver absorção de água. Ora lá em cima aquilo estava a estender-se, estavam a impermeabilizar-se terrenos e as águas cada vez eram maiores. Foi o que aconteceu, a Baixa de Luanda ficou toda inundada. Havia todos os anos um recuo gradual das barrocas. O Eng.º Silvino Silvério Marques para me ajudar pediu ao Laboratório de Engenharia e foi lá o Eng.º Duque Nascimento e o Eng.º Lencastre que era o especialista dos esgotos para colaborarem comigo. Quer dizer, eu tive da parte do governo sempre apoios. Esta é que é a grande verdade.

Agora chega-se à conclusão é que precisávamos de gente que tivesse percebido destas coisas antes para conseguir resolver o problema dos esgotos de Luanda. Aquelas pequeninas sarjetas que eu vi fazer.

Façam mas é um corte, que ainda hoje lá está, a grande sarjeta que atravessa de um lado ao outro a estrada para cortar as águas todas. Agora está lá mas já não tem grades. Roubaram tudo para vender. Já não há tampas de esgotos nem nada.

Isto vem tudo a propósito do que eu escrevi veio a dar resultados porque o meu relatório, fui criticado é claro, fui aplaudido pelos colegas, o resto das pessoas é claro aquilo não lhes convinha, não é, mas o que é verdade é que ninguém me prendeu. Eu disse coisas que estão ali escritas e ninguém me fez mal, por isso é que eu digo, as pessoas precisavam de ser todas um bocadinho mais competentes, porque infelizmente há muita incompetência e em urbanismo continua a haver muita incompetência. Portanto quando a gente

é competente e as ideias são serias, elas são válidas.

E no tempo já do Marcelo Caetano a lei das taxas sobre os terrenos não construídos em zonas urbanizadas existe, só que existe imutável, quer dizer não se aumenta de ano a ano.

Isto não pode ser.

[...] Quando a certa altura eu já não podia mais, digo:

- Bom. Eu vou-me embora. Vou para Lisboa. Vou aceitar o convite.

O que é verdade é que eu a certa altura escrevi a dizer ao Eng.º Jorge Carvalho Mesquita a dizer que então queria vir embora. Porque aquilo estava uma confusão tremenda, porque aquilo era assi, eu não me aguentava com aquela corrupção, etc., etc., etc.

Silêncio.

E eu digo:

- Mas eu vou.

Mas não tiveram presa.

- O Arq.º Silva Dias foi para Paris fazer também um estágio de urbanismo.

[...] Começavam a dar assim umas desculpas, percebem.

Mas eu vim porque estava disposto a vir embora e apresentei-me. Tive que ir passar férias com a minha família para umas termas, até que resolvessem admitir-me. Admitiram-me e porquê? Porque a corrupção cá era tanta ou maior do que lá.

[...] Qual era o meu lugar? Uma espécie de adjunto do Jorge Carvalho Mesquita ... e assim me aguentei uns tempos. Vim a encontrar a encontrar a zona l encravada. Porquê? Porque o Arq. Silva Dias por quem eu tenho consideração, que é meu amigo, foi meu colega e porque também estou convencido que é mesmo honesto, estava a fazer aquela unidade de vizinhança, não com tanta integração económica porque ele não sabia, mas estava a fazer e aquilo não andava para a frente. Porquê? Falo com o desenhador que estava lá, um velhote e ele diz:

- Oh arquiteto. Sou eu que faço os projetos dos arruamentos ... mas isto, os projetos estão todos encomendados a arquitetos lá de fora. E o arquiteto lá de fora diz que quer o prédio mais para ali, a rua para acolá...

Todos os dias aquilo era mudado e eles nem as ruas conseguiam fazer. E eu disse:

- Não! Assim não.

Um plano de pormenor de urbanismo até cria uma coisa que se chama disciplina arquitetónica. E se eu num plano disser e fizer os meus planos, as minhas maquetas, ou os meus cortes volumétricos, marcando pilares, os projetos tem que ter pilares.

- Portanto meu amigo. Isto vai acabar. E acaba aqui. Ruas a ser feitas, aqui oh Silva Dias, vamos meter um grupo de moradias porque não há aqui integração social, aqui vamos meter uma passagem inferior para por o comércio.

E mudei a zona l. Há lá uma passagem inferior para por o comércio que infelizmente nunca se pôs, que era para não haver perigosidade e não passar os peões por ali, porque eu na via rápida e numa zona que ainda hoje lá há moradias, porque misturei um bocadinho uma classe mais elevada, que aquilo tudo era para pobres, praticamente. Porque eu considero que o edifício coletivo para mim é um edifício económico e social. Para mim os edifícios mais ricos são as moradias isoladas, a seguir são as geminadas e depois a classe média é realmente a habitação coletiva e depois há a habitação mais fraca que é a tal que teria que passar primeiro para uma educação para ser habitada depois.

Cheguei à conclusão que aqui estava tramado...

A hierarquização e a Miscigenação, isto em qualquer unidade de vizinhança. O que é a nuclearização? É

fazer núcleos de habitações porque a família também é um núcleo de pessoas, e nós criamos um núcleo de habitações, entre os quais, nestes núcleos de habitações, ou pertencendo a este núcleo tem que haver um espaço livre, um espaço comum, um jardim, um banco, uma árvore. Eu costumo dizer pelo menos isto. Para onde as pessoas ao entrar para casa sejam obrigadas a passar, a encontrar-se e as crianças a viver com os adultos. No primeiro núcleo. Depois há que fazer a hierarquização destes núcleos, porque um núcleo tem por exemplo dez casas, mas dois ou três núcleos é outra hierarquia, tem outro equipamento. É o que eu digo, nuclearização, hierarquização e miscigenação. Eu miscigeno todos estes núcleos, e estes núcleos têm outro equipamento e forma-se assim as unidades de vizinhança. Sem fazer isto não se consegue nada.

[...] Influência de Corbusier?

O Corbusier é bocadinho mais um esteta que um sociólogo.

Eu tive uma quantidade de cadeiras em urbanismo, Legislação de Urbanismo, Geografia e Urbanismo, Geografia Urbana, História, Geografia das Cidades, Sociologia Urbana, Higiene Publica e Social das Cidades, Arte do Engenheiro Municipal, História e Urbanismo, Evolução Económica das cidades, Teoria Geral de Urbanismo. Tudo isto e sobretudo uma cidade ou aglomeração humana tem que ver muito com Sociologia, e o Corbusier não é um Sociólogo nem nunca ligou muito a isso.

Quando se propõe uma máquina de habitar, que é realmente a unidade de habitação, etc., e embora haja várias tipologias, e embora essa unidade de habitação, eram precisas mais duas ou três para fazer uma unidade de vizinhança, ficou por ali. Mas sociologicamente os planos do Corbusier são planos de fachada, planos belos, planos monumentais, mas se nós virmos como é que é possível, mesmo com as unidades de habitação, não tem sociologicamente uma grande aceitação. As pessoas não tem, tem um terraço, lá há uns equipamentos em cima onde as pessoas se encontram, mas não foram grande coisa. Hoje aquilo que se dizia que era para população socialmente económica, hoje está aquilo dado aos ricos, aquilo está cheio de ricos só.

Quer dizer o urbanismo, eu não posso dizer que foi só o Auzelle, o professor Auzelle foi um grande urbanista mas era o núcleo de cadeiras de sociologia, desde a Sociologia Geral, à sociologia Urbana, é que nós chegamos à conclusão que não foram eles que me influenciaram. No fim das contas foi a minha própria vivência e as cadeiras que eu lá dei, que levam a estas conclusões, quer dizer, eu não posso dizer que esteja subordinado, ou que alguma vez estive subordinado. Em arquitetura sim, em arquitetura tive um bocado de influência do Corbusier, sobretudo no Betão, porque o Betão para mim, acho que é um material, que hoje está melhor ainda de quando fiz a minha casa. Porque é um material nobre, é um material que não precisa de revestimentos, quantos menos revestimentos tiver melhor. E hoje sobretudo com o betão de alto desempenho [...]

#

Para final esta entrevista o grupo fez a seguinte pergunta:

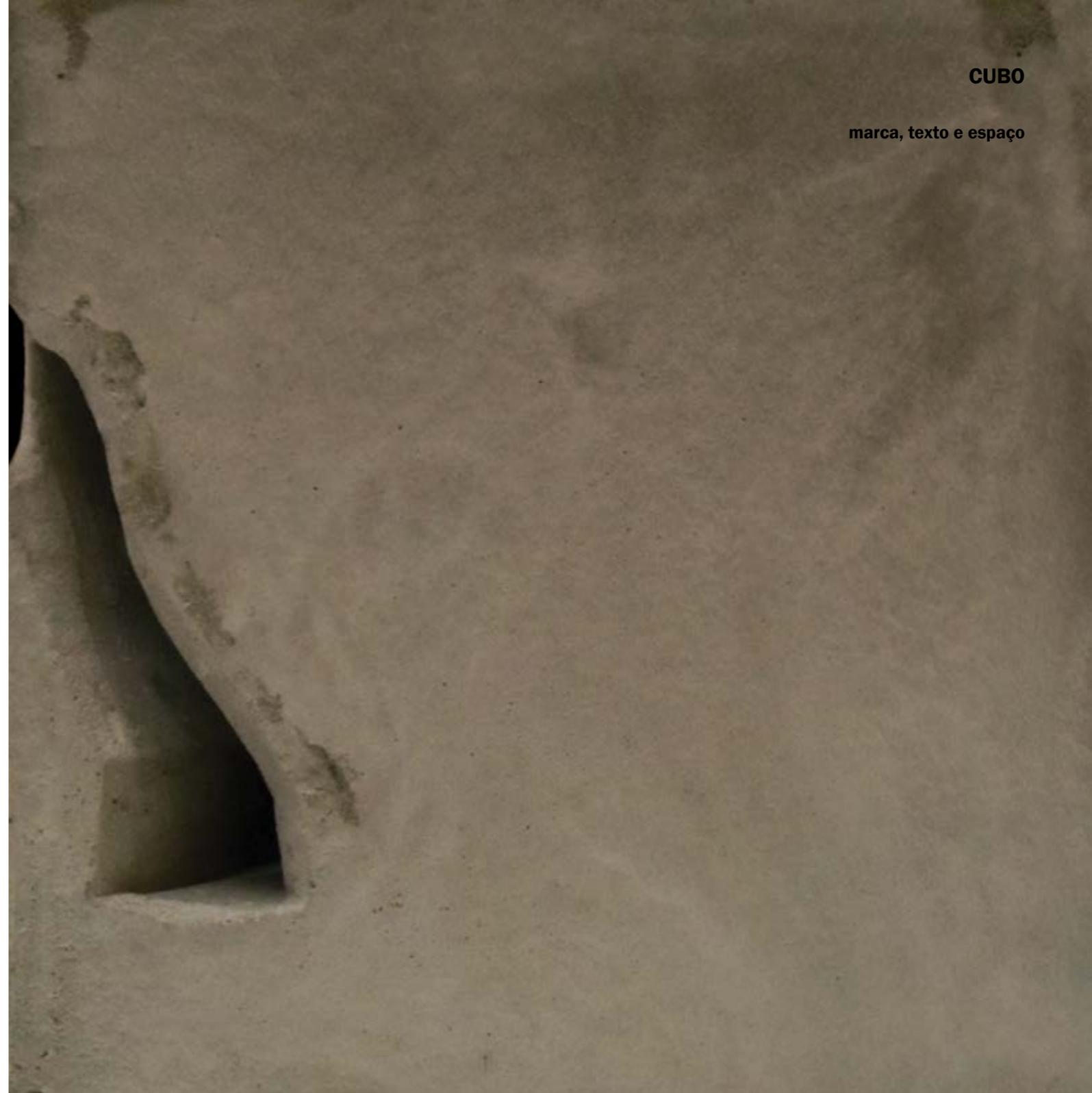
- O que é para si arquitetura?

- A arquitetura é uma paixão e o urbanismo é uma necessidade de se dar alguma coisa aos outros. Se a arquitetura para nós é uma paixão o urbanismo é diferente, o urbanismo é realmente criar e dar qualquer coisa de nós para criar a harmonia entre as sociedades.

PARTIAL

CUBO

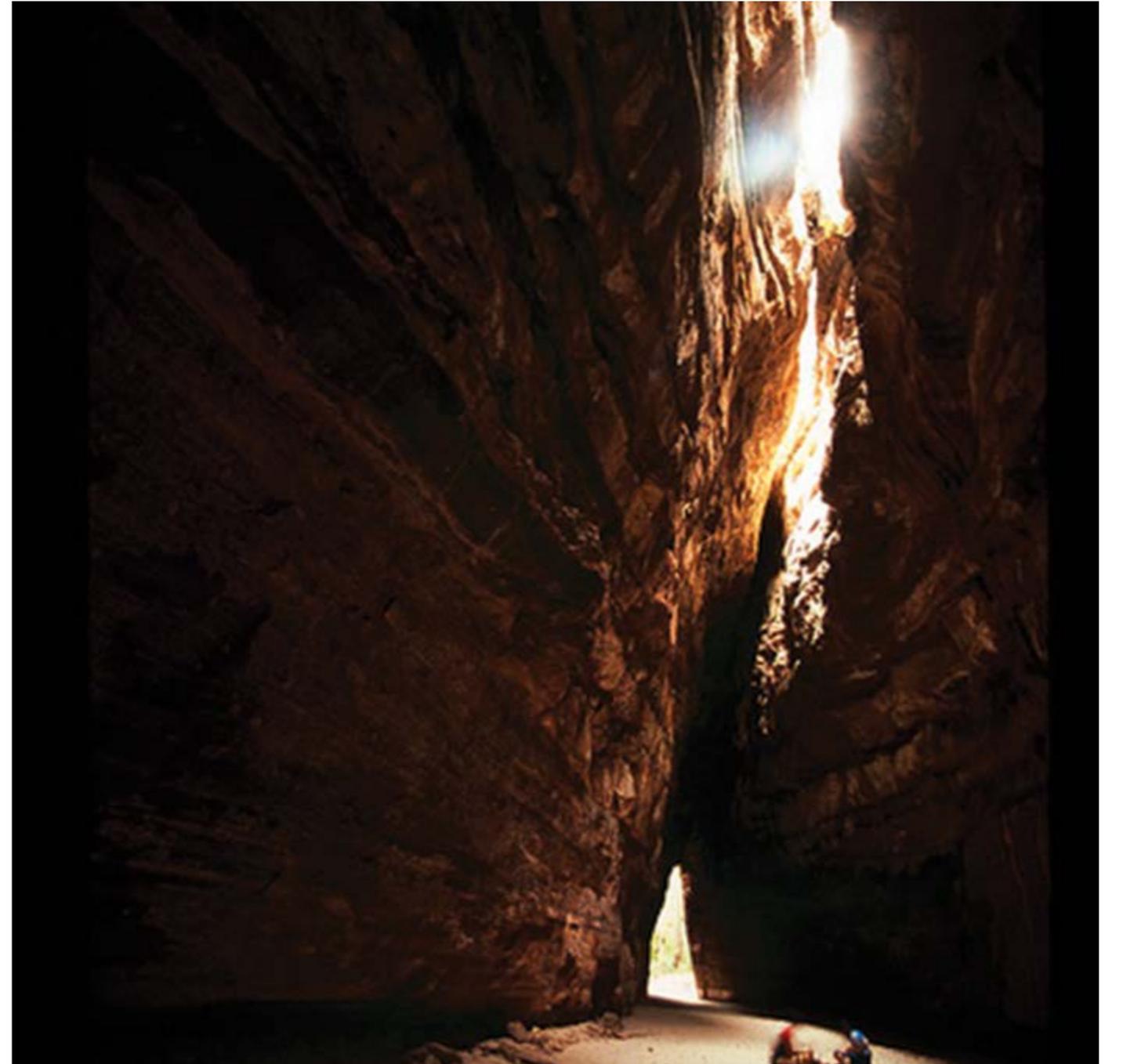
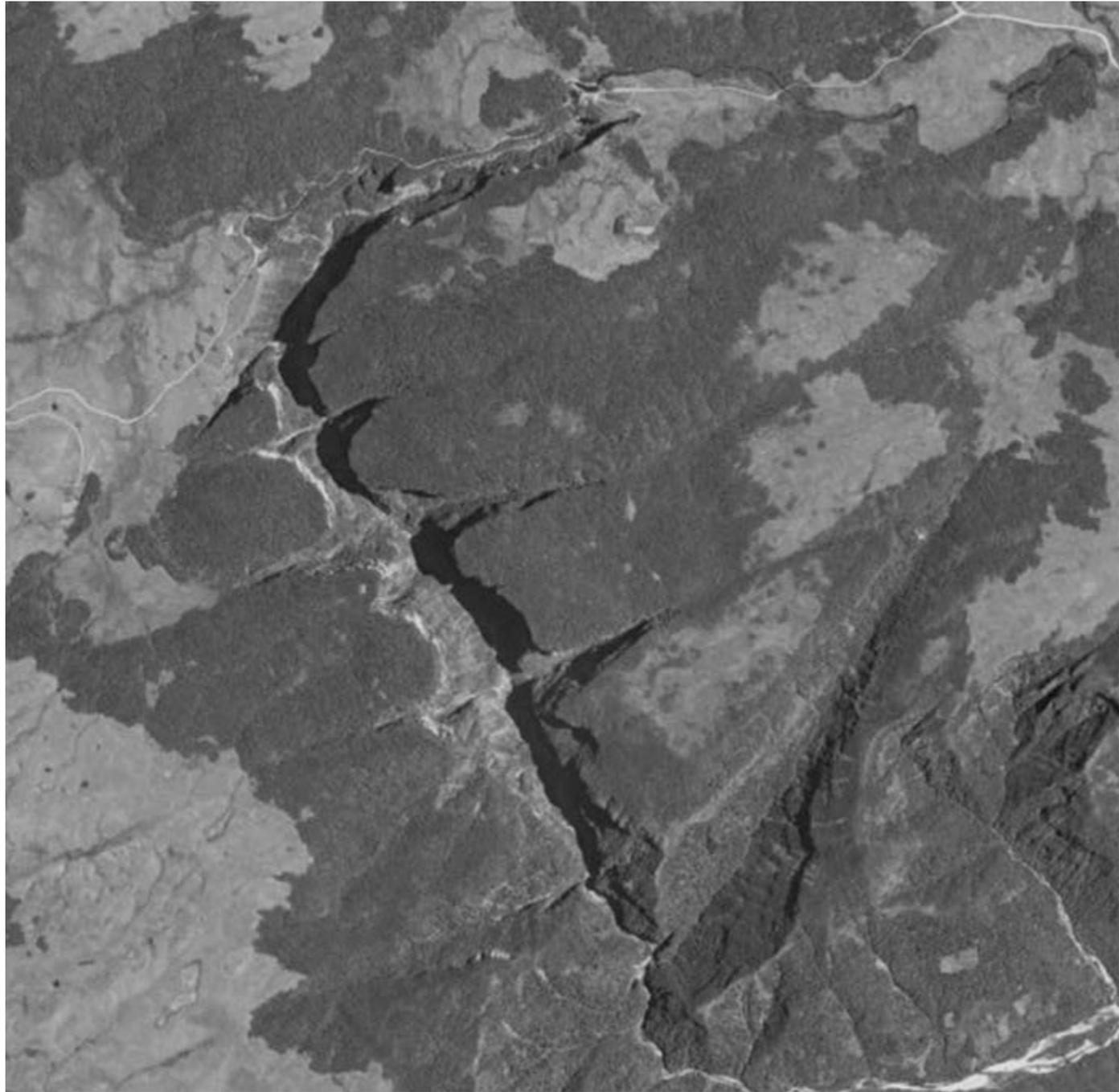
marca, texto e espaço



*Pasmo sempre quando acabo qualquer coisa.
Pasmo e desolo-me.
O meu instinto de perfeição deveria inibir-me de acabar; deveria
inibir-me até de dar começo.
Mas distraio-me e faço.
O que consigo é um produto, em mim, não de uma aplicação de
vontade, mas de uma cedência dela.
Começo porque não tenho força para pensar; acabo porque não
tenho alma para suspender.*

Fernando Pessoa









DICK, Philip K. O Homem do Castelo Alto. Lisboa: Edições Saída de Emergência, 2010 | ISBN: 978-989-637-276-7

Voltou a pô-lo na palma da mão.

a experimentar a visão, mais uma vez. Era o sentido mais nobre na escala grega de categorias. Vislumbrou o objecto por todos os ângulos possíveis e imaginários.

O que é que eu estou a ver? Já merecia ser recompensado pela minha persistência. Que pista me está a dar esta jóia para eu descobrir o caminho?

Confessa!, disse ao triângulo de prata. Revela os teus arcanos!

É como um sapo arrancado às profundezas do charco, pensou. Prisioneiro do punho de quem o apanhou, é-lhe ordenado que conte os segredos que estão no fundo, mas este sapo nem sequer goza o apanhador. Esgota-o pelo silêncio, transforma-se em pedra, barro ou cristal. Torna-se inerte. Metamorfoseia-se na matéria dura com que é feito o mundo dos mortos.

O metal pertence á terra, pensou enquanto estudava a jóia. Às suas profundezas. Do reino onde reside tudo o que é subterrâneo e denso. Húmido país cavernoso, habitado por trolls. Sempre escuro. Mundo do Yin. Melancólico. Mundo de cadáveres, decomposição, desintegração, colapso. Mundo de fezes, de tudo o que já moreu. Mundo demoníaco e imutável. Tempo que já lá vai.

Mas o triângulo brilhava ao sol. Reflectia a luz. É fogo!, pensou Tagomi. Não é nenhum artefacto das trevas. Não é pesado, nem melancólico. Pulsa de vida. O reino do alto, reino do Yang: o empíreo, o eterno. Onde nascem as obras de arte. Sim, esse é o trabalho do artista: agarrar o mineral e resgatá-lo à terra silenciosa para o transformar numa diáfana forma luminescente.

O que estava morto ressuscita. Cadáver que adquire um tónus radiante: passado que se transforma em futuro.

É isso que tu és?, perguntou à jóia. Yin morto e enterrado ou Yang brilhante e vivo? Na palma da mão, o gatafunho de prata pareceu dançar e a luz cegou-o por uns instantes. Tagomi semicerrou os olhos e pensou que tinha uma gota de puro fogo na mão.

Corpo de Yin e alma de Yang. União de metal e fogo. O exterior é o interior: um microcosmos na minha mão.

Qual é o espaço que comunica com este objecto? Ascendente, vertical? O céu? E o tempo? É o tempo mutável que a luz experimenta quando viaja? Sim, a luz é o espírito desta coisa. Estou subjugado, não sou capaz de virar a cara. Estou enfeitiçado pelo magnético fascínio desta jóia e não controlo as minhas reacções. Afinal não alcancei a liberdade.

Fala comigo, disse ele. Agora que me enlaçaste quero ouvir a tua voz a brotar da imensa brancura que te rodeia; quero ouvir algo inédito que não se encontra nem na vida do além do Bardo Thodol. Não quero espera pela morte para que a minha alma se separe do corpo e parta em busca de um novo útero. Oh, terríveis e complacentes divindades, quero transcender-me e ascender à luz. Como no coito de um casal. Estou pronto para enfrentar o horror, porque não tenho medo. Vejam como não tenho medo.

Os ventos quentes do meu karma impulsionam-me. Mas, inexplicavelmente, permaneço

sentado. O meu treino não foi em vão: não posso apartar-me da luz branca cintilante – se o fizer, entro outra vez no ciclo do nascimento e da morte e perco a liberdade. Não posso deixar que caia o véu de Maya.

A luz desapareceu.

A jóia voltou à natural cor prateada: uma sombra ocultou o sol. Tagomi olhou para cima.

Viu um polícia, vestido com um uniforme azul, ao lado dele. O agente sorriu.

‘Hum? Quê?’, murmurou Tagomi sobressaltado.

‘Só estava a vê-lo a fazer o puzzle, cavalheiro.’ O polícia retomou o caminho.

‘Puzzle?!’, repetiu Tagomi. ‘Não é um puzzle.’

‘Não é um desses puzzles pequeninos de trazer no bolso? O meu miúdo tem uma data deles.

Alguns são bem difíceis de fazer’, disse o polícia afastando-se.

Tudo estragado, pensou Tagomi. O meu bilhete para o Nirvana foi-se. Fui interrompido por aquele branco bárbaro: yank neandertalesco! O maldito sub-humano pensou que eu estava a brincar com um puzzle infantil.

Levantando-se do banco, Tagomi deu meia dúzia de passos incertos. Tenho de me acalmar, pensou. Nem parece meu, este churrilho de disparates racistas, típicos de um xintoísta de pé-rapado.

Incríveis emoções malditas e contraditórias no meu peito.

Saiu do parque. Sempre a direito, pensou. A catarse não espera.

Alcançou os limites do parque. Passeio público, Kearney Street. O barulho do trânsito é atroador.

Tagomi parou numa curva.

Não há riquexós. Pôs-se a caminho ao longo da rua, juntando-se à multidão. Nunca há um por perto quando é preciso.

Meu Deus, o que é aquilo? Parou sem fôlego à frente de uma coisa hedionda e amorfa que se erguia no seu horizonte. Parecia um pesadelo: espécie de montanha-russa do Inferno que ocultava a baixa com o seu tamanho. Uma enorme construção de cimento e metal que seguia a linha da água do porto da cidade.

Tagomi virou-se para um homem que passou a seu lado e perguntou-lhe:

‘O que é aquilo?’ Apontou para a forma gigante.

O homem sorriu.

‘É feio como tudo, não é? É a auto-estrada de Embarcadero. Muita gente considera-a poluição visual.’

‘Nunca a visto.’

‘Sorte sua’, disse o homem afastando-se.

Um sonho louco, pensou Tagomi. Tenho de acordar. Onde é que estão os riquexós? Acelerou o passo. O cenário era cinzento, sem vida e cheio de fumos – um mundo morto. Cheirava a queimado. Os prédios pareciam sombras a romper dos passeios. As gentes tinham rostos

crispados – intensos. Por onde é que andavam os riquexós todos?

‘Táxil!’, gritou, andando à pressa pela rua.

Não valeu a pena. Só passaram carros e autocarros; veículos brutais sem harmonia na forma.

Tagomi recusou-se a olhar para eles e manteve os olhos postos no caminho que tinha à sua frente. A minha visão está a ser distorcida por uma influência de natureza particularmente sinistra. Um distúrbio que afecta a minha percepção espacial. O horizonte está torcido, fora do eixo. Astigmatismo letal que me atingiu sem aviso.

Tenho de descansar. Olha, um bar ensombrado pela fumarada! Está cheio de brancos a comer, sentados ao balcão. Tagomi empurrou as portas de madeira e sentiu o cheiro a café. Uma jukebox grotesca estava ligada com o volume no máximo. O japonês fez uma careta de desagrado, mas caminhou até ao balcão. Os lugares estavam todos ocupados por brancos.

‘Quero sentar-me’, disse Tagomi.

Alguns brancos olharam para ele, mas nenhum se levantou para lhe dar o lugar. Continuaram a comer, como se nada tivesse acontecido. Como é que era possível?

‘Eu insisto!’, disse Tagomi em voz alta na orelha do branco que estava à sua frente.

O homem bateu com a caneca de café no balcão e disse:

‘Calminha contigo, Tojo!’

Estou a viver a experiência de Bardo Thodol, pensou Tagomi. Ventos quentes sopram sei lá para onde, isto é uma visão – mas do quê? Pode a alma suportar uma experiência destas? Sim, o Bardo Thodol prepara-nos para este tipo de provações: depois da morte, vê-se muitos estranhos e todos são hostis. Está-se sozinho, sem quaisquer apoios durante a viagem: a terrível viagem pelos reinos do sofrimento, do renascimento nos quais o espírito fugitivo é desmoralizado. São as desilusões.

Saiu do bar a correr, deixando as portas a abanar atrás de si. Parou quando chegou ao passeio.

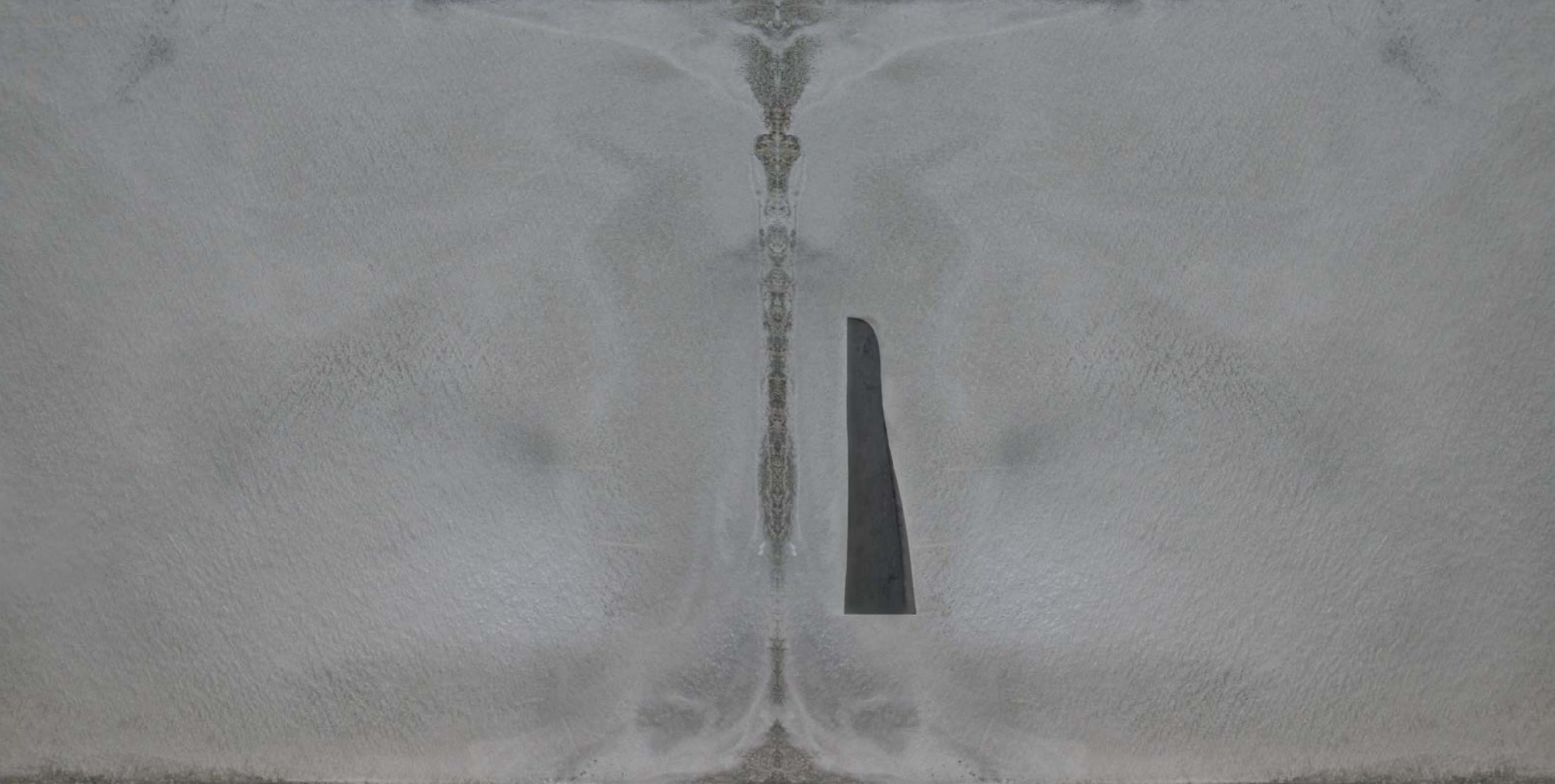
Onde estou? Não estou no meu mundo, no meu espaço e no meu tempo. O triângulo de prata desorientou-me. Saí da rotina e penetrei no vazio. Valeu de muito a minha teimosia, eis uma lição que não vou esquecer. Para quê contrariar-nos a nós próprios? Acaba-se perdido, sem saber o que fazer.

Condição hipnagógica. A capacidade de concentração diminuída para que o crepúsculo da mente ganhe força: ver um mundo em termos simbólicos, arquetípicos. Não saber o que é mundo e o que é subconsciente. Como num transe hipnótico. Sonambulismo. Tenho de sair deste terrível mundo de sombras. Preciso de encontrar o foco e restaurar o ego.

Procurou a jóia nos bolsos. Perdi-a. Deixei-a no banco e a minha mala também. Catástrofe!

Curvado com o peso do cansaço virou-se para trás e correu em direcção ao parque.

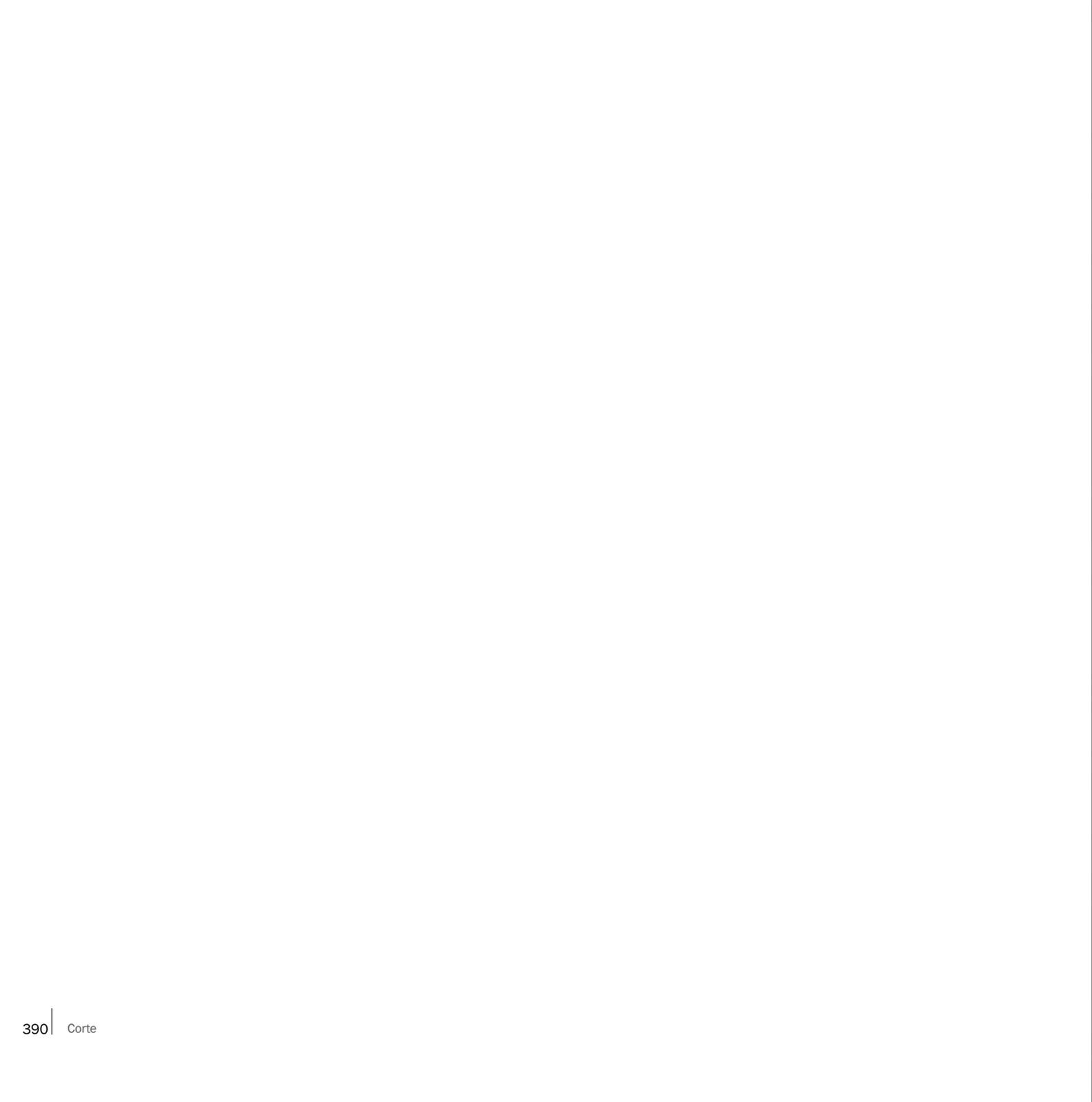




















Embora Bafatá seja a segunda maior cidade de Guiné-Bissau, a sua Cidade Formal encontra-se quase desertificada. Mesmo com mais de 20 000 habitantes, esta zona fortemente marcada pela presença portuguesa no período colonial faz lembrar uma cidade fantasma. Um grande boulevard divide a Cidade Formal em duas partes, dando solo nas suas margens para os edifícios de maior acento arquitetónico. Esta avenida liga a zona colonial e o grande aglomerado populacional, tendo como rótula de ligação o Hospital. No final desta importante avenida dá-se o toque com o rio Geba que banha a margem da cidade.



A forma que estas pessoas têm de habitar a cidade é também um fator fundamental. Foi importante perceber as diferenças em relação a uma sociedade europeia, especialmente no que diz respeito à apropriação do espaço público.



Os percursos estabelecidos na cidade não sugerem nenhuma hierarquia que separe peões de automóveis. A ocupação da via pública é totalmente livre. Esta ideia fica ainda mais clara quando nos deparamos com o assentamento de uma 'película' alaranjada que contamina toda a rua.



As marcas da colonização Portuguesa, especialmente no período do Estado Novo, têm grande presença na cidade. Embora Amílcar Cabral defendesse o fim da colonização, não ignorava a importância que esta teve, considerando que a língua portuguesa poderia ser a forma de unificar o povo da Guiné. Neste sentido entendemos que a arquitetura colonial é também arquitetura guineense, definindo também ela o passado deste país. Esta análise leva-nos a olhar para a intervenção não apenas como efémera, mas como algo que cria a possibilidade de alterar o sítio e marcar a sua presença.

Com base nestas premissas decidimos intervir no final da grande Boulevard, onde existe uma grande proximidade com o rio e com o mercado hoje desativado. Depois de analisar o terreno escolhidos encontramos vestígios daquilo que teria sido um parque desenhado com a restante cidade formal. Decidimos então que o resgate deste vestígio seria o grande impulsionador deste exercício. Era no entanto fundamental que estes vestígios não se perdessem com o tempo.



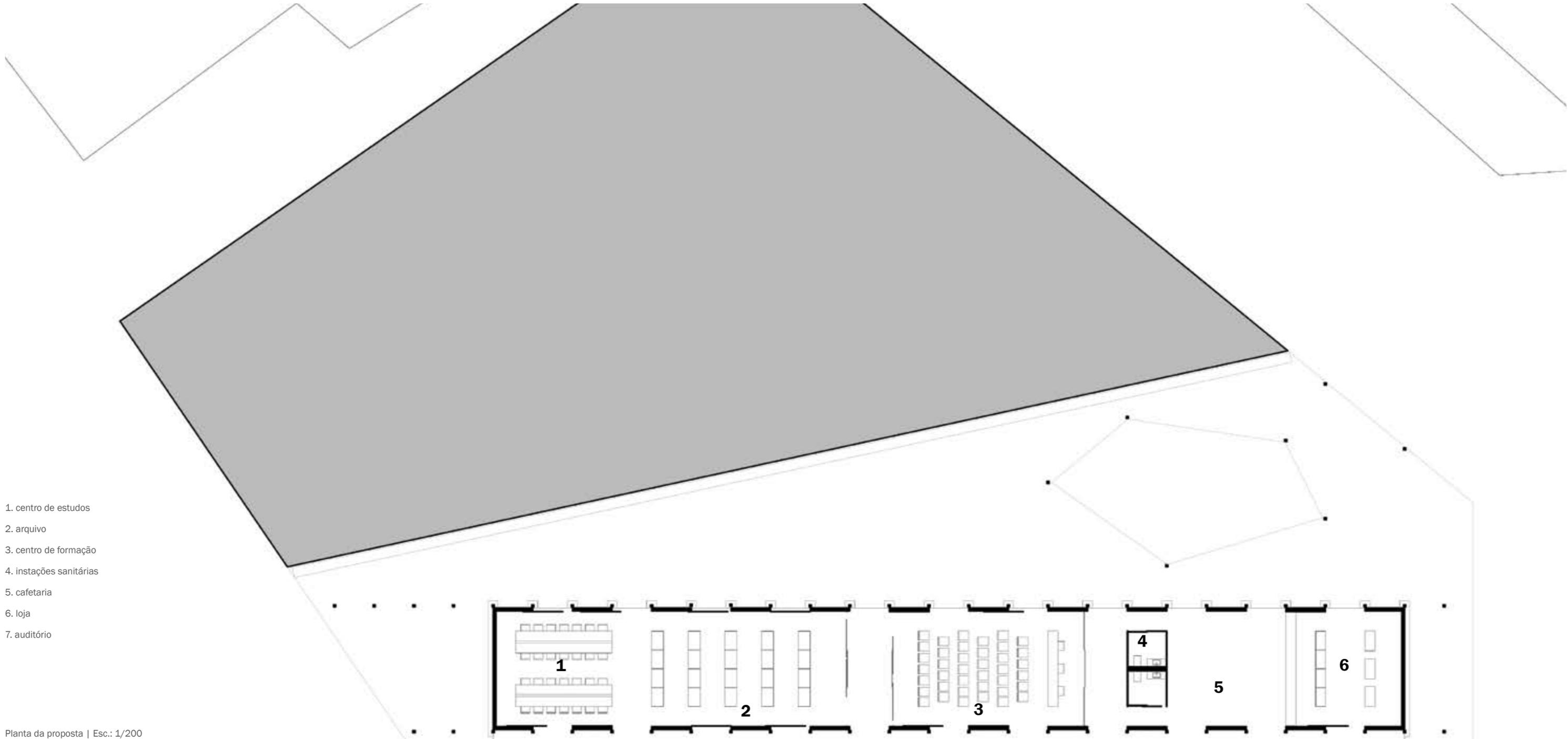


De modo a respeitar uma leitura que pretendíamos que fosse bastante clara, propomos a criação de uma ´rampa´ com sentido contrário ao da rua, sob a qual se encontraria o programa exigido. O centro interpretativo abriga-se do sol por baixo de uma cobertura de madeira e bambu, lançada por uma plataforma de betão corrente que marca ambos os limites do auditório. No nosso entender um auditório na Guiné deve ser livre e integrador, por esse motivo decidimos que este não deveria ter nenhuma forma desenhada, mas sim dois espaços com características favoráveis à apropriação, sendo estes: um espaço mais abrigado sob a cobertura, e um outro sobre a plataforma de betão.

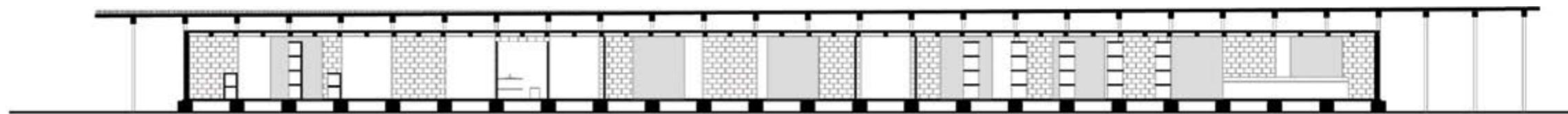
O restante programa seria acomodado numa estrutura modular livre, composta por módulos de 2m de largura por 6m de comprimento, onde a intenção é criar a possibilidade de ter um programa contínuo, sem divisões fixas. Existem dois tipos de módulo: um fechado que é composto por blocos de betão; outro aberto, com a possibilidade de ser fechado com painéis de madeira. Este segundo tem como função encerrar o espaço no final do horário de uso ou compartimentá-lo caso seja conveniente.

Todas as normas relacionadas com a construção em ambiente tropical húmido são respeitadas: a estrutura modular levanta-se do chão apoiando-se em elementos contínuos de betão, posicionados de acordo com os módulos desenhados, impedindo em época de chuvas a sua deterioração; as paredes são compostas por blocos de betão que estão posicionados de forma a existir um distanciamento na horizontal que facilita a ventilação; o toque das paredes com a cobertura é feito com peças de madeira que criam aberturas maiores por onde sai o ar quente.





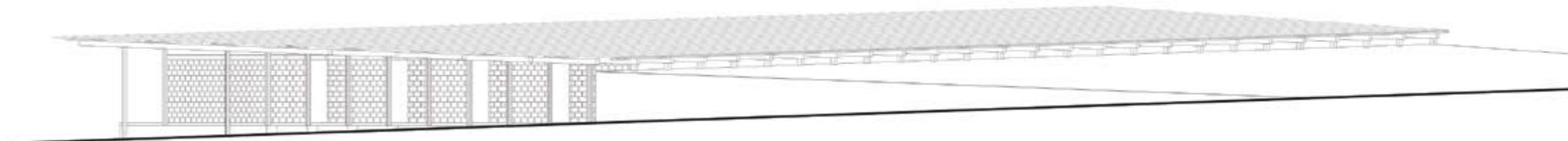
- 1. centro de estudos
- 2. arquivo
- 3. centro de formação
- 4. instalações sanitárias
- 5. cafetaria
- 6. loja
- 7. auditório



Corte longitudinal pelo interior do edifício | Esc.: 1/200



Corte transversal ao edifício | Esc.: 1/200











FICHA DE UNIDADE CURRICULAR

Unidade curricular: Projecto Final de Arquitectura

Código:

Tipo: lectivo; Trabalho de Projecto

Nível: 2ºciclo

Ano curricular: 2012/2013

Semestre: Anual

N.º de créditos: 45 ECTS

Horas de trabalho total:

Horas de contacto:

Língua (s) de ensino: Português

Pré-requisitos: precedências requeridas: Projecto de Arquitectura II

Área científica: Arquitectura

Departamento: Departamento de Arquitectura e Urbanismo

Docentes: Paulo Tormenta Pinto (coordenador), José Luís Saldanha, Ana Vaz Milheiro (Lab. Teoria e História da Arquitectura e do Urb.), Sandra Marques Pereira (Lab. Sociologia), Sara Eloy (Lab. Tecnologias da Arquitectura), Pedro Costa (Lab. Economia);

Objectivos (conhecimentos a adquirir e competências a desenvolver):

Projecto Final de Arquitectura é a Unidade Curricular que encerra a formação no âmbito do Mestrado Integrado em Arquitectura, adquirindo, por isso, um papel de síntese na consolidação e aprofundamento das competências alcançadas pelos estudantes ao longo dos 4 anos anteriores.

Preconiza-se, nesta UC, o incentivo a cada vez maior autonomia, por parte dos estudantes, na resolução dos exercícios propostos e nas decisões de ordem conceptual que venham a adoptar.

Outro objectivo é a clarificação de um entendimento crítico da expressão da arquitectura definida e enquadrada na transversalidade dos vários saberes.

Programa:

Como base programática utilizaremos uma temática de fundo, que suportará a orientação dos diversos trabalhos a desenvolver ao longo do ano lectivo. Será o “Mundo Novo” (Título inspirado em Admirável Mundo Novo de Aldous Huxley, 1932) o tema central que desenvolveremos em 2012/2013.

O programa da UC de Projecto Final em Arquitectura consiste na elaboração de um Trabalho de Projecto, requisito obrigatório para a obtenção do grau de mestre. O Trabalho de Projecto é composto por duas vertentes: uma de âmbito projectual e outra de âmbito teórico.

A intenção genérica que será trabalhada junto dos alunos finalista do Mestrado Integrado sustenta-se sobre o paradoxo da impossibilidade de construir um optimismo panfletário no momento contemporâneo, considerando-se que ao inverso de Aldous Huxley. Este tema procura enquadrar o conflito entre os herdeiros da cultura moderna e industrial que confiam no modelo da inovação e da tecnologia, por oposição a outros que crêem numa organização “neo-ruralista” ambicionando uma maior ligação a um romantismo ligado à ideia da “mãe natureza”.

Uma outra vertente que surge agregada a este tema, consiste numa possível revisão da ideia de manifesto. Através dos manifestos ligados às artes e à arquitectura, é possível entender um pressuposto idealista de futuro, associado a uma visão de organização social sempre assente numa ideia de ruptura e de edificação de um novo paradigma. Desde Ornamento e Delito (1908) ao Manifesto de De Stijl (1918), da carta de Atenas (1933), ao manifesto de Doorn (1958), do manifesto Situacionista (1960), a Delirious New York (1978). Será a partir da compilação *Programs and Manifestos on 20th-century architecture* de Ulrich Conrads que se irão estruturar os debates relacionados com esta Unidade Curricular.

Vertente Projectual

Serão desenvolvidos como arranque desta UC um conjunto de trabalhos de carácter abstracto, procurando-se fixar ferramentas compositivas úteis aos exercícios de fundo que serão desenvolvidos. Posteriormente serão delineados os objectivos concretos da vertente projectual que passam por uma intervenção abrangente que terá como área de estudo o eixo entre o Largo do Rato e a colina das Amoreiras (através da Rua das Amoreiras). Este eixo permite reconhecer diversos momentos urbanos e arquitectónicos que, ao longo do tempo ali se implantaram. Estes extractos temporais serão analisados, não só do ponto de vista morfológico, mas também a partir do pressuposto ético que enquadrou a sua implementação.

A marcar um dos extremos deste percurso pode reconhecer-se a cidade do século XVIII, com uma forte referencia no Largo do Rato, quer seja através do seu carácter prévio de terço periférico de acesso ao centro da cidade, quer seja como lugar referenciado nas grandes construções infra-estruturais, como a mãe de água do aqueduto da águas livres que pontua o ingresso no festo da sétima colina – manifestação fundamental da cidade iluminista.

Na outra extremidade desta área de estudo pode observar-se a centralidade contemporânea promovida no entorno do complexo das Amoreiras, de Tomás Taveira, que a partir do final dos anos 80 se somou a intervenções de grande escala já existentes naquele local, tais como os imóveis habitacionais e de escritórios promovidos por arquitectos como Fernando Silva ou Conceição Silva.

O eixo urbano em estudo permitirá ainda estabelecer relações com a uma parte da cidade dos anos 30 e 40 na encosta voltada para o Parque Eduardo VII, possibilitando também compreender o início da expansão da periferia urbana e do impacto da vias rodoviárias urbanas. Todas estas *layers* temporais serão debatidas em função do idealismo lbes está associado. Deste modo pretende estabelecer-se linhas interpretativas que permitam relacionar estes pensamento prospectivo, com os modelos urbanos associados.

A meio do primeiro semestre será também realizado, em período de tempo limitado de 2 a 3 semanas, um workshop na cidade guineense de Bafatá, tendo como base a elaboração de um memorial/centro de estudos, em torno da figura de Amílcar Cabral.

Os respectivos enunciados de cada um dos exercícios serão fornecidos aos alunos em formulários distribuídos na sala de aula.

Vertente Teórica

A vertente teórica da UC de Projecto Final de Arquitectura será desenvolvida, de acordo com a regulamentação expressa no REACC do DAU. Ao início do ano lectivo serão propostos 4 laboratórios de investigação, que colocarão linhas de pesquisa autónomas nas áreas científicas de História e Teoria da Arquitectura e do Urbanismo, da Economia, da Sociologia e das Tecnologias de Arquitectura, cada uma destas áreas terá um docente responsável. Os diversos programas de investigação serão lançados na primeira semana lectiva, cabendo aos estudantes a escolha de uma das linhas de investigação.

Considerando a temática de fundo que orienta o programa desta Unidade Curricular, abrem-se possibilidades de investigação que serão especificadas e delimitadas pelos docentes responsáveis de cada um dos laboratórios. Pretende-se deste modo que os trabalhos teóricos possam assumir-se como instrumentos de aprofundamento dos conteúdos programáticos traçados, em Projecto Final de Arquitectura.

Bibliografia básica:

HUXLEY, Aldous *Admirável Mundo Novo*, Livros do Brasil, Lisboa, 1981; (BNP)
CONRADS, Ulrich *Programs and Manifestos on 20th-century architecture*
TAFURI, Manfredo - *Projecto e Utopia: arquitectura e desenvolvimento do capitalismo*, Presença, Lisboa, 1985; (ISCTE-IUL)
TAFURI, Manfredo – *The Sphere and the Labyrinth - Avant-Gardes and Architecture from Piranesi to the 1970s*, MIT Press, Massachusetts, 1987; (ISCTE-IUL)
FUKUYAMA, Francis *O Fim da História e o Último Homem*, Gradiva, Lisboa, 1992; (ISCTE-IUL)
CHOAY, Françoise *O Urbanismo, Utopias e Realidades - Uma Antologia*, editora Perspectiva, São Paulo, 2002; (ISCTE-IUL)
THOREAU, Henry David *Walden ou a vida nos bosques*, 2ª ed. Lisboa : Antígona, 1999 (BNP)
SKINNER, B. F. *Science and Human Behavior*, The Free Press, Nova Iorque, 1965 (ISCTE-IUL)
MORE, Thomas *A Utopia*, Guimarães & Ca, 8ª edição, Lisboa, 1992 (ISCTE-IUL)

Bibliografia complementar:

AA.VV. *Revista AV* - Pragmatismo e Paisagem, nº 91 de Setembro/ Outubro de 2001;
DELEUZE, Gilles - *El Pliegue*, Ediciones Paidós, Barcelona, 1989
MONTANER, Josep Maria – *Después del Movimiento Moderno – arquitectura de la segunda mitad del siglo XX*, 2ª ed., Editorial Gustavo Gili, Barcelona, 1995;
MURPHY, John – *O Pragmatismo – de Pierce a Davidson*, Edições Asa, Porto 1993;
SOLÀ-MORALES, Ignasi - *Diferencias. Topografía De La Arquitectura Contemporánea*, Editorial Gustavo Gili, S.A., Barcelona, 1995;
SOLÀ-MORALES, Ignasi – *Territórios*, Editorial Gustavo Gili, S.A., Barcelona, 2006;

Processo de ensino-aprendizagem:

O modo como serão estruturadas as aulas e os exercícios seguirá o espírito do Processo de Bolonha, ou seja será incentivada a aquisição de competências, fundamentando a progressiva autonomia dos estudantes.

Será contudo fundamental, alicerçar-se um amplo debate sobre os trabalhos em curso, o qual será realizado nas horas lectivas da UC. Estão também previstos um conjunto de seminários temáticos que contribuirão para ampliar criticamente os conteúdos da UC.

Processo de avaliação:

Será atribuída uma classificação final (de 0 a 20 valores) no final do 2º semestre atribuída em júri.

No final do 1º semestre será dada uma classificação intermédia informativa do estado de progressão de cada aluno.

rão em linha de conta a qualidade dos trabalhos elaborados. Será dada uma atenção no parâmetro no processo de avaliação.

o final da UC de Projecto Final de Arquitectura esta explicitado do REACC

ISCTE - IUL

Departamento de Arquitectura e Urbanismo – Mestrado Integrado em Arquitectura

Projecto Final 2012-13

Exercício de Arranque e Aquecimento

Título: marca, texto e espaço:

O exercício de arranque tem como objectivo enquadrar os estudantes nos pressupostos gerais da Unidade Curricular, funcionando como revisão sumária da formação adquirida nos 4 anos anteriores, para tal será desenvolvido um projecto de carácter abstracto.

Materiais necessários

- Objecto de uso comum;
- Papel cavalinho A2;
- Tinta da China;
- Materiais para maquete a definir em cada caso específico;

Metodologia e tarefas a desenvolver:

Os alunos constituem-se em grupos de 5 elementos, no seio de cada grupo deverão ser seleccionados objecto(s) de uso comum - algo tão inesperado e acessível que possa ser adquirido na numa grande superfície, achado na rua ou comprado na loja do chinês....

O objecto seleccionado deverá ser embebido (total ou parcialmente) em tinta da china, funcionando como carimbo que irá produzir marca(s) no papel cavalinho.

O processo deverá ser repetido por diversas vezes, procurando seleccionar-se uma marca gráfica que possa ser considerada mais estimulante para o desenvolvimento do exercício.

Seguidamente, no contexto do grupo, deverá realizar-se a apropriação de um excerto literário que possa ser ilustrado com a marca anteriormente seleccionada (o excerto literário não deverá ser maior que uma folha A4). A preocupação fundamental desta selecção deverá residir numa tentativa de conversão da mancha representada no papel cavalinho, em unidade espacial.

Posteriormente, considerando-se um volume de 30 cm³ como limite, será realizada 1 maquete que fixe a espacialidade, previamente invocada pela marca gráfica e ilustrada pelo texto. Para a elaboração da maquete deverá definir-se a escala esta irá ser representada.

A materialização da maquete deverá contemplar um dos seguintes sistemas compositivos baseados em:

- planos;
- Subtrações;
- Adições

A entregar:

Marca gráfica em A2, que deverá ser afixada na parede da sala de aula;

Caderno com formato 21x21 cm onde se inclui:

- impressão digitalizada da marca seleccionada
- O texto ilustrativo;
- Imagens fotográficas da maquete;
- Plantas, cortes e alçados, a escala conveniente da maquete;
- Digitalização de uma sequência de pelo menos 5 esboços relativos às espacialidades representadas pela maquete. Estes esboços deverão ser elaborados por cada elemento do grupo (devidamente identificado);
- Deverá ainda ser reservada uma área do caderno para a demonstração do processo de realização de todo o processo em forma de *story board*, para tal deverá utilizar-se o recurso fotográfico;

Apresentação:

Digital tipo Power-point, com exibição da maquete e marca na sala de aula.

Calendário do Exercício

Início – dia 18 de Setembro

Entrega e apresentação – dia 4 de Outubro

Lisboa, 18 de Setembro 2012

ISCTE - IUL

Departamento de Arquitectura e Urbanismo – Mestrado Integrado em Arquitectura

Projecto Final 2012-13

TEMA I - Trabalho Individual, 1º Semestre.

Tendo por base a área de intervenção estipulada na ficha de unidade curricular, localizada em Lisboa, no eixo entre o Largo do Rato e a colina das Amoreiras, propõe-se a elaboração de um exercício que permita o estabelecimento da relação entre a maero escala (análise estratégica do território) e a micro escala (intervenção arquitectónica detalhada).

Pretende-se que este exercício possa desencadear um debate centrado em leituras prospectivas em relação à sociedade. Como tal, em paralelo com a elaboração dos projectos de arquitectura deverá realizar-se, no contexto de cada grupo de trabalho, a definição de um perfil social que se preveja possível num futuro a médio prazo (2 décadas). Para tal algumas perguntas poderão colocadas, como por exemplo:

- como a organização económica e política poderá influenciar os modos de vida e a relação do indivíduo com a sua comunidade;
- em que medida a tecnologia poderá influenciar a organização social;
- de que modo os recursos naturais poderão influenciar as acções sobre o território e localização e organização do espaço doméstico;

O objectivo final do exercício consiste na elaboração de projectos para quatro habitações. Estas habitações serão encaçadas como tipologia associadas ao universo social definido pelo debate atrás mencionado.

Caberá a cada estudante a decisão de onde implantar as habitações e de que modo estas se organizam, não só em função do espaço doméstico, mas também na sua relação como a envolvente urbana que suporta o exercício. Neste sentido, deverá o estudante ser capaz de estabelecer um discurso que lhe permita relacionar a proposta tipológica e habitacional com o trecho urbano que caracteriza a sua envolvente próxima.

Área de Intervenção:

Percurso urbano entre o Largo do Rato e a Colina das Amoreiras

Metodologia:

1. Num primeiro momento, serão constituídos grupos de aproximadamente 5 estudantes;
2. A área de intervenção será parcelada, pela docência da Unidade Curricular, de acordo com planta anexa, tendo como critério os diversos extractos temporais referidos na FUC;
3. Cada um dos elementos, de cada grupo, ficará individualmente afecto a uma das parcelas, anteriormente designadas.

4. Os projectos das habitações serão desenvolvidos individualmente dando seguimento ao âmbito do exercício;

5. Ao mesmo tempo que são desenvolvidas as propostas individuais, deverá ser mantido um debate, no seio de cada um dos grupos, que permita desenvolver uma estratégia de harmonização das várias intervenções.

Entregas e Avaliação:

1ª Entrega intermédia: 25 de Outubro 2012 (caderno em formato A3) + maqueta esc. 1:5000/1:2000 da área de intervenção e sua relação com as habitações;

2ª Entrega intermédia: 13 de Dezembro 2012 (caderno em formato A3)

Entrega Final: 28 de Janeiro de 2013 (desenhos e maquetas de escala a determinar pelo aluno, sugerindo-se a 1/1000 e 1/200 ou 1/50; simulações gráficas da proposta; e caderno síntese em formato 21 x 21 cm)

Apresentação e Avaliação: de 29 Janeiro a 1 de Fevereiro de 2013

Modelo de Apresentação

As apresentações finais das propostas individuais de cada um dos alunos serão realizadas por Grupo, sendo que, deverá apresentar-se a definição do perfil social pedido, associando-se a este a estratégia geral para a área de intervenção.

Lisboa, 18 de Setembro 2012

ISCTE-IUL

Departamento de Arquitectura e Urbanismo – Mestrado Integrado em Arquitectura
Projecto Final 2012-2013

Tema II - Trabalho de Grupo, 1º Semestre.

Numa das extremidades da área de intervenção, a Colina das Amoreiras, assumiu, maioritariamente a partir da década de 1980, um protagonismo urbano muito assinalável perspectivando-se para aquele local a implementação de um centro de negócios, à semelhança de outros modelos internacionais que potenciavam, na época, novas centralidades urbanas a partir do conceito de CBD (Central Business Centre). Esta convicção urbanística permitiu desenvolver, naquele local um conjunto de novas inserções rodoviárias na cidade de Lisboa, atraindo para outros investimentos que ampliaram aos programas comércio e serviços, à habitação e hotelaria. Com o final do milénio os investimentos na área oriental da cidade, após a Expo 98, vieram retirar protagonismo urbano a este tecido urbano, sobretudo no que se refere à especialização com que se pretendia afirmar.

Passadas cerca de 3 décadas desde a construção do complexo das Amoreiras, é possível lançar sobre aquela envolvente olhar um olhar mais distanciado, dada a estabilização urbanística que actualmente se verifica, associada a uma perda de expectativa económica daquele tecido.

O objectivo do Tema II, passa pela definição de um conceito síntese caracterizador de leitura e interpretação da área de estudo, neste caso, a colina das Amoreiras na sua relação com a inserção urbana ao centro de Lisboa a partir Largo do Rato.

Este estudo permitirá também um reconhecimento da área de estudo e de suas potencialidades, pretendendo-se com isto criar bases para a elaboração de um projecto a desenvolver no 2º semestre ao abrigo do Tema III

1ª Fase - Reconhecimento do Território

Numa etapa preliminar de aprofundamento da estratégia de intervenção de um determinado território torna-se imprescindível o seu conhecimento.

Para esse efeito dever-se-á possuir a informação necessária para avaliar a potencialidade dos sítios e os conflitos existentes de modo a formular propostas.

O trabalho de grupo deverá proceder à recolha de informação, nomeadamente em áreas como:

- Caracterização biofísica da área de intervenção:- topografia, estrutura de espaços verdes, orografia e sistemas de drenagem natural; geologia - hidrologia; orientação e exposição solar.
- Evolução histórica da área de estudo:- caracterização do processo de formação do tecido edificado; recolha de plantas de várias épocas; monografias e descrições.
- Caracterização da mobilidade, potencialidades e estrangulamentos: caracterização de acessos, da rede viária; Percursos pedonais, etc.
- Caracterização da estrutura edificada, da distribuição de funções e dos espaços públicos: - Tipologias de espaços públicos; Estruturas urbanas existentes; Edificado com valor histórico e arquitectónico; Edificado recente consolidado; Estado de conservação; Espaços vazios; Espaços públicos; Equipamentos públicos e privado, etc.
- Planos Urbanísticos condicionantes, projectos mais relevantes para a área de intervenção:- P.D.M.; P.P.; Condicionantes Urbanísticas; Loteamentos; projectos mais relevantes para a área de intervenção.

2ª Fase - Programa/Conceito/Proposta

Na posse dos dados anteriormente recolhidos proceder-se-á à designação de um conceito síntese caracterizador de leitura e interpretação da área de estudo.

Elementos a entregarem:

- Explicitação de um argumento de transformação. Memorando, máximo 6 páginas A4.
- Planta de enquadramento à escala 1/5000 e ou 1/2000
- Planta da estrutura urbana à escala 1/1000
- Cortes significativos à escala 1/1000
- Esquemas gráficos e ou esboços que explicitem a proposta e a sua integração na área envolvente.
- Simulações gráficas da proposta (esquissos, 3ds, fotomontagens)

Entrega intermédia: 25 de Outubro de 2012 (1ª fase)

Formato: caderno A3 e CD com o mesmo conteúdo.

Entrega Final: 28 de Janeiro de 2012

Formato: Caderno A3 (incluindo o memorando) e CD com Power Point.

Discussão e Apresentação do Trabalho: Semana de 29 de Janeiro a 1 de Fevereiro de 2011, em Power Point.

18 de Setembro 2012

ISCTE - IUL

Departamento de Arquitectura e Urbanismo – Mestrado Integrado em Arquitectura

Projecto Final 2012-13

TEMA III– Trabalho de Grupo, 2º Semestre.

Tendo como base os resultados dos exercícios dos Tema I e II, é lançado um novo exercício que tem como objectivo reforçar a estratégia urbana na área de intervenção em estudo, definida pelo eixo entre o Largo do Rato e a colina das Amoreiras.

O exercício do Tema III incide na vertente do espaço público, ou seja o espaço de mediação entre as diversas propostas individuais realizadas no 1º semestre. Neste exercício pressupõe-se uma acção concertada, ao nível dos grupos de trabalhos, no sentido da clarificação das intenções de transformação preconizadas para o local. Através deste exercício deverão também intensificar-se os desejos (narrativos), definidos pelos grupos de trabalho, relativos ao perfil social dominante que habitará a colina das Amoreiras num futuro a médio prazo, de duas décadas.

Durante o espaço temporal em que decorrerá o Tema III deverão ser realizadas revisões de projecto, tendo em vista a melhoria das propostas individuais realizadas ao abrigo do Tema I, procurando-se o melhor ajustamento dos projectos às estratégias deste novo exercício.

Os objectivos do Tema III passam pelos seguintes pontos:

1. Definição de um plano de estrutura da área de intervenção.

Neste ponto deverão ser repensados, num primeiro momento, os argumentos que estão na base das escolhas dos locais de intervenção individuais, reflectindo sobre os pontos em comum que podem caracterizar as várias propostas. Num segundo momento deverá ponderar-se sobre uma possível centralidade [ou possíveis centralidades] que possam emergir no tecido urbano. Num terceiro momento deve ser definida uma estratégia de mobilidade e de utilização do espaço público;

2. Definição de um projecto detalhado de caracterização do espaço público.

Neste ponto serão realizadas propostas concretas de projecto, com detalhes, definindo materiais, mobiliário urbano, espécies vegetais e todos os parâmetros julgados convenientes para o projecto de espaço público.

3. Enquadramento dos projectos individuais, realizados no Tema I, na estratégia projectual para o espaço público.

Prevê-se que a estratégia de projecto, concertada em grupo, seja validada em projectos de pormenor na envolvente dos projectos individuais.

Área de Intervenção:

Percurso urbano entre o Largo do Rato e a Colina das Amoreiras

Metodologia:

1. Serão mantidos os grupos de trabalhos definidos no 1º semestre com aproximadamente 5 estudantes;
2. O exercício abrange toda a área de intervenção, devendo o grupo definir os momentos mais particulares onde as acções de projecto sobre o espaço público possam ser mais relevantes, agindo nesses locais com maior detalhe.
3. Individualmente, deverá ser detalhada a envolvente dos projectos realizados no Tema I

Entregas e Avaliação:

1ª Entrega intermédia: 21 de Março, (power-point e maquetas esc. 1:1000/1:200 da área de intervenção e sua relação com as habitações);

Entrega Final: 23 de Abril de 2013 (desenhos e maquetas de escala a determinar pelo grupo, sugerindo-se a 1/1000 e 1/200 ou 1/50; caracterizações dos ambientes propostos; e caderno síntese em formato 21 x 21 cm)

Apresentação e Avaliação: 23 de Abril 2013

Modelo de Apresentação

As apresentações finais das propostas serão realizadas em Grupo, sendo montado um júri para comentar os projectos.

Lisboa, 18 de Fevereiro de 2013

ISCTE - IUL

Departamento de Arquitectura e Urbanismo – Mestrado Integrado em Arquitectura

Projecto Final 2012-13

TEMA IV – Trabalho Individual, 2º Semestre.

Como conclusão do ano lectivo será realizado um trabalho individual que visa o estabelecimento de uma síntese em relação ao percurso de cada um dos estudantes. Este trabalho, pensado para ser desenvolvido no espaço do último mês de aulas, pressupõe a realização de um tema livre a enquadrar pelo próprio estudante. Condiciona-se apenas o desenvolvimento deste último Tema ao estabelecimento de uma relação em torno dos exercícios elaborados no curso do ano lectivo.

Como linhas orientadoras são lançadas algumas pistas:

1. Aplicação directa de um ensaio extraído a partir do trabalho desenvolvido nos laboratórios;
2. Elaboração de projectos de extensão em relação ao programa lançados ao longo escolar;
3. Exercício específico de representação ou performativo em torno do projecto das habitações.

Os objectivos do Tema IV passam pelos seguintes pontos:

1. Desenvolvimento de competências ao nível da problematização em torno da arquitectura produzida por cada estudante. Este exercício será uma oportunidade para construir um enredo discursivo em torno do trabalho de projecto, enriquecendo os pressupostos de base com que cada proposta foi realizada
2. Consolidação da autonomia dos estudantes em relação aos temas desenvolvidos durante o ano lectivo. Ao solicitar-se que cada estudante construa o seu próprio enunciado, procura estimular-se a autonomia em relação ao acompanhamento e orientação dos docentes da UC de PFA.
3. Melhoria e credibilização das propostas individuais iniciadas no 1º semestre. Este exercício deve ser visto como oportunidade para retomar e solidificar as decisões de projecto inicialmente lançadas no âmbito dos exercícios anteriores, nomeadamente do exercício do Tema I.

Área de Intervenção:

Área de intervenção atribuída em contexto de grupo a cada um dos estudantes;

Metodologia:

1. O trabalho deverá ser realizado individualmente;
2. Cada estudante deverá socorrer-se dos meios que julgar conveniente para o desenvolvimento deste exercício;
3. O trabalho deverá evidenciar quer a autonomia, quer a capacidade de problematização de cada estudante.

Entregas e Avaliação:

O resultado deste exercício deverá ser integrado no contexto da entrega final de PFA

Modelo de Apresentação

A decisão do suporte em que o exercício é desenvolvido fica a cargo de cada estudante, devendo contudo ser realizado relatório a integrar o caderno de formato 21x21 cm

Lisboa, 2 de Maio de 2013

LABORATÓRIO DE CULTURA ARQUITECTÓNICA CONTEMPORÂNEA

Docente: Ana Vaz Milheiro

Ano lectivo: 2012/2013

Tema:

Mundos Ficcionalizados

Seis cidades africanas – planos urbanos entre 1940 e 1974

Apresentação:

O Estado Novo “inventou” um território urbano capaz de homogeneizar algumas paisagens construídas. É esse território que vamos analisar a partir de seis cidades, uma no continente europeu e as restantes em África. Os desenhos – ou os planos directores – funcionam como um “guião” que se vai transformando à medida que princípios deterministas começam a apresentar lacunas. Os desenhos mais geométricos e positivistas, de uma primeira fase, dão progressivamente lugar a esquemas mais adaptáveis e moldáveis, de uma segunda e terceira investida estado-novista, e à medida que os arquitectos descobrem as culturas locais. Paradoxalmente, também são os “planos amáveis”, aqueles que menos sobrevivem ao tempo, enquanto as geometrias rígidas prevalecem. Com o tema deste ano pretende-se promover leituras sobre a construção do território como um lugar ficcionado e por isso expressão de diversas narrativas que se sobrepoem, completam ou anulam.

Metodologia:

Os trabalhos decorrem em duas fases.

1º Semestre: os alunos organizam-se em três grupos de trabalho, distribuindo entre si as seis cidades. Fase de pesquisa em arquivos (Arquivo Histórico Ultramarino e Centro de Documentação do IPAD, etc.), bibliográfica e entrevistas. Abordagem inicial aos casos de estudo. São produzidos um relatório e três recensões de grupo. A primeira recensão parte da análise comparativa dos filmes **A Costa dos Murmúrios**, de Margarida Cardoso (2004) e **20, 13**, de Joaquim Leitão (2006) numa tentativa em identificar esquemas de representação do território africano, através do cinema, no imaginário português recente. Pretende-se que cada grupo produza não um documento escrito, mas ilustrado, a partir do visionamento sugerido pelos dois filmes. As recensões seguintes inscrevem-se numa metodologia mais convencional, analisando os livros dos arquitectos Francisco Castro Rodrigues, **Um Cesto de Cerejas, Conversas, Memórias, uma vida** (organização e introdução de Eduarda Dionísio, Lisboa: Casa da Achada, 2009); e Pancho Guedes, **Manifestos Ensaios Falas Publicações** (Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2007).

2º Semestre: cada aluno encontra a sua linha individual de pesquisa dentro do tema geral. A pesquisa bibliográfica torna-se mais específica. A análise é individual e pretende-se original.

É produzido um trabalho final com cerca de 26 páginas dactilografadas. Documentação fotográfica, imagens, entrevistas, etc., são incluídos em anexo e não são contabilizados nas 26 páginas finais.

Cada aluno deverá juntar ao trabalho de projecto final o relatório produzido em grupo (facultativo) e o trabalho final individual.

CIDADES

1. Lisboa;
2. Praia;
3. Bissau;
4. São Tomé;
5. Luanda;
6. Maputo.

2ª Workshop – Cidade Guineense de Bafatá.



1. Argumento

Considerando a proximidade da comemoração dos 90 anos do nascimento de Amílcar Cabral (em 12 de Setembro de 1924) na cidade de Bafatá, pretende-se levar a cabo a edificação de uma estrutura que possa albergar um centro de estudos tendo como base o pensamento e a obra literária do fundador do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC).

Este centro de estudos deve ser visto na esfera dos estudos pós-coloniais, devendo para tal ser pensado com o propósito do estabelecimento de uma leitura de amplo espectro, não só, em torno das décadas de 50 a 70 em que a acção política dos movimentos independentistas, no mundo colonial português, foi mais activa, como deve ser capaz de incluir uma leitura sobre o

Bissau.

O edifício a construir em Bafatá deve ser projectado com base numa estrutura efémera e de baixo custo, admitindo-se uma abordagem que integre elementos amovíveis de fácil montagem e desmontagem de modo que se possa considerar a edificação de um equipamento similar em outros locais do país. Pelas suas características programáticas este equipamento deverá abrir-se à cidade, podendo acolher actividades paralelas de interesse comunitário. Este projecto deverá ainda privilegiar toda uma reflexão sobre o ajustamento construtivo do edifício ao clima tropical.

2. Breve descrição da Cidade de Bafatá

A cidade de Bafatá situa-se no coração do território da Guiné-Bissau e é banhada pelo Rio Geba.

O centro da cidade é fortemente marcado pela presença colonial portuguesa, visível tanto no traçado urbano, como também nos diversos estratos arquitectónicos que a qualificam.

É em torno de um *boulevard* que articula, no sentido Nordeste/Sudoeste, a principal entrada na cidade com o Geba, que o traçado de quarteirões urbanos se organiza. Este grande eixo, estruturante, conecta também os edifícios públicos mais marcantes da cidade.

Junto à entrada do núcleo urbano situa-se o hospital, desenhado em 1946 por João Simões, caracterizado por uma composição simétrica de volumetria térrea dando expressão à cobertura, alta, de telha cerâmica, recordando as construções vernaculares do Sul de Portugal.

Um pouco mais abaixo situa-se a área mais administrativa da cidade, neste núcleo inclui-se a casa do governador de características fino-oitocentistas e a escola integrando uma construção de aspecto eclético. A completar este sector urbano, existem ainda edifícios desenhados sob a matriz da arquitectura pública do Estado Novo, tais como a igreja com desenho de Eurico Pinto Lopes de 1950 e o posto de correios, realizado em 1943, por Francisco de Matos.

Ao fundo do eixo fundamental da cidade, já na proximidade da Rio Geba, localiza-se um largo, onde foi implantado o busto de Amílcar Cabral. Para este largo convergem edifícios como o mercado municipal delineado sob um tematismo moçárabe, bem como um núcleo de piscinas, possivelmente projectado na década de 60 e que actualmente se encontra em elevado estado de degradação. No contexto dos quarteirões podem observar-se construções de um, ou dois pisos, onde predomina a utilização de grilhagens cerâmicas e áreas alpendradas para sombreamento e ventilação nas construções. É neste núcleo habitacional que se situa a casa

periferia, de grande dimensão, agregadora de uma forte actividade comercial.

3. Programa

O programa deve incluir:

	Área bruta
Arquivo e Centro de Documentação	150,00 m2
Centro de Estudos e Pesquisas	150,00 m2
Centro de Formação	75,00 m2
Auditório	150,00 m2
Loja	50,00 m2
Total de área bruta	575,00 m2

Nota: Instalações sanitárias e/ou zonas de serviço estão incluídas nos grupos de áreas parciais.

4. Metodologia:

- O trabalho será desenvolvido em grupos de 5 alunos;
- A implantação do Centro Interpretativo ficará a cargo de cada grupo de alunos;
- Como ponto de partida para a definição espacial, cada um dos grupos deverá reflectir sobre o exercício de aquecimento, desenvolvido no arranque do ano lectivo;

5. Elementos a entregar:

- Apresentação em formato power-point, para 15 minutos;
- Maqueta à escala 1:200 (ou outra a acordar com os docentes)
- Caderno 21x21cm, incluindo síntese gráfica e memória descritiva;
- 2 painéis de formato A1, incluindo simulações do edifício e plantas cortes e alçados;

6. Datas de entrega:

- Apresentação dos projectos no dia 15 de Novembro, com base no power-point e maqueta;
- Entrega de painéis e caderno 21x21 no dia 23 de Novembro em horário a definir.